ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.

[TICKER Novo Mercado]

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME nº 17.359.233/0001.88
Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., s/n, Tapera
CEP 32060-514 – Contagem, MG

[●] Ações Ordinárias
Valor da Oferta: R$[●]
Código ISIN das Ações nº [●]
Código de negociação das Ações na B3 "TBTB3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.** ("Companhia") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "*Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores*" na página 52 deste Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores"), em conjunto com a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP" ou "Coordenador Líder"), com o **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e com o **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Agente Estabilizador, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição: (i) primária de, inicialmente, [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária"); e **(ii)** secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto ("Oferta Secundária" e, conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior.

A Oferta será realizada em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "*Código ANBIMA para Ofertas Públicas* ", atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Código ANBIMA" e "ANBIMA", respectivamente), bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas instituições financeiras consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pela XP Investments US, LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo BofA Securities, Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* ("SEC"); e (ii) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("Regulamento S"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("Resolução 4.373"), da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), e da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional (conforme definido nas Definições abaixo), a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ([•]) Ações sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuildin*] ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelapelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia indicada neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto**.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto), a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[2][4]	Recursos Líquidos (R$)[2][3][4]
Por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•][5]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributas da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta - Custos de Distribuição*", a partir da página 64 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*", a partir da página 61 deste Prospecto Preliminar.

A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a qual já contempla as disposições necessárias à adesão ao Regulamento do Novo Mercado, a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria "A" junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a submissão do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foram aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 06 de dezembro de 2021, cujas atas foram arquivadas perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob os nº [•] e [•], em [•] de [•] de 2021, e publicadas no jornal "Diário do Comércio" e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG"), em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será registrada perante a JUCEMG e publicada no jornal "Diário do Comércio", na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOEMG, no dia útil seguinte.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores, que são pessoas físicas, para a participação na Oferta Secundária e não será necessária qualquer aprovação para a fixação do Preço por Ação, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações, a partir de [•] de [•] de [•], as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 10 de dezembro de 2021.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 23 e 105, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 393 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Agente Estabilizador

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2022.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **6**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **8**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **11**
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES **26**
Declaração de Veracidade das Informações 27
SUMÁRIO DA OFERTA **28**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **47**
Composição do Capital Social 47
Acionistas Vendedores, Principais Acionistas e Administradores 49
Identificação dos Acionistas Vendedores 52
Características Gerais da Oferta 57
Descrição da Oferta 57
Aprovações Societárias 59
Preço por Ação 60
Reserva de Capital 60
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 60
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 61
Custos de Distribuição 64
Cronograma Estimado da Oferta 66
Regime de Distribuição 67
Procedimento de Distribuição da Oferta 68
Plano de Distribuição da Oferta 69
Público Alvo 69
Oferta Não Institucional 70
Oferta de Varejo 71
Oferta do Segmento Private 75
Oferta Institucional 80
Prazos da Oferta 81
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 82
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 83
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 84
Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado 85
Violações das Normas de Conduta 86
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 86
Negociação das Ações na B3 87
Acordos de Restrição à Venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 88
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 89
Inadequação da Oferta 89
Condições a que a Oferta esteja submetida 89
Informações Adicionais 89
Companhia 90
Coordenadores da Oferta 90
Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta 91
Instituições Consorciadas 91
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **94**
Coordenador Líder 94

Itaú BBA 96
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. 97
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 99
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta 99
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 99
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 100
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America 101
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta 102
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 102
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA 103
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America 103
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 105
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 112
CAPITALIZAÇÃO 114
DILUIÇÃO 115
ANEXOS 117
ANEXO A ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA 121
ANEXO B CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA PELA COMPANHIA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES 151
ANEXO C MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 157
ANEXO D DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 163
ANEXO E DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 167
ANEXO F DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 171
ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 177
ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 317
ANEXO I FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 369

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 369 deste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta", a partir da página 28 deste Prospecto.

Acionistas ou Acionistas Controladores	Antônio Miguel Girundi Bartolomeu, Gustavo Bittencourt Bartolomeu, Grazielli Bittencourt Bartolomeu, Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizarro, Gilton Girundi Bartolomeu, Eliane Girundi Bartolomeu Silva, Alberto Portugal Milward de Azevedo, Gerson Henrique Milward de Azevedo, Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo, Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo, Gerson Bartolomeo Filho, João Bosco Fonseca Bartolomeo, Walter Bartolomeu, Thiago Cordeiro Bartolomeu, Regina Coeli Bartolomeu Neves, Leonardo Bartolomeu Neves, Priscila Bartolomeu Neves, Louise Bartolomeu Coutinho Villela, Virgínia Bartolomeo, Maria Auxiliadora Bartolomeo, Rosângela Bartolomeo Moreira, Gustavo Bartolomeu Recchioni, Breno Bartolomeu Recchioni, Lucca Bartolomeo Abreu Silva, Sofia Bartolomeo Abreu e Silva, Frederico Bartolomeo Martins, Marcela Bartolomeo Martins, Bernardo Bartolomeo Moreira, Felipe Bartolomeo Moreira, Myrian Stancioli Bartolomeu, Thiago Bartolomeu Fonseca, Tatiana Bartolomeu Fonseca, Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu, Ana Luiza Carneiro Bartolomeu, Maria José Rodrigues da Cunha, Cristiano Rodrigues da Cunha, Sônia Maria Rodrigues Lessa, Leda Soares Neves da Cunha, Silvia Emília Trivellato Arruda, Ivan Trivellato, Maura Trivellato e Marília Trivellato Rolla, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores	Antônio Miguel Girundi Bartolomeu, Gustavo Bittencourt Bartolomeu, Grazielli Bittencourt Bartolomeu, Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizarro, Gilton Girundi Bartolomeu, Eliane Girundi Bartolomeu Silva, Alberto Portugal Milward de Azevedo, Gerson Henrique Milward de Azevedo, Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo, Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo, Gerson Bartolomeo Filho, João Bosco Fonseca Bartolomeo, Walter Bartolomeu, Regina Coeli Bartolomeu Neves, Leonardo Bartolomeu Neves, Priscila Bartolomeu Neves, Louise Bartolomeu Coutinho Villela, Virgínia Bartolomeo, Maria Auxiliadora Bartolomeo, Rosângela Bartolomeo Moreira, Gustavo Bartolomeu Recchioni, Breno Bartolomeu Recchioni, Lucca Bartolomeo Abreu Silva, Sofia Bartolomeo Abreu e Silva, Frederico Bartolomeo Martins, Marcela Bartolomeo Martins, Bernardo Bartolomeo Moreira, Felipe Bartolomeo Moreira, Myrian Stancioli Bartolomeu, Thiago Bartolomeu Fonseca, Tatiana Bartolomeu Fonseca, Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu, Ana Luiza Carneiro Bartolomeu, Maria José Rodrigues da Cunha, Cristiano Rodrigues da Cunha, Sônia Maria Rodrigues Lessa, Leda Soares Neves da Cunha, Silvia Emília Trivellato Arruda, Ivan Trivellato, Maura Trivellato e Marília Trivellato Rolla, considerados em conjunto.

Administração	O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.
Afiliada(s)	Com relação a uma pessoa, (i) seus acionistas controladores diretos ou indiretos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, (iii) as sociedades sob mesmo controle que tal pessoa, e (iv) sociedades coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
Agente Estabilizador ou Itaú BBA	O Banco Itaú BBA S.A.
ANBIMA	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes ou PwC	A PricewaterhouseCoopers G Auditores Independentes Ltda.
Banco Central ou BACEN	O Banco Central do Brasil.
Bank of America	O *Bank of America Merrill Lynch* Banco Múltiplo S.A.
B3	A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Brasil ou País	A República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CMN	O Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	O Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	O "*Código ANBIMA para Ofertas Públicas*", atualmente em vigor, expedido pela ANBIMA.
Companhia	A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não está instalado.

Coordenador Líder ou XP	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Corretora	A Itaú Corretora de Valores S.A.
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	A Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOEMG	O Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
Dólar, dólar, dólares ou US$	A Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA e Margem EBITDA	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido ajustado pelas receitas (despesas) financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.
Estados Unidos	Os Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O Estatuto Social da Companhia.
Formulário de Referência	O Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto, a partir da página 369 deste Prospecto.
IASB	O *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
FGV	A Fundação Getúlio Vargas
IFRS	O *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 384	A Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003.
Instrução CVM 400	A Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	A Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	A Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.

IOF/Câmbio	O imposto sobre operações financeiras.
JUCEMG	A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Lei das Sociedades por Ações	A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	A Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Margem Líquida	A Margem Líquida é calculada por meio da divisão do Lucro Líquido pela Receita líquida de vendas e serviços, sendo um indicador o qual a Companhia entende que representa o resultado final da Companhia, com todos seus efeitos caixa e não caixa.
Novo Mercado	O Segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Ofício-Circular CVM/SRE	O Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2021, divulgado em 1º de março de 2021.
Real, real, reais ou R$	A Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	A Regra 144A editada pela SEC, ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento da Câmara de Arbitragem	O Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e dos Acionistas Vendedores.
Regulamento do Novo Mercado	O Regulamento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Resolução CMN 4.373	A Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e alterações posteriores.
Resolução CVM 13	A Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 27, de 08 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 30, de 11 de maio de 2021.

Resolução CVM 35	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 35, de 26 de maio de 2021.
Regulamento S	O *Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
SEC	O *Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	O *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.359.233/0001.88 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG.
Registro na CVM	A Companhia se encontra em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, sendo que os registros de companhia aberta e da Oferta foram requeridos junto à CVM em 10 de dezembro de 2021.
Sede	Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, Tapera, CEP 32060-514, cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Alberto Portugal Milward de Azevedo. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (31) 3359-0947 e o seu endereço eletrônico é ri@tambasa.com.br.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais de auditoria, em e referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia em e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "TBTB3", e serão negociadas a partir do 1º (primeiro) dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no jornal "Diário do Comércio" e no DOEMG.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 369 deste Prospecto.
Website	www.tambasa.com/ri As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, e nem se encontram incorporadas por referência ou anexas a este.

Informações Adicionais

Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas em nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 369 deste Prospecto, e junto: (i) à nossa Diretoria de Relações com Investidores; (ii) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e *websites* indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*" a partir da página 89 deste Prospecto; (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 511, 5.º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2.º a 4.º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou, ainda, em seu *website*: www.gov.br/cvm; e (iv) à B3, em seu *website*: www.b3.com.br.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações principalmente nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, a partir das páginas 23 e 105, respectivamente, e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 369 deste Prospecto.

As estimativas e perspectivas sobre o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia concernentes a eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e perspectivas futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem.

Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório;
- as alterações na conjuntura social, econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo a título ilustrativo, flutuações nas taxas de câmbio, de juros ou de inflação, desvalorização do Real, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados doméstico de crédito, financeiro e de capitais;
- a mudança no cenário competitivo no nosso setor de atuação, bem como alterações nas preferências e situação financeira dos nossos clientes ou, ainda, na capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos, podendo, portanto, intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;
- o impacto do COVID-19 na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;
- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do COVID-19 em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão do surto do coronavírus (COVID-19) ou outras pandemias, epidemias e crises similares), mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- o impacto contínuo da COVID-19 sobre a demanda de clientes, cadeia de suprimentos, bem como sobre os nossos resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa;

- os efeitos da crise financeira econômica no Brasil;

- variações cambiais, nas taxas de juros, na inflação, na liquidez do mercado doméstico de crédito e de capitais, nas políticas fiscais;

- variações nas taxas de câmbio e controles sobre o câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;

- um novo rebaixamento da classificação de crédito do Brasil;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao nosso setor de atuação, incluindo questões fiscais, trabalhistas e relacionada a proteção do meio ambiente, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;

- instabilidade política no Brasil (incluindo com relação às políticas implementadas pela administração do presidente Jair Bolsonaro, ou como resultado de intervenção governamental ou novos impostos ou tarifas), e alterações nas condições políticas e macroeconômicas no Brasil;

- crises políticas, acontecimentos e a percepção de risco relacionados com as investigações de anticorrupção envolvendo companhias abertas e empresas estatais brasileiras de vários setores, empresários e políticos, e o impacto de tais investigações na economia e no cenário político brasileiros como um todo;

- as decisões de nossos processos ou procedimentos judiciais ou administrativos;

- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;

- a capacidade da Companhia de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;

- capacidade da Companhia de obter, manter e renovar as autorizações, concessões e licenças governamentais aplicáveis;

- fatores ou tendências que possam afetar os negócios, *market share*, condições financeiras, liquidez e resultados operacionais da Companhia;

- eventos de força maior;

- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" a partir das páginas 23 e 105 deste Prospecto, respectivamente, bem como nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR NOSSOS RESULTADOS FUTUROS E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE NÓS, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMIMOS A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA NOSSA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes deste Prospecto podem não vir a se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições futuras da situação financeira e dos resultados operacionais, da participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Tendo em vista estas limitações, os potenciais investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 369 deste Prospecto. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção "Considerações Sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro" e nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 8, 23 e 105, respectivamente, deste Prospecto, bem como nas seções "4.1 Fatores de Risco" e "4.2. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, nas páginas 393 e 425 deste Prospecto, respectivamente, deste Prospecto, bem como as nossas demonstrações contábeis e Informações Trimestrais – ITR e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir das páginas 317 e 286, respectivamente. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

Somos a terceira maior empresa no segmento Atacado Distribuidor do Brasil1 em termos de receita bruta consolidada, de acordo com o ranking da ABAD de 2021. Com mais de 70 anos de história, atendemos nossos clientes por meio de operações de atacado e atacarejo com um portfólio diversificado e complementar de produtos que abrange cerca de 29 mil SKUs (*stock keeping unit*), em linhas de produtos como Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, Produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, Pet e Vet, Higiene e Limpeza, dentre outras. Em nossa visão, esta solução integrada de produtos e serviços, aderente às demandas específicas dos mercados em que nós atuamos, exige uma grande expertise operacional que serve de barreira de entrada para novos competidores, e nos possibilita criar e manter um relacionamento contínuo com os nossos clientes. Este modelo operacional promoveu, ao longo dos últimos 3 exercícios sociais, um crescimento contínuo de receitas e resultado, mesmo durante o período de recessão econômica no Brasil e durante a pandemia da COVID-19. Possuímos como pilares estratégicos tecnologia e inovação, capilaridade nacional e gente e gestão.

A maioria dos nossos clientes na operação atacadista incluem desde operações de pequenos varejistas que compram produtos fracionados da Tambasa, englobando também varejistas de médio e grande porte, e até mesmo distribuidores regionais.

Apresentamos uma operação logística com alcance nacional, com centralização do controle de armazenamento e grande diferencial advindo da venda fracionada de produtos. Para atendermos todos os nossos 237 mil clientes ativos2, contamos com uma operação logística centralizada e suportada por tecnologia e automação. Na data deste Formulário de Referência, contávamos com um centro de distribuição centralizado localizado em Contagem-MG e 22 Hubs Logísticos (Transbordo). Os hubs logísticos são centros integrados de transbordo, armazenagem, coleta e distribuição de mercadorias e bens, terceirizados, distribuídos em todas as regiões do país, o que nos possibilita acessar 5.308 cidades brasileiras das 5.570 cidades do país, um alcance de mais de 95% das cidades brasileiras.

Operação Logística com Alcance Nacional[1][2]:

(1) Fonte**:** Ranking ABAD (2020).
(2) Fonte: Companhia (Out/21)

Tudo isso proporciona **eficiência e logística** de qualidade, atestado ano após ano pelos mais importantes prêmios do setor atacadista brasileiro. A Tambasa tem sido reconhecida por vários setores e entidades em nível nacional como uma empresa moderna, ágil e tecnológica. Abaixo, listamos alguns prêmios e reconhecimentos recentes:

- Prêmio Anamaco Master – Maior Atacadista Distribuidor de Material de Construção em 2019
- Top of Mind Revenda Construção – 1º Lugar de 2013 a 2021
- Revista Anamaco – 1º Lugar de 2007 a 2021
- Melhor empresa do país no ramo de comércio atacadista – Valor 1.000 em 2021
- Maior empresa na modalidade atacadista distribuidor em 2020 – ABAD
- Prêmio Excelência Atacadista Distribuidor – Revista Revenda – 1º lugar de 2006 a 2021

Crescemos de forma contínua ao longo dos anos, tendo em vista uma receita bruta total de R$313 milhões em 2002, chegando ao patamar de R$3 bilhões em 2018 e R$4,4 bilhões no ano de 2020. Isso significa que apresentamos um CAGR – *Compound Annual Growth* Rate (crescimento composto médio anual) de 16% entre os anos de 2002 e 2020 e 21% de 2018 para 2020, apesar das desafiadoras condições macroeconômicas no Brasil, conforme ilustra o gráfico abaixo:

1 Fonte: Companhia (Out/21)
2 Fonte: Companhia (Out/21)

Principais Marcos

Em 1949 foi fundada em Ponte Nova, Minas Gerais, a chamada Sociedade Comercial Miguel Bartolomeu, que era uma empresa de estrutura familiar direcionada a atividades do varejo e que, posteriormente, passou a atuar no atacado em razão da grande demanda de produtos em outros estados.

O crescimento de Belo Horizonte e de seus arredores na década de 60 atraiu novos investimentos e empresas, e em 1968, a Sociedade Comercial Miguel Bartolomeu veio a formar a Tambasa, com sua operação de atacado sediada em Belo Horizonte. Quase 10 anos depois, em 1976, com apenas 8 anos de vida, a Companhia passou a focar em inovação, utilizando a tecnologia para emissão de nota fiscal. Ainda, nove anos se passaram e seguimos com a tendência inovativa ao inserir os computadores na rotina e investir em tecnologia como meio de gerar eficiência.

Foi em 1988 que celebramos a abertura da primeira loja física da Tambasa, filial localizada na Ceasa de Minas Gerais (Centro Estadual de Abastecimento). Buscando melhorias, em 1990 transferimos a sede de Belo Horizonte para um depósito na BR-040, em Contagem, com 10 mil m^2 de área – marco de capacidade de armazenagem. Em 2001, realizamos uma nova mudança para Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr, atingindo 20 mil m^2, ou seja, duas vezes a capacidade de armazenagem disponível anteriormente. Além da expansão e aplicação de tecnologia nas nossas operações, procuramos nos desenvolver em logística externa e criamos o primeiro Hub Logístico (Transbordo) no estado do Rio de Janeiro, ganhando eficiência e velocidade nas entregas. Em 2005, já foi necessário a ampliação do centro de distribuição para 63 mil m^2 de área construída.

A partir de 2009 entramos em uma nova fase, atingindo o patamar de R$1 bilhão de faturamento e já em 2014 passamos a investir na automação do processo de armazenagem e expedição, ambos viabilizados pela SCHAEFER, empresa alemã de soluções intralogísticas de alta performance, além da implantação do SAP (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados), de forma que evoluímos significativamente em tecnologia e inovação ao mesmo tempo que aumentamos nossa capacidade de armazenamento para 100 (cem) mil m2.

Miniload

Picking By Light

Transelevador

Em 2011, a fim de otimizar os processos operacionais da Companhia, adquirimos um novo software de roteirização chamado de Roadnet, com o objetivo de montar planos de rota para garantir entrega de mercadorias de maneira mais eficiente, criadas e transferidas para dispositivos móveis, facilitando a visualização e direcionamento dos motoristas.

Dando continuidade a esse processo de inovação tecnológica para buscar cada vez mais a eficiência operacional, em 2018 implementamos o sistema Cuby, que é premiado na categoria de produto inovador pela empresa Huber Verlag für Neue Medien GmbH e funciona como solução para armazenamento automatizado dos de caixas. Em 2021 voltamos a investir no Cuby e toda essa história nos levou a um patamar de mais de R$4 bilhões de faturamento em 2020, com suporte de uma auditoria BIG 4 há 4 anos, promovendo transparência e acuracidade.

Tecnologia Cuby: equipamento inovador com movimentação e armazenagem de estoque com capacidade para 40 mil caixas

Principais Informações Financeiras

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras, derivadas das nossas demonstrações financeiras para os períodos indicados, que confirmam a força da Tambasa e a capacidade de desenvolvimento do negócio:

Tabela Dados Financeiros

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em e
(valores expressos em milhares de R$, exceto percentuais)	**2018**	**2019**	**2020**	**30/09/2021**
Receita líquida de vendas e serviços	2.478.011	2.770.099	3.638.435	3.083.168
Receita líquida em atacado distribuidor	2.354.646	2.608.556	3.441.221	2.914.772
Lucro bruto em atacado distribuidor	585.139	615.256	948.367	849.460
Lucro bruto em atacarejo	32.032	40.367	56.242	49.326

	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Exercício encerrado entre 01 de janeiro de 2021 e
(valores expressos em milhares de R$, exceto percentuais)	**2018**	**2019**	**2020**	**30/09/2021**
EBITDA[1]	241.758	343.895	546.407	686.169
Margem EBITDA[2]	9,8%	12,4%	15,0%	22,3%
Lucro líquido	617.171	655.624	1.004.609	898.786
Margem Líquida[3]	7,56%	8,74%	10,02%	17,86%
	Em 31 de dezembro de			**Em**
(valores expressos em milhares de R$, exceto percentuais)	**2018**	**2019**	**2020**	**30/09/2021**
Patrimônio Líquido[5]	604.452	738.651	943.430	147.267
Endividamento Curto Prazo	364.651	359.097	425.760	1.700.236 (4)
Endividamento Longo Prazo	27.116	222.107	225.861	223.046

(1) Corresponde ao EBITDA na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) Corresponde à Margem EBITDA na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(3) Corresponde à Margem Líquida na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(4) Desse total, R$1.376.007.000 corresponde aos dividendos e juros s/ capital próprio.

Segmentos de Mercado de Atuação

Atacadista

1 CD + 22 Hubs Logísticos (Transbordo)
95% da Receita Bruta (2020)

237 mil clientes e **3,6 mil representantes de vendas,** suportados por **tecnologia de ponta**

Atacarejo

2 Lojas (Contagem – MG e Montes Claros – MG)
5% da Receita Bruta (2020)

Foco de expansão para **mapeamento de novos clientes**

Atacado

Sob a bandeira Tambasa Atacadistas, por meio de representantes comerciais, vendemos produtos não alimentares, como produtos para o campo, materiais de construção, do lar, proteção e segurança, produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, pet e vet, higiene e limpeza, dentre outros, para varejistas de pequeno, médio e grande porte, bem como para distribuidores regionais. Nossa operação atacadista representou 95% da receita bruta de 2020, e conta com um centro de distribuição em Contagem-MG, que permite a centralização, controle e qualidade na separação dos produtos sendo responsável pelo armazenamento dos mesmos, e 22 Hubs Logísticos (Transbordo) que funcionam como uma operação de *cross-docking*, operação logística em que não há armazenamento de cargas, somente direcionamento de mercadorias em diferentes caminhões para atender o trajeto final das entregas, proporcionando **maior capilaridade e agilidade** de entrega em todas as regiões do país.

Atacarejo

Atuamos no modelo de atacarejo sob a bandeira Tambasa Atacadistas através de duas lojas físicas, uma delas localizada no Ceasa (Centro Estadual de Abastecimento) de Minas Gerais, na cidade de Contagem-MG, e outra em Montes Claros-MG. No modelo atacarejo vendemos produtos não alimentares, como produtos para o campo, materiais de construção, do lar, proteção e segurança, produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, pet e vet, higiene e limpeza. Em 2020, a operação representou 5% da receita bruta do grupo.

Capacidade de Distribuição

Nós apresentamos uma operação logística com alcance nacional, com centralização do controle de armazenamento em um único centro de distribuição localizado em Contagem, Minas Gerais, e grande diferencial advindo da venda fracionada de produtos. Mesmo assim, entendemos que ainda há potencial de aumento de penetração nos estados brasileiros, que pode ser facilitado pela proximidade que temos com nossos clientes, conforme ilustra a imagem abaixo, de acordo com a receita de Junho 2021 acumulada do ano.

Estado	% da Receita
Minas Gerais	32.3%
Bahia	17.5%
São Paulo	7.5%
Pará	6.2%
Espírito Santo	5.9%
Maranhão	4.2%
Rio de Janeiro	3.8%
Goiânia	3.0%
Piauí	2.9%
Mato Grosso do Sul	2.1%
Paraná	1.8%
Rio Grande do Sul	1.7%
Paraíba	1.3%
Ceará	1.3%
Mato Grosso	1.2%
Santa Catarina	1.2%
Pernambuco	1.1%
Tocantins	0.8%
Sergipe	0.7%
Alagoas	0.6%
Rondônia	0.6%
Acre	0.5%
Rio Grande no Norte	0.4%
Amapá	0.4%
Distrito Federal	0.3%
Amazonas	0.3%
Roraima	0.2%

Alta Capilaridade | Proximidade do Cliente | Potencial de Aumento de Penetração

Para atingir todas essas localidades, nossa estrutura conta com aproximadamente 100 mil m2 de capacidade de armazenamento total e 782 caminhões para suportar a estratégia logística, a qual é totalmente terceirizada, permitindo o alcance de ampla cobertura nacional de nossos serviços e uma maior agilidade na entrega. Isso ocorre pois ao invés de seguirmos com centenas de caminhões até o ponto de entrega passamos a seguir com dezenas de carretas. Ao chegar nos Hubs logísticos as mercadorias são carregadas em veículos menores (por exemplo HRs) permitindo maior facilidade de locomoção até o cliente, tal ação permitiu a transformação do nosso modal de transporte trazendo agilidade e eficiência.

Nota(1): média de out/20 a dez/20.

Nosso centro de distribuição é constituído, atualmente, por dois depósitos que trabalham interligados por 3.500 metros de esteiras, o depósito "G1" (com os produtos inteiros e 63 mil m2) e o depósito "G2" (composto por produtos fracionados e com 30 mil m2), conforme detalhado no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Governança, Pessoas e Iniciativas ESG

Contamos com uma força de vendas de mais de 3.600 representantes comerciais (2020) espalhados no país, que contam com o uso de tablets e CRM (Customer Relationship Management) durante o processo de venda, o que permite um processo ágil e acesso aos produtos disponíveis no estoque, além de visualizar limites dos clientes, últimas compras, duplicatas, últimos produtos comprados e informações sobre os produtos, tais como características, vantagens, diferenciais, etc. O representante comercial tem acesso ao catálogo físico e virtual

no ponto de venda que é totalmente integrado com o tablet, o que permite melhor visualização e agilidade no ato de venda e acessar um espectro amplo de produtos.

Além disso, nossa base de 2.725 colaboradores nos permite formar talentos internamente, através de uma cultura meritocrática para que possam se desenvolver e se tornar gerentes regionais, por exemplo, e porteriormente gerentes nacionais. Tal cultura estabelecida é baseada no modelo "Portas Abertas", que se trata de um gerenciamento que preza saber ouvir a todos, agindo para cada um em benefício do coletivo e disponível aos diversos níveis, de forma que problemas, ideias e soluções fluam rapidamente pela empresa.

Na prática, isso se traduz em incentivo a auto-gestão de gerentes e autonomia para guiarem as suas equipes (80% dos gerentes vem da própria empresa), treinamentos contínuos para reciclagem e atualização dos funcionários antigos e preparação dos novos dão os insumos necessários para adquirem conhecimento. Nós também nos preocupamos com a segurança de dados e no trabalho, com LGPD e um Setor de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho que procura reduzir acidentes e doenças ocupacionais. Além das iniciativas mencionadas, oferecemos suporte educacional e profissional com o Plano de Auxílio a Educação, o qual consiste em convênios com faculdades para desenvolvimento dos colaboradores, e com Programa Jovem Aprendiz para capacitação e descoberta de novos dos colaboradores.

Procuramos, ainda, proporcionar incentivos sociais que impactem além do ecossistema Tambasa, e por isso estamos engajados em mais de 20 projetos de auxílio a sociedade nas mais diversas áreas de atuação, quais sejam saúde, educação, esporte e cultura.

Para o meio ambiente, realizamos a reciclagem de caixas de papel e plástico não utilizados. A mudança de nosso modal de transporte, hubs logístico, fez com que centenas de quilos de CO^2 deixem de ser lançados no meio ambiente. A Tambasa também mantém áreas de preservação permanente, de aproximadamente 43 mil m^2, além de tratar e purificar todo o resíduo orgânico gerado pela empresa em sua ETEs (Estação de Tratamento de Esgoto), fazendo isso desde 2008.

Por fim, nosso modelo de governança corporativa conta não apenas com um corpo de diretores e conselheiros de administração experientes, como também com um Comitê Executivo, composto pelo Sr. Antônio Miguel, Presidente do Conselho de Administração, nossos dois Covice-Presidentes do Conselho de Administração e nosso Diretor-Presidente. Todos com sólida experiência no setor atacadista.

O Comitê Executivo, que se reúne semanalmente, acompanha de perto a evolução dos negócios e, com seu *know-how* no setor atacadista, nos confere agilidade nos processos de tomada de decisão, contribuindo com para a formulação e implementação de nossa estratégia, visando o crescimento e à rentabilidade dos negócios, bem como para a melhoria de nossos controles internos, procedimentos e práticas de governança corporativa.

Nossos Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Nossos pontos fortes sustentam as vantagens competitivas que conquistamos desde nossa fundação. Podemos resumir em cinco pontos as vantagens que construímos e que vislumbramos para o futuro:

Posicionamento entre os líderes no segmento atacadista distribuidor, estando entre os três maiores do setor.

Conforme com dados da ABAD/Nielsen de 2019, 2020 e 2021, somos líderes em termos de receita bruta com ampla capilaridade nacional e rapidez de distribuição. Isso ocorre, pois possuímos canais complementares de atacado e atacarejo, uma vez que utilizam da mesma capilaridade de distribuição para atender uma ampla gama de consumidores, que são altamente diversificados, com 5 maiores clientes representando apenas cerca de 0,13% da receita total do primeiro semestre de 2021. Além disso, conquistamos diversos prêmios ao longo dos anos, como Top of Mind Revenda Construção, Prêmio Excelência Atacadista Distribuidor (Revista Revenda), Maior empresa na modalidade atacadista distribuidor (ABAD) e outros.

Nota(1): Considera o ano de 2021 até o 2T.

Portfólio diversificado e em constante expansão.

Atendemos nossos clientes por meio de operações de atacado e atacarejo com um portfólio diversificado e complementar de produtos que abrange cerca de 29 mil SKUs (stock keeping unit), em linhas de produtos como Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, produtos automotivos de 2 e 4 rodas, Bazar, Pet e Vet, Higiene e Limpeza, dentre outras. Renovamos constantemente o portfólio de produtos a partir do monitoramento do giro de estoque, o que implica no desenvolvimento de uma capacidade adaptativa frente aos concorrentes.

Dessa forma, alcançamos alto nível de diversificação de SKUs, com os 5 mais relevantes representando aproximadamente 1,8% da receita total do primeiro semestre de 2021. Adicionalmente, o alto nível de diversificação também se aplica aos fornecedores, tendo em vista que os 5 mais relevantes são responsáveis por cerca de 9,4% da receita total do primeiro semestre de 2021.

Nota(1): Considera o ano de 2021 até o 2T.

Capacidade de distribuição com alcance nacional.

Nossa operação logística conta com um centro de distribuição centralizado localizado em Contagem- MG e 22 hubs logísticos espalhados pelo Brasil. Tal operação é pautada em três pilares: centralização do controle de armazenamento através de um centro de distribuição único que atende todo o país, capilaridade de distribuição e venda fracionada, que é diferencial perante os players do setor. Isso tudo é suportado por tecnologia de ponta, como cuby, transelevador e mini load, estrutura de 100 mil m^2 de armazenamento, 782 caminhões terceirizados, de forma que conseguimos alcançar 95% das cidades brasileiras.

Tecnologia de Transelevador: armazena e movimenta produtos de alto giro facilitando e agilizando a separação dos pedidos.

Picking By Light

Miniload

- **Mini Load:** instrumento de estocagem automática composto por 135 mil caixas com produtos que são levados ao colaborador para alimentar o processo de separação;
- **Cuby:** equipamento inovador e premiado pela empresa Huber Verlag für Neue Medien GmbH em 2016 com movimentação e armazenagem de estoque com capacidade para 40 mil caixas;
- **Picking by light:** facilitam a preparação de pedidos, já que os dispositivos iluminarão a posição do artigo e mostrarão a quantidade necessária a recolher, estando instalados diretamente sobre eles; e
- **Picking to tote:** método de preparação de encomendas no qual as mercadorias são classificadas em caixas de plástico e cada uma delas contém os artigos que constituem uma única encomenda, de forma a realizar o picking de itens de baixo giro com rapidez.

Setor atrativo com crescimento e resiliência.

De acordo com dados da ABAD/Nielsen, o segmento atacadista distribuidor têm apresentado crescimento constante e resiliente, com faturamento de R$262 bilhões em 2018, R$274 bilhões em 2019, e atingindo R$288 bilhões em 2020, mesmo em meio ao contexto da pandemia da Covid-19. Dessa forma, nós conseguimos nos beneficiar desse contexto para crescer ainda mais ao longo dos anos, procurando absorver a demanda dos consumidores.

Nossas Estratégias

Nossas principais estratégias são:

- expansão da distribuição, com aumento da capacidade de armazenagem e constante investimento em tecnologia e automação;
- expansão dos Hubs Logísticos, para aproximar ainda mais dos clientes;
- expansão da operação no formato de atacarejo; e
- crescimento com serviços financeiros, aceleração da omnicanalidade e aproveitamento de oportunidades de M&A.

Expansão da Capacidade do Centro de Distribuição

Acreditamos que conseguiremos continuar a fortalecer nossa capacidade de distribuição por meio de um potencial incremento de 130 mil m2 de área de armazenagem, num projeto já em andamento de expansão da área de galpões em Contagem-MG, que atualmente conta com os galpões G1 e G2. Ainda, pretendemos dar um novo passo em nossa operação que atualmente conta com a automatização implantada na operação de produtos fracionados. Para os novos galpões que serão construídos no Centro de Distribuição (G0, G4 e G5), detalhados abaixo, pretendemos investir na aquisição de novas tecnologias e robos de tecnologia de ponta, o que inaugurará a automatização dos produtos inteiros, que possuem maior valor por SKU, implicando em uma oportunidade de aumento de rentabilidade da operação.

- Galpão G4 (Projeto em Andamento): Tecnologia tradicional de automação com 90.000m²/ 145 mil paletes;
- Galpão G5 (Projeto em Andamento): Tecnologia de robotização com 20.000m²/ 100 mil paletes;
- Galpão G0 (Construção Futura): Tecnologia de robotização com 15.000m²/ 7 transelevadores.

Visão Geral do Centro de Distribuição em Contagem-MG: Galpões Atuais (G1 e G2) e Galpões Futuros (G4, G5 e G0)

Expansão da Operação no Formato Atacarejo

Atualmente a operação de atacarejo conta com 2 lojas representando aproximadamente 5% do faturamento da Companhia, o que demostra o alto potencial de crescimento através deste canal de vendas. Nossas lojas de atacarejo possuem 5.000m² e 8.000m² e estão situadas em terrenos de, em média, 11.250m², contando com um portfólio diversificado de produtos.

Enxergamos potencial de expandir a operação no formato atacarejo nos próximos anos, como parte de uma estratégia para evitar a sobreposição com a operação de atacado. A nossa estratégia possui, como base análises de mercado que visam mapear cidades em que a operação de atacado ainda não possui relevância. Fazemos isso observando o PIB das cidades em relação às nossas receitas atuais da operação atacadista nessas cidades. O resultado disso é a identificação de cidades com PIB relevante e baixa receita proveniente da operação de atacado para crescer a operação de atacarejo, evitando assim conflitos com nossos representantes comerciais. A nossa estratégia de expansão será suportada por um time experiente, contando com o nosso diretor de expansão e um time dedicado para este processo.

Crescimento em Serviços Financeiros, Aceleração da Omnicanalidade e Aproveitamento de Oportunidades de M&As

Em virtude da tendência de digitalização, entendemos a importância de iniciativas para acelerar a implantação do e-commerce, proporcionando aos consumidores uma experiência de compra mais ágil e completa. Enxergamos muitas, oportunidades para essa plataforma, que pode apresentar ainda maior escala quando combinada com a inserção de serviços financeiros no ecossistema Tambasa.

Auferimos que escala e dados são a alavanca para oportunidades em serviços financeiros. Para demonstrar esta filosofia, já operamos com flexibilidade em prazos de pagamentos cobrança de juros e já oferecemos, ainda em fase piloto, o fornecimento de crédito com base em recebíveis de cartão para clientes e a antecipação de recebíveis para fornecedores. Para isso, temos um time altamente capacitado focado no fortalecimento de nosso serviço financeiro.

No que se refere à frente digital, a Companhia conta com time especializado na consolidação do meio digital, no objetivo de otimizar a exploração e penetração plena no ecossistema digital, visto que estas vias figuram como uma grande avenida de crescimento para a Companhia.

No que tange ao e-commerce, a Companhia planeja ter um software exclusivo para o canal B2B. Adicionalmente, todos os clientes poderão entrar no site para consultar preços e fazer pedidos a partir do início de 2021 via Oracle – soluções de software para BPM (*Business Process Management*). Já referente ao B2C, a Companhia implementou no ano de 2021 a estratégia de uso de *market places* para impulsionar o canal, obtendo parceria direta com a Amazon.

Ainda, vale ressaltar que acreditamos haver significativas oportunidades de expandir ainda mais nossos negócios e participação de mercado em nosso setor. Tal crescimento poderá ser alcançado tanto por meios orgânicos como *inorgânicos*. Além do nosso planejamento atual de inauguração de novos galpões para serem incorporados no centro de distribuição, monitoramos continuamente o mercado para eventuais oportunidades de M&A, visando: (i) expandir as categorias de produtos oferecidas; (ii) a expansão de serviços financeiros; e (iii) aceleração da omnicalidade.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações vide itens "*4.1 Descrição dos Fatores de Risco*" e "*4.2 Descrição dos Principais Riscos de Mercado*" deste Formulário de Referência.

Eventos Recentes

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia recebeu de sua parte relacionada Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. o montante de R$49.597 mil, referente ao pagamento do mútuo.

Em 06 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social, conforme indicado nos itens 3.9 e 17.3 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto, respectivamente nas páginas 392 e 669.

Além disso, em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB Atacadistas Ltda., por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda., pelo valor de R$12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais). Em razão da venda da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda. para a Companhia, esta passou a consolidar os resultados da GB, até então uma sociedade sob controle comum, eliminando assim potenciais conflitos de interesses. Para informações adicionais, vide item 15.7 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto, na página 656.

Estrutura Acionária

Na data deste Prospecto, a estrutura societária da Companhia é a seguinte:

Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia, incluindo o acordo de acionistas celebrado entre eles, veja a seção "15. Controle", no Formulário de Referência, a partir da página 643 deste Prospecto.

Principais Fatores de Risco da Companhia

Dependemos de sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação e de telecomunicações para processar transações, controlar nosso estoque, nosso fluxo operacional e nossos negócios.

Nossas operações dependem em grande parte de nossos sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação, que são importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos relevantes. Como exemplo, podemos citar a nossa dependência à tecnologia da SSI Schaefer em nosso processo de armazenagem e expedição. Uma interrupção nesse sistema pode acarretar a paralização das atividades do nosso centro de distribuição, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Quaisquer falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros podem ter um impacto adverso nos nossos negócios.

Considerando o grande volume de transações que são processadas por ano em nossas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) e centro de distribuição, é necessário manter o fornecimento ininterrupto dos sistemas de computadores e de telecomunicações para apoiar, dentre outras, as operações de vendas, o fluxo operacional, de controle de estoque, de encomenda de produtos, de transporte e de faturamento.

Os sistemas de tecnologia da informação e de telecomunicações próprios e os fornecidos por terceiros podem sofrer falhas ou interrupções decorrentes de falta de energia, falhas na rede de computadores ou de telecomunicações, vírus de computador, falhas de segurança, ataques cibernéticos, erros de operação causados por nossos funcionários ou do terceiro contratado ou, ainda, decorrentes de desastres naturais como incêndios, enchentes e terremotos.

Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

A interrupção ou suspensão das atividades do nosso centro de distribuição, das nossas lojas, bem como a nossa eventual incapacidade de expansão, poderá impactar adversamente nossos negócios e a nossa estratégia de crescimento.

Atualmente, temos um centro de distribuição localizado em Contagem, Minas Gerais. Todas as mercadorias que vendemos são distribuídas por meio desse centro de distribuição. Se a operação normal do referido centro de distribuição for suspensa ou interrompida, seja por (i) reduções significativas do uso da infraestrutura de transporte; (ii) redução ou suspensão do seu funcionamento em decorrência de desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas de sistema, greves de funcionários, falta de energia, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19) ou por causas inesperadas causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas físicas no setor de Atacarejo, a construção de novos galpões em nosso centro de distribuição e de novos Hubs Logísticos (Transbordo), estes últimos por meio de parceria com terceiros, além da expansão das atividades de e-commerce, o que pode demandar uma expansão na capacidade de nosso centro de distribuição ou o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente devido à necessidade de abastecimento das novas lojas físicas para atendimento das demandas de compras via e-commerce. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novas lojas físicas, novos centros de distribuição e novos Hubs Logísticos (Transbordo) ou caso não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques e distribuição de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil e perder vendas para eventuais concorrentes, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossa reputação, nossos resultados operacionais, financeiros e na nossa estratégia de crescimento.

Interrupções no fornecimento e outros fatores que afetem a distribuição dos produtos podem causar um impacto adverso nos nossos negócios.

Quaisquer interrupções no fornecimento e outros fatores que afetem a distribuição dos produtos, seja por (i) reduções significativas da infraestrutura de transportes ou em operações; (ii) desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19) ou outras causas inesperadas, causadas por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, nas cidades onde nosso centro de distribuição, lojas e Hubs Logísticos (Transbordo) estão localizados ou onde nós ou os nossos fornecedores usemos para entregar produtos, podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de receber e distribuir mercadorias e ocasionar quedas em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Acidentes em nosso centro de distribuição ou quaisquer de nossas lojas podem causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo em nosso centro de distribuição ou de quaisquer de nossas lojas. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível e fora de nosso controle ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Nossos negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, ou ainda em decorrência da forma como enderecemos tais acidentes e/ou eventos.

Podemos não ser capazes de ampliar a quantidade de lojas físicas, o que poderá impactar adversamente nossos negócios e a nossa estratégia de crescimento.

A nossa estratégia de crescimento está ligada à nossa capacidade de abrir novas lojas físicas, desenvolver as lojas existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de diversos fatores, entre esses fatores se incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, ou a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis.

A legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a construção ou revitalização dos imóveis em que operamos os nossos diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as nossas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de nossas lojas existentes ou em processo de planejamento ou construção, podem afetar negativamente a nossa capacidade de abrir novas lojas, renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possuímos operações. Consequentemente, isso pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais e financeiros. Precisamos também concluir as obras sem atrasos significativos, interrupções ou aumentos dos custos. Pela sua natureza, tais projetos enfrentam riscos associados a atividades de construção, incluindo custos excedentes, escassez de aço, concreto ou outros materiais, escassez de trabalho, disputas legais, imprevistos ambientais ou de engenharia, paradas de trabalho, desastres naturais e a incapacidade de obter seguros a preços razoáveis, sendo que qualquer um deles pode atrasar a construção e resultar em um aumento substancial nos nossos custos para esses projetos.

Além disso, estamos suscetíveis a riscos de performance, qualidade de produto e condição financeira das empresas de construção contratadas. Como exemplo, a capacidade das empresas de construção contratadas de prestar serviços e fornecer recursos essenciais, adequada e pontualmente, aos nossos projetos imobiliários pode ser afetada se eles estiverem enfrentando restrições financeiras ou momentos de crise financeira ou de redução da atividade econômica em geral. Podemos nos deparar com interrupções em seus serviços no futuro, ou que não conseguiremos substituir, em tempo hábil, tais empresas que não conseguirem atender às nossas necessidades, o que poderá afetar negativamente a execução oportuna e bem-sucedida dos nossos projetos e, consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira. Também poderemos sofrer atrasos decorrentes de mudanças na legislação, burocracia governamental, imprevistos ou eventos.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, incluindo os impactos da pandemia do COVID 19, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.
Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., s/n, Tapera
CEP 32060-514 – Contagem, MG
At.: Alberto Portugal Milward de Azevedo
Tel.: +55 (31) 3359-0947
www.tambasa.com/ri

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou Coordenador Líder
Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Telefone: +55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br

Banco Itaú BBA S.A. ou Agente Estabilizador
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1°, 2°, 3°, 4° e 5° andares
CEP 04538-132, São Paulo
At.: Sr.ª Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
www.itau.com.br

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Telefone: +55 (11) 2188-4000
www.merrilllynch-brasil.com.br

Auditores Independentes

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 991, 18º andar
CEP 30140-128, Belo Horizonte - MG
At.: Sr. Guilherme Campos e Silva
Tel.: +55 (31) 3269-1511
www.pwc.com.br

Consultor Legal Local dos Coordenadores da Oferta

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147-7600
www.mattosfilho.com.br

Consultor Legal Local da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, nº 1.100
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At.: Srs. Henrique Lang e Guilherme Sampaio Monteiro
Tel.: +55 (11) 3247-8400
www.pinheironeto.com.br

Consultor Legal Externo dos Coordenadores da Oferta	Consultor Legal Externo da Companhia e dos Acionistas Vendedores
White & Case LLP Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 4º Andar CEP 01452-000, São Paulo, SP At.: Sr. John Guzman Tel.: +55 (11) 3147-5607 www.whitecase.com	**Milbank LLP** Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 5º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP At.: Sra. Fabiana Sakai Tel.: +55 (11) 3927-7781 www.milbank.com

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 163.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir das páginas 23 e 105, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 393 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir das páginas 177 e 286 deste Prospecto, respectivamente, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	O montante de [•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ([•]) ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto, correspondentes a até 20% do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta, nenhuma ação ordinária de emissão da Companhia está em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 47 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto, correspondentes a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou Itaú BBA	O Banco Itaú BBA S.A.
Agentes de Colocação Internacional	XP Investments US, LLC, Itau BBA USA Securities, Inc. e BofA Securities, Inc., considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	"Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.", a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", a partir da página 89 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	"Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.", a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", a partir da página 89 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Aprovações Societárias

A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a qual já contempla as disposições necessárias à adesão ao Regulamento do Novo Mercado, a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria "A" junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a submissão dos pedidos de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, foram aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 06 de dezembro de 2021, cujas atas foram arquivadas perante a JUCEMG sob os nº [•] e [•], em [•] de [•] 2021, e publicadas no jornal "Diário do Comércio" e no DOEMG, em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será registrada perante a JUCEMG e publicada no jornal "Diário do Comércio", na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOEMG, no dia útil seguinte.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores, que são pessoas físicas, para a participação na Oferta Secundária e não será necessária qualquer aprovação para a fixação do Preço por Ação, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

	Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 20[21], a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de 20[21], com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*", a partir da página 89 deste Prospecto.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$3.830.000,00 (três milhões, oitocentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Contrato de Colocação	"*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, que dispõe sobre os termos e as condições aplicáveis aos esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Empréstimo	"Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.", celebrado entre os [Acionistas Vendedores], na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador e a Companhia na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Estabilização	"Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, o qual foi submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	"Contrato de Participação no Novo Mercado", a ser celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	"Contrato de Prestação de Serviços" celebrado em [•] de [•] de 2022, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
Coordenador Líder ou XP	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o Bank of America, considerados em conjunto.
Corretora	A Itaú Corretora de Valores S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta*", a partir da página 66 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações e das Ações Adicionais, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais) aos respectivos investidores, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações objeto da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária considerando as Ações Adicionais terão a destinação informada na seção "Destinação dos Recursos", a partir da página 112 deste Prospecto. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descritos na seção "*Informações Sobre a Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações*", a partir da página 86 deste Prospecto e na seção "*18 Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 672 deste Prospecto.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", a partir da página 108 deste Prospecto.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus, nos termos descritos neste Prospecto. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta*", na página 107 deste Prospecto.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto. Estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 23 e 105 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 393 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	Obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas Afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas seção "*Informações Sobre a Oferta – Estabilização de Preço das Ações*", a partir da página 85 deste Prospecto, não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta	O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 105 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.
Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à Oferta por meio da assinatura da carta-convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à venda de Ações assinados pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, bem como pelos Administradores.

Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, editada pela SEC, e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados Investidores Qualificados, em ambos os casos desde que não sejam considerados Investidores Não Institucionais [e cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$[•] ([•])], além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimentos, assim como os Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores da Oferta do Segmento *Private* e os Investidores da Oferta de Varejo, considerados em conjunto.
Investidores da Oferta do Segmento *Private*	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva do Segmento *Private* ou o Período de Reserva do Segmento *Private* para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private*.

Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*	Investidores da Oferta do Segmento *Private* que concordaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private* e tiveram prioridade de alocação.
Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*	Investidores da Oferta do Segmento *Private* que optaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*.
Investidores da Oferta de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que não sejam considerados Investidores Institucionais ou Investidores Qualificados, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva do Varejo ou durante o Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Investidores da Oferta de Varejo que concordaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e tiveram prioridade de alocação.
Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores da Oferta de Varejo que optaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Profissionais	Investidores conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30.
Investidores Qualificados	Investidores conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM 30.
Lock-up* da Oferta do Segmento *Private	Compromisso obrigatório dos Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* de não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as Ações por um período de 20 (vinte) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Compromisso obrigatório dos Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* de não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as Ações por um período de 15 (quinze) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
Negociação na B3	As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "TBTB3".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Com *Lock-up e* Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta de Varejo*", a partir da página 71 deste Prospecto.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta de Varejo Sem Lock-up*", a partir da página 71 deste Prospecto.
Oferta do Segmento *Private*	Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up e* Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta do Segmento* Private", a partir da página 75 deste Prospecto.
Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta do Segmento* Private", a partir da página 75 deste Prospecto.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Institucional*", a partir da página 80 deste Prospecto.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Não Institucional*", a partir da página 70 deste Prospecto.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Oferta Primária	Montante de, inicialmente, [•] novas Ações de emissão da Companhia.

Oferta Secundária	Montante de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva das Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva do Segmento *Private*	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta do Segmento *Private*.
Período de Reserva do Segmento *Private* para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta do Segmento *Private* que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva do Varejo	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta de Varejo.
Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Períodos de Reservas	O Período de Reserva do Varejo e o Período de Reserva do Segmento *Private*, considerados conjuntamente.
Períodos de Reservas para Pessoas Vinculadas	O Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas e o Período de Reserva do Segmento *Private*, considerados conjuntamente.

Pessoas Vinculadas

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

Plano de Distribuição	Plano de distribuição das Ações elaborado pelos Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30, (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício-Circular CVM/SRE, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.
Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação, coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", a partir da página 107 deste Prospecto.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta.

Prospecto Definitivo

O "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.

Prospectos

Prospecto Definitivo e este Prospecto, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta

Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais, considerandos em conjunto.

Registro da Oferta

Os pedidos de registro da Oferta foram protocolados pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de dezembro de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações Adicionais*", a partir da página 89 deste Prospecto.

Resolução de Conflitos

A Companhia, seus acionistas e Administradores, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	[A Companhia, cada um de seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta dias) contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda, ou a percepção de potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", a partir da página 106 deste Prospecto.]
Rateio da Oferta de Varejo	O Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* e o Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.
Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.
Rateio da Oferta do Segmento *Private*	O Rateio da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* e o Rateio da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.
Rateio da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.

Termo de Aceitação	Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a subscrição/aquisição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, de contrato de compra e venda e/ou de termo de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estiveram contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição de Ações foi formalizada mediante o preenchimento e entrega por tal Investidor Institucional ao Coordenador da Oferta com o qual efetuou sua ordem de investimento do termo de aceitação da Oferta, o qual foi previamente submetido à CVM e contem (i) as condições de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações, (ii) esclarecimento de que não foi admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) declaração de que obteve cópia dos Prospectos.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) aplicável aos Investidores da Oferta de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private*	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) aplicável aos Investidores da Oferta do Segmento *Private*.
Valor Total da Oferta	R$[•] ([•] reais), considerando o Preço por Ação (sem consideradas as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). R$[•] ([•] reais), considerando o Preço por Ação (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$3.830.000,00 (três milhões, oitocentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, em até 700.000.000 (setecentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço e a quantidade de Ações a serem emitidas, bem como demais condições de subscrição/integralização dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)(3)]
Ordinárias	383.000.000	3.830.000,00	[•]	[•]
Total.....	**383.000.000**	**3.830.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Considera tanto os 50% do Preço por Ação alocados à conta de capital social como os 50% do Preço por Ação alocados à reserva de capital.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)(3)]
Ordinárias	383.000.000	3.830.000,00	[•]	[•]
Total.....	**383.000.000**	**3.830.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Considera tanto os 50% do Preço por Ação alocados à conta de capital social como os 50% do Preço por Ação alocados à reserva de capital.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e considerando a colocação integral das Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)(3)]
Ordinárias	383.000.000	3.830.000,00	[•]	[•]
Total.....	**383.000.000**	**3.830.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Considera tanto os 50% do Preço por Ação alocados à conta de capital social como os 50% do Preço por Ação alocados à reserva de capital.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)(3)]
Ordinárias	383.000.000	3.830.000,00	[•]	[•]
Total.....	**383.000.000**	**3.830.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Considera tanto os 50% do Preço por Ação alocados à conta de capital social como os 50% do Preço por Ação alocados à reserva de capital.

Acionistas Vendedores, Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de Ações, pelos membros Administração e pelos Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	22.343.300	5,83375979%	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	7.660.000	2,00000000%	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	4.658.200	1,21624020%	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	15.096.500	3,94164490%	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	2.521.300	0,65830287%	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	2.515.000	0,65665796%	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	4.687.000	1,22375978%	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Ivan Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Maura Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	25.162.000	6,56970934%	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	10.257.200	2,67808874%	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Thiago Cordeiro Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	10.709.500	2,79622281%	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	17.709.500	4,62389905%	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	5.903.500	1,54139253%	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	5.903.300	1,54133159%	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	10.049.500	2,62389905%	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	8.854.700	2,31193211%	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	8.854.800	2,31196694%	[•]	[•]
Lucca Bartolomeo Abreu Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Sofia Bartolomeo Abreu e Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**383.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	22.343.300	5,83375979%	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	7.660.000	2,00000000%	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	4.658.200	1,21624020%	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	15.096.500	3,94164490%	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	2.521.300	0,65830287%	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	2.515.000	0,65665796%	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	4.687.000	1,22375978%	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Ivan Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Maura Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	25.162.000	6,56970934%	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	10.257.200	2,67808874%	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Thiago Cordeiro Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	10.709.500	2,79622281%	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	17.709.500	4,62389905%	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	5.903.500	1,54139253%	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	5.903.300	1,54133159%	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	10.049.500	2,62389905%	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	8.854.700	2,31193211%	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	8.854.800	2,31196694%	[•]	[•]
Lucca Bartolomeo Abreu Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Sofia Bartolomeo Abreu e Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**383.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00%**

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e considerando a colocação integral das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	22.343.300	5,83375979%	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	7.660.000	2,00000000%	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	4.658.200	1,21624020%	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	15.096.500	3,94164490%	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	2.521.300	0,65830287%	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	2.515.000	0,65665796%	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	4.687.000	1,22375978%	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Ivan Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Maura Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	25.162.000	6,56970934%	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	10.257.200	2,67808874%	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Thiago Cordeiro Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	10.709.500	2,79622281%	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	17.709.500	4,62389905%	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	5.903.500	1,54139253%	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	5.903.300	1,54133159%	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	10.049.500	2,62389905%	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	8.854.700	2,31193211%	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	8.854.800	2,31196694%	[•]	[•]
Lucca Bartolomeo Abreu Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Sofia Bartolomeo Abreu e Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**383.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral as Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	22.343.300	5,83375979%	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	7.660.000	2,00000000%	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	33.833.200	8,83373368%	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	4.658.200	1,21624020%	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	4.658.200	1,21624021%	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	15.096.500	3,94164490%	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	6.533.400	1,70584856%	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	6.533.300	1,70582246%	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	2.521.300	0,65830287%	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	2.515.000	0,65665796%	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	2.374.600	0,62000000%	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	4.687.000	1,22375978%	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Ivan Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Maura Trivellato	4.648.700	1,21375979%	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	25.162.000	6,56970934%	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	10.257.200	2,67808874%	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Thiago Cordeiro Bartolomeu	8.854.800	2,31194952%	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	10.709.500	2,79622281%	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	3.500.000	0,91383812%	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	17.709.500	4,62389905%	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	5.903.500	1,54139253%	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	5.903.000	1,54125326%	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	5.903.300	1,54133159%	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	10.049.500	2,62389905%	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	3.830.000	1,00000000%	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	8.854.700	2,31193211%	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	8.854.800	2,31196694%	[•]	[•]
Lucca Bartolomeo Abreu Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Sofia Bartolomeo Abreu e Silva	5.903.100	1,54128373%	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**383.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00%**

Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

ANTÔNIO MIGUEL GIRUNDI BARTOLOMEU, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade RG n.º M-556.054, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 228.226.406-10, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GUSTAVO BITTENCOURT BARTOLOMEU, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade RG n.º MG-9.325.721, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 055.013.446-88, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GRAZIELLI BITTENCOURT BARTOLOMEU, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-9.325.774, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 013.069.596-32, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

MARIA APARECIDA GIRUNDI BARTOLOMEU PIZARRO, brasileira, casada, representante comercial, portadora da carteira de identidade RG n.º M-1.244.095, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 521.644.466-15, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GILTON GIRUNDI BARTOLOMEU, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º M-1.571.595, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 401.901.296-20, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

ELIANE GIRUNDI BARTOLOMEU SILVA, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade RG n.º M-3.999.695, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 564.242.726-15, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

ALBERTO PORTUGAL MILWARD DE AZEVEDO, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG n.º M-745.913, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 324.980.046-53, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GERSON HENRIQUE MILWARD DE AZEVEDO, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade n.º 81.907/D, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 501.050.606-82, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GISÉLIA BARTOLOMEU MILWARD DE AZEVEDO, brasileira, viúva, aposentada, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-739.590, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 222.195.016-04, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GESMAIR BARTOLOMEU MILWARD DE AZEVEDO, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-4.470, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 874.932.846-87, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GERSON BARTOLOMEO FILHO, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º MG-1.271.278, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 414.467.636-68, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

JOÃO BOSCO FONSECA BARTOLOMEO, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º MG-2.105.021, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 420.298.726-87, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

WALTER BARTOLOMEU, brasileiro, separado judicialmente, representante comercial, portador da carteira de identidade RG n.º MG-2.143.016, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 426.130.946-72, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

REGINA COELI BARTOLOMEU NEVES, brasileira, viúva, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-1.155.752, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 317.249.306-72, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

LEONARDO BARTOLOMEU NEVES, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG n.º MG-10.502.285, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 054.203.986-99, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

PRISCILA BARTOLOMEU NEVES, brasileira, divorciada, fotógrafa, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-10.502.242, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 013.046.726-03, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

LOUISE BARTOLOMEU COUTINHO VILLELA, brasileira, solteira, administradora, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-13.909.155, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 075.321.836-45, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

VIRGÍNIA BARTOLOMEO, brasileira, separada judicialmente, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º M-703.243, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 315.729.286-20, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

MARIA AUXILIADORA BARTOLOMEO, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade RG n.º M-2.917.798, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 509.323.576-87, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

ROSÂNGELA BARTOLOMEO MOREIRA, brasileira, casada, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º M-1.648.915, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 989.839.036-00, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

GUSTAVO BARTOLOMEU RECCHIONI, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º MG-7.417.831, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 30.976.156-52, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

BRENO BARTOLOMEU RECCHIONI, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º M-7.417.826, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 037.343.676-97, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

LUCCA BARTOLOMEO ABREU SILVA, brasileiro, solteiro, estudante, portador da carteira de identidade RG n.º MG-13.940.431, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 122.306.116-74, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

SOFIA BARTOLOMEO ABREU E SILVA, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-13.940.452, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 124.740.596-60, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

FREDERICO BARTOLOMEO MARTINS, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG n.º 12160070, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 088.486.186-42, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

MARCELA BARTOLOMEO MARTINS, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-8.974.851, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 066.919.386-07, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA, brasileiro, em união estável, economista, portador da carteira de identidade RG n.º MG-11.872.144, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 052.441.626-59, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

FELIPE BARTOLOMEO MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG n.º MG-10.591.217, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 036.745.616-89, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

MYRIAN STANCIOLI BARTOLOMEU, brasileira, viúva, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-59.810, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 029.475.726-02, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

THIAGO BARTOLOMEU FONSECA, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG n.º 13.713.955, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 090.260.316-70, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

TATIANA BARTOLOMEU FONSECA, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-11.046.166, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 054.544.716-07, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

LUIZ FELIPE CARNEIRO BARTOLOMEU, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º MG-15.662.926, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 096.493.806-55, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

ANA LUIZA CARNEIRO BARTOLOMEU, brasileira, solteira, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-15.662.913, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 097.711.456-22, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

MARIA JOSÉ RODRIGUES DA CUNHA, brasileira, divorciada, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-1.482.088, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 377.469.606-34, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

CRISTIANO RODRIGUES DA CUNHA, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade RG nº MG-5.529.263, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 794.217.336-49, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, nº 867, Sala 1003 J, Savassi;

SÔNIA MARIA RODRIGUES LESSA, brasileira, casada, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-11.975.521, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 042.254.006-46, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

LEDA SOARES NEVES DA CUNHA, brasileira, viúva, cabeleireira, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-5.760.748, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 186.691.156-20, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

SILVIA EMÍLIA TRIVELLATO ARRUDA, brasileira, casada, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º MG-11.898.558, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 526.684.526-00, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

IVAN TRIVELLATO, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade RG n.º M-282.616, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 199.977.606-20, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi;

MAURA TRIVELLATO, brasileira, separada judicialmente, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º M-655.190, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 475.074.706-87, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi; e

MARÍLIA TRIVELLATO ROLLA, brasileira, viúva, comerciante, portadora da carteira de identidade RG n.º M-1.410.251, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º-096.394.908-06, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Rua dos Inconfidentes, n.º 867, Sala 1003 J, Savassi.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 643 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de, inicialmente, [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pela XP Investments US, LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo BofA Securities, Inc. em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional: (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ([•]) Ações sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), conforme opção a ser outorgada pela pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Aprovações Societárias

A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a qual já contempla as disposições necessárias à adesão ao Regulamento do Novo Mercado, a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a submissão do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foram aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 06 de dezembro de 2021, cujas atas foram arquivadas perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob os nº [•] e [•], em [•] de [•] de 2021, e publicadas no jornal "Diário do Comércio" e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG"), em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9) e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será registrada perante a JUCEMG e publicada no jornal "Diário do Comércio", na data de disponibilização do Anúncio de Início, e no DOEMG, no dia útil seguinte.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores, que são pessoas físicas, para a participação na Oferta Secundária e não será necessária qualquer aprovação para a fixação do Preço por Ação, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicada neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados parte à conta de capital social e parte à conta de reserva de capital. O equivalente a 50% do Preço por Ação de R$[•] (que é o ponto médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social, e os 50% remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta - Composição do Capital Social*", a partir da página 47 deste Prospecto.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	**Quantidade**	**Preço por Ação[1]**	**Montante**	**Comissões e Despesas**	**Recursos Líquidos[2]**
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ivan Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maura Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares:

Ofertante	**Quantidade**	**Preço por Ação[1]**	**Montante**	**Comissões e Despesas**	**Recursos Líquidos[2]**
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ivan Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maura Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	**Quantidade**	**Preço por Ação[1]**	**Montante**	**Comissões e Despesas**	**Recursos Líquidos[2]**
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ivan Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maura Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Grazielli Bittencourt Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eliane Girundi Bartolomeu Silva	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gilton Girundi Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Bartolomeo Filho	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alberto Portugal Milward De Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gerson Henrique Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Myrian Stancioli Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Thiago Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Tatiana Bartolomeu Fonseca	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria José Rodrigues Da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Cristiano Rodrigues da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Sônia Maria Rodrigues Lessa	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leda Soares Neves da Cunha	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Silvia Emília Trivellato Arruda	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ivan Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maura Trivellato	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marília Trivellato Rolla	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João Bosco Fonseca Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walter Bartolomeu	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Regina Coeli Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Leonardo Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Priscila Bartolomeu Neves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Louise Bartolomeu Coutinho Villela	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Virgínia Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Frederico Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Marcela Bartolomeo Martins	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Auxiliadora Bartolomeo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosângela Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Bernardo Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Felipe Bartolomeo Moreira	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Gustavo Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Breno Bartolomeu Recchioni	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

Para mais informações, veja a seção *"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Arcaremos com as despesas dos Acionistas Vendedores relacionadas à Oferta, bem como arcaremos juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por nós recebidos em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente nossos resultados no período subsequente à realização da mesma"* constante a partir da página 110 deste Prospecto.

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	Valor[2]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[2][10]	Valor por Ação[2]	% do total de custos[2]	% em Relação ao Preço por Ação[2]
	(R$)		*(R$)*		
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[8]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[9]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação que, conforme descrita no Contrato de Colocação, corresponde a 20% da remuneração base, equivalente a [•]% do produto entre a quantidade total de Ações efetivamente colocadas no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação ("Remuneração Base").

(3) Comissão de Colocação que, conforme descrita no Contrato de Colocação, corresponde a 60% da Remuneração Base.

(4) Comissão de Garantia Firme de Liquidação que, conforme descrita no Contrato de Colocação, corresponde, a 20% da Remuneração Base.

(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, tais como atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), assessor financeiro, traduções, *printer* e outros.

(8) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[(1)]
1.	Protocolo dos pedidos de registro das Ofertas e da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" na CVM.	[•] de [•] de 2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). Disponibilização deste Prospecto.	[•] de [•] de 2022
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*.	[•] de [•] de 2022
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva da Oferta de Varejo. Início do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas. Início do Período de Reserva do Segmento *Private*. Início do Período de Reserva do Segmento *Private* para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2022
5.	Encerramento dos Períodos de Reservas para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2022
6.	Encerramento do Período de Reserva do Varejo. Encerramento do Período de Reserva do Segmento *Private*.	[•] de [•] de 2022
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Fixação do Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta. Concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM.	[•] de [•] de 2022
8.	Concessão dos registros da Oferta. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo.	[•] de [•] de 2022
9.	Início de negociação das Ações na B3. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2022
10.	Data de Liquidação.	[•] de [•] de 2022
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2022
12.	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2022
13.	Fim do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2022
14.	Fim do *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*	[•] de [•] de 2022
15.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	[•] de [•] de 2022

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova disponibilização deste Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções "*Informações Sobre a Oferta - Procedimento da Oferta*", "*Informações Sobre a Oferta - Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" e "*Informações Sobre a Oferta - Inadequação da Oferta*", deste Prospecto.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, ver o item 8 do Aviso ao Mercado e a seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Regime de Distribuição

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação.

Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Após: **(i)** a disponibilização deste Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); **(ii)** a disponibilização deste Prospecto Preliminar e de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos; **(iii)** o encerramento dos Períodos de Reservas e dos Períodos de Reservas para Pessoas Vinculadas; **(iv)** a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; **(v)** a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional; **(vi)** o deferimento do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM; **(vii)** a concessão dos registros da Oferta pela CVM; **(viii)** a disponibilização do Anúncio de Início; e **(ix)** a disponibilização do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos"), as Instituições Participantes realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições do item 5 do Aviso ao Mercado. Ainda, conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados neste Prospecto Preliminar, a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", a partir da página 108 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) a Oferta Não Institucional; e (ii) a Oferta Institucional, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional compreenderá:

(i) uma oferta destinada a Investidores da Oferta de Varejo, na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta de Varejo que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo;

(ii) uma oferta destinada aos Investidores da Oferta de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo;

(iii) uma oferta destinada a Investidores da Oferta do Segmento *Private*, na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta do Segmento *Private* que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*; e

(iv) uma oferta destinada a Investidores da Oferta do Segmento *Private* que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será destinada aos Investidores Institucionais, e será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Plano de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30, (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício-Circular CVM/SRE, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até 2º (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações", a partir da página 109 deste Prospecto.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante os Períodos de Reservas e os Períodos de Reservas para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private*, conforme o caso.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [11]% ([onze] por cento) e, no máximo, [30]% ([trinta] por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio de (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores da Oferta de Varejo; e (ii) uma Oferta do Segmento *Private*, destinada aos Investidores da Oferta do Segmento *Private*.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descritos nos itens "*Procedimento da Oferta de Varejo*" e "*Procedimento da Oferta do Segmento* Private" abaixo, conforme o caso. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações por Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à prioridade na alocação, à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência, em especial as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta de Varejo que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva do Varejo, ou, no caso de Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e o disposto neste item.

O montante de, no mínimo, [10%] [(dez por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo, conforme disposto a seguir:

(i) o montante de, no mínimo, [8%] [(oito por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* ("Oferta de Varejo Com *Lock-up*"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock up* (a) de até [8%] [(oito por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [8%] [(oito por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) e desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, a alocação entre tais Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta de Varejo Com *Lock-up* para a Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [2%] [(dois por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ("Oferta de Varejo Sem *Lock-up*" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "Oferta de Varejo"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até [2%] [(dois por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [2%] [(dois por cento)] das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

Procedimento da Oferta de Varejo. Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores da Oferta de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) deste item e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva do Varejo e o Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores da Oferta de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor da Oferta de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da disponibilização do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores da Oferta de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores da Oferta de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores da Oferta de Varejo, serão informados a cada Investidor da Oferta de Varejo até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo;

(e) cada Investidor da Oferta de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor da Oferta de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor da Oferta de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações da Oferta de Varejo objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "Rateio da Oferta de Varejo");

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores da Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores da Oferta de Varejo possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio da Oferta de Varejo descrito acima.

Lock-up da Oferta de Varejo*.* Os Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 15 (quinze) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo, e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta do Segmento* Private *e os Investidores da Oferta de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta do Segmento* Private *e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", a partir da página 111 deste Prospecto.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja o item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" abaixo.

Oferta do Segmento Private

A Oferta do Segmento *Private* será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta do Segmento *Private* que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva do Segmento *Private*, ou, no caso de Investidores da Oferta do Segmento *Private* que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva do Segmento *Private* para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private* e o disposto neste item.

Em linha com os montantes mínimo e máximo de Ações destinadas a Oferta Não Institucional previstos neste item 5.3 e observado os itens 5.3.2.1 e 5.3.2.2 abaixo, parte do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública no âmbito da oferta para Investidores da Oferta do Segmento *Private* que realizarem seus investimentos de forma direta, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [0,8%] [(oito décimos por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* ("Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* (a) de até [0,8%] [(oito décimos por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [0,8%] [(oito décimos por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), e desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* tenha sido atendido, a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá Rateio da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* para a Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [0,2%] [(dois décimos por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* ("Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*" e, em conjunto com a Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, a "Oferta do Segmento *Private*"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* (a) de até [0,2%] [(dois décimos por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [0,2] [(dois décimos por cento)] do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*.

Procedimento da Oferta do Segmento *Private*. Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores da Oferta do Segmento *Private* de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) deste item e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores da Oferta do Segmento *Private* interessados em participar da Oferta do Segmento *Private* deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private*, sendo que tais Investidores da Oferta do Segmento *Private* poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor da Oferta do Segmento *Private* estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da disponibilização do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores da Oferta do Segmento *Private* que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*, sob pena de serem considerados Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores da Oferta do Segmento *Private* deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores da Oferta do Segmento *Private* que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento *Private* que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores da Oferta do Segmento *Private* serão informados a cada Investidor da Oferta do Segmento *Private* até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento *Private*;

(e) cada Investidor da Oferta do Segmento *Private* deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor da Oferta do Segmento *Private* e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor da Oferta do Segmento *Private* o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e no itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo e a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento *Private*. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas conforme ordem de prioridade estabelecida neste Aviso ao Mercado[, podendo também ser destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*]; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas conforme ordem de prioridade estabelecida neste Aviso ao Mercado; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*" e, em conjunto com o Rateio Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, "Rateio da Oferta do Segmento *Private*");

(i) Caso haja Rateio da Oferta do Segmento *Private*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores da Oferta do Segmento *Private* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores da Oferta do Segmento *Private* possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio da Oferta do Segmento *Private* descrito acima.

Lock-up da Oferta do Segmento *Private*. Os Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private* e adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 20 (vinte) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, cada Investidor da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*. Não obstante o *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta do Segmento *Private* Com *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private* e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta do Segmento* Private *e os Investidores da Oferta de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta do Segmento* Private *e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", a partir da página 111 deste Prospecto.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja o item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" abaixo.

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, as Ações remanescentes da Oferta serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento. Cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

(a) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding,* na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

(b) até as 16h00 do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fax, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento;

(c) a entrega das Ações deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação;

(d) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta e/ou o Agente de Colocação Internacional que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea(c) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta; e

(e) poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", a partir da página 107 deste Prospecto.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a subscrição/aquisição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, de contrato de compra e venda e/ou de termo de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição de Ações deverá ser formalizada mediante o preenchimento e entrega por tal Investidor Institucional ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento do termo de aceitação da Oferta, o qual será previamente submetido à CVM e incluirá, no mínimo, (i) as condições de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações, (ii) esclarecimento de que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) declaração de que obteve cópia dos Prospectos.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja o item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" abaixo.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400. A data de início da Oferta será anunciada mediante a disponibilização do Anúncio de Início e o término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", a partir da página 84 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia [e os Acionistas Vendedores] assumir[á/ão] a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obrigará a Companhia, [bem como obriga os Acionistas Vendedores,] a indenizar[em] os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia.

Para informações adicionais, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil*", a partir da página 108 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" a partir da página 91 deste Prospecto.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes do item 18 deste Aviso ao Mercado, mesmos meios utilizados para disponibilização deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos do item "Plano de Distribuição da Oferta" acima.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item "Plano de Distribuição da Oferta" acima e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item "Oferta Não Institucional" acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, disponibilizado o Prospecto Definitivo e disponibilizado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas Afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Itaú BBA	[•]	[•]
Bank of America	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00%**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "*Informações Adicionais*", a partir da página 89 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução CVM 384, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no termo de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva, que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas Afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia e conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e recebimento de dividendos adicionais ou juros sobre o capital próprio e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "*18. Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 672 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o *Contrato de Participação no Novo Mercado*, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "TBTB3".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 369 deste Prospecto. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, dinâmica de governança e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de Restrição à Venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

[A Companhia, cada um de seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações pela Companhia: **(i)** decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional ([incluindo Ações Suplementares]); **(ii)** a emissão ou venda pela Companhia de Ações no âmbito de planos de outorga de ações da Companhia; **(iii)** decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos instrumentos de *lock-up* e confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(iv)** para qualquer de suas Afiliadas, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(v)** ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e **(vi)** decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações pelos Administradores da Companhia e os Acionistas Vendedores: **(i)** decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional; **(ii)** decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos instrumentos de *lock-up* e confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(iii)** decorrentes de distribuições para *trust* no qual o próprio responsável pela distribuição ou sua família imediata seja beneficiário direto ou indireto, conforme aplicável, desde que anteriormente à distribuição, o *trust* confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(iv)** para qualquer das Afiliadas, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; e **(v)** ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; **(vi)** decorrente de testamento ou em decorrência de lei, incluindo sem limitação acordo de separação ou divórcio; e **(vii)** decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda, ou a percepção de potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", a partir da página 106 deste Prospecto.]**

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das Ações é o Itaú Corretora de Valores S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se a todos os potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto, em especial as seções "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" e "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*", nas páginas 105 e 23 e, respectivamente, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 393, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que tratam-se de pessoas físicas e, portanto, não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços:

Companhia

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.
Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr, s/n, Tapera
CEP 32060-514, Contagem, MG
At.: Sr. Alberto Portugal Milward de Azevedo
Tel.: +55 (31) 3359-0947
www.tambasa.com.br/ri (neste *website*, clicar em "[•]").

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.", clicar em "2021", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.gov.br/cvm - neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias/Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias/Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, clicar em clicar em "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A." e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Companhia

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.
www.tambasa.com.br/ri (neste *website*, clicar em "[•]").

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A." e, então, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado).

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.", clicar em "2021", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o respectivo anúncio, aviso ou comunicado).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A." e, então, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência, devendo ser desconsideradas quaisquer informações divulgadas na mídia sobre a Companhia e a Oferta, incluindo projeções futuras, que não constem dos Prospectos e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "*SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*" A PARTIR DAS PÁGINAS 23 E 105 DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "*4. FATORES DE RISCO*" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, A PARTIR DA PÁGINA 393 DESTE PROSPECTO PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 10 de dezembro de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade *holding* do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP *Asset Management* oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

<u>Atividade de Mercado de Capitais da XP</u>

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no *Ranking* ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no *Ranking* ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,3 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2,0bilhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5,8 bilhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1,6 bilhão; IPO do Banco BMG no valor de R$1,3 bilhão; *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9,2 bilhões; e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1,8 bilhão.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1,1 bilhão; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1,0 bilhão; Re-IPO da JSL no valor de R$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões*, follow-on* da Suzano no valor de R$6,9 bilhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R$4,0 bilhões; IPO da Enjoei no valor de R$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R$584 milhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões; IPO da Alphaville no valor de R$306 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no *follow-on* da Locaweb no valor de R$2,4 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$1,7 bilhão, IPO da Mosaico no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Jalles Machado no valor de R$651,5 milhões; IPO da Bemobi no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R$1,0 bilhão; IPO da Orizon no valor de R$486,9 milhões; IPO da CSN Mineração no valor de R$4,6 bilhões; *follow-on* da 3R Petroleum no valor de R$822,8 milhões; IPO da Allied no valor de R$197,4 milhões; IPO da Blau no valor de R$1,3 bilhão; IPO da Boa Safra no valor de R$460,0 milhões; IPO da G2D no valor de R$281,1 milhões; IPO da BR Partners no valor de R$400,4 milhões; *follow-on* da Petrobras Distribuidora no valor de R$11,4 bilhões; IPO da CBA no valor de R$1,4 bilhão; IPO da Multilaser no valor de R$1,9 bilhão; *follow-on* de Grupo Soma de Moda no valor de R$883,4 milhões; IPO de Agrogalaxy no valor de R$350,0 milhões; *follow-on* de Magazine Luiza no valor de R$3,4 bilhões; IPO de Unifique no valor de R$818,1 milhões; IPO de Brisanet no valor de R$1,3 bilhões; e IPO de Vittia, no valor de R$382,0 milhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 109 deste Prospecto.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 64 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Coordenador Líder e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 64 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico possuem relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e/ou com sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- Prestação de serviços de pagamentos (Sispag), contratados em 16 de abril de 2010, com volume médio transacionado de R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) por mês e quantidade média de 2 mil transações por mês, considerando o período de 6 (seis) meses que antecedeu a disponibilização do presente Prospecto, com tarifa contratada em R$2,00 para TED e R$0,60 para TEF. A vigência do contrato é indeterminada e não há garantias vinculadas; e

- Prestação de serviços de cobrança, contratados em 11 de abril de 2010, com volume médio transacionado de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por mês e quantidade média de 20 mil boletos por mês, considerando o período de 6(seis) meses que antecedeu a disponibilização do presente Prospecto, com tarifa de R$0,85 por boleto. A vigência do contrato é indeterminada e não há garantias vinculadas.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A Companhia e suas sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o Itaú BBA e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico detém, ou poderão vir a deter no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 109 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 64 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Itaú BBA e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" na página 64 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado econômico.

A Companhia e/ou demais sociedades de seu conglomerado financeiro poderão, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 109 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 64 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 64 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 64 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 64 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bank of America e e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaramque não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" a partir da página 23 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo este Prospecto a partir da página 393 e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir das páginas 177 e 286, respectivamente.

As atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, reputação, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

A este respeito, vide risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações*" na página 106 deste Prospecto.

A emissão, a venda, ou a percepção de potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.]

[Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia e detidas pelos Acionistas Vendedores e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de Lock-up)*" na página 88 deste Prospecto.]

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações.

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais e nas ações de nossa emissão.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta Não Institucional. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações inicialmente ofertadas não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*", a partir da página 83 deste Prospecto.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "*Diluição*", a partir da página 115 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante as Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para mais informações, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta - Violações de Norma de Conduta*", a partir da página 86 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver.A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

A esse respeito, vide, ainda, seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual surto da pandemia da COVID-19 pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações*" na página 106 deste Prospecto.

A Companhia arcará com todos os custos e despesas relacionadas à Oferta, incluindo as despesas dos Acionistas Vendedores relacionadas à Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por nós recebidos em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente nossos resultados no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará, juntamente com os Acionistas Vendedores, com as comissões da Oferta, de acordo com sua participação na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas dos Acionistas Vendedores relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores por nós poderá impactar os valores líquidos por nós recebidos em decorrência da Oferta o que poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos por nós com a Oferta, veja a seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" a partir da página 64 deste Prospecto.]

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, os Acionistas Controladores continuarão sendo titular de, ao menos, 50% mais 1 das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta ou sobre a Companhia divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal disponibilização, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

Os Investidores da Oferta do Segmento* Private *e os Investidores da Oferta de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta do Segmento* Private *e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores da Oferta do Segmento *Private* e os Investidores da Oferta de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de [•] ([•]) e [•] ([•]) dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo e/ou os Investidores da Oferta do Segmento *Private* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private* aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta do Segmento *Private* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de R$[•], após a dedução de comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 64 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária, no total estimado R$[•], da seguinte forma: (i) pagamento de dividendos extraordinários aos acionistas atuais; (ii) expansão da capacidade instalada no atacado por meio da compra de equipamentos e estoque; e (iii) expansão da base de lojas no atacarejo e investimento em plataforma digital e serviços financeiros.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em R$ milhões)
Pagamento de Dividendos Extraordinários aos Acionistas Atuais	[65%]	[•]
Expansão da Capacidade Instalada no Atacado	[26%]	[•]
Expansão da Base de Lojas no Atacarejo e Investimento em Plataforma Digital e Serviços Financeiros	[9%]	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Destaca-se que a maior parte dos recursos líquidos auferidos com a Oferta Primária serão utilizados para o pagamento de dividendos extraordinários de R$1,5 bilhões declarados aos acionistas atuais da Companhia e refletidos nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2021. O restante dos recursos será destinado para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Em relação à expansão da capacidade instalada no atacado, a Companhia pretende comprar novos equipamentos, tais como esteiras, porta pallets, coletores e robôs para o galpão robotizado, dentre outros, bem como para a compra de estoque inicial para seus novos galpões.

Em relação à expansão da base de lojas no atacarejo e investimento em plataforma digital e serviços financeiros, a Companhia pretende aumentar a quantidade de suas lojas, bem como investir em iniciativas digitais e prestação de serviços financeiros a seus clientes.

Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados parte à conta de capital social e parte à conta de reserva de capital. O equivalente a 50% do Preço por Ação de R$[•] (que é o ponto médio da Faixa Indicativa) será destinado à conta de capital social, e os 50% remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital.

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 23 deste Prospecto Preliminar e da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 393 deste Prospecto Preliminar. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "Capitalização" na página 114 deste Prospecto Preliminar.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente a soma dos passivos de arrendamento (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido da Companhia, em 30 de setembro de 2021, indicando a posição real naquela data e a posição ajustada para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R$[•] milhões, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das demonstrações financeiras intermediárias em e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, bem como as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 30 de setembro de 2021	
	Real	**Ajustado Pós-oferta[1]**
	(em milhões de R$)	
Passivos de Arrendamento (circulante)	31.466	[•]
Passivos de Arrendamento (não circulante)	212.462	[•]
Patrimônio líquido		
Capital social	3.830	[•]
Reserva de capital	1.789	[•]
Reservas de lucros	1.149	[•]
Lucros acumulados	140.499	[•]
Patrimônio Líquido	147.267	[•]
Capitalização Total[2]	**391.195**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R$[•] milhões, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Capitalização total corresponde à soma dos passivos de arrendamento (circulante e não circulante) e patrimônio líquido na data indicada. Ressalta-se que essa definição pode variar de uma companhia para outra.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•] que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 30 de setembro de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[•]. Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2021.

Considerando: a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes (considerando como base o valor patrimonial de R$[•] e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 64 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2021 e os impactos da realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Após a Oferta
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de setembro de 2021	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de setembro de 2021 ajustado para refletir a Oferta	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores[2]	[•]
Percentual de diluição imediata por Ação para os novos investidores[3]	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 47 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Planos de Remuneração Baseada em Ações

A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

A Companhia não realizou nenhum aumento de capital nos últimos cinco anos.

ANEXOS

ANEXO A	**ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA**
ANEXO B	**CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA PELA COMPANHIA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES**
ANEXO C	**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**
ANEXO D	**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO E	**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO F	**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO G	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**
ANEXO H	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**
ANEXO I	**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.
CNPJ/ME nº 17.359.233/0001-88

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

§ 1º. A Companhia conduz suas atividades sob o nome fantasia "Tambasa".

§ 2º. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º. A Companhia tem a sua sede e foro na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/Nº, Bairro Tapera, CEP 32150-245, podendo abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais no País ou no exterior por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a comercialização, importação e exportação de artigos de uso agroveterinários, ferragens, artigos do vestuário, produtos alimentícios, plásticos e brinquedos, produtos de limpeza, papelaria e perfumaria, utensílios domésticos e armarinhos em geral, bem como a Companhia poderá deter participações societárias ou outros valores mobiliários em outras sociedades, no País ou no exterior.

Parágrafo único. A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no artigo 3º.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 3.830.000,00 (três milhões, oitocentos e trinta mil reais), dividido em 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 2º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com

a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§ 3º. O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações.

§ 2º. Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Artigo 7º. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 8º. Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

Seção I – Organização

Artigo 9º. A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme previsto na Lei das

S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo as convocações serem feitas nos prazos previstos na Lei das S.A., observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais de companhias abertas.

§ 2º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável e observado o disposto no artigo 11, parágrafo único, deste Estatuto Social.

§ 3º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

§ 4º. As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 10. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários para auxiliar na condução dos trabalhos.

Seção II – Competência

Artigo 11. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas por lei, regulamentos aplicáveis e por este Estatuto Social:

I. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

II. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

III. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

IV. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos

membros do Conselho Fiscal, se instalado;

V. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas;

VI. alterar o Estatuto Social;

VII. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;

VIII. aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;

IX. deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

X. suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A., não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

XI. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Para fins do inciso IX acima:

(i) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(ii) caso o quórum previsto na alínea (i) acima não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e

(iii) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Artigo 12. O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto ou ao acordo de acionistas arquivado na sede da

Companhia, sob pena de responsabilidade pessoal.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo observado que os cargos de Presidente do Conselho de Administração ou Covice-Presidentes do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 1º. A Companhia terá ainda um Comitê Executivo, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, conforme estabelecido nos artigos 29 e 30 deste Estatuto Social.

§ 2º. O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar outros comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

§ 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, observada a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no artigo 43 deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os administradores da Companhia permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. As reuniões dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 1º. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será dispensada a convocação prévia e considerada regular a reunião em que estiverem presentes todos os seus membros.

§ 2º. As reuniões poderão ser realizadas modo parcial ou exclusivamente digital, por meio de videoconferência, audioconferência ou qualquer outro sistema eletrônico que permita: (i) o registro de presença e dos respectivos votos; (ii) a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a reunião e que não tenham sido disponibilizados anteriormente; e (iii) a possibilidade de comunicação entre os presentes, sendo facultada a gravação pela Companhia.

§ 3º. Os órgãos de administração deliberarão pelo voto da maioria dos presentes, nos termos dos artigos 19 e 23 deste Estatuto Social, conforme o caso.

§ 4º. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros dos órgãos da administração terão a faculdade de manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (ii) voto escrito enviado antecipadamente e (iii) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

Artigo 15. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Artigo 16. Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus Conselheiros de Administração, Diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

§ 1º. A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

§ 2º. Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grava ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiro, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º. As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

§ 4º. O contrato de indenidade deverá estipular que caso o Beneficiário venha a solicitar qualquer desembolso pela Companhia, a aferição sobre sua incidência no caso concreto deverá ocorrer anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Seção II - Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 17. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 2º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

§ 3º. Adicionalmente, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam na perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

§ 4º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) referido no § 2º deste artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§ 5º. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

§ 6º. O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no § 8º deste artigo.

§ 7º. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

§ 8º. No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Artigo 18. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 2 (dois) Covice-Presidentes, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância nesses cargos. No ato de eleição, o Conselho de Administração deverá designar um dos Covice-Presidentes como substituo do Presidente em caso de ausência, impedimento temporário ou vacância permanente.

§ 1º. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o Covice-Presidente designado exercerá as funções do Presidente.

§ 2º. Na hipótese de vacância permanente do cargo de Presidente, o Covice-Presidente designado automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a eleição do novo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo, até o término do prazo do mandato original, respeitado o disposto no artigo 20 do Regulamento do Novo Mercado.

§ 3º. O Presidente e os Covice-Presidentes terão as seguintes atribuições, além das previstas em lei:

(i) ser membros do Comitê Executivo;

(ii) coordenar as atividades do Conselho de Administração, buscando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, servindo de elo entre o Conselho de Administração e o Diretor-Presidente;

(iii) atuar para o fomento da visão da Companhia de acordo com seus valores,

identidade e origem;

(iv) manter e desenvolver relações institucionais da Companhia com entidades e autoridades com o objetivo de promover e resguardar os interesses da Companhia;

(v) manter e promover relacionamento com acionistas da Companhia;

(vi) estabelecer e supervisionar o processo de avaliação do Diretor-Presidente, dos demais membros do Conselho de Administração da Companhia, individualmente, e do próprio Conselho de Administração, bem como de seus comitês, como órgãos colegiados; e

(vii) coordenar a elaboração e atualização do plano de sucessão do Diretor-Presidente.

Subseção II – Reuniões

Artigo 19. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do § 1º deste artigo. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia.

§ 1º. As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por um dos Co-Vice-Presidentes, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente ou a qualquer Co-Vice-Presidente, se ausente o primeiro, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

§ 2º. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no artigo 17 deste Estatuto Social.

§ 3º. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

§ 4º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

§ 5º. O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá

levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

§ 6º. No caso de ausência ou impedimento temporário, de membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do membro ausente ou temporariamente impedido.

§ 7º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Subseção III – Competência

Artigo 20. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;

III. aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;

IV. eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

V. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

VI. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VII. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

VIII. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais,

ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

IX. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

X. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

XI. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XIII. aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social;

XIV. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XV. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

XVII. estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

XVIII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

XIX. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

XX. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XXI. estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

XXII. estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

XXIII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

XXIV. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

XXV. elaborar e divulgar parecer fundamentado favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais

impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado;

XXVI. instituir comitês de assessoria ao Conselho de Administração e aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os comitês;

XXVII. designar os membros do comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração;

XXVIII. estruturar e conduzir um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria;

XXIX. avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como analisar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

XXX. aprovar transações com partes relacionadas que envolvam valores relevantes, seguindo os critérios de relevância e as regras de exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes previstos na política de transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses, salvo nos casos em que a lei exigir aprovação pela Assembleia Geral;

XXXI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário;

XXXII. deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

XXXIII. deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais e/ou para oferta pública de distribuição; e

XXXIV. aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

Seção III - Diretoria

Subseção I – Composição

Artigo 21. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) membros, dentre os quais serão designados Diretor-Presidente, Diretor de Compras, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Expansão, Diretor de Vendas e Diretor Executivo, sendo que os cargos de Diretor-

Presidente e de Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

Artigo 22. Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 10 (dez) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

§ 2º. O Diretor-Presidente será substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

§ 3º. Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor.

Subseção II- Reuniões

Artigo 23. O Diretor-Presidente presidirá as reuniões de Diretoria.

Parágrafo Único. Nas deliberações da Diretoria será atribuído ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, no caso de empate na votação. Na ausência do Diretor-Presidente, não haverá voto de qualidade e a matéria deverá ser sobrestada para deliberação em nova reunião, com a presença do Diretor-Presidente.

Artigo 24. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 25. Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes.

Subseção III – Competência

Artigo 26. A Diretoria possui todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e as competências dos demais órgãos societários.

Artigo 27. Compete à Diretoria implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e, como órgão colegiado:

I. aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

III. deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

IV. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

§ 1º. Compete ao Diretor-Presidente: (i) dirigir e orientar as atividades de planejamento geral da Companhia, incluindo a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios e do plano plurianual da Companhia; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios da Companhia; (iii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iv) aprovar a estrutura organizacional da Companhia; (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (vi) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações governamentais; e (vii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º. Compete ao Diretor de Compras: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de compras; (ii) definir e implementar a estratégia comercial de compras e suprimentos da Companhia; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 3º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas financeira, contábil, de controles internos e gerenciamento de riscos; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; e (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos, incluindo o caixa e endividamento.

§ 4º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos

investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas Conselho de Administração.

§ 5º. Compete ao Diretor de Expansão: (i) executar projetos de expansão dos negócios e das atividades da Companhia; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas Conselho de Administração.

§ 6º. Compete ao Diretor de Vendas: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de vendas; (ii) definir e implementar a estratégia comercial e de vendas da Companhia; (iii) gerir força de vendas da Companhia; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 7º. Compete ao Diretor Executivo: as atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração.

Subseção IV – Representação

Artigo 28. A Companhia será sempre representada (i) por 2 (dois) diretores em conjunto; (ii) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador investido de poderes especiais e expressos; (iii) por qualquer outro diretor isoladamente, nas transações bancárias entre contas da mesma titularidade da Companhia, sem limitação de valor, e nos demais atos, desde que observada a alçada prevista no Regimento Interno da Diretoria; (iv) 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes especiais e expressos; ou (v) por 1 (um) procurador agindo isoladamente, desde que investido de poderes especiais e expressos.

§ 1º. Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*, caso em que poderão ser outorgadas pela assinatura de qualquer Diretor isoladamente, mediante mandato com poderes específicos e por prazo indeterminado.

§ 2º. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais.

§ 3º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros,

salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para entidades controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

Seção IV – Comitê Executivo

Artigo 29. O Comitê Executivo, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto pelos seguintes membros:

(i) o Presidente do Conselho de Administração;

(ii) os Covice-Presidentes do Conselho de Administração; e

(iii) o Diretor-Presidente.

§ 1º. O Comitê Executivo terá um Presidente eleito pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião que ocorrer imediatamente após a posse de seus membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância.

§ 2º. O Conselho de Administração deverá aprovar o regimento interno do Comitê Executivo, que estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Presidente, entre outras matérias.

§ 3º. O Comitê Executivo será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contração de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 30. Compete ao Comitê de Executivo:

I. assessorar o Conselho de Administração na definição da estratégia e orientação geral dos negócios da Companhia;

II. acompanhar a execução do orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;

III. supervisionar o desenvolvimento das atividades da Companhia;

IV. identificar e analisar oportunidades de negócio, ganhos de eficiência, aproveitamento sinergias, investimento e expansão, incluindo fusões e aquisições de

empresas, outros temas de interesse da Companhia e submeter recomendações ao Conselho de Administração;

V. monitorar a implementação pela Diretoria de decisões tomadas pelo Conselho de Administração; e

VI. outras atribuições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração.

V - CONSELHO FISCAL

Artigo 31. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente nos termos do capítulo XIII da Lei das S.A., com os poderes e atribuições a ele conferidos, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM.

Artigo 32. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos.

§ 3º. Após instalação do Conselho Fiscal, a investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, observados a exigência de submissão à cláusula compromissória, conforme o disposto no artigo 43 deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 33. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

§ 1º. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente

convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos. Para que uma reunião seja instalada, deverá estar presente a maioria dos seus membros.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 34. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 35. O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

§ 1º. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia irá elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

§ 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A.

§ 3º. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Artigo 36. Após realizadas as deduções contempladas no artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma:

I. 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;

II. uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

III. poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo

obrigatório, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A.;

IV. uma parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. deverá ser distribuída como dividendo obrigatório, observado o disposto no inciso V;

V. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do inciso III acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.;

VI. uma parcela do lucro líquido que não seja distribuída como dividendo obrigatório, conforme descrito no inciso III acima, tampouco destinada para as reservas descritas nos incisos acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia. O saldo acumulado desta reserva, somado aos saldos das demais reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar, a reserva de incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A.;

VII. a assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e

VIII. o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos.

§ 1º. O dividendo obrigatório não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá emitir parecer sobre esta informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia.

§ 2º. Lucros retidos nos termos do § 1º deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Artigo 37. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá:

I. distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais;

II. levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das

reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;

III. distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 38. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 6º, § 2º deste Estatuto Social.

Artigo 39. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Seção I – Alienação do Controle Acionário

Artigo 40. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Seção II – OPA por Atingimento de Participação Relevante

Artigo 41. Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social ("Participação Relevante"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações ("Novo Acionista Relevante"), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando-se o disposto na legislação e regulamentação aplicável, bem como nos termos deste artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

§ 1º. A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos na regulamentação aplicável: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii)

lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública.

§ 2º. O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) o Valor Justo de Mercado; e (ii) o maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante e deverá ser ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

§ 3º. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, contendo: (i) as informações previstas no artigo 12 da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e nos itens "i" até "m" do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada; (ii) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (iii) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (iv) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações; e (v) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o § 2º deste artigo ("Preço Proposto").

§ 4º. O Valor Justo de Mercado será apurado em laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão com independência em relação ao Novo Acionista Relevante, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei.

§ 5º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Justo de Mercado da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das Ações em

Circulação presentes naquela Assembleia Geral, que se instalada na primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação de que trata este § 5º.

§ 6º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

§ 7º. O Conselho de Administração deverá se reunir para definição da lista tríplice e convocação da Assembleia Geral para escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, o mais breve possível após a realização da comunicação de que trata o § 3º deste artigo.

§ 8º. O laudo de avaliação deverá ser encaminhado pela instituição ou empresa especializada responsável ao Diretor de Relações com Investidores, para que este o divulgue imediatamente ao mercado, por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

§ 9º. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das ações de emissão da Companhia, excetuadas deste cômputo as ações de titularidade do Novo Acionista Relevante, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da OPA. O novo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação previsto no § 4º deste artigo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das S.A. e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste Capítulo e divulgado nos termos do § 6º deste artigo. Na Assembleia Especial poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Novo Acionista Relevante.

§ 10. Caso o laudo de avaliação venha a apurar um Preço da OPA superior ao Preço Proposto, o Novo Acionista Relevante poderá dela desistir, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de divulgação do laudo de avaliação, obrigando-se, neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto no artigo 28 da Instrução CVM nº 361, ou norma que venha a substituí-la, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data de comunicação da desistência à Companhia. A desistência deverá ser comunicada pelo Acionista Relevante ao Diretor de Relações com Investidores, quem por sua vez deverá comunicar o mercado promovendo a divulgação de fato relevante.

§ 11. A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

I. a Assembleia Geral deverá ser realizada antes do atingimento da Participação Relevante pelo Novo Acionista Relevante;

II. a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

III. o potencial Novo Acionista Relevante estará impedido de votar e não serão computadas as ações detidas pelo Novo Acionista Relevante para fins dos quóruns de instalação e de deliberação da Assembleia Geral.

§ 12. Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação.

§ 13. Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o seu registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de atingimento da Participação Relevante, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM.

§ 14. Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei n° das S.A.

§ 15. Sem prejuízo do disposto no § 14 acima, enquanto a OPA por Atingimento de Participação Relevante não for efetivada, liquidada ou dispensada nos termos do § 11 deste Artigo, o Novo Acionista Relevante não poderá votar com mais de 15% (quinze por cento) das ações de emissão da Companhia, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral não computar em Assembleia os votos que excederem o limite.

§ 16. A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a Participação Relevante:

I. por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;

II. de forma involuntária, como resultado de resgate ou cancelamento de ações em tesouraria ou decorrente de redução do capital social da Companhia;

III. por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;

IV. em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; ou

V. em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para sociedade, fundo de investimento, clube de investimento, *trust* ou entidade fiduciária similar, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge.

§ 17. A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 18. Para fins deste artigo, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa o acionista ou o Grupo de Acionistas composto por um grupo de pessoas (i) vinculadas por acordo de acionistas, (ii) sob controle comum ou (iii) entre as quais haja relação de controle, e que exerça o Poder de Controle da Companhia;

"Ações em Circulação" significa as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas e por Administradores da Companhia;

"Administradores" significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente;

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa

titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) 2 (duas) pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades forem: (a) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (b) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como representando um interesse comum aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia;

"Poder de Controle" e seus termos correlatos significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e

"Valor Justo de Mercado" significa o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinados pela instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, que deverá utilizar o fluxo de caixa descontado como um dos critérios de avaliação.

CAPÍTULO VIII - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 42. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a reorganização.

Parágrafo Único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deve dar anuência a essa

estrutura.

CAPÍTULO IX - JUÍZO ARBITRAL

Artigo 43. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO X - DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 44. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45. As disposições contidas nos Capítulos VII e IX, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Artigo 46. O disposto na Seção II do Capítulo VII deste Estatuto Social não se aplica ao acionista titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária na data de assinatura pela Companhia do Contrato de Participação no Novo Mercado da B3, bem como a: (i) seus descendentes e cônjuge que adquirirem as respectivas ações em decorrência de adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária; ou (ii) sociedades, fundos de investimentos, clubes de investimentos, *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio acionista ou Grupo de Acionistas, seus descendentes ou seu cônjuge.

Artigo 47. O Conselho de Administração poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dispensada a eleição de conselheiros independentes, enquanto a

Companhia não obtiver o registro de companhia aberta na CVM, na qualidade de emissor de valores mobiliários “Categoria A”.

Artigo 48. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

ANEXO B CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA PELA COMPANHIA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.

CNPJ/ME nº 17.359.233/0001-88

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: No dia 06 de dezembro de 2021, às 9:00 horas, na sede social da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/Nº, Bairro Tapera, CEP 32150-245.

MESA: Presidente: Sr. Antônio Miguel Girundi Bartolomeu; e Secretário: Sr. Alberto Portugal Milward de Azevedo.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:

(i) a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); e

(ii) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para implementação da deliberação acima.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a realização da Oferta no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Banco Itaú BBA S.A. e do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta") e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de

valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo (a) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço de Ações inicialmente ofertado, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; e

(ii) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação da deliberação acima, incluindo, *inter alia*, a contratação dos bancos coordenadores e agentes de colocação no exterior, a definição dos termos e condições finais da Oferta, incluindo a quantidade de Ações inicialmente ofertadas, a definição quanto ao uso da possibilidade de que a Oferta possa ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400), bem como de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400), a fixação do preço de emissão das Ações e a aprovação do aumento de capital decorrente da Oferta, bem como emissão dos prospectos preliminar e definitivo e do *preliminary* e do *final offering memorandum,* e a negociação e assinatura de todos os contratos e dos demais documentos da Oferta.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após

reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Contagem, 06 de dezembro de 2021. **MESA**: Antônio Miguel Girundi Bartolomeu - Presidente; Alberto Portugal Milward de Azevedo - Secretário. **ACIONISTAS**: Antônio Miguel Girundi Bartolomeu, Gustavo Bittencourt Bartolomeu, Grazielli Bittencourt Bartolomeu, Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizarro, Gilton Girundi Bartolomeu, Eliane Girundi Bartolomeu Silva, Alberto Portugal Milward de Azevedo, Gerson Henrique Milward de Azevedo, Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo, Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo, Gerson Bartolomeo Filho, João Bosco Fonseca Bartolomeo, Walter Bartolomeu, Thiago Cordeiro Bartolomeu, Regina Coeli Bartolomeu Neves, Leonardo Bartolomeu Neves, Priscila Bartolomeu Neves, Louise Bartolomeu Coutinho Villela, Virgínia Bartolomeo, Maria Auxiliadora Bartolomeo, Rosângela Bartolomeo Moreira, Gustavo Bartolomeu Recchioni, Breno Bartolomeu Recchioni, Lucca Bartolomeo Abreu Silva, Sofia Bartolomeo Abreu e Silva, Frederico Bartolomeo Martins, Marcela Bartolomeo Martins, Bernardo Bartolomeo Moreira, Felipe Bartolomeo Moreira, Myrian Stancioli Bartolomeu, Thiago Bartolomeu Fonseca, Tatiana Bartolomeu Fonseca, Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu, Ana Luiza Carneiro Bartolomeu, Maria José Rodrigues da Cunha, Cristiano Rodrigues da Cunha, Sônia Maria Rodrigues Lessa, Leda Soares Neves da Cunha, Silvia Emília Trivellato Arruda, Ivan Trivellato, Maura Trivellato e Marília Trivellato Rolla.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

ALBERTO PORTUGAL MILWARD DE AZEVEDO:32498004653

Assinado de forma digital por ALBERTO PORTUGAL MILWARD DE AZEVEDO:32498004653
Dados: 2021.12.09 09:41:55 -03'00'

Alberto Portugal Milward de Azevedo
Secretário
Assinado Digitalmente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.
CNPJ/ME nº 17.359.233/0001-88

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: No dia [●] de [●] de 2022, às [●] horas, na sede social da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/Nº, Bairro Tapera, CEP 32150-245.

PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

MESA: Presidente: Sr(a). [●]; e Secretário: Sr(a). [●].

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1º do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia.

ORDEM DO DIA: No âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2021 ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia, no âmbito da Oferta ("Ações" e "Preço por Ação", respectivamente);

(ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

(iii) a determinação da forma de subscrição das Ações a serem emitidas;

(iv) a aprovação dos direitos atribuídos às novas Ações;

(v) a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta e a homologação do novo capital social da Companhia; e

(vi) a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar o "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" ("Contrato de Colocação"), o "*Placement Facilitation Agreement*", o "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").

DELIBERAÇÕES: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração:

(i) a fixação do Preço por Ação em R$ [●] ([●]), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil e no exterior, pelos Coordenadores da Oferta e Agentes do Colocação Internacional (conforme definidos no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*"), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que a Companhia não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e pelo fato das Ações serem distribuídas por meio de uma oferta pública, sendo que o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding;*

(ii) o aumento no capital social da Companhia, de R$ 3.830.000,00 (três milhões, oitocentos e trinta mil reais) para R$ [●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$ [●] ([●]): (a) o valor de R$ [●] ([●]) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [●] ([●]) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente, de R$ [●] ([●]), será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$ [●] ([●]) destinada à reserva de capital;

(iii) a forma de integralização das Ações sujeitas à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, nos termos das

cláusulas aplicáveis do Contrato de Colocação;

(iv) a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia, a partir da divulgação do Anúncio de Início da Oferta, incluindo o direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início da Oferta;

(v) a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de **[●]** (**[●]**) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ **[●]** (**[●]**), dividido em **[●]** (**[●]**) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral de acionistas a proposta para alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social; e

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

ENCERRAMENTO: Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Contagem, [●] de [●] de 2022. **MESA:** [●] - Presidente; [●] - Secretário. **CONSELHEIROS:** [●].

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

_____

[●]
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A., sociedade por ações, com sede na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., s/n, Tapera, CEP 32060-514, cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.359.233/0001-88 ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("Ações"), nos termos do "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.* ("Prospecto Preliminar"), compreendendo a distribuição (i) primária de novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de Ações de titularidade de determinados acionistas da Companhia identificados no Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob coordenação da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP" ou "Coordenador Líder"), do **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Agente Estabilizador, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em outubro de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do *"Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A."* ("Prospecto Definitivo");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas ao mercado no Prospecto Preliminar e que venham a ser prestadas no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, nas datas de suas respectivas divulgações, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1° de março de 2021, o "*Código para Ofertas Públicas*", atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balão; e

(v) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Contagem, [●] de [●] de 2022.

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO E DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04543-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 02.332.886/0011-78, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder" ou "XP"), na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., s/n, Tapera, CEP 32060-514, cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.359.233/0001-88 ("Companhia") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" ("Acionistas Vendedores" e "Prospecto Preliminar", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Coordenador Líder, do **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Agente Estabilizador, os "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência, dentre elas a emissão da carta conforto para os Coordenadores da Oferta;

(D) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, suas controladas e coligadas, e aos Acionistas Vendedores;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo (incluindo seus anexos), nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1º de março de 2021, com o "*Código para Ofertas Públicas*", atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2022.

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO F DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[ACIONISTA VENDEDOR], [qualificação e endereço] ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., s/n, Tapera, CEP 32060-514, cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.359.233/0001-88, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações" e "Oferta", respectivamente), nos termos do *"Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A"* ("Prospecto Preliminar") sob coordenação da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A**. ("XP" ou "Coordenador Líder"), do **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Agente Estabilizador, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada diligência legal na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A."* ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item "(C)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(E) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pelo Acionista Vendedor, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, nas datas de suas respectivas divulgações, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas pelo Acionista Vendedor ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas e da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400.

[●], [●] de [●] de 2022.

_____

[ACIONISTA VENDEDOR]

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[ACIONISTA VENDEDOR], [qualificação e endereço] ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., s/n, Tapera, CEP 32060-514, cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.359.233/0001-88, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações" e "Oferta", respectivamente), nos termos do *"Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A"* ("Prospecto Preliminar") sob coordenação da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A**. ("XP" ou "Coordenador Líder"), do **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Agente Estabilizador, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada diligência legal na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A."* ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item "(C)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(E) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta, nas datas de suas respectivas divulgações, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas e da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400.

[●], [●] de [●] de 2022.

_____

[ACIONISTA VENDEDOR]

ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

www.pwc.com.br

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.19 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 devido as circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Sobre as demonstrações financeiras anteriores, em 6 de maio de 2021 emitimos relatório de auditoria contendo ressalva em decorrência do excesso de reservas de lucros sobre o capital social ora corrigido (nota explicativa 21(b)), atualizado por esse novo relatório de auditoria.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PricewaterhouseCoopers, Rua dos Inconfidentes 911, 17º e 18º, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128, Caixa Postal 289, T: +55 (31) 3269 1500, www.pwc.com.br

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela exclusão do PAA sobre "Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado", pois julgamos que, entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esse deixou de ser um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contratos de arrendamento (notas explicativas 2.12 e 16)	
Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de partes relacionadas cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento que, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento (IFRS 16 / CPC 06(R2)), resultaram no reconhecimento contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo, os quais foram registrados inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A administração desenvolveu controles para processar o cálculo desses arrendamentos considerando diversas premissas que contêm elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos), e com impactos na determinação dos valores de passivo de arrendamento e do direito do uso do ativo, bem como nas despesas de depreciação e de juros no resultado do exercício. Os contratos de arrendamento permaneceram como foco em nossa auditoria em função do exposto e por ter impacto relevante nos registros contábeis e nas divulgações apresentadas nas notas explicavas às demonstrações financeiras.	Em nossa auditoria, consideramos os seguintes principais procedimentos: (i) a avaliação da metodologia e dos critérios adotados pela administração na elaboração do inventário de contratos, com o propósito de segregar os contratos com elementos de arrendamento, daqueles que representam apenas uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos de arrendamento que se encontram no escopo das isenções previstas no IFRS 16 / CPC 6; Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, efetuamos testes que compreenderam: (i) a avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos períodos de contratos considerados, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) o recálculo de selecionados contratos considerando, dentre outros aspectos, as informações originais dos contratos, aditivos de contratos, cancelamentos e remensuração dos passivos de arrendamento nos "aniversários" dos contratos; e (iv) a revisão das divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas consideradas pela administração estão consistentes com os dados e documentos selecionados em nossa auditoria e com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

Relatório de Administração:

No ano de 2020 vivenciamos um período de enormes desafios frente à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o que exigiu importantes medidas em nossas operações para salvaguardar a saúde de nossos funcionários e de nossa empresa. Adotamos, rigorosamente, as medidas de segurança orientadas pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para enfrentarmos esse momento tão delicado. Foi um período de grandes adaptações, e superações, que nos exigiu maior aprendizado e resiliência em todos os aspectos do negócio, sejam pessoais, operacionais, comerciais, logísticos e financeiros.

O nosso negócio suportou o atendimento a importantes segmentos econômicos do Brasil, considerados como essenciais à sociedade durante a difícil fase da pandemia que enfrentamos. Nesse sentido, a Tambasa alcançou a receita bruta de R$4,5 bilhões em 2020, um expressivo crescimento de 30,8% em relação ao ano de 2019. A receita líquida registrada foi de R$3,6 bilhões (+31,3%).

Do ponto de vista do desempenho operacional de 2020, nossa estratégia comercial mais uma vez se mostrou assertiva, com um crescimento dos custos das vendas e serviços (+24,6%), inferior ao crescimento da receita, o que nos permitiu ampliar a margem bruta para o patamar de 27,6%, ante os 23,7% registrados no ano anterior. Nossas despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas/receitas operacionais foram de R$476,5 milhões (+30,7%) e refletiram os gastos necessários para que pudéssemos superar os desafios adicionais do período, decorrentes da pandemia. Por fim, destaca-se o lucro líquido de R$364,6 milhões (margem líquida de 10,0%), com forte crescimento de 50,7% em relação a 2019.

Relatório de Administração:

Contagem, 9 de dezembro de 2021

A Diretoria

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2020 reapresentado (nota 2.19))	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	203.254	87.811
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	10.011	11.819
Contas a receber de clientes (Nota 8)	557.517	476.172
Estoques (Nota 9)	435.624	337.538
Adiantamentos (Nota 10)	4.700	6.172
Tributos a recuperar (Nota 11)	37.261	81.364
Partes relacionadas (Nota 27)		1.737
Outros ativos circulantes	8.465	2.223
Total do ativo circulante	1.256.832	1.004.836
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 20)	2.371	7.984
Tributos a recuperar (Nota 11)	6.210	3.193
Impostos diferidos (Nota 26)	10.020	6.892
Outros ativos não-circulantes		1.400
	18.601	19.469
Propriedades para investimentos	160	160
Ativos de direito de uso (Nota 16)	218.432	221.734
Imobilizado (Nota 12)	96.207	68.403
Intangível (Nota 13)	4.819	5.253
Total do ativo não circulante	338.219	315.019
Total ativo	1.595.051	1.319.855

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2020 reapresentado (nota 2.19))	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	220.370	206.312
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)		16
Passivos de arrendamento (Nota 16)	29.980	28.902
Salários e encargos sociais (Nota 17)	18.016	17.767
Tributos a recolher (Nota 18)	64.807	39.456
Tributos parcelados (Nota 19)	2.165	
Partes relacionadas (Nota 27)	13.960	14.460
Dividendos e juros s/ capital próprio (Nota 21)	73.307	50.880
Outros passivos circulantes	3.155	1.304
Total do passivo circulante	425.760	359.097
Não circulante		
Passivos de arrendamento (Nota 16)	205.340	201.324
Tributos parcelados (Nota 19)	7.757	
Provisão para contingências (Nota 20)	12.723	20.670
Outros passivos não circulantes	41	113
Total do passivo não circulante	225.861	222.107
Total do passivo	651.621	581.204
Patrimônio líquido (Nota 21)		
Capital social	3.830	3.830
Reservas de capital	1.789	1.789
Reserva de lucros	937.811	733.032
	943.430	738.651
Total do passivo e patrimônio líquido	1.595.051	1.319.855

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020 (reapresentado (nota 2.19))	2019
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 23)	3.638.435	2.770.099
Custo das vendas e serviços (Nota 24)	(2.633.826)	(2.114.475)
Lucro bruto	1.004.609	655.624
Despesas com vendas (Nota 24)	(306.448)	(211.817)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(193.004)	(169.622)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 24)	23.001	51.409
Lucro operacional	528.158	325.594
Despesas financeiras (Nota 25)	(38.856)	(37.137)
Receitas financeiras (Nota 25)	28.868	47.698
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(9.988)	10.561
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	518.170	336.155
Imposto de renda e contribuição social (Nota 26)	(153.598)	(94.177)
Lucro líquido do exercício	364.572	241.978
Lucro básico e diluído por ação – R$ (Nota 22)	0,95	0,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2020 reapresentado (nota 2.19))	2019
Lucro líquido do exercício	364.572	241.978
Total do resultado abrangente do exercício	364.572	241.978

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

			Reserva de lucros			
	Capital Social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio Líquido**
Saldos em 31 de dezembro 2018	3.830	1.789	1.149	597.684		604.452
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					241.978	241.978
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(35.856)	(35.856)
Dividendos				(50.000)	(21.923)	(71.923)
Transferência entre reservas				184.199	(184.199)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.830	1.789	1.149	731.883		738.651
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)					364.572	364.572
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(38.413)	(38.413)
Dividendos				(57.281)	(64.099)	(121.380)
Transferência entre reservas				262.060	(262.060)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	3.830	1.789	1.149	936.662		943.430

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(reapresentado (nota 2.19))	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	518.170	336.155
Ajustes de:		
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	6.448	6.677
Depreciação ativos de direito de uso (Nota 16)	11.801	11.624
Ganho na baixa de imobilizado e propriedade para investimento	(1.715)	(2.793)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	1.582	6.022
Provisão para perda de estoques (Nota 9)	(460)	(167)
Créditos de PIS/COFINS (Nota 11)		(46.001)
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	3	(1.042)
Encargos financeiros provisionados	28.188	27.845
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.808	1.643
Contas a receber de clientes (Nota 8)	(82.927)	(66.301)
Estoques (Nota 9)	(97.626)	(10.907)
Adiantamentos (Nota 10)	1.472	(1.873)
Tributos a recuperar	41.083	(5.657)
Outros ativos	(4.841)	2.319
Partes relacionadas (Nota 27)	1.237	(1.765)
Depósitos judiciais	5.613	(5.224)
Fornecedores (Nota 14)	14.058	17.698
Salários e encargos (Nota 17)	249	1.116
Tributos a recolher	(51.863)	(5.357)
Tributos parcelados (Nota 19)	10.667	
Outros passivos	1.779	(203)
Caixa gerado nas operações	404.726	263.809
Juros pagos	(28.627)	(27.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93.528)	(85.748)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	282.571	150.719
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de propriedades para investimento, imobilizado e intangível (Notas 12 e 13)	(33.897)	(9.733)
Valor recebido pela venda de imobilizado	1.794	3.651
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(32.103)	(6.082)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 15)	(16)	(575)
Pagamento de arrendamento mercantil (Nota 16)	(3.405)	(3.097)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (Nota 21)	(131.604)	(167.947)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(135.025)	(171.619)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	115.443	(26.982)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	87.811	114.793
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	203.254	87.811
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	115.443	(26.982)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2020	2019
Receitas		
Vendas brutas de produtos	4.413.414	3.367.964
Outras receitas	38.196	37.481
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(556)	(30)
	4.451.054	3.405.415
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(3.073.380)	(2.409.437)
Serviços de terceiros	(443.238)	(341.675)
Perda/recuperação de valores ativos	(3.040)	(10.047)
Outras despesas	(3.380)	(10.087)
	(3.523.038)	(2.771.246)
Valor adicionado bruto	928.016	634.169
Depreciação, amortização, exaustão e *impairment*	(18.064)	(29.738)
Valor adicionado líquido produzido	909.952	604.431
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	28.868	32.224
Valor adicionado total a distribuir	938.820	636.655
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	119.291	107.574
Pessoal - benefícios	11.323	10.555
Impostos, taxas e contribuições	10.543	10.101
Federais	309.803	183.001
Estaduais	83.107	63.588
Municipais	532	472
Juros e variações cambiais	39.649	19.386
Lucros distribuídos a acionistas	102.512	57.779
Lucros retidos	262.060	184.199
Valor adicionado distribuído	938.820	636.655

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia" ou "Tambasa") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais - Brasil. A Tambasa opera no mercado nacional e possui filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Paraíba, Ceará, Goiás e Pernambuco.

A Companhia atua no comércio atacadista de mercadorias em geral e também no varejo através das filiais de Minas Gerais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 9 de dezembro de 2021.

(a) Disseminação do novo coronavírus (COVID-19)

Desde o início do ano de 2020, o Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que tem causado diversos e significativos impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral. A Companhia, vem implementando ações que, prioritariamente, visam proteger os seus funcionários e parceiros comerciais, bem como as comunidades onde atua.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração adotou algumas medidas, com o objetivo de minimizar os efeitos da crise sanitária. Estas medidas incluíram adoção do teletrabalho (home-office) para os empregados dos departamentos administrativos, além de medidas de distanciamento nos locais de trabalho, transporte e refeitório.

A Administração da Companhia também vem monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados impactos significativos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão demonstradas na Nota 8. Em relação a ativos não financeiros, a Administração da Companhia não identificou indicadores de impairment.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos e/ou de interpretações de CPC's em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

2.4.4 *Impairment*

Para as contas a receber de clientes, a Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis por um valor igual as perdas de créditos esperadas para 12 meses, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia não exceder este prazo, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, foi aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo das vendas compreende o custo das aquisições líquido das bonificações recebidas de fornecedores no curso normal das operações da Companhia.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações	10-40
Máquinas aparelhos e equipamentos	5-20
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	10-20
Ferramentas	10
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10-40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairmen*t sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Arrendamentos

A Companhia aluga prédios comerciais para sua área administrativa, armazéns e lojas de atacarejo. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber).

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.
Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado

de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos - atacado

A Companhia vende uma variedade de produtos no mercado de atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para seu cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há qualquer obrigação não

satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento de 60 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

(b) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com duas unidades de varejo para a comercialização de mercadorias em geral. As vendas dos produtos são reconhecidas quando da venda do produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja.

(c) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.19 Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas e ajustes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

A companhia está divulgando nessa data, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, contendo ajustes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019,

originalmente divulgadas em 28 de abril de 2020, além de modificações implementadas pela administração visando aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas, incluindo os IFRS. As novas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 também foram aprovadas pela diretoria em 9 de dezembro de 2021.

Os principais ajustes realizados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram a retificação de erro na determinação da provisão para contingências e a contabilização dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS de sua base de cálculo (nota 11).

Os ajustes acima mencionados afetaram também o passivo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, assim como a demonstração do resultado do exercício findo nessa data. Desta forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 foram ajustadas em relação às originalmente apresentadas em 6 de maio de 2021, e estão sendo reapresentadas nessa data.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 ora apresentadas também contém modificações implementadas pela administração visando aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas, incluindo os IFRS.

Os efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2020		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	1.256.832		1.256.832
Não circulante	338.219		338.219
Total do ativo	1.595.051		1.595.051
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	425.760		425.760
Não circulante	215.371	10.490	225.861
Patrimônio líquido	953.920	(10.490)	943.430
Total do passivo e patrimônio líquido	1.595.051		1.595.051

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Demonstração do resultado			
Custo das vendas	(2.444.041)	(189.785)	(2.633.826)
Despesas de vendas	(496.233)	189.785	(306.448)
Outras receitas (despesas) operacionais	53.527	(30.526)	23.001
Despesas financeiras	(38.552)	(304)	(38.856)
Receitas financeiras	44.342	(15.474)	28.868
Imposto de imposto de renda e contribuição social	(177.497)	23.899	(153.598)
Lucro líquido do exercício	386.977	(22.405)	364.572
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	300.518	(17.953)	282.565
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(32.103)		(32.103)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(152.972)	17.953	(135.019)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	115.443		115.443

2.20 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a
essa substituição.

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

  (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Depreciação do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudo de vida útil o qual é revisado anualmente.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É prática da Companhia constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

(c) Prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

(d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões constituídas para riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, de adiantamentos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

No que se refere as instituições financeiras, a Companhia atua prioritariamente com bancos de primeira linha.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *ratings de alto grau investimento de créditos por agências de classificação de risco*. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O saldo a receber de clientes está distribuído em diversos clientes sendo pulverizado e não existe nenhum cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida nem do saldo a receber. A Companhia faz avaliação de crédito individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. contas a receber de clientes por vendas de produtos; e

. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

Contas a receber de clientes

A companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas
a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período antes de 31 de dezembro de 2020 ou 31 de dezembro de 2019, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2020					
Taxa de perdas esperadas - %	0,30%	1,69%	4,35%	98,21%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	545.281	13.261	230	34.424	593.196
Provisão para perdas	(1.636)	(224)	(10)	(33.808)	(35.678)
31 de dezembro de 2019					
Taxa de perdas esperadas - %	0,47%	5,80%	6,04%	99,48%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	466.208	12.164	579	31.318	510.269
Provisão para perdas	(2.199)	(706)	(35)	(31.157)	(34.097)

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber de clientes	
	2020	**2019**
Saldo inicial da provisão para perdas em 10 de janeiro	34.097	28.075
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício	1.329	30
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	4.585	8.452
Valores não utilizados e estornados	(4.332)	(2.460)
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	35.679	34.097

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. Não é prática da Companhia a provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado devido ao baixo risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	220.370			
Partes relacionadas	13.960			
Arrendamentos	31.964	31.964	95.892	413.539
Dividendos a pagar	73.307			
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	206.312			
Partes relacionadas	14.460			
Arrendamentos	30.815	30.815	92.445	431.413
Empréstimos e financiamentos	19			
Dividendos a pagar	50.880			

(iii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2020. Os cenários I e II foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2020.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Descrição	Indexador	Taxa ao final do exercício	Cenário Base	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras (Nota 6 e 7)	CDI	2,75%	5.104	3.828	2.552

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

Ativos financeiros	**2020**	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	203.254	87.811
Títulos e valores mobiliários	10.011	11.819
Empréstimos e financiamentos		(16)
Caixa e aplicações financeiras líquidos	213.265	99.614
Total do patrimônio líquido	943.430	738.651
Índice de alavancagem financeira - %	0	0

(c) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que tanto que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, quanto aos demais instrumentos financeiros, estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	**2020**	**2019**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	203.254	87.811
Títulos e valores mobiliários	10.011	11.819
Contas a receber de clientes	557.517	476.172
	770.782	575.802
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	(220.370)	(206.312)
Empréstimos e financiamentos		(16)
Passivo de arrendamento	(235.320)	(230.226)
Partes relacionadas	(13.960)	(14.460)
	(469.650)	(451.014)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	301.132	124.788

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	**2019**
Caixa e bancos	27.644	29.682
Aplicações financeiras	175.610	58.129
	203.254	87.811

As aplicações financeiras com liquidez imediata são compostas por certificados de depósito bancário e operações compromissadas, com rendimentos entre 80% e 101% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

7 Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Certificados de depósitos bancários	10.011	11.819
	10.011	11.819

Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias e remuneração em 112% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Faturas a receber	579.780	499.123
Cartões de crédito	12.703	10.376
Cheques em cobrança	713	770
	593.196	510.269
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.679)	(34.097)
	557.517	476.172

As contas a receber de clientes e adquirentes são denominadas em reais e referem-se as vendas de produtos cujos recebimentos ocorrem em média em 60 dias.

Em 31 de dezembro de 2020, contas a receber de clientes no valor de R$ 12.234 (2019 - R$ 9.964) encontram-se vencidas, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir.

	2020	2019
A vencer	545.281	466.208
Vencidos		
Até 30 dias	12.681	11.350
De 31 a 60 dias	580	814
De 61 a 90 dias	230	579
De 91 a 120 dias	449	461
De 121 a 180 dias	27	924
Acima de 181 dias	33.948	29.933
	593.196	510.269

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício.

	2020	2019
Em 1º de janeiro	34.097	28.075
Constituição de provisão para perda de contas a receber	4.888	8.482
Reversão de provisão para perda de contas a receber	(3.306)	(2.460)
Em 31 de dezembro	35.679	34.097

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber demonstrado acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

9 Estoques

	2020	2019
Produtos para revenda	419.009	318.146
Adiantamentos a fornecedores	8.879	13.440
Almoxarifado	8.288	6.964
	436.176	338.550
Provisão para perdas de estoque	(552)	(1.012)
	435.624	337.538

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R$ 2.444.041 (2019 – R$ 1.939.788).

A movimentação da provisão para perda de estoques está demonstrada a seguir.

	2020	2019
Em 1º de janeiro	1.012	1.179
Constituição de provisão para perda de estoques	628	150
Reversão de provisão para perda de estoques	(1.088)	(317)
Em 31 de dezembro	552	1.012

10 Adiantamentos

	2020	2019
Adiantamentos a transportadores	3.946	4.153
Adiantamentos a representantes	754	2.019
	4.700	6.172

11 Tributos a recuperar

	2020	2019
Circulante		
ICMS a recuperar	22.283	12.553
IRPJ a compensar		13.880
CSLL a compensar		6.111
PIS/COFINS a recuperar (i)	12.087	46.001
Outros tributos a recuperar	2.891	2.819
	37.261	81.364
Não circulante		
ICMS a recuperar	3.925	950
Outros tributos a recuperar	2.285	2.243
	6.210	3.193

(i) Em junho de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2007 pela Companhia, que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como buscava assegurar à Companhia o direito a compensar os valores recolhidos indevidamente, referente ao período de dezembro de 2002 a julho de 2019. No exercício de 2019 a Companhia, com base em sua melhor estimativa, efetuou a mensuração do valor do crédito tributário referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com base em suas melhores estimativas, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos créditos observando os critérios contidos na Solução de Consulta Interna nº. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como as perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, foi registrado o montante de R$46.001 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica "Impostos a recuperar", no Ativo Circulante, em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro" nos montantes de R$30.526 e R$15.475, respectivamente.

12 Imobilizado

Descrição	Custo 2019	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo 2020	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Instalações	18.874	(7.573)	11.301	21.679	(8.201)	13.478
Máquinas e equipamentos	48.642	(13.292)	35.350	53.214	(14.809)	38.405
Hardware	12.045	(7.474)	4.571	14.577	(8.956)	5.621
Veículos	13.146	(7.829)	5.317	11.245	(6.517)	4.728
Benfeitoria em propriedade de terceiros	12.798	(1.572)	11.226	12.798	(2.082)	10.716
Outros	1.483	(967)	516	2.726	(1.063)	1.663
Imobilizado em andamento	122	-	122	21.596	-	21.596
Total Imobilizado	107.110	(38.707)	68.403	137.835	(41.628)	96.207

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Hardware	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.219	36.158	3.303	2.274	11.781		590	65.325
Aquisições	725	785	2.465	4.784		122	20	8.901
Baixas				(815)	(43)			(858)
Depreciação	(643)	(1.593)	(1.197)	(926)	(512)		(94)	(4.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.301	35.350	4.571	5.317	11.226	122	516	68.403
Aquisições	2.805	4.832	2.532	85		21.474	1.242	32.970
Baixas				(79)				(79)
Depreciação	(628)	(1.777)	(1.482)	(595)	(510)		(95)	(5.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.478	38.405	5.621	4.728	10.716	21.596	1.663	96.207

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2020 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição na expansão da capacidade de armazenamento automático (sistema shuttle).

13 Intangível

	Direito Uso Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.597	2.536	6.133
Aquisições	832		832
Amortização	(1.605)	(107)	(1.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.824	2.429	5.253
Aquisições	927		927
Amortização	(1.253)	(108)	(1.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.498	2.321	4.819

14 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	217.663	206.312
Fornecedores internacionais	2.707	
	220.370	206.312

O saldo de fornecedores representa substancialmente compromissos da Companhia por aquisição de mercadorias para revenda.

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2020	2019
Outros		16
		16
Circulante		16
Não circulante		
		16

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	16	592
Pagamento de empréstimos	(16)	(575)
Pagamento de juros		(14)
Juros e variação cambial provisionados		13
Saldo final		16

16 Obrigações de arrendamento

A Companhia arrenda lojas de varejo, centros de distribuição e o edifício de sua sede administrativa, o arrendador desses imóveis é a empresa ligada Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 26). As locações desses imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 10 a 20 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Ativos de direito de uso		
Edificações	218.432	221.734
	218.432	221.734
Passivos de arrendamento		
Circulante	29.980	28.902
Não circulante	205.340	201.324
	235.320	230.226

(a) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso		
Edificações	(11.801)	(11.624)
	(11.801)	(11.624)
Despesas financeiras contratos de arrendamento		
Juros apropriados	(27.731)	(27.328)
	(39.532)	(38.952)

Os pagamentos de arrendamentos em 2020 totalizaram R$ 31.137 (2019 – R$ 30.425)

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais;
- custos de restauração; e
- menos tributos recuperáveis.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

(b) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.

(c) Divulgações adicionais

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
20 anos	12,68

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2020	2019
Saldo inicial dos ativos de direito de uso	221.734	
Adoção inicial		226.052
Adição de arrendamentos		1.708
Ajustes por remensuração	8.499	7.103
Distrato de arrendamentos		(1.505)
Despesas de depreciação	(11.801)	(11.624)
Saldo final dos ativos de direito de uso	218.432	221.734

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2020	2019
Saldo inicial dos passivos de arrendamento	230.226	
Adoção inicial		226.052
Adição de arrendamentos		1.708
Remensurações	8.499	7.103
Pagamento de arrendamentos	(3.405)	(3.097)
Distrato de arrendamentos		(1.540)
Pagamento de juros	(27.731)	(27.328)
Juros provisionados	27.731	27.328
Saldo final dos passivos de arrendamento	235.320	230.226

Maturidade dos contratos

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

	2020	2019
Vencimento das prestações		
2020		30.815
2021	31.964	30.815
2022	31.964	30.815
2023	31.964	30.815
2024 - 2038	477.467	462.228
Valores não descontados	573.359	585.488
Juros embutidos	(338.039)	(355.262)
	235.320	230.226

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	205.206	83.928
PIS/COFINS potencial (9,25%)	18.981	7.763
	224.187	91.691

A Companhia, em atendimento a legislação, não faz jus ao potencial crédito das contraprestações do arrendamento relativas ao prédio de sua sede administrativa e respectivo galpão denominado G1 por já ter sido proprietária dos mesmos.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	235.320	231.382	226.905	221.944	
Fluxo com projeção de inflação	245.950	247.555	236.046	229.600	
Variação	4,52%	6,99%	4,03%	3,45%	
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	218.432	218.432	206.297	193.503	
Fluxo com projeção de inflação	225.420	221.680	217.742	213.264	
Variação	4,52%	6,99%	4,03%	3,45%	
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	27.731	28.026	27.487	27.004	270.283
Fluxo com projeção de inflação	28.984	29.986	28.594	27.935	279.067
Variação	4,52%	6,99%	4,03%	3,45%	3,25%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	11.801	12.135	12.135	12.135	191.902
Fluxo com projeção de inflação	12.334	12.983	12.624	12.553	198.139
Variação	4,52%	6,99%	4,03%	3,45%	3,25%

17 Salários e encargos sociais

	2020	2019
Férias a pagar	11.567	11.566
INSS a recolher	5.004	4.943
FGTS a recolher	994	939
Outras obrigações com pessoal	451	319
	18.016	17.767

18 Tributos a recolher

	2020	2019
ICMS a recolher	22.796	17.738
IRPJ a recolher	23.176	
CSLL a recolher	7.365	
IRRF a recolher	1.654	1.396
PIS e COFINS a recolher	9.769	4.642
IR e CS a recolher		15.640
Outros tributos a recolher	47	40
	64.807	39.456

19 Tributos parcelados

Em julho de 2020, após solução de consulta 4.007/2020 (DOU de 23/04) da Receita Federal, a Companhia foi autuada pelo não recolhimento de PIS e COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores. A Companhia optou pela adesão ao parcelamento desses tributos, a ser pago em 48 parcelas a partir de 17 de agosto de 2020. A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	2020
Passivo Circulante	
Parcelamento RFB PIS 10976-720.007/2020	393
Parcelamento RFB COFINS 10976-720.007/2020	1.772
	2.165
Passivo Não Circulante	
Parcelamento RFB PIS 10976-720.007/2020	1.410
Parcelamento RFB COFINS 10976-720.007/2020	6.347
	7.757

A movimentação dos tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	2020
Saldo inicial	
Parcelamento de tributos	10.667
Juros provisionados	153
Pagamentos de principal e juros	(897)
Saldo final	9.922

20 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as demandas judiciais em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

(a) Composição e movimentação

	Provisão		Depósito judicial		Líquido	
	2020 (Reapresentado)	2019	2020 (Reapresentado)	2019	2020 (Reapresentado)	2019
Tributários	29.554	34.256	(19.064)	(15.816)	10.490	18.440
Trabalhistas	1.374	1.377			1.374	1.377
Cíveis	859	853			859	853
	31.787	36.486	(19.064)	(15.816)	12.723	20.670

A movimentação da provisão para demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está demonstrada a seguir:

	2020 (Reapresentado)	2019
Em 1º de janeiro	20.670	26.916
Constituição da provisão	758	1.537
Reversão da provisão	(8.705)	(7.783)
Em 31 de dezembro	12.723	20.670

As principais demandas judiciais provisionadas estão sumariadas a seguir:

(i) Demandas tributárias

- Diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT.
- PIS/COFINS sobre receitas financeiras.
- Outras diferenças de interpretações de normas tributárias.

A Companhia deposita judicialmente os valores questionados referentes aos processos sobre a diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT e sobre a incidência de PIS/COFINS em receitas financeiras.

(ii) Demandas cíveis

Representam, principalmente, ações de consumidores que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral/material dentre outros pedidos.

(iii) Demandas trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, dentre outros pedidos. O montante registrado como provisão foi calculado com base em análise individual e estágio atual de cada processo.

(b) Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R$ 9.133 (2019 – R$11.056).

(c) Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R$ 2.371 (2019 - R$7.984) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	2020	2019
Tributários	760	5.973
Trabalhistas	1.608	1.999
Cíveis	3	12
	2.371	7.984

Durante o exercício de 2020, houve resgates de depósitos judiciais no montante R$ 5.206 referente a processo judicial que questionava a incidência de ICMS na base do PIS e da COFINS (Nota 11).

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social autorizado da Companhia encontra-se dividido em 3.830.000 (três milhões, oitocentos e trinta mil) ações, totalizando R$ 3.830.

(b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Retenção de lucros

A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo de lucros remanescentes após a distribuição dos dividendos.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, reservas de lucros que excedem o capital social. A administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, concluiu que este excesso não representa situação desfavorável aos acionistas minoritários, uma vez que esta situação é provisória e será mitigada em exercícios subsequentes, com distribuição de dividendos (Nota 31(b)). Adicionalmente, houve anuência da totalidade dos acionistas, para a formação de referida reserva de lucros.

(c) Distribuição de resultado

Conforme descrito no estatuto social, do lucro líquido do exercício 25% serão destinados aos acionistas em pagamento de dividendos os quais poderão ser pagos parceladamente. Os dividendos mínimos poderão ser reduzidos desde que não haja oposição de nenhum acionista em Assembleia Geral. Os órgãos da administração poderão imputar ao valor dos dividendos obrigatórios, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio. Caso o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio, for superior ao valor dos dividendos obrigatórios, o excesso verificado ficará previamente aprovado.

(d) Dividendos

	2020	2019
Lucro líquido do exercício (i)	386.977	206.413
Dividendos obrigatórios (25%)	96.744	51.603
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	25%	25%

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	2020	2019
Saldo inicial	50.880	116.427
Dividendos aprovados sobre lucro líquido	64.099	21.923
Juros sobre capital próprio (JCP)	38.413	35.856
IRRF juros sobre capital próprio (JCP)	(5.762)	(5.379)
Dividendos aprovados sobre reserva de lucros	57.281	50.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(131.604)	(167.947)
Saldo final	73.307	50.880

(i) O lucro líquido do exercício utilizado para distribuição dos dividendos foi aquele inicialmente aprovado pelos acionistas, antes dos ajustes descritos na nota 2.19

22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2020 (Reapresentado)	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	364.572	241.978
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) ajustada pelo desdobramento mencionado na Nota 31 (d)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	0,95	0,63

23 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita bruta de vendas	4.463.588	3.411.852
Impostos e deduções	(774.978)	(597.865)
Devoluções	(50.175)	(43.888)
	3.638.435	2.770.099

24 Despesas por natureza

	2020 (Reapresentado)	2019
Custo dos produtos vendidos	(2.444.041)	(1.939.788)
Despesas com fretes e carretos	(189.785)	(174.687)
Despesas com pessoal	(169.930)	(150.026)
Comissão sobre vendas	(185.602)	(133.036)
Despesas com serviços de terceiros e utilidades	(7.160)	(7.094)
Despesas tributárias	(21.802)	(16.795)
Depreciação e amortização	(18.065)	(17.730)
Outras despesas	(97.455)	(57.157)
Venda de imobilizado	1.586	2.230
Reversão de provisões		5.858
Outros créditos tributários	13.632	9.240
Créditos de PIS/COFINS (Nota 11)		30.527
Outras receitas	8.345	3.953
	(3.110.277)	(2.444.505)
Custo das vendas	(2.633.826)	(2.114.475)
Despesas com vendas	(306.448)	(211.817)
Despesas gerais e administrativas	(193.004)	(169.622)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23.001	51.409
	(3.110.277)	(2.444.505)

25 Resultado financeiro

	2020 (Reapresentado)	2019
Despesas financeiras		
Juros	(2.107)	(1.570)
Despesa bancárias	(6.721)	(6.611)
Descontos concedidos	(546)	(601)
Taxas de cartão de crédito	(1.335)	(1.004)
Variação cambial	(111)	(13)
Juros sobre passivos de arrendamento	(27.731)	(26.811)
Outras despesas financeiras	(305)	(527)
	(38.856)	(37.137)
Receitas financeiras		
Juros e correções monetárias (i)	10.515	9.621
Descontos obtidos (ii)	13.532	16.010
Rendimento de aplicações financeiras	4.668	6.528
Correção monetária PIS e COFINS (Nota 11)		15.474
Variação cambial	153	65
	28.868	47.698
Resultado financeiro, líquido	(9.988)	10.561

(i) Refere-se substancialmente a juros incidentes sobre faturas de clientes em atraso e são reconhecidos líquidos das perdas esperadas.

(ii) Refere-se substancialmente a descontos obtidos em decorrência da liquidação antecipada de contas a pagar.

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020 (Reapresentado)	2019
Ativo de imposto diferido		
Provisão para perdas de estoque	188	344
Provisão para contingências tributárias	6.482	5.377
Provisão para demais contingências	759	760
Perdas esperadas em créditos liquidação duvidosa	1.878	1.689
Arrendamento mercantil	5.742	2.899
	15.049	11.069
Passivo de imposto diferido		
Depreciação fiscal x contábil	(4.522)	(3.361)
Ganho capital alienação imobilizado a prazo	(507)	(816)
	(5.029)	(4.177)
Ativo de imposto diferido, líquido	10.020	6.892

(b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável que, conforme legislação vigente, difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

	2020 (Reapresentado)	2019
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	518.170	336.155
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(176.178)	(114.293)
Juros sobre capital próprio	13.060	12.191
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	9.520	7.925
Imposto apurado	(153.598)	(94.177)
Corrente	(156.726)	(96.281)
Diferido	3.128	2.104
Encargo fiscal	(153.598)	(94.177)

27 Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Despesas com vendas - comissão de vendas

A empresa GB Atacadistas Ltda. ("GB Atacadistas"), sob controle comum dos acionistas da Companhia, presta serviços de representação à Tambasa. O valor das comissões creditadas a GB no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 46.508 (2019 – R$33.176).

(b) Arrendamentos

A Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Tamig Empreendimentos"), antiga Tambasa Empreendimentos S.A., é proprietária do imóvel onde está localizada a matriz da Tambasa bem como a sua filial localizada na cidade de Montes Claros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os pagamentos de arrendamento dos referidos imóveis totalizaram R$31.136 (2019 – R$30.475).

(c) Saldos no fim do exercício

Ativo	**2020**	**2019**
Circulante		
GB Atacadistas - Adiantamento de comissões de vendas		1.737
		1.737

Passivo	**2020**	**2019**
Circulante		
GB Atacadistas – comissões de vendas	7.007	
Tamig Empreendimentos -conta corrente	6.953	14.460
Tamig Empreendimentos -arrendamentos	29.980	28.902
	43.940	43.362
Não circulante		
Tamig Empreendimentos -arrendamentos	205.340	201.324
	205.340	201.324

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga e a pagar para o pessoal-chave da administração inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Em 2019 foram pagos para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração o montante de R$1.635 (R$1.542 em 2019) e para o Conselho Fiscal o montante de R$131 (R$107 em 2018).

28 Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio Máquinas, Móveis e Utensílios Mercadorias e matérias-primas	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	R$1.082.000

A vigência dos seguros com a Mitsui Sumitomo Seguros tem início em 25/05/2020 com término em 25/05/2022.

29 Informações por Segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias comercializados.

Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance e alocam os recursos conforme necessários.

30 Benefícios a Empregados

Previdência privada

Em agosto de 2020 a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários a ser administrado pela instituição financeira Bradesco Vida e Previdência S/A. O plano de benefícios tem as modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários sendo os valores pagos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R$446. O plano contava com 1.434 participantes em 31 de dezembro de 2020. Por se tratar de plano de contribuição definida não há riscos atuariais para Companhia.

31 Eventos subsequentes

(a) Impostos a recuperar de ações judiciais

Em maio de 2021, o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, referente a períodos diversos desde novembro de 2001, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, foi registrado os créditos de PIS/COFINS no montante de R$232.596 no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Diante disso, a Companhia reavaliou o julgamento sobre essa ação judicial, conforme requerido pelo ICPC 22/IFRIC 23, e concluiu que houve mudança dos fatos e circunstâncias sobre os quais se baseiam essa decisão. Portanto, a Companhia registrou crédito de R$36.133, no trimestre findo em 30 de setembro de 2021. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos valores serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

(b) Lucros distribuídos em 2021

Em 30 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos intermediários a conta de reserva de lucros no valor de R$ 936.662, conforme artigo art. 204, § 2º da Lei das 6.404/76.

Os dividendos declarados deverão ser pagos até o final do exercício de 2022. Para pagamento desses dividendos, a Companhia utilizará recursos em caixa, recursos gerados por suas operações no período, e, principalmente, recursos provenientes de operação de emissão de ações no mercado.

(c) Compra da GB Atacadistas

Em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB Atacadistas Ltda., por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda., pelo valor de R$ 12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais). Em razão da venda da totalidade das quotas da GB Atacadistas para a Companhia, essa passou a ser a única sócia da referida sociedade.

A GB Atacadistas, conforme descrito na nota explicativa 27, é uma empresa sob controle comum dos acionistas da Companhia, onde a mesma presta serviços de representação à Tambasa, de forma exclusiva.

(d) Alteração da quantidade de ações do Capital Social por desdobramento

Em 06 de dezembro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social. Assim, a quantidade de ações passou de 3.830.000 (três milhões oitocentas e trinta mil) em 30 de setembro de 2021 para 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias.

Com isto, o recálculo do Lucro por ação, referente a nota explicativa 22, baseado na nova composição de ações, seria de:

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	364.572	241.978
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	0,95	0,63

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, na V. Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, CEP 32.060-514, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.359.233/0001-88 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Contagem, 09 de dezembro de 2021.

Alberto Portugal Milward de Azevedo
Diretor Presidente

Gustavo Bittencourt Bartolomeu
Diretor Financeiro

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.19 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 devido as circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Sobre as demonstrações financeiras anteriores, em 6 de maio de 2021 emitimos relatório de auditoria contendo ressalva em decorrência do excesso de reservas de lucros sobre o capital social ora corrigido (nota explicativa 20 (b)), atualizado por esse novo relatório de auditoria.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PricewaterhouseCoopers, Rua dos Inconfidentes 911, 17º e 18º, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128, Caixa Postal 289, T: +55 (31) 3269 1500, www.pwc.com.br

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando as operações da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. Durante o exercício de 2019, a Companhia reconheceu impostos a recuperar em decorrência da ação judicial transitada em julgado referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, como também reconheceu os efeitos da adoção inicial do pronunciamento contábil de arrendamento CPC 06(R2)/IFRS 16.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contratos de arrendamento (notas explicativas 2.12 e 16)	
Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de partes relacionadas cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento que, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento (IFRS 16 / CPC 06(R2)), resultaram no reconhecimento contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo, os quais foram registrados inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A administração desenvolveu controles para processar o cálculo desses arrendamentos considerando diversas premissas que contêm elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos), e com impactos na determinação dos valores de passivo de arrendamento e do direito do uso do ativo, bem como nas despesas de depreciação e de juros no resultado do exercício. Os contratos de arrendamento permaneceram como foco em nossa auditoria em função do exposto e por ter impacto relevante nos registros contábeis e nas divulgações apresentadas nas notas explicavas às demonstrações financeiras.	Em nossa auditoria, consideramos os seguintes principais procedimentos: (i) a avaliação da metodologia e dos critérios adotados pela administração na elaboração do inventário de contratos, com o propósito de segregar os contratos com elementos de arrendamento, daqueles que representam apenas uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos de arrendamento que se encontram no escopo das isenções previstas no IFRS 16 / CPC 6; Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, efetuamos testes que compreenderam: (i) a avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos períodos de contratos considerados, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) o recálculo de selecionados contratos considerando, dentre outros aspectos, as informações originais dos contratos, aditivos de contratos, cancelamentos e remensuração dos passivos de arrendamento nos “aniversários” dos contratos; e (iv) a revisão das divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas consideradas pela administração estão consistentes com os dados e documentos selecionados em nossa auditoria e com as divulgações em notas explicativas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado (notas explicativas 11, 23 e 24)	
A Companhia registrou créditos fiscais no montante de R$ 46.001 mil, oriundos de decisão favorável em processo judicial com trânsito em julgado em 2019, no qual se reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações. A partir de 2020, a Companhia iniciou a compensação dos referidos créditos tributários. Adicionalmente, a administração da Companhia vem tomando as ações necessárias, incluindo medidas judiciais, visando garantir a continuidade da compensação dos créditos. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da sua complexidade da análise jurídica, da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico em relação ao momento do reconhecimento dos créditos tributários e sua correspondente classificação nas demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) Com a ajuda de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura das decisões e avaliamos e discutimos com a administração, as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentada também em opiniões de especialistas renomados e independentes, para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor. (ii) Obtivemos e conferimos a adequacidade dos cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial. (iii) Avaliamos as divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração da Companhia, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões. Da mesma forma, entendemos que as divulgações nas demonstrações financeiras detalham o assunto adequadamente.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a

auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

Relatório de Administração:

Mantendo o crescimento e solidez de nosso negócio, a Tambasa registrou crescimento de 12,16% em seu faturamento no ano de 2019 em relação a 2018, alcançando a marca de R$3,4 bilhões em vendas, o que equivale a uma receita líquida de R$2,8 bilhões (+11,79%).

A consistência de nossa estratégia comercial nos permitiu um crescimento dos custos com vendas dentro dos parâmetros esperados e garantiu o alcance do lucro bruto de R$655,6 milhões (+6,2%). Nosso foco em eficiência operacional contribuiu para um menor crescimento na linha de despesas com vendas (+1,6%) e uma expressiva queda de 10,6% nas despesas gerais e administrativas. Adicionalmente, registramos mais de R$39 milhões em créditos tributários, o que contribuiu para o aumento de nossa rentabilidade, observada pelo lucro líquido de R$242 milhões (margem líquida de 8,7%), tendo reportado um crescimento de 29,2% em relação ao ano de 2018.

Contagem, 9 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2019 (reapresentado (nota 2.19))	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	87.811	114.793
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	11.819	13.462
Contas a receber de clientes (Nota 8)	476.172	415.893
Estoques (Nota 9)	337.538	326.464
Adiantamentos (Nota 10)	6.172	4.299
Tributos a recuperar (Nota 11)	81.364	30.368
Partes relacionadas (Nota 26)	1.737	3.296
Outros ativos circulantes	2.223	5.942
Total do ativo circulante	1.004.836	914.517
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 19)	7.984	2.760
Tributos a recuperar (Nota 11)	3.193	2.536
Impostos diferidos (Nota 25)	6.892	4.788
Outros ativos não-circulantes	1.400	
	19.469	10.084
Propriedades para investimentos	160	160
Ativos de direito de uso (Nota 16)	221.734	
Imobilizado (Nota 12)	68.403	65.325
Intangível (Nota 13)	5.253	6.133
Total do ativo não circulante	315.019	81.702
Total ativo	1.319.855	996.219

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2019 reapresentado (nota 2.19))	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	206.312	188.614
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	16	576
Passivos de arrendamento (Nota 16)	28.902	
Salários e encargos sociais (Nota 17)	17.767	16.651
Tributos a recolher (Nota 18)	39.456	23.179
Partes relacionadas (Nota 26)	14.460	17.784
Dividendos e juros s/ capital próprio (Nota 20)	50.880	116.427
Outros passivos circulantes	1.304	1.420
Total do passivo circulante	359.097	364.651
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)		16
Passivos de arrendamento (Nota 16)	201.324	
Provisão para contingências (Nota 19)	20.670	26.916
Outros passivos não circulantes	113	184
Total do passivo não circulante	222.107	27.116
Total do passivo	581.204	391.767
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	3.830	3.830
Reservas de capital	1.789	1.789
Reservas de lucro	733.032	598.833
	738.651	604.452
Total do passivo e patrimônio líquido	1.319.855	996.219

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019 (reapresentado (nota 2.19))	2018
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 22)	2.770.099	2.478.011
Custo das vendas e serviços (Nota 23)	(2.114.475)	(1.860.840)
Lucro bruto	655.624	617.171
Despesas com vendas (Nota 23)	(211.817)	(208.479)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(169.622)	(189.652)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 23)	51.409	16.188
Lucro operacional	325.594	235.228
Despesas financeiras (Nota 24)	(37.137)	(10.774)
Receitas financeiras (Nota 24)	47.698	35.935
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	10.561	25.161
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	336.155	260.389
Imposto de renda e contribuição social (Nota 25)	(94.177)	(73.157)
Lucro líquido do exercício	241.978	187.232
Lucro básico e diluído por ação – R$ (Nota 21)	0,63	0,49

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2019 (reapresentado (nota 2.19))	2018
Lucro líquido do exercício	241.978	187.232
Total do resultado abrangente do exercício	241.978	187.232

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

			Reservas de lucro			
	Capital Social	**Reservas de capital**	**Reserva legal**	**Reservas de lucro**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio Líquido**
Saldos em 31 de dezembro 2017	3.830	1.789	1.149	602.231		608.999
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					187.232	187.232
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(35.174)	(35.174)
Dividendos				(140.000)	(16.605)	(156.605)
Transferência entre reservas				135.453	(135.453)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.830	1.789	1.149	597.684		604.452
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					241.978	241.978
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(35.856)	(35.856)
Dividendos				(50.000)	(21.923)	(71.923)
Transferência entre reservas				184.199	(184.199)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado (nota 2.19))	3.830	1.789	1.149	731.883		738.651

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**(reapresentado (nota 2.19))**	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	336.155	260.389
Ajustes de:		
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	6.677	6.530
Depreciação ativos de direito de uso (Nota 16)	11.624	
Ganho na baixa de imobilizado e investimento	(2.793)	(7.089)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	6.022	8.504
Provisão para perda de estoques (Nota 9)	(167)	295
Créditos de PIS/COFINS (Nota 11)	(46.001)	
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	(1.042)	195
Encargos financeiros provisionados (Nota 15)	27.845	566
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.643	(2.492)
Contas a receber de clientes (Nota 8)	(66.301)	(56.548)
Estoques (Nota 9)	(10.907)	(59.263)
Adiantamentos (Nota 10)	(1.873)	4.786
Tributos a recuperar (Nota 11)	(5.657)	27.555
Outros ativos	2.319	(4.353)
Partes relacionadas (Nota 26)	(1.765)	2.484
Depósitos judiciais	(5.224)	(963)
Fornecedores (Nota 14)	17.698	1.200
Salários e encargos (Nota 17)	1.116	850
Tributos a recolher	(5.357)	26.929
Tributos parcelados		(5.131)
Outros passivos	(203)	330
Caixa gerado nas operações	263.809	204.774
Juros pagos (Notas 15 e 16)	(27.342)	(78)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(85.748)	(59.020)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	150.719	145.676
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de propriedades para investimento, imobilizado e intangível (Notas 12 e 13)	(9.733)	(10.445)
Valor recebido pela venda de imobilizado	3.651	5.357
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.082)	(5.088)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 15)	(575)	(1.571)
Pagamento de arrendamento mercantil (Nota 16)	(3.097)	
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (Nota 20)	(167.947)	(154.101)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(171.619)	(155.672)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(26.982)	(15.084)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	114.793	129.877
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	87.811	114.793
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(26.982)	(15.084)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2019	2018
Receitas		
Vendas brutas de produtos	3.367.964	3.000.895
Outras receitas	37.481	30.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(30)	(4.938)
	3.405.415	3.026.671
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(2.409.437)	(2.109.672)
Serviços de terceiros	(341.675)	(315.903)
Perda/recuperação de valores ativos	(10.047)	(6.581)
Outras despesas	(10.087)	(17.928)
	(2.771.246)	(2.450.084)
Valor adicionado bruto	634.169	576.587
Depreciação, amortização, exaustão e *impairment*	(29.738)	(6.524)
Valor adicionado líquido produzido	604.431	570.063
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32.224	35.935
Valor adicionado total a distribuir	636.655	605.998
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	107.574	101.447
Pessoal - benefícios	10.555	10.384
Impostos, taxas e contribuições	10.101	9.094
Federais	183.001	189.532
Estaduais	63.588	69.230
Municipais	472	463
Juros e variações cambiais	19.386	10.284
Aluguéis		28.332
Juros sobre capital próprio e dividendos	57.779	51.779
Lucros retidos	184.199	135.453
Valor adicionado distribuído	636.655	605.998

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia" ou "Tambasa") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais - Brasil. A Tambasa opera no mercado nacional e possui filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Paraíba, Ceará, Goiás e Pernambuco.

A Companhia atua no comércio atacadista de mercadorias em geral e também no varejo através das filiais de Minas Gerais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 9 de dezembro de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 pela Companhia:

- IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

- IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos

cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Não há outros novos pronunciamentos e/ou de interpretações de CPC's em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

2.4.4 *Impairment*

Para as contas a receber de clientes, a Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis por um valor igual as perdas de créditos esperadas para 12 meses, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia não exceder este prazo, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, foi aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo das vendas compreende o custo das aquisições líquido das bonificações recebidas de fornecedores no curso normal das operações da Companhia.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações	10-40
Máquinas aparelhos e equipamentos	5-20
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	10-20
Ferramentas	10
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10-40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairmen*t sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Arrendamentos

A Companhia aluga prédios comerciais para sua área administrativa, armazéns e lojas de atacarejo. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber).

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos - atacado

A Companhia vende uma variedade de produtos no mercado de atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para seu cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento de 60 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

(b) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com duas unidades de varejo para a comercialização de mercadorias em geral. As vendas dos produtos são reconhecidas quando da venda do produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja.

(c) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto

social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.19 Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas e ajustes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

A companhia está divulgando nessa data, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, contendo ajustes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, originalmente divulgadas em 22 de abril de 2019, além de modificações implementadas pela administração visando aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas, incluindo os IFRS. As novas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 também foram aprovadas pela diretoria em 9 de dezembro de 2021.

O principal ajuste realizado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi retificação de erro na determinação da provisão para contingências.

O ajuste acima mencionado afetou também o passivo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, assim como a demonstração do resultado do exercício findo nessa data. Adicionalmente, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 estão sendo ajustadas para refletir a contabilização dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS de sua base de cálculo (nota 11). Desta forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 foram ajustadas em relação às originalmente apresentadas em 6 de maio de 2021 e estão sendo reapresentadas nessa data.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 ora apresentadas também contém modificações implementadas pela administração visando aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas, incluindo os IFRS.

Os efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2019		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	958.836	46.001	1.004.836
Não circulante	315.018		315.019
Total do ativo	1.273.854	46.001	1.319.855
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	343.457	15.640	359.097
Não circulante	203.667	18.440	222.107
Patrimônio líquido	726.730	11.921	738.651
Total do passivo e patrimônio líquido	1.273.854	46.001	1.319.855

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Demonstração do resultado			
Custos das vendas	(1.939.788)	(174.687)	(2.114.475)
Despesas de vendas	(386.504)	174.687	(211.817)
Outras receitas (despesas) operacionais	20.882	30.527	51.409
Receitas financeiras	32.224	15.474	47.698
Despesas financeiras	(36.620)	(517)	(37.137)
Imposto de imposto de renda e contribuição social	(84.258)	(9.919)	(94.177)
Lucro líquido do exercício	206.413	35.565	241.978
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	178.047	(27.328)	150.719
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.082)		(6.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(198.947)	27.328	(171.619)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(26.982)		(26.982)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Depreciação do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudo de vida útil o qual é revisado anualmente.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É prática da Companhia constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

(c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões constituídas para riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância

no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(d) Prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

• Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

• Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

• Adicionalmente, o Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

4 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, de adiantamentos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

No que se refere as instituições financeiras, a Companhia atua prioritariamente com bancos de primeira linha.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *ratings* de alto grau investimento de créditos por agências de classificação de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O saldo a receber de clientes está distribuído em diversos clientes sendo pulverizado e não existe nenhum cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida nem do saldo a receber. A Companhia faz avaliação de crédito individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. contas a receber de clientes por vendas de produtos; e

. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

Contas a receber de clientes

A companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas
a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período antes de 31 de dezembro de 2019 ou 31 de dezembro de 2018, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 90 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2019					
Taxa de perdas esperadas - %	0,47%	5,80%	6,04%	99,48%	
Valor contábil bruto -					
contas a receber de clientes	466.208	12.164	579	31.318	510.269
Provisão para perdas	(2.199)	(706)	(35)	(31.157)	(34.097)
31 de dezembro de 2018					
Taxa de perdas esperadas - %	0,30%	1,69%	4,27%	86,63%	
Valor contábil bruto -					
contas a receber de clientes	388.587	23.009	1.852	30.520	443.968
Provisão para perdas	(1.166)	(389)	(79)	(26.441)	(28.075)

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber de clientes	
	2019	2018
Saldo inicial da provisão para perdas em 10 de janeiro	28.075	19.571
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício	30	4.938
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	8.452	4.585
Valores não utilizados e estornados	(2.460)	(1.019)
Juros		
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	34.097	28.075

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito

esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. Não é prática da Companhia a provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado devido ao baixo risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	206.312			
Partes relacionadas	14.460			
Arrendamentos	30.815	30.815	92.445	431.413
Empréstimos e financiamentos	19			
Dividendos a pagar	50.880			
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	188.614			
Partes relacionadas	17.784			
Empréstimos e financiamentos	590	19		
Dividendos a pagar	116.427			

(iii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2019. Os cenários I e II foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2019.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Descrição	Indexador	Taxa ao final do exercício	Cenário Base	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras (Nota 6 e 7)	CDI	5,96%	4.168	3.126	2.084

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

Ativos financeiros	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	87.811	114.793
Títulos e valores mobiliários	11.819	13.462
Empréstimos e financiamentos	(16)	(592)
Caixa e aplicações financeiras líquidos	(99.614)	(127.663)
Total do patrimônio líquido	738.651	604.452
Índice de alavancagem financeira - %	0	0

(c) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que tanto que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, quanto aos demais instrumentos financeiros, estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	**2019**	**2018**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	87.811	114.793
Títulos e valores mobiliários	11.819	13.462
Contas a receber de clientes	476.172	415.893
	575.802	544.148
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	(206.312)	(188.614)
Empréstimos e financiamentos	(16)	(592)
Passivo de arrendamento	(230.226)	
Partes relacionadas	(14.460)	(17.784)
	(451.014)	(206.990)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	124.788	337.158

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	**2018**
Caixa e bancos	29.682	17.776
Aplicações financeiras	58.129	97.017
	87.811	114.793

As aplicações financeiras com liquidez imediata são compostas por certificados de depósito bancário e operações compromissadas, com rendimentos entre 90% e 100% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

7 Títulos e valores mobiliários

	2019	**2018**
Certificados de depósitos bancários	11.819	13.462
	11.819	13.462

Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias e remuneração em 108% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

8 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Contas a receber de clientes	509.499	441.917
Cheques em cobrança	770	2.051
	510.269	443.968
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.097)	(28.075)
	476.172	415.893

As contas a receber de clientes são denominadas em reais e referem-se as vendas de produtos cujos recebimentos ocorrem em média em 60 dias.

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no valor de R$ 9.964 (2018 - R$ 27.306) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir.

	2019	2018
A vencer	466.208	388.587
Vencidos		
Até 30 dias	11.350	21.973
De 31 a 60 dias	814	1.036
De 61 a 90 dias	579	1.202
De 91 a 120 dias	461	650
De 121 a 180 dias	924	1.065
Acima de 181 dias	29.933	29.455
	510.269	443.968

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício.

	2019	2018
Em 1º de janeiro	28.075	19.571
Constituição de provisão para perda de contas a receber	8.482	9.523
Reversão de provisão para perda de contas a receber	(2.460)	(1.019)
Em 31 de dezembro	34.097	28.075

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber demonstrado acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

9 Estoques

	2019	2018
Produtos para revenda	318.146	314.835
Adiantamentos a fornecedores	13.440	7.074
Almoxarifado	6.964	5.734
	338.550	327.643
Provisão para perdas de estoque	(1.012)	(1.179)
	337.538	326.464

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R$ 1.939.788 (2018 – R$ 1.706.834).

A movimentação da provisão para perda de estoques está demonstrada a seguir.

	2019	2018
Em 1º de janeiro	1.179	884
Constituição de provisão para perda de estoques	150	606
Reversão de provisão para perda de estoques	(317)	(311)
Em 31 de dezembro	1.012	1.179

10 Adiantamentos

	2019	2018
Adiantamentos a transportadores	4.153	2.914
Adiantamentos a representantes	2.019	1.385
	6.172	4.299

11 Tributos a recuperar

	2019	2018
Circulante	(Reapresentado)	
ICMS a recuperar	12.553	9.923
IRPJ a compensar	13.880	12.276
CSLL a compensar	6.111	5.499
PIS /COFINS a recuperar (i)	46.001	
Outros tributos a recuperar	2.819	2.670
	81.364	30.368
Não circulante		
Outros tributos a recuperar	3.193	2.536
	3.193	2.536

(i) Trânsito em julgado de ações judiciais ativas

Em junho de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2007 pela Companhia, que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como buscava assegurar à Companhia o direito a compensar os valores recolhidos indevidamente, referente ao período de dezembro de 2002 a julho de 2019. No exercício de 2019 a Companhia, com base em sua melhor estimativa, efetuou a mensuração do valor do crédito tributário referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com base em suas melhores estimativas, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos créditos observando os critérios contidos na Solução de Consulta Interna nº. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como as perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, foi registrado o montante de R$46.001 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica "Impostos a recuperar", no Ativo Circulante, em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro" nos montantes de R$30.526 e R$15.475, respectivamente.

12 Imobilizado

Descrição	Custo 2018	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo 2019	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Instalações	18.148	(6.929)	11.219	18.874	(7.573)	11.301
Máquinas e equipamentos	47.949	(11.791)	36.158	48.642	(13.292)	35.350
Hardware	9.580	(6.277)	3.303	12.045	(7.474)	4.571
Veículos	12.110	(9.836)	2.274	13.146	(7.829)	5.317
Benfeitoria em propriedade de terceiros	12.887	(1.106)	11.781	12.798	(1.572)	11.226
Outros	1.463	(873)	590	1.483	(967)	516
Imobilizado em andamento				122	-	122
Total Imobilizado	102.137	(36.812)	65.325	107.110	(38.707)	68.403

	Instalações	Máquinas aparelhos e equipamentos	Hardware	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.224	31.977	2.301	2.665	12.220	580	512	61.479
Aquisições	636	1.072	1.904	1.087		4.794	168	9.661
Baixas	(181)	(5)		(959)		(443)		(1.588)
Transferências	3	4.856			72	(4.931)		
Depreciação	(463)	(1.742)	(902)	(519)	(511)		(90)	(4.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.219	36.158	3.303	2.274	11.781		590	65.325
Aquisições	725	785	2.465	4.784		122	20	8.901
Baixas				(815)	(43)			(858)
Depreciação	(643)	(1.593)	(1.197)	(926)	(512)		(94)	(4.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.301	35.350	4.571	5.317	11.226	122	516	68.403

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2018 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição porta paletes e sistema shuttle.

13 Intangível

	Direito Uso Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.159	2.885	8.044
Aquisições	624		624
Baixas		(232)	(232)
Amortização	(2.186)	(117)	(2.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.597	2.536	6.133
Aquisições	832		832
Amortização	(1.605)	(107)	(1.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.824	2.429	5.253

14 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	206.312	187.613
Fornecedores internacionais		1.001
	206.312	188.614

O saldo de fornecedores representa substancialmente compromissos da Companhia por aquisição de mercadorias para revenda.

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2019	2018
Finame		265
Leasing		71
Outros	16	256
	16	592
Circulante	16	576
Não circulante		16
	16	592

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	592	2.165
Pagamento de empréstimos	(575)	(1.571)
Pagamento de juros	(14)	(78)
Juros e variação cambial provisionados	13	76
Saldo final	16	592

16 Obrigações de arrendamento financeiro

A Companhia arrenda lojas de varejo, centros de distribuição e o edifício de sua sede administrativa, o arrendador desses imóveis é a empresa ligada Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 26). As locações desses imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 10 a 20 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2019
Ativos de direito de uso	
Edificações	221.734
	221.734
Passivos de arrendamento	
Circulante	28.902
Não circulante	201.324
	230.226

(a) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	
Edificações	(11.624)
	(11.624)
Despesas financeiras contratos de arrendamento	
Juros apropriados	(27.328)
	(38.952)

Os pagamentos de arrendamentos em 2019 totalizaram R$ 30.425.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais;
- custos de restauração; e
- menos tributos recuperáveis.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

(b) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.

(c) Divulgações adicionais

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
20 anos	12,68

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2019
Saldo dos ativos de direito de uso em 1º de janeiro de 2019	226.052
Ajustes por remensuração	7.103
Distrato de arrendamentos	(1.505)
Adição de arrendamentos	1.708
Despesas de depreciação	(11.624)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019	221.734

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2019
Saldo dos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019	226.052
Remensurações	7.103
Pagamento de arrendamentos	(3.097)
Adição de arrendamentos	1.708
Distrato de arrendamentos	(1.540)
Pagamento de juros	(27.328)
Juros provisionados	27.328
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	230.226

Maturidade dos contratos

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

	2019
Vencimento das prestações	
2020	30.815
2021	30.815
2022	30.815
2023	30.815
2024 – 2039	462.228
Valores não descontados	585.488
Juros embutidos	(355.262)
	230.226

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	209.388	82.336
PIS/COFINS potencial (9,25%)	19.368	7.616
	228.756	89.952

A Companhia, em atendimento a legislação, não faz jus ao potencial crédito das contraprestações do arrendamento relativas ao prédio de sua sede administrativa e respectivo galpão denominado G1 por já ter sido proprietária dos mesmos.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	230.226	226.857	223.060	218.742	
Fluxo com projeção de inflação	240.140	237.105	238.653	227.556	
Variação	4,31%	4,52%	6,99%	4,03%	
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	221.734	210.063	198.393	186.723	
Fluxo com projeção de inflação	231.291	219.557	206.388	193.165	
Variação	4,31%	4,52%	6,99%	4,03%	
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	27.328	27.446	27.019	26.497	298.624
Fluxo com projeção de inflação	28.499	28.686	28.907	27.564	308.385
Variação	4,31%	4,52%	6,99%	4,03%	3,45%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	11.624	11.801	12.135	12.794	204.696
Fluxo com projeção de inflação	12.125	12.334	12.983	13.325	211.7584
Variação	4,31%	4,52%	6,99%	4,03%	3,45%

17 Salários e encargos sociais

	2019	2018
Provisão de férias	11.566	11.102
INSS a recolher	4.943	4.241
FGTS a recolher	939	867
Outras obrigações com pessoal	319	441
	17.767	16.651

18 Tributos a recolher

	2019 (Reapresentado)	2018
ICMS a recolher	17.738	16.146
IRRF a recolher	1.396	1.220
PIS e COFINS a recolher	4.642	5.791
IR e CS a recolher	15.640	
Outros tributos a recolher	40	22
	39.456	23.179

19 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as demandas judiciais em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

(a) Composição e movimentação

	Provisão		Depósito judicial		Líquido	
	2019 (Reapresentado)	2018	2019 (Reapresentado)	2018	2019 (Reapresentado)	2018
Tributários	34.256	39.548	(15.816)	(15.163)	18.440	24.385
Trabalhistas	1.377	1.617			1.377	1.617
Cíveis	853	914			853	914
	36.486	42.079	(15.816)	(15.163)	20.670	26.916

A movimentação da provisão para demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	2019 (Reapresentado)	2018
Em 1º de janeiro	26.916	27.941
Constituição da provisão	1.537	2.230
Reversão da provisão	(7.783)	(3.255)
Em 31 de dezembro	20.670	26.916

As principais demandas judiciais provisionadas estão sumariadas a seguir:

(i) Demandas tributárias

- Diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT.
- PIS/COFINS sobre receitas financeiras.
- Outras diferenças de interpretações de normas tributárias.

A Companhia deposita judicialmente os valores questionados referentes aos processos sobre a diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT e sobre a incidência de PIS/COFINS em receitas financeiras.

(ii) Demandas cíveis

Representam, principalmente, ações de consumidores que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral/material dentre outros pedidos.

(iii) Demandas trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, dentre outros pedidos. O montante registrado como provisão foi calculado com base em análise individual e estágio atual de cada processo.

(b) Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R$ 11.056 (2018 – R$ 2.271).

(c) Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R$ 7.984 (2018 - R$2.760) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	2019 (Reapresentado)	2018
Tributários	5.973	384
Trabalhistas	1.999	2.367
Cíveis	12	9
	7.984	2.760

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social autorizado da Companhia encontra-se dividido em 3.830.000 (três milhões, oitocentos e trinta mil) ações, totalizando R$ 3.830.

(b) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Retenção de lucros

A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo de lucros remanescentes após a distribuição dos dividendos.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, reservas de lucros que excedem o capital social. A administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, concluiu que este excesso não representa situação desfavorável aos acionistas minoritários, uma vez que esta situação é provisória e será mitigada em exercícios subsequentes, com a distribuição de dividendos (Nota 30(b))). Adicionalmente, houve anuência da totalidade dos acionistas para a formação de referida reserva de lucros.

(c) Distribuição de resultado

Conforme descrito no estatuto social, do lucro líquido do exercício 25% serão destinados aos acionistas em pagamento de dividendos os quais poderão ser pagos parceladamente. Os dividendos mínimos poderão ser reduzidos desde que não haja oposição de nenhum acionista em Assembleia Geral. Os órgãos da administração poderão imputar ao valor dos dividendos obrigatórios, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio. Caso o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio, for superior ao valor dos dividendos obrigatórios, o excesso verificado ficará previamente aprovado.

(d) Dividendos

	2019	2018
Lucro líquido do exercício (i)	206.413	186.012
Dividendos obrigatórios (25%)	51.603	46.503
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	25%	25%

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	2019	2018
Saldo inicial	116.427	84.025
Dividendos aprovados sobre lucro líquido	21.923	16.605
Juros sobre capital próprio (JCP)	35.856	35.174
IRRF juros sobre capital próprio (JCP)	(5.379)	(5.276)
Dividendos aprovados sobre reserva de lucros	50.000	140.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(167.947)	(154.101)
Saldo final	50.880	116.427

(i) O lucro líquido do exercício utilizado para distribuição dos dividendos foi aquele inicialmente aprovado pelos acionistas, antes dos ajustes descritos na nota 2.19.

21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2019 (Reapresentado)	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	241.978	187.232
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) ajustada pelo desdobramento mencionado na Nota 30 (d)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	0,63	0,49

22 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2019	2018
Receita bruta de vendas	3.411.852	3.041.650
Impostos e deduções	(597.865)	(522.884)
Devoluções	(43.888)	(40.755)
	2.770.099	2.478.011

23 Despesas por natureza

	2019 (Reapresentado)	2018
Custo dos produtos vendidos	(1.939.788)	(1.706.834)
Despesas com fretes e carretos	(174.687)	(154.006)
Despesas com pessoal	(150.026)	(141.294)
Comissão sobre vendas	(133.036)	(127.973)
Despesas com serviços de terceiros e utilidades	(7.094)	(35.862)
Despesas tributárias	(16.795)	(19.983)
Depreciação e amortização	(17.730)	(6.121)
Outras despesas	(57.157)	(66.898)
Venda de imobilizado	2.230	4.919
Reversão de provisões	5.858	1.619
Outros créditos tributários	9.240	5.020
Créditos de PIS/COFINS (Nota 11)	30.527	
Outras receitas	3.953	4.630
	(2.444.505)	(2.242.783)
Custo das vendas	(2.114.475)	(1.860.840)
Despesas com vendas	(211.817)	(208.479)
Despesas gerais e administrativas	(169.622)	(189.652)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	51.409	16.188
	(2.444.505)	(2.242.783)

24 Resultado financeiro

	2019 (Reapresentado)	2018
Despesas financeiras		
Juros	(1.570)	(1.582)
Despesa bancárias	(6.611)	(6.616)
Descontos concedidos	(601)	(508)
Taxas de cartão de crédito	(1.004)	(887)
Variação cambial	(13)	(679)
Juros sobre passivos de arrendamento	(26.811)	
Outras despesas financeiras	(527)	(502)
	(37.137)	(10.774)
Receitas financeiras		
Juros e correções monetárias (i)	9.621	13.862
Descontos obtidos (ii)	16.010	15.839
Rendimento de aplicações financeiras	6.528	5.906
Correção monetária PIS e COFINS (Nota 11)	15.474	
Variação cambial	65	328
	47.698	35.935
Resultado financeiro, líquido	10.561	25.161

(i) Refere-se substancialmente a juros incidentes sobre faturas de clientes em atraso e são reconhecidos líquidos das perdas esperadas.

(ii) Refere-se substancialmente a descontos obtidos em decorrência da liquidação antecipada de contas a pagar.

25 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019 (Reapresentado)	2018
Ativo de imposto diferido		
Provisão para perdas de estoque	344	377
Provisão para contingências tributárias	5.377	5.518
Provisão para contingências	760	837
Perdas esperadas em créditos liquidação duvidosa	1.689	1.655
Arrendamento mercantil	2.899	
	11.069	8.387
Passivo de imposto diferido		
Depreciação fiscal x contábil	(3.361)	(2.319)
Ganho capital alienação imobilizado a prazo	(816)	(1.280)
	(4.177)	(3.599)
Ativo de imposto diferido, líquido	6.892	4.788

(b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável que, conforme legislação vigente, difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

	2019 (Reapresentado)	2018
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	336.155	260.389
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(114.293)	(88.532)
Juros sobre capital próprio	12.191	11.959
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	7.925	3.416
Imposto apurado	(94.177)	(73.157)
Corrente	(96.281)	(74.194)
Diferido	2.104	1.037
Encargo fiscal	(94.177)	(73.157)

26 Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Despesas com vendas - comissão de vendas

A empresa GB Atacadistas Ltda. ("GB Atacadistas"), sob controle comum dos acionistas da Companhia, presta serviços de representação à Tambasa. O valor das comissões creditadas a GB no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 33.176 (2018 – R$34.163).

(b) Arrendamentos

A Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Tamig Empreendimentos"), antiga Tambasa Empreendimentos S.A., é proprietária do imóvel onde está localizada a matriz da Tambasa bem como a sua filial localizada na cidade de Montes Claros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os pagamentos de arrendamento dos referidos imóveis totalizaram R$ 30.475 (2018 – R$ 26.484).

(b) Saldos no fim do exercício

Ativo	2019	2018
Circulante		
GB Atacadistas - Adiantamento de comissões de vendas	1.737	3.296
	1.737	3.296

Passivo	**2019**	**2018**
Circulante		
Tamig Empreendimentos -conta corrente	14.460	17.784
Tamig Empreendimentos -arrendamentos	28.902	
	43.362	17.784
Não circulante		
Tamig Empreendimentos -arrendamentos	201.324	
	201.324	

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga e a pagar para o pessoal-chave da administração inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Em 2019 foram pagos para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração o montante de R$1.542 (R$1.659 em 2018) e para o Conselho Fiscal o montante de R$107 (R$92 em 2018).

27 Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Montante da cobertura**
Patrimônio	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	R$558.000
Estoques	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	R$347.000

A vigência dos seguros com a AIG Seguros Brasil S.A. tem início em 25/05/2018 com término em 25/05/2020.

28 Informações por Segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, categoria de clientes, formas de

distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias comercializados.

Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance e alocam os recursos conforme necessários.

29 Compromissos

Em setembro de 2019 a Companhia firmou um contrato de importação de equipamento – Sistema de Armazenagem e Transportadores Automatizado – para a expansão de sua capacidade operacional, junto a SSI SCHAFER AUTOMATION GMBH estabelecida na Áustria no montante de €3.175.000,00 (três milhões e cento e setenta e cinco mil euros), equivalentes a R$ 14.384. Os equipamentos foram recebidos entre agosto e setembro de 2020. O pagamento ocorreu em 3 parcelas após o recebimento do equipamento.

30 Eventos subsequentes

(a) Impostos a recuperar de ações judiciais

Em maio de 2021, o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, referente a períodos diversos desde novembro de 2001, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, foi registrado os créditos de PIS/COFINS no montante de R$232.596 no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Diante disso, a Companhia reavaliou o julgamento sobre essa ação judicial, conforme requerido pelo ICPC 22/IFRIC 23, e concluiu que houve mudança dos fatos e circunstâncias sobre os quais se baseiam essa decisão. Portanto, a Companhia registrou crédito de R$36.133, no trimestre findo em 30 de setembro de 2021. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos valores serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

(b) Lucros distribuídos em 2021

Em 30 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos intermediários a conta de reserva de lucros no valor de R$ 936.662, conforme artigo art. 204, § 2º da Lei das 6.404/76.

Os dividendos declarados deverão ser pagos até o final do exercício de 2022. Para pagamento desses dividendos, a Companhia utilizará recursos em caixa, recursos gerados por suas operações no período, e, principalmente, recursos provenientes de operação de emissão de ações no mercado.

(c) Compra da GB Atacadistas

Em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB Atacadistas Ltda., por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda., pelo valor de R$ 12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais). Em razão da venda da totalidade das quotas da GB Atacadistas para a Companhia, essa passou a ser a única sócia da referida sociedade.

A GB Atacadistas, conforme descrito na nota explicativa 26, é uma empresa sob controle comum dos acionistas da Companhia, onde a mesma presta serviços de representação à Tambasa, de forma exclusiva.

(d) Alteração da quantidade de ações do Capital Social por desdobramento

Em 06 de dezembro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social. Assim, a quantidade de ações passou de 3.830.000 (três milhões oitocentas e trinta mil) em 30 de setembro de 2021 para 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias.

Com isto, o recálculo do Lucro por ação, referente a nota explicativa 21, baseado na nova composição de ações, seria de:

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	241.978	187.232
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	0,63	0,49

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, na V. Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, CEP 32.060-514, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.359.233/0001-88 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Contagem, 09 de dezembro de 2021.

Alberto Portugal Milward de Azevedo
Diretor Presidente

Gustavo Bittencourt Bartolomeu
Diretor Financeiro

www.pwc.com.br

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.19 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 devido as circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Sobre as demonstrações financeiras anteriores, em 22 de abril de 2019 emitimos relatório de auditoria contendo ressalva em decorrência do excesso de reservas de lucros sobre o capital social ora corrigido (nota explicativa 19(b)), atualizado por esse novo relatório de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a

auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2017, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

Relatório da Administração

No ano de 2018 a Tambasa registrou faturamento de R$3,0 bilhões, uma expansão de 12,7% em relação ao exercício anterior. Na mesma linha, receita líquida alcançou a marca de R$2,5 bilhões.

Do ponto de vista de eficiência operacional, nossa disciplina e assertividade comercial refletiram na resiliência de nossos números e na manutenção do crescimento sustentável, com lucro bruto de R$617 milhões, 13,3% superior a 2017. Destaca-se, também, a redução de 8,1% nas despesas gerais e administrativas, o que contribuiu para o crescimento de 41,4% em nosso lucro operacional (R$235,2 milhões). Nesse contexto, registramos um líquido de R$187,2 milhões (margem líquida de 7,6%) e crescimento de 30,1% em relação ao período anterior.

Contagem, 9 de dezembro de 2021.
A Diretoria

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1 de janeiro de 2017
	(reapresentado (nota 2.19))	(reapresentado (nota 2.19))	(não auditado) (reapresentado (nota 2.19))
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	114.793	129.877	48.826
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	13.462	10.970	6.709
Contas a receber de clientes (Nota 8)	415.893	364.296	356.855
Estoques (Nota 9)	326.464	267.496	285.929
Adiantamentos (Nota 10)	4.299	9.085	19.572
Tributos a recuperar (Nota 11)	30.368	99.402	97.264
Partes relacionadas (Nota 25)	3.296		
Outros ativos circulantes	5.942	1.590	3.101
Total do ativo circulante	914.517	882.716	818.256
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais (Nota 18)	2.760	1.797	2.476
Tributos a recuperar (Nota 11)	2.536	1.612	76.585
Partes relacionadas			1.542
Impostos diferidos (Nota 24)	4.788	3.751	
	10.084	7.160	80.603
Propriedades para investimentos	160		
Imobilizado (Nota 12)	65.325	61.479	66.166
Intangível (Nota 13)	6.133	8.044	9.025
Total do ativo não circulante	81.702	76.683	155.794
Total ativo	996.219	959.399	974.050

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1 de janeiro de 2017
	(reapresentado (nota 2.19))	(reapresentado (nota 2.19))	(não auditado) (reapresentado (nota 2.19))
Circulante			
Fornecedores (Nota 14)	188.614	187.414	161.434
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	576	1.495	1.602
Salários e encargos sociais (Nota 16)	16.651	15.801	14.574
Tributos a recolher (Nota 17)	23.179	14.645	12.563
Tributos parcelados		5.131	392
Partes relacionadas (Nota 25)	17.784	12.004	293
Dividendos e juros s/ capital próprio (Nota 19)	116.427	84.025	64.999
Outros passivos circulantes	1.420	1.018	3.777
Total do passivo circulante	364.651	321.533	259.634
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	16	670	1.983
Tributos parcelados			26.432
Provisão para contingências (Nota 18)	26.916	27.941	25.613
Outros passivos não circulantes	184	256	327
Total do passivo não circulante	27.116	28.867	54.355
Total do passivo	391.767	350.400	313.989
Patrimônio líquido (Nota 19)			
Capital social	3.830	3.830	3.830
Reservas de capital	1.789	1.789	1.789
Reservas de lucro	598.833	603.380	654.442
	604.452	608.999	660.061
Total do passivo e patrimônio líquido	996.219	959.399	974.050

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018 (reapresentado (nota 2.19))	2017 (reapresentado (nota 2.19))
Receita líquida de vendas (Nota 21)	2.478.011	2.194.559
Custo das vendas (Nota 22)	(1.860.840)	(1.649.887)
Lucro bruto	617.171	544.672
Despesas com vendas (Nota 22)	(208.479)	(186.382)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(189.652)	(206.452)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 22)	16.188	14.473
Lucro operacional	235.228	166.311
Despesas financeiras (Nota 23)	(10.774)	(10.390)
Receitas financeiras (Nota 23)	35.935	35.479
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	25.161	25.089
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	260.389	191.400
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(73.157)	(47.490)
Lucro líquido do exercício	187.232	143.910
Lucro básico e diluído por ação – R$ (Nota 20)	0,49	0,38

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2018 (reapresentado (nota 2.19))	2017 (reapresentado (nota 2.19))
Lucro líquido do exercício	187.232	143.910
Total do resultado abrangente do exercício	187.232	143.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

			Reservas de lucro			
	Capital Social	**Reservas de capital**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio Líquido**
Saldos em 31 de dezembro 2016 (não auditado)	3.830	1.789	1.149	653.293		660.061
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)					143.910	143.910
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(44.972)	(44.972)
Dividendos				(150.000)		(150.000)
Transferência entre reservas				98.938	(98.938)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	3.830	1.789	1.149	602.231		608.999
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)					187.232	187.232
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(35.174)	(35.174)
Dividendos				(140.000)	(16.605)	(156.605)
Transferência entre reservas				135.453	(135.453)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	3.830	1.789	1.149	597.684		604.452

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2018 (reapresentado (nota 2.19))	2017 (reapresentado (nota 2.19))
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	260.389	191.400
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	6.530	6.204
Ganho na baixa de imobilizado e investimento	(7.089)	(3.854)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.504	5.404
Provisão para perda de estoques	295	884
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	195	9.670
Encargos financeiros provisionados	566	(316)
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(2.492)	(4.261)
Contas a receber de clientes	(56.548)	(11.452)
Estoques	(59.263)	32.485
Adiantamentos	4.786	(4.449)
Tributos a recuperar	27.555	30.550
Outros ativos	(4.353)	1.511
Partes relacionadas	2.484	13.253
Depósitos judiciais	(963)	679
Fornecedores	1.200	25.980
Salários e encargos	850	1.227
Tributos a recolher	26.929	15.101
Tributos parcelados	(5.131)	(19.584)
Outros passivos	330	(2.830)
Caixa gerado nas operações	204.774	287.602
Juros pagos	(78)	(1.307)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59.020)	(30.281)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	145.676	256.014
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de propriedades para investimento, imobilizado e intangível	(10.445)	(7.403)
Valor recebido pela venda de imobilizado	5. 357	3.057
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.088)	(4.346)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(1.571)	(1.417)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(154.101)	(169.200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(155.672)	(170.617)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(15.084)	81.051
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	129.877	48.826
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	114.793	129.877
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(15.084)	81.051

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2018	2017
Receitas		
Vendas brutas de produtos	3.000.895	2.656.692
Outras receitas	30.714	58.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(4.938)	
	3.026.671	2.714.733
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(2.109.672)	(1.901.110)
Serviços de terceiros	(315.903)	(282.731)
Perda/recuperação de valores ativos	(6.581)	(8.682)
Outras despesas	(17.928)	(28.679)
	(2.450.084)	(2.221.202)
Valor adicionado bruto	576.587	493.531
Depreciação, amortização, exaustão e *impairment*	(6.524)	(6.113)
Valor adicionado líquido produzido	570.063	487.418
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	35.935	35.479
Valor adicionado total a distribuir	605.998	522.897
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	101.447	96.065
Pessoal – benefícios	10.384	12.832
Impostos, taxas e contribuições	9.094	8.414
Federais	189.532	166.980
Estaduais	69.230	57.916
Municipais	463	309
Juros e variações cambiais	10.284	10.390
Aluguéis	28.332	26.081
Juros sobre capital próprio e dividendos	51.779	44.972
Lucros retidos	135.453	98.938
Valor adicionado distribuído	605.998	522.897

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia" ou "Tambasa") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais - Brasil. A Tambasa opera no mercado nacional e possui filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Paraíba, Ceará e Goiás.

A Companhia atua no comércio atacadista de mercadorias em geral e também no varejo através das filiais de Minas Gerais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 9 de dezembro de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 pela Companhia:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 5 - Instrumentos financeiros por categoria.

- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A aplicação desta norma não trouxe impactos relevantes para a Companhia tendo em vista as características de seu negócio.

- No que se refere à interpretação IFRIC 22/ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. Os impactos de adoção dessa interpretação não são relevantes considerando o baixo volume de transações em moeda estrangeira realizadas pela Companhia no ano de 2018.

Não há outros novos pronunciamentos e/ou de interpretações de CPC's em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

2.4.4 *Impairment*

Para as contas a receber de clientes, a Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis por um valor igual as perdas de créditos esperadas para 12 meses, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia não exceder este prazo, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, foi aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Os impactos da alteração na metodologia de impairment adotada pela Companhia não foram significativos.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo das vendas compreende o custo das aquisições líquido das bonificações recebidas de fornecedores no curso normal das operações da Companhia.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações	10-40
Máquinas aparelhos e equipamentos	5-20
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	10-20
Ferramentas	10
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10-40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairmen*t sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

2.14 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos - atacado

A Companhia vende uma variedade de produtos no mercado de atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para seu cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento de 60 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

(b) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com duas unidades de varejo para a comercialização de mercadorias em geral. As vendas dos produtos são reconhecidas quando da venda do produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja.

(c) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento da Companhia e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais a Companhia não controlava o ativo e nem direciona o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício.

Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R$ 226.052 em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não reapresentará os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

2.19 Reapresentação das cifras comparativas e ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

Em 2018 foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a retificação de erro na determinação das provisões para contingências, bem como a reclassificação de despesas de frete de despesas de vendas para custo das vendas. A referida correção afetou passivo não circulante e patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, bem como a demonstração do resultado dos exercícios findos nessas datas. Desta forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 foram ajustadas em relação às originalmente apresentadas em 22 de abril de 2019 e estão sendo reapresentadas nessa data.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 ora apresentadas também contém modificações implementadas pela administração visando aprimoramentos requeridos pela legislação societária brasileira para companhias abertas, incluindo os IFRS.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017			1 de janeiro de 2017 (não auditado)		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial									
Ativo									
Circulante	914.517		914.517	882.716		882.716	818.256		818.256
Não circulante	81.702		81.702	76.683		76.683	155.794		155.794
Total do ativo	996.219		996.219	959.399		959.399	974.050		974.050
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	364.651		364.651	321.533		321.533	259.634		259.634
Não circulante	3.472	23.644	27.116	4.003	24.864	28.867	29.491	24.864	54.355
Patrimônio líquido	628.096	(23.644)	604.452	633.863	(24.864)	608.999	684.925	(24.864)	660.061
Total do passivo e patrimônio líquido	996.219		996.219	959.399		959.399	974.050		974.050

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Demonstração do resultado			
Custo dos produtos vendidos	(1.706.834)	(154.006)	(1.860.840)
Despesas de vendas	(362.485)	154.006	(208.479)
Despesas financeiras	(10.284)	(490)	(10.774)
Imposto de imposto de renda e contribuição social	(74.867)	1.710	(73.157)
Lucro líquido do exercício	186.012	1.220	187.232
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	145.676		145.676
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.088)		(5.088)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(155.672)		(155.672)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(15.084)		(15.084)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Demonstração do resultado			
Custo dos produtos vendidos	(1.515.573)	(134.314)	(1.649.887)
Despesas de vendas	(320.696)	134.314	(186.382)
Lucro líquido do exercício	143.910		143.910
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	256.014		256.014
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.346)		(4.346)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(170.617)		(170.617)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	81.051		81.051

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Depreciação do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudo de vida útil o qual é revisado anualmente.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É prática da Companhia constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

(c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões constituídas para riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, de adiantamentos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

No que se refere as instituições financeiras, a Companhia atua prioritariamente com bancos de primeira linha.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *ratings* de alto grau investimento de créditos por agências de classificação de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é

monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O saldo a receber de clientes está distribuído em diversos clientes sendo pulverizado e não existe nenhum cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida nem do saldo a receber. A Companhia faz avaliação de crédito individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. contas a receber de clientes por vendas de produtos; e

. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por impairment nesses ativos.

Contas a receber de clientes

A companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período antes de 31 de dezembro de 2018 e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2018 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2018					
Taxa de perdas esperadas - %	0,30%	1,69%	4,27%	86,64%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	388.587	23.009	1.852	30.520	443.968
Provisão para perdas	(1.166)	(389)	(79)	(26.441)	(28.075)

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber de clientes	
	2018	**2017**
Saldo inicial da provisão para perdas em 10 de janeiro	19.571	14.167
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício	4.938	
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	4.585	6.260
Valores não utilizados e estornados	(1.019)	(856)
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	28.075	19.571

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. Não é prática da Companhia a provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado devido ao baixo risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	188.614			
Partes relacionadas	17.784			
Empréstimos e financiamentos	590	19		
Dividendos a pagar	116.427			
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	187.414			
Partes relacionadas	12.004			
Empréstimos e financiamentos	1.576	690	60	
Dividendos a pagar	84.025			

(iii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2018. Os cenários I e II foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Descrição	Indexador	Taxa ao final do exercício	Cenário Base	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras (Notas 6 e 7)	CDI	6,42%	7.104	5.328	3.552

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

Ativos financeiros	**2018**	**2017**
Caixa e equivalentes de caixa	114.793	129.877
Títulos e valores mobiliários	13.462	10.970
Empréstimos e financiamentos	(592)	(2.165)
Caixa e aplicações financeiras líquidos	(127.663)	(138.682)
Total do patrimônio líquido	604.452	608.999
Índice de alavancagem financeira - %	0	0

(c) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que tanto que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, quanto aos demais instrumentos financeiros, estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	**2018**	**2017**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	114.793	129.877
Contas a receber de clientes	415.893	364.296
Títulos e valores mobiliários	13.462	10.970
	544.148	505.143
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	(188.614)	(187.414)
Partes relacionadas	(17.784)	(12.004)
Empréstimos e financiamentos	(592)	(2.165)
	(206.990)	(201.583)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	337.158	303.560

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	**2017**
Caixa e bancos	17.776	13.374
Aplicações financeiras	97.017	116.503
	114.793	129.877

As aplicações financeiras têm liquidez imediata e remuneração com lastro em CDI. São compostas por certificados de depósito bancário e operações compromissadas, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

7 Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Certificados de depósitos bancários	13.462	10.970
	13.462	10.970

Aplicações financeiras com vencimento superior há 90 dias e remuneração com lastro em CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

8 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber de clientes	441.917	381.992
Cheques em cobrança	2.051	1.875
	443.968	383.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.075)	(19.571)
	415.893	364.296

As contas a receber de clientes são denominadas em reais e referem-se as vendas de produtos cujos recebimentos ocorrem em média em 60 dias.

Em 31 de dezembro de 2018, contas a receber de clientes no valor de R$ 27.305 (2017 - R$ 23.384) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir.

	2018	2017
A vencer	388.587	340.912
Vencidos		
Até 30 dias	21.973	18.983
De 31 a 60 dias	1.036	2.188
De 61 a 90 dias	1.202	1.044
De 91 a 120 dias	650	679
De 121 a 180 dias	1.065	721
Acima de 181 dias	29.455	19.340
	443.968	383.867

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício.

	2018	2017
Em 1º de janeiro	19.571	14.167
Constituição de provisão para perda de contas a receber	9.523	6.260
Reversão de provisão para perda de contas a receber	(1.019)	(856)
Em 31 de dezembro	28.075	19.571

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber demonstrado acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

9 Estoques

	2018	2017
Produtos para revenda	314.835	248.558
Adiantamentos a fornecedores	7.074	14.936
Almoxarifado	5.734	4.886
	327.643	268.380
Provisão para perdas de estoque	(1.179)	(884)
	326.464	267.496

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R$ 1.706.834 (2017 – R$ 1.515.573).

A movimentação da provisão para perda de estoques está demonstrada a seguir.

	2018	2017
Em 1º de janeiro	884	
Constituição de provisão para perda de estoques	606	884
Reversão de provisão para perda de estoques	(311)	
	1.179	884

10 Adiantamentos

	2018	2017
Adiantamentos a transportadores	2.914	3.346
Adiantamentos a representantes	1.385	5.326
Outros adiantamentos		413
	4.299	9.085

11 Tributos a recuperar

	2018	2017
Circulante		
ICMS a recuperar	9.923	31.118
IRPJ a compensar	12.276	48.788
CSLL a compensar	5.499	18.582
Outros tributos a recuperar	2.670	914
	30.368	99.402
Não circulante		
Outros tributos a recuperar	2.536	1.612
	2.536	1.612

12 Imobilizado

Descrição	Custo 2017	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo 2018	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Instalações	17.690	(6.466)	11.224	18.148	(6.929)	11.219
Máquinas e equipamentos	42.026	(10.049)	31.977	47.949	(11.791)	36.158
Hardware	7.676	(5.375)	2.301	9.580	(6.277)	3.303
Veículos	17.178	(14.513)	2.665	12.110	(9.836)	2.274
Benfeitoria em propriedade de terceiros	12.816	(596)	12.220	12.887	(1.106)	11.781
Outros	1.294	(782)	512	1.463	(873)	590
Imobilizado em andamento	580	-	580			
Total Imobilizado	99.260	(37.781)	61.479	102.137	(36.812)	65.325

	Instalações	Máquinas aparelhos e equipamentos	Hardware	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.875	38.988	2.211	3.660	12.720	176	534	66.164
Aquisições	3.809	448	896	501	10	1.146	57	6.867
Baixas				(594)				(594)
Transferências	156	(6.271)				(742)		(6.857)
Depreciação	(616)	(1.188)	(806)	(902)	(510)		(79)	(4.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.224	31.977	2.301	2.665	12.220	580	512	61.479
Aquisições	636	1.072	1.904	1.087		4.794	168	9.661
Baixas	(181)	(5)		(959)		(443)		(1.588)
Transferências	3	4.856			72	(4.931)		
Depreciação	(463)	(1.742)	(902)	(519)	(511)		(90)	(4.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.219	36.158	3.303	2.274	11.781		590	65.325

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2018 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição porta paletes e sistema shuttle.

13 Intangível

	Direito Uso Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.011	3.014	9.025
Aquisições	536		536
Baixas	586		586
Amortização	(1.974)	(129)	(2.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.159	2.885	8.044
Aquisições	624		624
Baixas		(232)	(232)
Amortização	(2.186)	(117)	(2.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.597	2.536	6.133

14 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais	187.613	186.674
Fornecedores internacionais	1.001	740
	188.614	187.414

O saldo de fornecedores representa substancialmente compromissos da Companhia por aquisição de mercadorias para revenda.

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2018	2017
Finame	265	1.988
Leasing	71	123
Outros	256	54
	592	2.165
Circulante	576	1.495
Não circulante	16	670
	592	2.165

As obrigações de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018	2017
2019		654
2020	16	16
	16	670

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	2.165	3.585
Pagamento de empréstimos	(1.571)	(1.085)
Pagamento de juros	(78)	(169)
Juros e variação cambial provisionados	76	(166)
Saldo final	592	2.165

16 Salários e encargos sociais

	2018	2017
Provisão de férias	11.102	10.458
INSS a recolher	4.241	4.054
FGTS a recolher	867	849
Outras obrigações com pessoal	441	440
	16.651	15.801

17 Tributos a recolher

	2018	2017
ICMS a recolher	16.146	9.648
IRRF a recolher	1.220	1.198
PIS e COFINS a recolher	5.791	3.762
Outros tributos a recolher	22	37
	23.179	14.645

18 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as demandas judiciais em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

(a) Composição e movimentação

	Provisão			Depósito judicial			Líquido		
	2018	2017	1º de janeiro de 2017	2018	2017	1º de janeiro de 2017	2018	2017	1º de janeiro de 2017
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Tributários	39.548	35.801	33.215	(15.163)	(10.667)	(7.901)	24.385	25.134	25.314
Trabalhistas	1.617	841	299				1.617	841	299
Cíveis	914	1.966					914	1.966	
	42.079	38.608	33.514	(15.163)	(10.667)	(7.901)	26.916	27.941	25.613

A movimentação da provisão para demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está demonstrada a seguir:

	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Em 1º de janeiro	27.941	25.613
Constituição da provisão	2.720	2.627
Reversão da provisão	(3.745)	(299)
Em 31 de dezembro	26.916	27.941

As principais demandas judiciais provisionadas estão sumariadas a seguir:

(i) Demandas tributárias

- Diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT.
- PIS/COFINS sobre receitas financeiras.
- Outras diferenças de interpretações de normas tributárias.

A Companhia deposita judicialmente os valores questionados referentes aos processos sobre a diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT e sobre a incidência de PIS/COFINS em receitas financeiras.

(ii) Demandas cíveis

Representam, principalmente, ações de consumidores que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral/material dentre outros pedidos.

(iii) Demandas trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, dentre outros pedidos. O montante registrado como provisão foi calculado com base em análise individual e estágio atual de cada processo.

(b) Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R$ 2.271 (2017 – R$ 15.105).

(c) Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R$ 2.760 (2017 - R$1.797) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	2018	2017	1º de janeiro de 2017
Tributários	384	315	412
Trabalhistas	2.367	1.288	1.265
Cíveis	9	194	799
	2.760	1.797	2.476

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social autorizado da Companhia encontra-se dividido em 3.830.000 (três milhões, oitocentos e trinta mil) ações, totalizando R$ 3.830.

(b) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Retenção de lucros

A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo de lucros remanescentes após a distribuição dos dividendos.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, reservas de lucros que excedem o capital social. A administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, concluiu que este excesso não representa situação desfavorável aos acionistas minoritários, uma vez que esta situação é provisória e será mitigada em exercícios subsequentes, com distribuição de dividendos (Nota 28). Adicionalmente, houve anuência da totalidade dos acionistas, para a formação de referida reserva de lucros.

(c) Distribuição de resultado

Conforme descrito no estatuto social, do lucro líquido do exercício 25% serão destinados aos acionistas em pagamento de dividendos os quais poderão ser pagos parceladamente. Os dividendos mínimos poderão ser reduzidos desde que não haja oposição de nenhum acionista em Assembleia Geral. Os órgãos da administração poderão imputar ao valor dos dividendos obrigatórios, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio. Caso o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio, for superior ao valor dos dividendos obrigatórios, o excesso verificado ficará previamente aprovado.

(d) Dividendos

	2018	2017
Lucro líquido do exercício (i)	186.012	143.910
Dividendos obrigatórios (25%)	46.503	35.978
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	25%	25%

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	2018	2017
Saldo inicial	84.025	64.999
Dividendos aprovados sobre lucro líquido	16.605	
Juros sobre capital próprio (JCP)	35.174	44.972
IRRF juros sobre capital próprio (JCP)	(5.276)	(6.746)
Dividendos aprovados sobre reserva de lucros	140.000	150.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(154.101)	(169.200)
Saldo final	116.427	84.025

(i) O lucro líquido do exercício utilizado para distribuição dos dividendos foi aquele inicialmente aprovado pelos acionistas, antes dos ajustes descritos na nota 2.19.

20 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	187.232	143.910
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) ajustada pelo desdobramento mencionado na Nota 28 (c)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	0,49	0,38

21 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2018	2017
Receita bruta de vendas	3.041.650	2.698.058
Impostos e deduções	(522.884)	(462.133)
Devoluções	(40.755)	(41.366)
	2.478.011	2.194.559

22 Despesas por natureza

	2018 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(1.706.834)	(1.515.573)
Despesas com fretes e carretos	(154.006)	(134.314)
Despesas com pessoal	(141.294)	(140.100)
Comissão sobre vendas	(127.973)	(118.041)
Despesas com aluguel e utilidades	(35.862)	(34.773)
Despesas tributárias	(19.983)	(29.828)
Depreciação e amortização	(6.121)	(6.204)
Outras	(50.710)	(49.415)
	(2.242.783)	(2.028.248)
Custo das vendas	(1.860.840)	(1.649.887)
Despesas com vendas	(208.479)	(186.382)
Despesas gerais e administrativas	(189.652)	(206.452)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	16.188	14.473
	(2.242.783)	(2.028.248)

23 Resultado financeiro

	2018 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)
Despesas financeiras		
Juros	(1.582)	(2.190)
Despesa bancárias	(6.616)	(6.815)
Descontos concedidos	(508)	(554)
Taxas de cartão de crédito	(887)	(595)
Variação cambial	(679)	(214)
Outras despesas financeiras	(502)	(22)
	(10.774)	(10.390)
Receitas financeiras		
Juros (i)	13.862	10.854
Descontos obtidos (ii)	15.839	14.049
Rendimento de aplicações financeiras	5.906	10.252
Variação cambial	328	323
Outros		1
	35.935	35.479
Resultado financeiro, líquido	25.161	25.089

(i) Refere-se substancialmente a juros incidentes sobre faturas de clientes em atraso e são reconhecidos líquidos das perdas esperadas.

(ii) Refere-se substancialmente a descontos obtidos em decorrência da liquidação antecipada de contas a pagar.

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018	2017
Ativo de imposto diferido		
Provisão para perdas de estoque	377	277
Provisões para contingências tributárias	5.518	3.718
Provisão para demais contingências	837	931
Perdas esperadas em créditos liquidação duvidosa	1.655	
	8.387	4.926
Passivo de imposto diferido		
Depreciação fiscal x contábil	(2.319)	(1.175)
Ganho capital alienação imobilizado a prazo	(1.280)	
	(3.599)	(1.175)
Ativo de imposto diferido, líquido	4.788	3.751

(b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável que, conforme legislação vigente, difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

	2018 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	260.389	191.400
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(88.532)	(65.076)
Juros sobre capital próprio	11.959	15.290
Ajustes de inventário		(822)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	3.416	3.118
Imposto apurado	(73.157)	(47.490)
Corrente	(74.194)	(51.241)
Diferido	1.037	3.751
Encargo fiscal	(73.157)	(47.490)

25 Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Despesas com vendas - comissão de vendas

A empresa GB Atacadistas Ltda. ("GB Atacadistas"), sob controle comum dos acionistas da Companhia, presta serviços de representação a Tambasa. O valor das comissões creditadas a GB no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 34.163 (2017 – R$38.411).

(b) Despesas gerais e administrativas - aluguel

A Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Tamig Empreendimentos"), antiga Tambasa Empreendimentos S.A., é proprietária do imóvel onde está localizada a matriz da Tambasa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a despesa de aluguel dos referidos imóveis totalizou R$ 26.484 (2017 – R$ 25.303).

(c) Saldos no fim do exercício

Ativo	**2018**	**2017**
Circulante		
GB Atacadistas - Adiantamento de comissões	3.296	-
	3.296	-

Passivo	**2018**	**2017**
Circulante		
Tamig Empreendimentos – aluguel a pagar	17.784	1.917
GB Atacadistas – Comissões a pagar		10.087
	17.784	12.004

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga e a pagar para o pessoal-chave da administração inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Em 2018 foram pagos para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração o montante de R$1.659 (R$1.662 em 2017) e para o Conselho Fiscal o montante de R$92 (R$68 em 2017).

26 Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	768.140

27 Informações por Segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias comercializados.

Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance e alocam os recursos conforme necessários.

28 Eventos subsequentes

(a) Lucros distribuídos em 2021

Em 30 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos intermediários a conta de reserva de lucros no valor de R$ 936.662, conforme artigo art. 204, § 2º da Lei das 6.404/76.

Os dividendos declarados deverão ser pagos até o final do exercício de 2022. Para pagamento desses dividendos, a Companhia utilizará recursos em caixa, recursos gerados por suas operações no período, e, principalmente, recursos provenientes de operação de emissão de ações no mercado.

(b) Compra da GB Atacadistas

Em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB Atacadistas Ltda., por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda., pelo valor de R$ 12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais). Em razão da venda da totalidade das quotas da GB Atacadistas para a Companhia, essa passou a ser a única sócia da referida sociedade.

A GB Atacadistas, conforme descrito na nota explicativa 25, é uma empresa sob controle comum dos acionistas da Companhia, onde a mesma presta serviços de representação à Tambasa, de forma exclusiva.

(c) Alteração da quantidade de ações do Capital Social por desdobramento

Em 06 de dezembro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social. Assim, a quantidade de ações passou de 3.830.000 (três milhões oitocentas e trinta mil) em 30 de setembro de 2021 para 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias.

Com isto, o recálculo do Lucro por ação, referente a nota explicativa 20, baseado na nova composição de ações, seria de:

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	187.232	143.910
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	0,49	0,38

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, na V. Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, CEP 32.060-514, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.359.233/0001-88 ("Companhia"), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Contagem, 09 de dezembro de 2021.

Alberto Portugal Milward de Azevedo
Diretor Presidente

Gustavo Bittencourt Bartolomeu
Diretor Financeiro

ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

www.pwc.com.br

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2021 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior, exceto pelo fato de a Companhia ter registrado créditos adicionais de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, após a decisão adicional do STF. Nesse contexto, incluímos nos Principais Assuntos de Auditoria um item sobre “Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado”.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contratos de arrendamento (notas explicativas 2.12 e 16)	
Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de partes relacionadas cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento que, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento (IFRS 16 / CPC 06(R2)), resultaram no reconhecimento contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo, os quais foram registrados inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A administração desenvolveu controles para processar o cálculo desses arrendamentos considerando diversas premissas que contêm elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos), e com impactos na determinação dos valores de passivo de arrendamento e do direito do uso do ativo, bem como nas despesas de depreciação e de juros no resultado do período. Os contratos de arrendamento permaneceram como foco em nossa auditoria em função do exposto e por ter impacto relevante nos registros contábeis e nas divulgações apresentadas nas notas explicavas às demonstrações financeiras intermediárias.	Em nossa auditoria, consideramos os seguintes principais procedimentos: (i) a avaliação da metodologia e dos critérios adotados pela administração na elaboração do inventário de contratos, com o propósito de segregar os contratos com elementos de arrendamento, daqueles que representam apenas uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos de arrendamento que se encontram no escopo das isenções previstas no IFRS 16 / CPC 6; Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, efetuamos testes que compreenderam: (i) a avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos períodos de contratos considerados, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) o recálculo de selecionados contratos considerando, dentre outros aspectos, as informações originais dos contratos, aditivos de contratos, cancelamentos e remensuração dos passivos de arrendamento nos “aniversários” dos contratos; e (iv) a revisão das divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas consideradas pela administração estão consistentes com os dados e documentos selecionados em nossa auditoria e com as divulgações em notas explicativas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado (notas explicativas 11, 23 e 24)	
Em 2019 a Companhia obteve decisão favorável com trânsito em julgado de seu processo judicial que pedia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. À época a Companhia registrou os créditos fiscais decorrentes desse ganho tomando como base a Solução de Consulta Interna COSIT 13, emitida pela Receita Federal do Brasil, que orientava que o ICMS pago é o que deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021 o STF, julgou embargos de declaração e confirmou que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o ICMS destacado na nota fiscal. Após essa decisão a Companhia levantou créditos adicionais no montante de R$232.696 mil, que foram registrados no período na rubrica "Impostos a recuperar", em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" no montante de R$145.608 mil (Nota 23) e "Resultado financeiro" no montante de R$86.988 mil (Nota 24) Adicionalmente, a administração da Companhia vem tomando as ações necessárias, incluindo medidas judiciais, visando garantir a continuidade da compensação dos créditos. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da sua complexidade da análise jurídica, da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico em relação ao momento do reconhecimento dos créditos tributários e sua correspondente classificação nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) Com a ajuda de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura das decisões e avaliamos e discutimos com a administração, as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentada também em opiniões de especialistas renomados e independentes, para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor. (ii) Obtivemos e conferimos a adequação dos cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial. (iii) Avaliamos as divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração da Companhia, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões. Da mesma forma, entendemos que as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias detalham o assunto adequadamente.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Relatório da administração:

1. Visão Geral da Tambasa

Somos a terceira maior empresa no segmento Atacado Distribuidor do Brasil em termos de receita bruta consolidada, de acordo com o ranking da ABAD de 2020. Com mais de 70 anos de história, atendemos nossos clientes através das operações de atacado e atacarejo com um portfólio diversificado e complementar de produtos que abrange cerca de 29 mil SKUs (stock keeping unit), de segmentos como Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, Pet e Vet, Bazar, Higiene e Limpeza, dentre outros. Possuímos como pilares estratégicos tecnologia e inovação, capilaridade nacional e gente e gestão. Os clientes incluem desde operações de pequenos varejistas a varejistas de médio e grande porte, e até mesmo distribuidores regionais.

Para atendermos todos os nossos 237 mil clientes ativos, contamos com uma operação logística centralizada e suportada por tecnologia e automação. Na data deste Relatório de Administração, contávamos com um centro de distribuição centralizado localizado em Contagem-MG e 22 Hubs Logísticos (Transbordo), centro integrado de transbordo, armazenagem, coleta, produção e distribuição de mercadorias e bens, distribuídos em todas as regiões do país, o que nos possibilita acessar 5.308 cidades das 5.570 cidades brasileiras, um alcance de mais de 95% das cidades do país.

Operação Logística com Alcance Nacional:

2. Contexto Estratégico

Dentre os objetivos de longo-prazo da Companhia, destacam-se: i) expansão da distribuição com aumento da capacidade de armazenagem e constante investimento em tecnologia e automação; ii) expansão do

modelo de atacarejo; iii) aceleração digital; iv) crescimento com serviços financeiros e oportunidades de M&A.

2.1. Expansão da Capacidade

Acreditamos que conseguiremos continuar a fortalecer nossa capacidade de distribuição por meio de um potencial incremento de 130 mil m2 de área de armazenagem, num projeto já em andamento de expansão da área de galpões em Contagem-MG, que atualmente conta com os galpões G1 e G2. Ainda, pretendemos dar um novo passo em nossa operação que atualmente conta com a automatização implantada na operação de produtos fracionados. Para os novos galpões que serão construídos (G0, G4 e G5) pretendemos investir na aquisição de novas tecnologias e robôs, o que inaugurará a automatização dos produtos inteiros, que possuem maior valor por SKU, implicando em uma oportunidade de aumento de rentabilidade da operação.
G4 – Dois pisos de 45.000m² = 90.000m² (145.000 paletes);

G5 – 20.000m², 40 metros de altura, Auto portante, 7 transelevadores de dupla profundidade. (100.00 paletes);

G5 – Ampliação Futura = mais 5 transelevadores (71.000 paletes);

G0 – 15.000m², 40 metros de altura, Auto portante, 7 transelevadores.

2.2. Aumento da Exposição ao Formato Atacarejo

Enxergamos potencial de expandir significativamente a operação no formato atacarejo nos próximos anos, com uma estratégia de integrar com a operação no formato atacado em praças estratégicas que apresentem oportunidades de crescimento para a Tambasa.

Relatório da administração:

2.3. Oportunidade de Crescimento em Serviços Financeiros, Penetração no Digital e Potenciais M&As

Em virtude da tendência de digitalização, entendemos a importância de iniciativas para acelerar o e-commerce, proporcionando aos consumidores uma experiência de compra mais ágil e completa. Enxergamos muitas, oportunidades para essa plataforma, que pode apresentar ainda maior escala quando combinada a inserção de serviços financeiros no ecossistema Tambasa.

Acreditamos haver significativas oportunidades de expandir ainda mais nossos negócios e participação de mercado em nosso setor. Tal crescimento poderá ser alcançado tanto por meios orgânicos como inorgânicos. Além do nosso planejamento atual de inauguração de novos galpões e Hubs, monitoramos continuamente o mercado para eventuais oportunidades de transações de M&A.

3. Desempenho operacional

Mesmo diante da continuidade da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Tambasa alcançou a marca de R$3,8 bilhões em faturamento nos nove primeiros meses de 2021, um expressivo crescimento de 18,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho superou a média de crescimento anual das vendas dos últimos dez anos (14% ao ano) e refletiu a resiliência e a capacidade adaptativa do nosso negócio, por meio da venda e distribuição de produtos essenciais à sociedade. A receita líquida registrada no período foi de R$3,1 bilhões.

Relatório da administração:

Nossa busca contínua pela eficiência operacional, a expertise em compras e o alto nível de diversificação de fornecedores nos permitiu um menor crescimento do custo das vendas e dos serviços (11,9%), o que garantiu maior rentabilidade no período, com lucro bruto de R$899 milhões (margem bruta de 29,2%), um aumento de 39,4% em relação ao acumulado no 3T20. Já as despesas com vendas registraram R$267,9 milhões, bastante influenciadas pelo aumento das comissões sobre vendas na ordem de R$165,9 milhões, sendo compensadas pelo aumento de créditos tributários e outras receitas não recorrentes no período, que juntos alcançaram R$176,5 milhões. Dessa forma, a geração operacional de caixa no período de janeiro a setembro de 2021, medida pelo EBITDA, atingiu o patamar de R$686,1 milhões (margem EBITDA de 22,0%), um crescimento de 78,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O lucro líquido registrado no acumulado até setembro de 2021 alcançou R$550,5 milhões, equivalendo a uma margem líquida de 17,9% e crescimento de 136,9% em relação ao mesmo período de 2020. Além do forte desempenho operacional, contribuiu também a receita financeira não recorrente referente à atualização monetária de PIS e COFINS no montante de R$86,9 milhões.

Contagem, 9 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Balanço patrimonial em 30 de setembro
Em milhares de reais

Ativo	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	273.142	203.254
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	7.911	10.011
Contas a receber de clientes (Nota 8)	697.237	557.517
Estoques (Nota 9)	509.647	435.624
Adiantamentos (Nota 10)	4.769	4.700
Tributos a recuperar (Nota 11)	104.896	37.261
Partes relacionadas (Nota 26)	71.337	
Outros ativos circulantes	11.872	8.465
Total do ativo circulante	1.680.811	1.256.832
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 19)	9.274	2.371
Tributos a recuperar (Nota 11)	43.381	6.210
Impostos diferidos (Nota 25)	13.440	10.020
	66.095	18.601
Propriedades para investimentos	2	160
Ativos de direito de uso (Nota 15)	220.688	218.432
Imobilizado (Nota 12)	99.018	96.207
Intangível (Nota 13)	3.935	4.819
Total do ativo não circulante	389.738	338.219
Total ativo	2.070.549	1.595.051

Passivo e patrimônio líquido	30 de setembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	194.320	220.370
Passivos de arrendamento (Nota 15)	31.466	29.980
Salários e encargos sociais (Nota 16)	26.471	18.016
Tributos a recolher (Nota 17)	56.250	64.807
Tributos parcelados (Nota 18)	2.212	2.165
Partes relacionadas (Nota 26)	11.409	13.960
Dividendos e juros s/ capital próprio (Nota 20)	1.376.007	73.307
Outros passivos circulantes	2.101	3.155
Total do passivo circulante	1.700.236	425.760
Não circulante		
Passivos de arrendamento (Nota 15)	212.462	205.340
Tributos parcelados (Nota 18)	6.268	7.757
Provisão para contingências (Nota 19)	4.316	12.723
Outros passivos não circulantes		41
Total do passivo não circulante	223.046	225.861
Total do passivo	1.923.282	651.621
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	3.830	3.830
Reservas de capital	1.789	1.789
Reserva de lucros	1.149	937.811
Lucros acumulados	140.499	
	147.267	943.430
Total do passivo e patrimônio líquido	2.070.549	1.595.051

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2021	30/09/2020
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 22)	3.083.168	2.596.944
Custo das vendas e serviços (Nota 23)	(2.184.382)	(1.915.132)
Lucro bruto	898.786	681.812
Despesas com vendas (Nota 23)	(267.946)	(223.698)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(135.460)	(140.399)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 23)	176.486	27.298
Lucro operacional	671.866	345.013
Despesas financeiras (Nota 24)	(29.262)	(28.564)
Receitas financeiras (Nota 24)	107.707	21.175
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	78.445	(7.389)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	750.311	337.624
Imposto de renda e contribuição social (Nota 25)	(199.795)	(105.306)
Lucro líquido do período	550.516	232.318
Lucro básico e diluído por ação – R$ (Nota 21)	1,44	0,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro líquido do período	550.516	232.318
Total do resultado abrangente do período	550.516	232.318

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

			Reserva de lucros			
	Capital Social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio Líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.830	1.789	1.149	731.883		738.651
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período					232.318	232.318
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(28.065)	(28.065)
Dividendos				(58.075)		(58.075)
Saldos em 30 de setembro de 2020	3.830	1.789	1.149	673.808	204.253	884.829
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.830	1.789	1.149	936.662		943.430
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período					550.516	550.516
Destinação do lucro						
Juros sobre capital próprio					(38.852)	(38.852)
Dividendos				(936.662)	(371.165)	(1.307.827)
Saldos em 30 de setembro de 2021	3.830	1.789	1.149		140.499	147.267

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	750.311	337.624
Ajustes de:		
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	4.973	3.666
Depreciação ativos de direito de uso (Nota 16)	9.330	8.142
Ganho na baixa de imobilizado	(2.454)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	1.876	1.753
Provisão para perda de estoques (Nota 9)	30	66
Créditos de PIS/COFINS (Nota 11)	(232.696)	
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	(8.407)	16.826
Encargos financeiros provisionados	21.743	20.759
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2.100	1.402
Contas a receber de clientes (Nota 8)	(141.596)	(174.874)
Estoques (Nota 9)	(76.778)	(17.631)
Adiantamentos (Nota 10)	602	(18.422)
Tributos a recuperar	(31.262)	(14.650)
Depósitos judiciais	(6.903)	(91)
Outros ativos	(3.892)	(1.745)
Partes relacionadas (Nota 26)	(24.290)	(3.641)
Fornecedores (Nota 14)	(26.049)	80.162
Salários e encargos (Nota 16)	8.455	11.878
Tributos a recolher	38.470	(58.362)
Tributos parcelados (Nota 18)	(1.600)	8.260
Outros passivos	2.325	19.306
Caixa gerado nas operações	284.288	220.428
Juros pagos	(21.585)	(20.759)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(100.334)	(57.314)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	162.369	142.355
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Mútuos com partes relacionadas	(49.597)	
Aquisição de propriedades para investimento, imobilizado e intangível (Notas 12 e 13)	(5.287)	(25.520)
Valor recebido pela venda de imobilizado	3.531	1.204
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(51.353)	(24.316)
Pagamento de empréstimos		(16)
Pagamento de arrendamento mercantil (Nota 15)	(2.978)	(1.868)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (Nota 20)	(38.150)	(40.731)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(41.128)	(42.615)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	69.888	75.424
Caixa e equivalente de caixa no início do período	203.254	87.811
Caixa e equivalente de caixa no final do período	273.142	163.235
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	69.888	75.424

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.

Demonstração do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas		
Vendas brutas de produtos	3.741.506	3.150.975
Outras receitas	31.499	26.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(565)	(993)
	3.772.440	3.176.548
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(2.538.130)	(2.201.831)
Serviços de terceiros	(377.685)	(314.404)
Perda/recuperação de valores ativos	(3.288)	(1.624)
Outras despesas	(1.207)	(7.888)
Valor adicionado bruto	852.130	650.801
Depreciação, amortização, exaustão e *impairment*	(14.265)	(22.611)
Valor adicionado líquido produzido	837.865	628.190
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	20.719	21.175
Valor adicionado total a distribuir	858.584	649.365
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	91.302	90.055
Pessoal - benefícios	9.556	7.997
Impostos, taxas e contribuições	7.424	7.239
Federais	108.372	237.288
Estaduais	60.874	59.887
Municipais	470	402
Juros e variações cambiais	29.262	13.357
Aluguéis	808	822
Juros sobre capital próprio e dividendos	410.017	28.065
Lucros retidos	140.499	204.253
Valor adicionado distribuído	858.584	649.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia" ou "Tambasa") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais - Brasil. A Tambasa opera no mercado nacional e possui filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Paraíba, Ceará, Goiás e Pernambuco.

A Companhia atua no comércio atacadista de mercadorias em geral e também no varejo através das filiais de Minas Gerais.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria, 9 de dezembro de 2021.

(a) Disseminação do novo coronavírus (COVID-19)

Desde o início do ano de 2020, o Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que tem causado diversos e significativos impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral. A Companhia, vem implementando ações que, prioritariamente, visam proteger os seus funcionários e parceiros comerciais, bem como as comunidades onde atua.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, a Administração adotou algumas medidas, com o objetivo de minimizar os efeitos da crise sanitária. Estas medidas incluíram adoção do teletrabalho (home-office) para os empregados dos departamentos administrativos, além de medidas de distanciamento nos locais de trabalho, transporte e refeitório.

A Administração da Companhia também vem monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do período findo em 30 de setembro de 2021, não foram identificados impactos significativos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão demonstradas na Nota 8. Em relação a ativos não financeiros, a Administração da Companhia não identificou indicadores de impairment.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos e/ou de interpretações de CPC's em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

2.4.4 *Impairment*

Para as contas a receber de clientes, a Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis por um valor igual as perdas de créditos esperadas para 12 meses, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia não exceder este prazo, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, foi aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo das vendas compreende o custo das aquisições líquido das bonificações recebidas de fornecedores no curso normal das operações da Companhia.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações	10-40
Máquinas aparelhos e equipamentos	5-20
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	10-20
Ferramentas	10
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10-40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairmen*t sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Arrendamentos

A Companhia aluga prédios comerciais para sua área administrativa, armazéns e lojas de atacarejo. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber).

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado

de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e da contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

2.15 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos - atacado

A Companhia vende uma variedade de produtos no mercado de atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para seu cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento de 60 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

(b) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com duas unidades de varejo para a comercialização de mercadorias em geral. As vendas dos produtos são reconhecidas quando da venda do produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja.

(c) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.19 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

  (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Depreciação do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudo de vida útil o qual é revisado anualmente.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É prática da Companhia constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

(c) Prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

- Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

(d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões constituídas para riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, de adiantamentos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

No que se refere as instituições financeiras, a Companhia atua prioritariamente com bancos de primeira linha.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *ratings de alto grau investimento de créditos por agências de classificação de risco*. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O saldo a receber de clientes está distribuído em diversos clientes sendo pulverizado e não existe nenhum cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida nem do saldo a receber. A Companhia faz avaliação de crédito individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. contas a receber de clientes por vendas de produtos; e

. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

Contas a receber de clientes

A companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período antes de 30 de setembro de 2021 ou 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Sendo assim, a provisão para perdas em 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
30 de setembro de 2021					
Taxa de perdas esperadas - %	0,3%	5,2%	6,56%	99,2%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	680.183	19.303	568	34.738	734.792
Provisão para perdas	(2.041)	(1.004)	(37)	(34.473)	(37.555)
31 de dezembro de 2020					
Taxa de perdas esperadas - %	0,3%	1,69%	4,34%	98,2%	
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	545.276	13.261	230	34.429	593.196
Provisão para perdas	(1.636)	(224)	(10)	(33.809)	(35.679)

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber de clientes	
	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial da provisão para perdas em 1o de janeiro	35.679	34.097
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do período	565	1.329
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	2.364	4.585
Valores não utilizados e estornados	(1.053)	(4.332)
Saldo final da provisão para perdas em 30 de setembro.	37.555	35.679

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. Não é prática da Companhia a provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado devido ao baixo risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de setembro de 2021				
Fornecedores	194.320			
Partes relacionadas	11.409			
Arrendamentos	33.548	33.548	100.644	386.169
Dividendos a pagar	1.376.007			
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	220.370			
Partes relacionadas	13.960			
Arrendamentos	31.964	31.964	95.892	413.539
Dividendos a pagar	73.307			

(iii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 30 de setembro de 2021. Os

cenários I e II foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 30 de setembro de 2021.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Descrição	Indexador	Taxa ao final do período	Cenário Base	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras (Nota 6 e 7)	CDI	6,2%	17.043	12.782	8.522

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

Ativos financeiros	**30/09/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	273.142	203.254
Títulos e valores mobiliários	7.911	10.011
Caixa e aplicações financeiras líquidos	281.053	213.265
Total do patrimônio líquido	147.267	943.430
Índice de alavancagem financeira - %	0	0

(c) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que tanto que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, quanto aos demais instrumentos financeiros, estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	**30/09/2021**	**31/12/2020**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	273.142	203.254
Títulos e valores mobiliários	7.911	10.011
Contas a receber de clientes	697.237	557.517
Partes relacionadas	71.337	
	1.049.627	770.782
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	(194.320)	(220.370)
Passivo de arrendamento	(243.928)	(235.320)
Partes relacionadas	(11.409)	(13.960)
	(449.657)	(469.650)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	599.970	301.132

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	**31/12/2020**
Caixa e bancos	6.164	27.644
Aplicações financeiras	266.978	175.610
	273.142	203.254

As aplicações financeiras com liquidez imediata são compostas por certificados de depósito bancário e operações compromissadas, com rendimentos entre 88% e 101% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais

7 Títulos e valores mobiliários

	30/09/2021	**31/12/2020**
Certificados de depósitos bancários	7.911	10.011
	7.911	10.011

Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias e remuneração em 112% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

8 Contas a receber de clientes

	30/09/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes	719.116	579.780
Cartões de crédito	15.078	12.703
Cheques em cobrança	598	713
	734.792	593.196
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.555)	(35.679)
	697.237	557.517

As contas a receber de clientes e adquirentes são denominadas em reais e referem-se as vendas de produtos cujos recebimentos ocorrem em média em 60 dias.

Em 30 de setembro de 2021, contas a receber de clientes no valor de R$ 17.053 (2020 - R$ 9.964) encontram-se vencidas, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir.

	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	680.184	545.281
Vencidos		
Até 30 dias	18.292	12.681
De 31 a 60 dias	1.011	580
De 61 a 90 dias	568	230
De 91 a 120 dias	338	449
De 121 a 180 dias	337	27
Acima de 181 dias	34.062	33.948
	734.792	593.196

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do período.

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	35.679	34.097
Constituição de provisão para perda de contas a receber	3.206	4.888
Reversão de provisão para perda de contas a receber	(1.330)	(3.306)
Saldo final	37.555	35.679

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil do contas a receber demonstrado acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

9 Estoques

	30/09/2021	31/12/2020
Produtos para revenda	482.134	419.009
Adiantamentos a fornecedores	10.107	8.879
Almoxarifado	17.988	8.288
	510.229	436.176
Provisão para perdas de estoque	(582)	(552)
	509.647	435.624

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R$ 2.019.035 (2020 – R$ 2.444.041).

A movimentação da provisão para perda de estoques está demonstrada a seguir.

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	552	1.012
Constituição de provisão para perda de estoques	81	628
Reversão de provisão para perda de estoques	(51)	(1.088)
Saldo final	582	552

10 Adiantamentos

	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos a transportadores	3.719	3.946
Adiantamentos a representantes	379	754
Consumo e serviços	671	
	4.769	4.700

11 Tributos a recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
ICMS a recuperar	14.424	22.283
PIS/COFINS a recuperar (i)	87.518	12.087
Outros tributos a recuperar	2.954	2.891
	104.896	37.261
Não circulante		
ICMS a recuperar	4.931	3.925
IRPJ/CSLL sobre Selic (ii)	36.133	
Outros tributos a recuperar	2.317	2.285
	43.381	6.210

(i) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - valor destacado na nota fiscal. Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro de 2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em junho de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2007 pela Companhia, que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como buscava assegurar à Companhia o direito a compensar os valores recolhidos indevidamente, referente ao período de dezembro de 2002 a julho de 2019. Em 2019, a Companhia contabilizou créditos de PIS e COFINS com base no entendimento da Receita Federal, pelo método do valor do ICMS pago, uma vez que se tratava da parte incontroversa dos créditos ao qual a Companhia tinha direito. Em maio de 2021, o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, foi registrado créditos de PIS e COFINS no montante de R$232.696 no semestre findo em 30 de junho de 2021, na rubrica "Impostos a recuperar", em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" no montante de R$145.608 (Nota 23) e "Resultado financeiro" no montante de R$86.988 (Nota 24). A Companhia compensou, destes créditos, o montante de R$147.015 em tributos federais, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no trimestre findo em 30 de setembro de 2021, restando um saldo remanescente de R$87.518, devidamente atualizado.

(ii) Em Julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Diante disso, a Companhia reavaliou o julgamento sobre essa ação judicial, conforme requerido pelo ICPC 22/IFRIC 23 e concluiu que houve mudanças dos fatos e circunstâncias sobre os quais se baseiam essa decisão. Portanto a Companhia registrou crédito de R$ 36.133. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos valores serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

12 Imobilizado

Descrição	Custo 31/12/2020	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo 30/09/2021	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Instalações	21.679	(8.201)	13.478	24.234	(8.725)	15.509
Máquinas e equipamentos	53.214	(14.809)	38.405	53.233	(15.655)	37.578
Hardware	14.577	(8.956)	5.621	15.050	(10.162)	4.888
Veículos	11.245	(6.517)	4.728	8.655	(3.759)	4.896
Benfeitoria em propriedade de terceiros	12.798	(2.082)	10.716	12.800	(2.464)	10.336
Outros	2.726	(1.063)	1.663	2.728	(1.135)	1.593
Imobilizado em andamento	21.596	-	21.596	24.218		24.218
Total Imobilizado	137.835	(41.628)	96.207	140.918	(41.901)	99.018

	Instalações	Máquinas aparelhos e equipamentos	Hardware	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.301	35.350	4.571	5.317	11.226	122	516	68.403
Aquisições	2.805	4.832	2.532	85		21.474	1.242	32.970
Baixas				(79)				(79)
Depreciação	(628)	(1.777)	(1.482)	(595)	(510)		(95)	(5.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.478	38.405	5.621	4.728	10.716	21.596	1.663	96.207
Aquisições	2.559	820	484	1.285		2.622	5	7.775
Baixas	(4)	(801)	(10)	(3.878)				(4.693)
Depreciação	(524)	(846)	(1.207)	2.761	(380)		(75)	(271)
Saldos em 30 de setembro de 2021	15.509	37.578	4.888	4.896	10.336	24.218	1.593	99.018

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de setembro de 2021 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição na expansão da capacidade de armazenamento automático (sistema shuttle).

13 Intangível

	Direito Uso Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.824	2.429	5.253
Aquisições	927		927
Amortização	(1.253)	(108)	(1.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.498	2.321	4.819
Aquisições	44		44
Amortização	(847)	(81)	(928)
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.695	2.240	3.935

14 Fornecedores

	30/09/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	192.557	217.663
Fornecedores internacionais	1.763	2.707
	194.320	220.370

O saldo de fornecedores representa substancialmente compromissos da Companhia por aquisição de mercadorias para revenda.

15 Obrigações de arrendamento financeiro

A Companhia arrenda lojas de varejo, centros de distribuição e o edifício de sua sede administrativa, o arrendador desses imóveis é a empresa ligada Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 26). As locações desses imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 10 a 20 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos de direito de uso		
Edificações	220.688	218.432
	220.688	218.432
Passivos de arrendamento		
Circulante	31.466	29.980
Não circulante	212.462	205.340
	243.928	235.320

(a) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	30/09/2021	31/12/2020
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso		
Edificações	(9.330)	(11.801)
	(9.330)	(11.801)
Despesas financeiras contratos de arrendamento		
Juros apropriados	(21.546)	(27.731)
	(30.876)	(39.532)

Os pagamentos de arrendamentos em 2021 totalizaram R$ 24.523 (2020 – R$ 31.137)

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais;
- custos de restauração; e
- menos tributos recuperáveis.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

(b) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.

(c) Divulgações adicionais

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
20 anos	12,68

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial dos ativos de direito de uso	218.432	221.734
Ajustes por remensuração	11.586	8.499
Despesas de depreciação	(9.330)	(11.801)
Saldo final dos ativos de direito de uso	220.688	218.432

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial dos passivos de arrendamento	235.320	230.226
Remensurações	11.586	8.499
Pagamento de arrendamentos	(2.978)	(3.405)
Pagamento de juros	(21.546)	(27.731)
Juros provisionados	21.546	27.731
Saldo final dos passivos de arrendamento	243.928	235.320

Maturidade dos contratos

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

	30/09/2021	31/12/2020
Vencimento das prestações		
2021	8.387	31.964
2022	33.548	31.964
2023	33.548	31.964
2024 - 2038	503.227	477.467
Valores não descontados	578.710	573.359
Juros embutidos	(334.782)	(338.039)
	243.928	235.320

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	223.980	94.408
PIS/COFINS potencial (9,25%)	20.718	8.733
	244.698	103.141

A Companhia, em atendimento a legislação, não faz jus ao potencial crédito das contraprestações do arrendamento relativas ao prédio de sua sede administrativa e respectivo galpão denominado G1 por já ter sido proprietária dos mesmos.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	Após 2023
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	243.928	238.150	232.942	
Fluxo com projeção de inflação	250.099	247.745	240.978	
Variação	2,53%	4,03%	3,45%	
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	220.688	206.297	193.503	
Fluxo com projeção de inflação	226.271	217.742	213.264	
Variação	2,53%	4,03%	3,45%	
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	7.213	27.487	27.004	270.283
Fluxo com projeção de inflação	7.395	28.594	27.935	279.067
Variação	2,53%	4,03%	3,45%	3,25%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	3.132	12.135	12.135	191.902
Fluxo com projeção de inflação	3.211	12.624	12.553	198.139
Variação	2,53%	4,03%	3,45%	3,25%

16 Salários e encargos sociais

	30/09/2021	31/12/2020
Férias a pagar	20.743	11.567
INSS a recolher	4.677	5.004
FGTS a recolher	672	994
Outras obrigações com pessoal	379	451
	26.471	18.016

17 Tributos a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
ICMS a recolher	23.511	22.796
IRPJ a recolher	16.205	23.176
CSLL a recolher	4.678	7.365
IRRF a recolher	1.652	1.654
PIS e COFINS a recolher	10.076	9.769
Outros tributos a recolher	128	47
	56.250	64.807

18 Tributos parcelados

Em julho de 2020, após solução de consulta 4.007/2020 (DOU de 23/04) da Receita Federal, a Companhia foi autuada pelo não recolhimento de PIS e COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores. A Companhia optou pela adesão ao parcelamento desses tributos, a ser pago em 60 parcelas a partir de 17 de agosto de 2020. A composição dos saldos em 30 de setembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		
Parcelamento RFB PIS 10976-720.007/2020	402	393
Parcelamento RFB COFINS 10976-720.007/2020	1.810	1.772
	2.212	2.165
Passivo Não Circulante		
Parcelamento RFB PIS 10976-720.007/2020	1.139	1.410
Parcelamento RFB COFINS 10976-720.007/2020	5.129	6.347
	6.268	7.757

A movimentação dos tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	30/09/2021
Saldo inicial	9.922
Juros provisionados	197
Pagamento de parcelamento	(1.600)
Pagamento de juros	(39)
Saldo final	8.480

19 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as demandas judiciais em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

(a) Composição e movimentação

	Provisão		Depósito judicial		Líquido	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Tributários	26.797	29.554	(24.818)	(19.064)	1.979	10.490
Trabalhistas	1.437	1.374			1.437	1.374
Cíveis	900	859			900	859
	29.134	31.787	(24.818)	(19.064)	4.316	12.723

A movimentação da provisão para demandas judiciais no período findo em 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	12.723	20.670
Constituição da provisão	875	758
Reversão da provisão	(9.282)	(8.705)
Saldo final	4.316	12.723

As principais demandas judiciais provisionadas estão sumariadas a seguir:

(i) Demandas tributárias

- Diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT.
- PIS/COFINS sobre receitas financeiras.
- Outras diferenças de interpretações de normas tributárias.

A Companhia deposita judicialmente os valores questionados referentes aos processos sobre a diferença no percentual de recolhimento do INSS SAT/RAT e sobre a incidência de PIS/COFINS em receitas financeiras.

(ii) Demandas cíveis

Representam, principalmente, ações de consumidores que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral/material dentre outros pedidos.

(iii) Demandas trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, dentre outros pedidos. O montante registrado como provisão foi calculado com base em análise individual e estágio atual de cada processo.

(b) Perdas possíveis

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R$ 15.390 (2020 – R$9.133).

(c) Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R$ 9.274 (2020 - R$2.371) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	30/09/2021	31/12/2020
Tributários	7.524	760
Trabalhistas	1.741	1.608
Cíveis	9	3
	9.274	2.371

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado da Companhia encontra-se dividido em 3.830.000 (três milhões, oitocentos e trinta mil) ações, totalizando R$ 3.830.

(b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Retenção de lucros

A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo de lucros remanescentes após a distribuição dos dividendos.

(c) Distribuição de resultado

Conforme descrito no estatuto social, do lucro líquido do exercício 25% serão destinados aos acionistas em pagamento de dividendos os quais poderão ser pagos parceladamente. Os dividendos mínimos poderão ser reduzidos desde que não haja oposição de nenhum acionista em Assembleia Geral. Os órgãos da administração poderão imputar ao valor dos dividendos obrigatórios, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio. Caso o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, a título de remuneração do capital próprio, for superior ao valor dos dividendos obrigatórios, o excesso verificado ficará previamente aprovado.

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	73.307	50.880
Dividendos aprovados sobre o lucro líquido 2020		64.099
Dividendos intermediários aprovados sobre o lucro líquido 2021 (i)	371.165	
Juros sobre capital próprio (JCP)	38.851	38.413
IRRF juros sobre capital próprio (JCP)	(5.828)	(5.762)
Dividendos adicionais aprovados sobre a reserva de lucros 2020		57.281
Dividendos adicionais aprovados sobre a reserva de lucros 2021 (i)	936.662	
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(38.150)	(131.604)
Saldo final	1.376.007	73.307

(i) Em 30 de setembro de 2021, foi a aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R$936.662, correspondentes à retenção dos lucros da Companhia. Na mesma data, a Diretoria aprovou, nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$371.165. Os dividendos declarados deverão ser pagos até o final do exercício de 2022. Para pagamento desses dividendos, a Companhia utilizará recursos em caixa, recursos gerados por suas operações no período, e, principalmente, recursos provenientes de operação de emissão de ações no mercado.

21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	550.516	232.318
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) ajustada pelo desdobramento mencionado na Nota 30(c)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	1,44	0,61

22 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	30/09/2021	30/09/2020
Receita bruta de vendas	3.783.701	3.187.254
Impostos e deduções	(658.339)	(554.031)
Devoluções	(42.194)	(36.279)
	3.083.168	2.596.944

23 Despesas por natureza

	30/09/2021	30/09/2020
Custo dos produtos vendidos	(2.019.035)	(1.773.494)
Despesas com fretes e carretos	(165.347)	(141.638)
Despesas com pessoal	(118.124)	(118.828)
Comissão sobre vendas	(165.910)	(131.663)
Despesas com serviços de terceiros e utilidades	(6.399)	(5.976)
Despesas tributárias	(17.070)	(17.487)
Depreciação e amortização	(14.265)	(13.384)
Outras despesas	(70.738)	(67.202)
Créditos de PIS/COFINS (Nota 11)	145.608	
Venda de imobilizado	2.405	661
Outros créditos tributários	8.010	9.662
Outras receitas	9.563	7.418
	(2.411.302)	(2.251.931)
Custo das vendas	(2.184.382)	(1.915.132)
Despesas com vendas	(267.946)	(223.698)
Despesas gerais e administrativas	(135.460)	(140.399)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	176.486	27.298
	(2.411.302)	(2.251.931)

24 Resultado financeiro

	30/09/2021	30/09/2020
Despesas financeiras		
Juros	(415)	(1.666)
Despesa bancárias	(4.331)	(4.847)
Descontos concedidos	(1.073)	(431)
Taxas de cartão de crédito	(1.649)	(901)
Variação cambial	(248)	(64)
Juros sobre passivos de arrendamento	(21.546)	(20.655)
	(29.262)	(28.564)
Receitas financeiras		
Juros e correções monetárias (i)	9.385	7.930
Correção monetária PIS e COFINS (Nota 11)	86.988	
Descontos obtidos (ii)	5.055	9.342
Rendimento de aplicações financeiras	5.431	3.897
Variação cambial	228	6
Outros	620	
	107.707	21.175
Resultado financeiro, líquido	78.445	(7.389)

(i) Refere-se substancialmente a juros incidentes sobre faturas de clientes em atraso e são reconhecidos líquidos das perdas esperadas.

(ii) Refere-se substancialmente a descontos obtidos em decorrência da liquidação antecipada de contas a pagar.

25 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo de imposto diferido		
Provisão para perdas de estoque	198	188
Provisão para contingências tributárias	8.428	6.482
Provisão para demais contingências	795	759
Perdas esperadas em créditos liquidação duvidosa	2.070	1.878
Arrendamento mercantil	7.902	5.742
	19.393	15.049
Passivo de imposto diferido		
Depreciação fiscal x contábil	(5.480)	(4.522)
Ganho capital alienação imobilizado a prazo	(473)	(507)
	(5.953)	(5.029)
Ativo de imposto diferido, líquido	13.440	10.020

(b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável que, conforme legislação vigente, difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	750.311	337.624
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(255.106)	(114.792)
Juros sobre capital próprio	13.210	9.542
Exclusão da Selic sobre repetição de indébito (Nota 11)	36.133	
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	5.968	(56)
Imposto apurado	(199.795)	(105.306)
Corrente	(203.215)	(108.089)
Diferido	3.420	2.783
Encargo fiscal	(199.795)	(105.306)

26 Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Despesas com vendas - comissão de vendas

A empresa GB Atacadistas Ltda. ("GB Atacadistas"), sob controle comum dos acionistas da Companhia, presta serviços de representação à Tambasa. O valor das comissões creditadas a GB no período findo em 30 de setembro de 2021 totalizou R$ 44.016 (2020 – R$31.577).

(b) Arrendamentos

A Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Tamig Empreendimentos"), antiga Tambasa Empreendimentos S.A., é proprietária do imóvel onde está localizada a matriz da Tambasa bem como a sua filial localizada na cidade de Montes Claros. No período findo em 30 de setembro de 2021, os pagamentos de arrendamento dos referidos imóveis totalizaram R$24.524 (2020 – R$23.146).

(c) Saldos no fim do período

Ativo	**30/09/2021**
Circulante	
Tamig Empreendimentos S.A. - Adiantamento de aluguéis	21.740
Tamig Empreendimentos S.A. - Mútuos (i)	49.597
	71.337

(i) Sobre as transações de mútuo mencionadas acima não incidem juros. O referido mútuo foi recebido pela Companhia em 30 de novembro de 2021 (Nota 30(a)).

Passivo	**30/09/2021**	**31/12/2020**
Circulante		
GB Atacadistas – comissões	11.409	7.007
Tamig Empreendimentos – conta corrente		6.953
Tamig Empreendimentos – Arrendamentos	31.466	29.980
	42.875	43.940
Não circulante		
Tamig Empreendimentos - Arrendamentos	212.462	205.340
	212.462	205.340

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga e a pagar para o pessoal-chave da administração inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. No período findo em 30 de setembro de 2021 foram pagos para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração o montante de R$1.431 (2020 - R$1.158) e para o Conselho Fiscal o montante de R$79 (2020 - R$101).

27 Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	R$198.000
Máquinas, Móveis e Utensílios	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	R$86.000
Mercadorias e matérias-primas	- Incêndio - Danos causados por eventos naturais - Lucros cessantes	R$423.000
	- Lucros cessantes	R$375.000

A vigência dos seguros com a Mitsui Sumitomo Seguros tem início em 25/05/2020 com término em 25/05/2022.

28 Informações por Segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias comercializados.

Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance e alocam os recursos conforme necessários.

29 Benefícios a Empregados

Previdência privada

Em agosto de 2020 a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários a ser administrado pela instituição financeira Bradesco Vida e Previdência S/A. O plano de benefícios tem as modalidades de Plano Gerador de

Benefício Livre – PGBL e Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários sendo os valores pagos referente ao período findo em 30 de setembro de 2021 de R$293. O plano contava com 1.392 participantes em 30 de setembro de 2021. Por se tratar de plano de contribuição definida não há riscos atuariais para Companhia.

30 Eventos subsequentes

(a) Recebimento subsequente de mútuo com partes relacionadas

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia recebeu de sua parte relacionada Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. o montante de R$ 49.597, referente à liquidação do mútuo descrito na nota explicativa 26.

(b) Compra da GB Atacadistas

Em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB Atacadistas Ltda., por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda., pelo valor de R$ 12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais). Em razão da venda da totalidade das quotas da GB Atacadistas para a Companhia, essa passou a ser a única sócia da referida sociedade.

A GB Atacadistas, conforme descrito na nota explicativa 26, é uma empresa sob controle comum dos acionistas da Companhia, onde a mesma presta serviços de representação à Tambasa, de forma exclusiva.

(c) Alteração da quantidade de ações do Capital Social por desdobramento

Em 06 de dezembro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social. Assim, a quantidade de ações passou de 3.830.000 (três milhões oitocentas e trinta mil) em 30 de setembro de 2021 para 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias.

Com isto, o recálculo do Lucro por ação, referente a nota explicativa 21, baseado na nova composição de ações, seria de:

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	550.516	232.318
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	383.000	383.000
Lucro básico por ação - R$	1,44	0,61

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da **TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, na V. Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, CEP 32.060-514, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.359.233/0001-88 ("Companhia") declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021.

Contagem, 09 de dezembro de 2021.

Alberto Portugal Milward de Azevedo
Diretor Presidente

Gustavo Bittencourt Bartolomeu
Diretor Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 11

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15

3.7 - Nível de Endividamento 16

3.8 - Obrigações 17

3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 51

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 53

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 57

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 59

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 60

4.7 - Outras Contingências Relevantes 62

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 63

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 64

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 70

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 72

5.4 - Programa de Integridade 75

5.5 - Alterações significativas 81

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 82

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 83

6.3 - Breve Histórico 84

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 85

6.6 - Outras Informações Relevantes 86

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 87

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 103

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 104

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 105

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 126

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 127

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 140

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 141

7.8 - Políticas Socioambientais 142

7.9 - Outras Informações Relevantes 143

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 144

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 145

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 146

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 147

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 148

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 149

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 150

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 164

9.2 - Outras Informações Relevantes 165

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 166

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 191

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 193

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 194

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 195

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 197

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 198

10.8 - Plano de Negócios 199

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 201

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 202

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 203

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 204

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 215

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 219

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 223

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 224

12.7/8 - Composição Dos Comitês 228

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 231

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 232

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 233

12.12 - Outras informações relevantes 234

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 237

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 244

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 248

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 249

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 250

13.6 - Opções em Aberto 251

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 252

13.8 - Precificação Das Ações/opções 253

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 254

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 255

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 257

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 258

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 259

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 260

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 261

13.16 - Outras Informações Relevantes 262

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 263

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 265

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 266

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 267

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 268

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 269

15.3 - Distribuição de Capital 278

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 279

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 280

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 281

15.7 - Principais Operações Societárias 282

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 283

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 286

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 288

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 290

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 292

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 293

17.2 - Aumentos do Capital Social 294

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 295

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 296

17.5 - Outras Informações Relevantes 297

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 298

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 299

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 300

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 301

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 302

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 303

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 304

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 305

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 306

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 307

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 308

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 309

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 310

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 311

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 312

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 313

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 314

20.2 - Outras Informações Relevantes 315

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 316

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 317

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 320

21.4 - Outras Informações Relevantes 321

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alberto Portugal Milward de Azevedo**
Cargo do responsável	Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

A declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores é apresentada no item 1.3 deste Formulário de Referência.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do novo ocupante do cargo de Diretor de Relações com Investidores

A declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores é apresentada no item 1.3 deste Formulário de Referência.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Alberto Portugal Milward de Azevedo, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº MG-745.913 e inscrito no CPF/ME sob o nº 324.980.046-53, com endereço comercial na Cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, na V. Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, CEP 32.060-514, na qualidade de Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da **Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, na V. Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr., S/N, CEP 32.060-514, inscrita no CNPJ/ME sob o º 17.359.233/0001-88 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ALBERTO PORTUGAL MILWARD DE AZEVEDO:32498004653

Assinado de forma digital por ALBERTO PORTUGAL MILWARD DE AZEVEDO:32498004653
Dados: 2021.12.09 09:49:20 -03'00'

Alberto Portugal Milward de Azevedo
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CPF/CNPJ	61.562.112/0005-54
Data Início	09/07/2017
Descrição do serviço contratado	2020: Os serviços contratados compreendem: o exame das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2021: Os serviços contratados compreendem: (i) exame das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais a findar em 31 de dezembro de 2021 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2021e 2020, de 30 de junho de 2021 e 2020 e de 30 de setembro de 2021 e 2020; e (iii) emissão de cartas de conforto relacionadas com a oferta pública de ações de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social (2020), os honorários dos auditores independentes totalizaram R$ 231.404,96 (incluindo impostos), referentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fábio Abreu de Paula	09/07/2017	935.194.436-00	Rua dos Inconfidentes, n°911, 18°andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-120, Telefone (31) 32691525, e-mail: fabio.abreu@pwc.com
Guilherme Campos e Silva	01/01/2021	714.114.966-04	Rua dos Inconfidentes, n°911, 18°andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-120, Telefone (31) 32691500, e-mail: guilherme.campos@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui políticas ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou a objetividade de seus auditores independentes, nos termos do inciso III do artigo 2º da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003. Adicionalmente, não houve a transferência relevante de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, nos termos da Deliberação CVM nº 642, de 07 de outubro de 2010, e o CPC 05 (R1). Todas as outras informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	147.267.000,00	943.430.000,00	738.651.000,00	604.452.000,00
Ativo Total	2.070.549.000,00	1.595.051.000,00	1.319.855.000,00	996.219.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.083.168.000,00	3.638.435.000,00	2.770.099.000,00	2.478.011.000,00
Resultado Bruto	898.786.000,00	1.004.609.000,00	655.624.000,00	617.171.000,00
Resultado Líquido	550.516.000,00	364.572.000,00	241.978.000,00	187.232.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	383.000.000	383.000.000	383.000.000	383.000.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,384509	2,463264	1,928593	1,578204
Resultado Básico por Ação	1,437379	0,951885	0,631796	0,488856
Resultado Diluído por Ação	1,44	0,95	0,63	0,49

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 as seguintes medições não contábeis:

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	2021	2020	2020	2019	2018
EBITDA	686.169	356.821	546.407	343.895	241.758
Margem EBITDA	22,26%	13,74%	15,02%	12,41%	9,76%
Margem Líquida	17,86%	8,95%	10,02%	8,74%	7,56%

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA e Margem Líquida

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527").

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido, adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social, pelas receitas (despesas) financeiras líquidas e pelas despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

A Margem Líquida é calculada por meio da divisão do lucro líquido pela receita líquida de vendas e serviços.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras empresas adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e a Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

O EBITDA, bem como a Margem EBITDA e a Margem Líquida, são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), não sendo, portanto, medidas de lucratividade. Adicionalmente, o EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como

3.2 - Medições Não Contábeis

substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

O EBITDA, a Margem EBITDA e a Margem Líquida apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos ao seu negócio, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente o resultado operacional, tais como o resultado financeiro, o imposto de renda e contribuição social e o custo e despesas de depreciação e amortização.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do EBITDA, da Margem EBITDA e da Margem Líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, com os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias, contidas nas demonstrações financeiras da Companhia:

	Período de nove meses findo em		**Exercício Social findo em**		
(Em milhares de reais)	**30/09/2021**	**30/09/2020**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro líquido	550.516	232.318	364.572	241.978	187.232
(+) impostos de renda e contribuição social	199.795	105.316	153.598	94.177	73.157
(+) Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(78.445)	(7.389)	9.988	(10.561)	(25.161)
(+) Depreciação e amortização (i)	14.303	11.808	18.249	18.301	6.530
EBITDA	686.169	356.821	546.407	343.895	241.758
Receita líquida de vendas e serviços	3.083.168	2.596.944	3.638.435	2.770.099	2.478.011
Margem EBITDA	22,26**%**	13,74%	15,02**%**	12,41**%**	9,76**%**
Margem Líquida	17,86%	8,95%	10,02%	8,74%	7,56%

(I) compreendem as despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado, intangível e dos ativos de direito de uso, conforme o caso.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros; (ii) alterações na carga tributária sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

3.2 - Medições Não Contábeis

Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias.

A Companhia entende que a Margem Líquida é um indicador que representa o resultado final da Companhia, com todos seus efeitos caixa e não caixa, dessa forma é importante para demonstrar o resultado geral da Companhia.

O EBITDA, a Margem EBITDA e a Margem Líquida não são medidas de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro (prejuízo) líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa ou liquidez, dentre outros. O EBITDA, a Margem EBITDA e a Margem Líquida apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as receitas e despesas financeiras, os impostos sobre o lucro e as despesas de depreciação e amortização, que, por sua vez, afetam nosso resultado. O EBITDA, a Margem EBITDA e a Margem Líquida não possuem uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras empresas.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia recebeu de sua parte relacionada Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda. o montante de R$ 49.597 mil, referente ao pagamento do mútuo.

Em 06 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social, conforme indicado nas Seções 3.9 e 17.3 abaixo.

Além disso, em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB Atacadistas Ltda., por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda., pelo valor de R$ 12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais). Em razão da venda da totalidade das quotas da GB Atacadistas Ltda. para a Companhia, esta passou a consolidar os resultados da GB, até então uma sociedade sob controle comum, eliminando assim potenciais conflitos de interesses.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976.		
Valores das retenções de lucros	O lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$364.572 mil sofreu as seguintes retenções: a) R$ 38.413 mil foram destinados à distribuição de juros sobre capital próprio; (b) R$ 64.099 mil foram destinados à distribuição de dividendos. (c) R$ 262.060 mil foram destinados à reserva de retenção de lucros. Esclarece-se que não foi constituída reserva legal no exercício social de 2020, tendo em vista que a reserva de capital da Companhia é maior que 30% em relação ao seu capital social.	O lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$241.978 mil sofreu as seguintes retenções: a) R$ 35.856 mil foram destinados à distribuição de juros sobre capital próprio; (b) R$ 21.923 mil foram destinados à distribuição de dividendos. (c) R$ 184.199 mil foram destinados à reserva de retenção de lucros. Esclarece-se que não foi constituída reserva legal no exercício social de 2019, tendo em vista que a reserva de capital da Companhia é maior que 30% em relação ao seu capital social	O lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$187.232 mil sofreu as seguintes retenções: (a) R$ 35.174 mil foram destinados à distribuição de juros sobre capital próprio; (b) R$16.605 mil foram destinados à distribuição de dividendos. (c) R$ 135.453 mil foram destinados à reserva de retenção de lucros. Esclarece-se que não foi constituída reserva legal no exercício social de 2018, tendo em vista que a reserva de capital da Companhia é maior que 30% em relação ao seu capital social
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o percentual da retenção de lucros em relação ao lucro líquido dos acionistas do exercício total declarado foi de 72%.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o percentual da retenção de lucros em relação ao lucro líquido dos acionistas do exercício total declarado foi de 76%.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o percentual da retenção de lucros em relação ao lucro líquido dos acionistas do exercício total declarado foi de 72%.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia vigente à época previa que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 1976.		
Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404, de 1976, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.		
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim	Salvo pelo disposto na Lei 6.404, de 1976, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.		

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais			
Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	550.516.180,45	364.572.000,00	241.978.000,00	187.232.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	28,118451	23,877791	27,654995
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	38,643249	32,759449	30,975495
Dividendo distribuído total	0,00	102.512.000,00	57.779.000,00	51.779.000,00
Lucro líquido retido	0,00	262.060.000,00	184.199.000,00	135.453.000,00
Data da aprovação da retenção		07/05/2021	21/07/2020	30/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária	0,00		96.750.000,00	07/05/2021	52.400.799,65	21/07/2020	46.502.932,95	30/04/2019
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária	0,00		32.651.078,72	07/05/2021	30.477.896,39	21/07/2020	29.897.969,52	30/04/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2020 à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar foi de R$57,3 milhões.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2019 à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar foi de R$50,0 milhões.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2018 à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar foi de R$140,0 milhões.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2021	1.923.282.000,00	Índice de Endividamento	13,05983010	
31/12/2020	651.621.000,00	Índice de Endividamento	0,69069353	

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 não indicam qualquer contrato ou instrumento, do qual a Companhia seja parte, referente a empréstimos, financiamentos e/ou títulos de dívida. Além disso, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte em instrumentos de empréstimo, financiamento e/ou títulos de dívida.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Adicionalmente, a Companhia informa que as informações referentes ao número de ações, valor patrimonial de ações e o resultado básico e diluído por ação indicadas no item 3.1 deste Formulário de Referência não considera o desdobramento de ações, à razão de 100 (ações) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária anteriormente existente, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06 de dezembro de 2021. Assim, a quantidade de ações passou de 3.830.000 (três milhões oitocentas e trinta mil) em 30 de setembro de 2021 para 383.000.000 (trezentos e oitenta e três milhões) ações ordinárias na data deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que nós acreditamos que possam influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por nós. Caso esses riscos venham a se materializar, a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos por nós podem ser adversamente afetados.

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as nossas informações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossa atividade, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros, reputação e/ou o valor dos valores mobiliários de nossa emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que consideramos irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que nossos acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para nós, nossas controladas ou coligadas, individual ou conjuntamente, em nossas atividades, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, negócios futuros, reputação e/ou de valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência. Os fatores de risco descritos nesta seção estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para a Companhia.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Dependemos de sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação e de telecomunicações para processar transações, controlar nosso estoque, nosso fluxo operacional e nossos negócios.

Nossas operações dependem em grande parte de nossos sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação, que são importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos relevantes. Como exemplo, podemos citar a nossa dependência à tecnologia da SSI Schaefer em nosso processo de armazenagem e expedição. Uma interrupção nesse sistema pode acarretar a paralização das atividades do nosso centro de distribuição, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Quaisquer falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros podem ter um impacto adverso nos nossos negócios.

Considerando o grande volume de transações que são processadas por ano em nossas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) e centro de distribuição, é necessário manter o fornecimento ininterrupto dos sistemas de computadores e de telecomunicações para apoiar, dentre outras, as operações de vendas, o fluxo operacional, de controle de estoque, de encomenda de produtos, de transporte e de faturamento.

Os sistemas de tecnologia da informação e de telecomunicações próprios e os fornecidos por terceiros podem sofrer falhas ou interrupções decorrentes de falta de energia, falhas na rede de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

computadores ou de telecomunicações, vírus de computador, falhas de segurança, ataques cibernéticos, erros de operação causados por nossos funcionários ou do terceiro contratado ou, ainda, decorrentes de desastres naturais como incêndios, enchentes e terremotos.

Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

A interrupção ou suspensão das atividades do nosso centro de distribuição, das nossas lojas, bem como a nossa eventual incapacidade de expansão, poderá impactar adversamente nossos negócios e a nossa estratégia de crescimento.

Atualmente, temos um centro de distribuição localizado em Contagem, Minas Gerais. Todas as mercadorias que vendemos são distribuídas por meio desse centro de distribuição. Se a operação normal do referido centro de distribuição for suspensa ou interrompida, seja por (i) reduções significativas do uso da infraestrutura de transporte; (ii) redução ou suspensão do seu funcionamento em decorrência de desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas de sistema, greves de funcionários, falta de energia, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19) ou por causas inesperadas causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas físicas no setor de Atacarejo, a construção de novos galpões em nosso centro de distribuição e de novos Hubs Logísticos (Transbordo), estes últimos por meio de parceria com terceiros, além da expansão das atividades de *e-commerce*, o que pode demandar uma expansão na capacidade de nosso centro de distribuição ou o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente devido à necessidade de abastecimento das novas lojas físicas para atendimento das demandas de compras via *e-commerce*. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novas lojas físicas, novos centros de distribuição e novos Hubs Logísticos (Transbordo) ou caso não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques e distribuição de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil e perder vendas para eventuais concorrentes, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossa reputação, nossos resultados operacionais, financeiros e na nossa estratégia de crescimento.

Interrupções no fornecimento e outros fatores que afetem a distribuição dos produtos podem causar um impacto adverso nos nossos negócios.

Quaisquer interrupções no fornecimento e outros fatores que afetem a distribuição dos produtos, seja por (i) reduções significativas da infraestrutura de transportes ou em operações; (ii) desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19) ou outras causas inesperadas, causadas por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, nas cidades onde nosso centro de distribuição, lojas e Hubs Logísticos (Transbordo) estão localizados ou onde nós ou os nossos fornecedores usemos para entregar produtos, podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de receber e distribuir mercadorias e ocasionar quedas em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Acidentes em nosso centro de distribuição ou quaisquer de nossas lojas podem causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo em nosso centro de distribuição ou de quaisquer de nossas lojas. Caso qualquer acidente ou outro

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

evento imprevisível e fora de nosso controle ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Nossos negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, ou ainda em decorrência da forma como enderecemos tais acidentes e/ou eventos.

Podemos não ser capazes de ampliar a quantidade de lojas físicas, o que poderá impactar adversamente nossos negócios e a nossa estratégia de crescimento.

A nossa estratégia de crescimento está ligada à nossa capacidade de abrir novas lojas físicas, desenvolver as lojas existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de diversos fatores, entre esses fatores se incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, ou a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis.

A legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a construção ou revitalização dos imóveis em que operamos os nossos diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as nossas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de nossas lojas existentes ou em processo de planejamento ou construção, podem afetar negativamente a nossa capacidade de abrir novas lojas, renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possuímos operações. Consequentemente, isso pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais e financeiros. Precisamos também concluir as obras sem atrasos significativos, interrupções ou aumentos dos custos. Pela sua natureza, tais projetos enfrentam riscos associados a atividades de construção, incluindo custos excedentes, escassez de aço, concreto ou outros materiais, escassez de trabalho, disputas legais, imprevistos ambientais ou de engenharia, paradas de trabalho, desastres naturais e a incapacidade de obter seguros a preços razoáveis, sendo que qualquer um deles pode atrasar a construção e resultar em um aumento substancial nos nossos custos para esses projetos.

Além disso, estamos suscetíveis a riscos de performance, qualidade de produto e condição financeira das empresas de construção contratadas. Como exemplo, a capacidade das empresas de construção contratadas de prestar serviços e fornecer recursos essenciais, adequada e pontualmente, aos nossos projetos imobiliários pode ser afetada se eles estiverem enfrentando restrições financeiras ou momentos de crise financeira ou de redução da atividade econômica em geral. Podemos nos deparar com interrupções em seus serviços no futuro, ou que não conseguiremos substituir, em tempo hábil, tais empresas que não conseguirem atender às nossas necessidades, o que poderá afetar negativamente a execução oportuna e bem-sucedida dos nossos projetos e, consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira. Também poderemos sofrer atrasos decorrentes de mudanças na legislação, burocracia governamental, imprevistos ou eventos.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, incluindo os impactos da pandemia do COVID 19, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e operação das nossas lojas, centro de distribuição e Hubs Logísticos (Transbordo) o que poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

Dependemos de diversos cadastros e registros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. Também enfrentamos riscos relativos às licenças para instalação e operação das lojas e do centro de distribuição, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Bombeiros (AVCB), Alvarás de Licença de Localização e Funcionamento (ALUF), habite-se, licenças ambientais, alvarás sanitários, Autorização de Funcionamento de Empresa perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (AFE e ANVISA, respectivamente), registro perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), registro perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, registro perante Conselhos Profissionais, entre outros.

Alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

As licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades mencionadas anteriormente e lentidão de alguns órgãos administrativos, nós podemos não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. O cenário de pandemia da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças. Além disso, podemos ter lojas operando sem as licenças/autorizações respectivas, estando sujeitas à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham um entendimento diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso resultar (i) em autos de infração; (ii) em pagamento de multas; (iii) na restrição de abrir e operar as nossas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) e o centro de distribuição; (iv) na exposição a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (v) na aplicação de outras penalidades, tais como a apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vi) na nossa exposição, bem como nossos representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

Nesse sentido, o descumprimento da legislação sanitária sujeita o infrator, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis, às seguintes penalidades previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, conforme alterada: (i) advertência; (ii) multa (que pode variar de R$2.000,00 a R$1.500.000,00, a depender da gravidade da infração e podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência); (iii) interdição parcial ou total do estabelecimento; (iv) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; (v) cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento; (vi) intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera; (vii) suspensão de propaganda e publicidade, entre outros.

A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) e novos centros de distribuição, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) ou nosso centro de distribuição em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma loja, Hub Logístico (Transbordo) ou o centro de distribuição enquanto estiver com uma licença pendente.

Para informações sobre as autoridades governamentais competentes e regulamentações aplicáveis, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia podem nos afetar substancialmente financeiramente.

As nossas operações consomem quantidades consideráveis de energia. Os preços de energia elétrica e serviços públicos têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem resultar em um efeito negativo na receita operacional e na nossa rentabilidade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos repassar o aumento dos custos de energia elétrica e serviços públicos para os nossos consumidores.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo dos nossos clientes, o que pode afetar adversamente nossa receita operacional.

Competimos com outras empresas do setor de atacado em relação a preço, qualidade, experiência de compra, promoções, localização e disposição das lojas. As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores. As vendas dependem da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos nossos clientes. Se os produtos disponíveis nas nossas lojas e e-commerce não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa em nossas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar negativamente a aceitação de mercadorias pelos clientes, o que pode causar o excesso de estoque de determinados produtos, impactando adversamente nosso negócio, imagem, rentabilidade, resultado operacional e a situação financeira.

Adicionalmente, em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia do COVID-19, poderá haver alteração do hábito dos nossos consumidores, o que pode vir a gerar, por exemplo, uma rápida migração de clientes das nossas lojas físicas para as compras online, por meio do nosso e-commerce ou de nossos concorrentes, o que levaria a uma diminuição de vendas através de nossos representantes comerciais. Tal migração poderá, ainda, levar a uma diminuição de vendas da Companhia, visto o ambiente online é mais competitivo e variado.

Assim, caso haja alteração de hábito, podemos não ser eficientes e ágeis na adaptação ao atendimento desses novos hábitos.

Podemos não conseguir executar a nossa estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento do nosso estoque, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.

O nosso negócio depende da nossa capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos. Ainda, especialmente no nosso segmento de negócio atacado, no qual vendemos tanto para grandes como pequenos varejistas, precisamos comprar produtos em grandes quantidades. Podemos não ser capazes de vender tais produtos, o que pode resultar em um estoque excessivo com baixa aceitação e nos forçar a dar descontos significativos em tais produtos. Ademais, produtos com um estoque excessivo em nosso centro de distribuição e em nossas lojas podem ficar obsoletos ou ter o seu prazo de validade expirado. O manuseio inadequado pode resultar em quebra ou avaria de nossos produtos. Também estamos sujeitos a roubos e furtos de mercadorias em nosso centro de distribuição, durante seu transporte até os Hubs Logísticos (Transbordo), os clientes, nossas lojas, bem como dentro delas. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados financeiros.

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento e transformação digital, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento e transformação digital dependem de fatores críticos, dentre os quais:

- Proteger o poder da nossa marca;
- Abrir novas lojas e expandir nossa cobertura geográfica;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Alavancar as vendas e aumentar a rentabilidade de nossas operações;
- Aperfeiçoar a experiência de compra por meio da multicanalidade;
- Gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros; e
- Dar continuidade à nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital e fortalecimento de nossa cultura digital.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar nossas estratégias pode afetar adversamente nossos negócios.

Se não conseguirmos manter nossa cultura e nossa marca no processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Na medida em que formos expandindo nossos negócios em linha com nossa estratégia de crescimento, para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa, tal qual os nossos funcionários mais antigos. Tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da nossa marca. Entendemos que nossa cultura organizacional e a nossa marca são cruciais para nossos planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura, marca e o alinhamento de colaboradores a elas, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Nossas operações além de serem realizadas por meio de lojas físicas, também são realizadas por meio de canais digitais de e-commerce e vendas diretas por meio de nossos representantes. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento das operações das lojas físicas, dos canais digitais de e-commerce e das vendas diretas por meio de nossos representantes sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais. Além disso, não podemos garantir que os resultados obtidos pela Companhia durante a pandemia do COVID-19 serão mantidos, podendo afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Nossa incapacidade de atrair e manter nossos representantes comerciais pode afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Nossa incapacidade de atrair e manter nossos representantes comerciais pode afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Nós conduzimos nossos negócios na forma de vendas diretas, por meio de nossos diferentes canais de distribuição e representantes comerciais, que vendem nossos produtos. Esses representantes são comerciais o principal canal de vendas e nossa expansão comercial está vinculada ao crescimento da rede de revendedores. Nossos representantes comerciais são revendedores autônomos e não nossos empregados. Em 30 de setembro de 2021, tínhamos aproximadamente 3.700 representantes comerciais.

Nossa capacidade de atrair e reter representantes comerciais depende de uma série de fatores, que incluem:

- manter relações estreitas e de qualidade com nossos representantes comerciais;
- competitividade entre representantes comerciais de outras companhias de vendas diretas;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- o nível de serviço prestado a nossos representantes comerciais;
- condições macroeconômicas no Brasil;
- nossa capacidade de implementar com sucesso outras iniciativas no canal de venda direta;
- nossa capacidade de melhorar nossos catálogos e ofertas de produtos;
- as condições legais, administrativas e outras condições impostas aos representantes comerciais pelas autoridades brasileiras; e
- nossa capacidade de melhorar nosso marketing e publicidade.

Não podemos garantir que seremos bem sucedidos em todas as frentes de ação para atração e retenção de representantes comerciais, o que poderá impactar negativamente nossas atividades e resultados operacionais.

A perda de membros da nossa alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração, que é formada por nossos acionistas controladores e outros funcionários chave. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação dos imóveis em que mantemos nosso centro de distribuição e lojas, cujos imóveis são de propriedade de sociedade controlada por nossos acionistas controladores, cujos interesses poderão divergir dos nossos e dos demais acionistas, podendo impactar diretamente em nossos resultados operacionais e financeiros.

O imóvel onde localiza-se nosso centro de distribuição, bem como grande parte dos imóveis onde funcionam nossas lojas, é objeto de contrato de locação. Tais contratos de locação são regidos pela Lei nº. 8.245/1991 ("Lei de Locações"), que dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) o locatário ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anterior à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. Nós podemos ser adversamente afetados (a) se não conseguirmos negociar com sucesso os contratos de locação, atuais ou futuros, em condições aceitáveis, (b) se não conseguirmos apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não satisfizermos as condições acima elencadas, ou, ainda, (c) se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados (por decisão judicial ou não) ou se forem renovados em condições menos favoráveis às atuais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nós podemos ser obrigados a desocupar a propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou caso nosso locador decida vender sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário, ou que não consigamos firmar tal acordo em condições que consideremos favoráveis. Portanto, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas ou centro de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

Adicionalmente, caso deixemos de cumprir com nossas obrigações nos termos de nossos contratos de locação, tais contratos de locação podem ser encerrados antecipadamente, com incidência de multas e indenizações previstas nos respectivos instrumentos. Há, ainda, contratos de locação não registrados nas matrículas dos imóveis locados junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o que possibilita, em caso de alienação do imóvel para terceiros, que o terceiro adquirente solicite a desocupação do imóvel nos 90 (noventa) dias subsequentes, mesmo que o prazo da locação esteja em vigor.

Os imóveis ocupados por nós podem estar sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como nossos resultados operacionais e financeiros.

Ademais, dos imóveis locados por nós, 30%, ou 3 imóveis são de propriedade de sociedade ligada aos nossos controladores, o que representa um potencial conflito de interesses tendo em vista tratar de uma transação com partes relacionadas, e que pode afetar de forma adversa nossas atividades, bem como configurar situações em que os interesses dos nossos acionistas controladores divirjam dos interesses dos nossos demais acionistas, podendo, neste caso, trazer prejuízos aos nossos demais acionistas (vide Seções 16.1 a 16.3 para mais informações sobre as políticas de transações com partes relacionadas).

Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes e de nossa rede poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das operações.

Uma das maiores dificuldades relacionadas ao comércio eletrônico, comunicação online e tecnologia da informação é a transmissão de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento de dados em nossos sistemas conectados a redes públicas. Falhas de segurança poderão prejudicar nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Atualmente, parte de nossas vendas é debitada diretamente das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceitos por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. Além disso, armazenamos nosso banco de dados, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio, reputação e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

Adicionalmente, estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao nosso sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os nossos custos, reduzir nossa atratividade e impactar nas nossas operações. Adicionalmente, nossos sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (malware) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

Podemos não conseguir proteger os nossos direitos de propriedade intelectual, o que pode ter um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

O nosso futuro sucesso depende significativamente da nossa capacidade de proteger as nossas atuais e futuras marcas (incluindo as nossas marcas próprias) e defender os nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Há também o risco de podermos, ainda que por omissão, não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou que os nossos concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras enviadas para nós ou licenciadas por nós. Não temos como garantir que as medidas para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual serão suficientes, que terceiros não infringirão ou se

apropriarão indevidamente de direitos de propriedade intelectual, ou que nós não violaremos, de forma não intencional, os direitos de propriedade intelectual de terceiros. Se não conseguirmos proteger os nossos direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida ou se, de forma não intencional, violarmos os direitos de propriedade intelectual de terceiros, poderemos sofrer um efeito adverso relevante, em particular em nossa capacidade de desenvolver o nosso negócio, bem como incorrer em custos elevados para defender judicialmente os nossos direitos.

Não podemos assegurar que litígios para defesa dos nossos direitos de propriedade intelectual serão bem-sucedidos. Também estamos sujeitos ao risco de sermos demandados em processos baseados em alegações de violação dos direitos de propriedade intelectual de terceiros, pois não é possível assegurar que conhecemos todos os direitos de propriedade intelectual detidos por nossos concorrentes ou terceiros. A propositura de uma ação judicial ou arbitral ou a suspensão de algum dos nossos direitos de propriedade intelectual poderão afetar adversamente nossa reputação, negócios, resultados operacionais e nossa situação financeira.

Na data do presente Formulário de Referência, processos de nulidade administrativa contra o nosso registro da marca “TAMBASA ATACAREJO” (nos registros nº 914847465, 914847511, 914847546 e 914847554) foram instaurados por terceiro. Caso os processos de nulidade administrativa sejam deferidos, perderemos os nossos direitos de propriedade intelectual sobre tais registros e não poderemos assegurar que nossa marca não seja utilizada e eventualmente registrada por terceiros, afetando adversamente os nossos negócios e/ou a nossa reputação, inclusive afetando negativamente a nossa posição competitiva, uma vez que nossas antigas marcas poderão ser objeto de pedido de registro de terceiros e estaremos sujeitos a alegações de violação de propriedade intelectual de terceiros, caso continuemos a utilizar as referidas marcas.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

A nossa cobertura de seguro poderá não estar sempre disponível ou ser sempre suficiente para cobrir quaisquer danos decorrentes de qualquer tipo de sinistro. Além disso, existem certos tipos de riscos que podem não estar cobertos por nossas apólices, tais como acidentes, guerra, força maior ou certas interrupções de negócios, inclusive em decorrência de pandemias como a do COVID-19. Além disso, quando as nossas apólices de seguro atuais expirarem, podemos não ser capazes de renová-las em termos favoráveis e suficientes. Sinistros que não são cobertos pelas nossas apólices ou a incapacidade de renovar as nossas apólices de seguro podem nos afetar adversamente e substancialmente. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Decisões desfavoráveis a nós, nossas controladas e/ou aos nossos administradores e acionistas controladores ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Nós, nossas controladas e nossos administradores e acionistas controladores somos e poderemos ser no futuro partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Os resultados destes processos poderão não nos ser favoráveis ou poderão não ser favoráveis a tais membros de nossa administração e/ou acionistas, ou, ainda, que o provisionamento (quando existente), será suficiente para cobrir todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. O nosso envolvimento, de nossas controladas, de nossos acionistas controladores ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados podem nos causar um efeito adverso relevante na nossa reputação, condição financeira e nos nossos resultados operacionais, inclusive no valor de mercado das nossas ações.

Adicionalmente, no caso de procedimentos dos quais somos ou possamos vir a ser parte, é possível que não tenhamos recursos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos nossos negócios, reputação, condição financeira e nos nossos resultados operacionais.

Além disso, não podemos assegurar que a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias não gerará a formalização de penhora livre de nossos bens, inclusive de nossos ativos financeiros, do nosso faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de nossas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em nossas operações e no desenvolvimento de nosso negócio.

Eventuais autuações administrativas e judiciais podem resultar em promoção de Ações Civis Públicas ou celebração, por nossa parte e nossas controladas, de Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Compromisso que podem nos afetar de forma relevante e adversa.

Podemos também estar sujeitos a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de nossas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Essas fiscalizações podem resultar em multas, inclusão em listas do Ministério do Trabalho e Previdência (antigo Ministério do Trabalho e Emprego MTE) e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa, inclusive de nossa reputação, incluindo o afastamento de nossos administradores, impedir que gozemos de benefícios fiscais e/ou que possamos contratar com o poder público/fazer jus a linhas de crédito incentivadas.

O Ministério Público do Trabalho poderá instaurar inquéritos civis para investigar eventuais danos ou irregularidades que possam ser atribuídos às nossas atividades, assim como promover Ações Civis Públicas ("ACP") para recuperação de danos causados por nós no desenvolvimento de suas atividades, incluindo no que se refere a aspectos trabalhistas, dentre outros assuntos, que vierem a ser identificados em fiscalizações. Tais ações podem, ainda, demandar reparações a direitos coletivos nas esferas cíveis ou trabalhistas, bem como instituir eventuais ressarcimentos a terceiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em situações em que nós formos autuados em fiscalizações ou parte em inquéritos civis ou ACP, poderemos figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) perante o Ministério Público ou outro órgão competente, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, caso seja verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados nos respectivos acordos, sejam eles novos ou existentes, na data deste Formulário de Referência, em face de nós ou nossas controladas, nós poderemos ficar sujeitos a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução judicial do título extrajudicial e, ainda, judicialização de demandas perante o Poder Judiciário. Para informações adicionais sobre os TACs os quais a Companhia é compromissária, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

A Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Ética, o Comitê de Auditoria Não Estatutário e as demais estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia foram recentemente aprovados e/ou constituídas. Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e controles internos da Companhia poderão afetar adversamente os seus negócios.

A estrutura organizacional da Companhia, dedicada ao gerenciamento de riscos, as políticas e códigos e demais mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia, como a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Ética e Conduta e o Comitê de Auditoria Não Estatutário (especificamente descritos na seção 5 deste Formulário de Referência) foram aprovadas e/ou constituídas em 06 de dezembro de 2021 como forma de adequação da Companhia à realização da sua oferta pública de distribuição de ações e adequação ao regulamento do segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Nesse sentido, a Companhia pode estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, sendo tal risco potencializado dado que as referidas estruturas da Companhia foram recentemente implementadas, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro.

Ainda, os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra certos riscos, incluindo, mas não se limitando a riscos desconhecidos ou que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas utilizadas pela Companhia. Outros métodos de gerenciamento de riscos que dependem da avaliação de informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou utiliza em modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia.

Em suma, a Companhia não pode assegurar que não serão identificadas deficiências ou falhas significativas em seus controles internos. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas impróprias, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia. Para mais informações sobre a Política de Gerenciamento de Riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

Se não formos capazes de ter acesso a novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.

Nossa capacidade de captar recursos pode vir a ser fundamental para as nossas operações, a implementação da nossa estratégia e o nosso crescimento. Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito e por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis. Podemos não conseguir ter acesso a novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às nossas necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral.

Se não conseguirmos obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais, quando necessário, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros. Se não tivermos capital de giro suficiente, talvez não seja possível implementar nossa estratégia de crescimento, manter nossa

competitividade ou financiar iniciativas estratégicas importantes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados financeiros.

Podemos buscar aquisições ou investimentos estratégicos. O fracasso de uma aquisição ou investimento em produzir os resultados previstos, ou a incapacidade de integrar totalmente uma empresa adquirida, pode prejudicar nossos negócios.

Podemos, de tempos em tempos, apresentar oportunisticamente propostas não vinculantes ou adquirir ou investir em empresas ou negócios complementares, como parte limitada em potencial de nossa estratégia para expandir e/ou integrar verticalmente nossas operações, inclusive por meio de aquisições ou investimentos que possam ser materiais em tamanho e/ou de relevância estratégica.

O sucesso de uma aquisição ou investimento dependerá de nossa capacidade de fazer suposições precisas em relação à avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados a esse negócio. Não podemos assegurar que nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que entrarmos ou concluirmos uma determinada transação.

Além disso, quaisquer aquisições futuras envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito adverso material em nossos negócios e resultados, incluindo os seguintes:

- a aquisição pode não contribuir para nossa estratégia comercial ou para a imagem de nossa empresa;
- uma futura aquisição poderá estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou de outras autoridades reguladoras, que poderão negar as aprovações necessárias ou impor condições ou restrições para a aquisição;
- podemos enfrentar passivos contingentes relacionados, entre outras coisas, (i) com processos judiciais e/ou administrativos das instituições adquiridas, incluindo processos civis, regulamentares, tributários, trabalhistas, de contribuição social, ambientais e de propriedade intelectual, e (ii) com questões financeiras, de reputação e técnicas, incluindo com relação a práticas contábeis, divulgação de demonstrações financeiras e controles internos, bem como outros assuntos regulamentares, todos os quais podem não ser suficientemente indenizáveis nos termos do contrato de aquisição relevante;
- o processo de aquisição pode exigir fundos adicionais e/ou pode ser demorado, e a atenção de nossa administração pode ser desviada de suas responsabilidades cotidianas e de nossas operações;
- nossos investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados, e podemos administrar mal os recursos administrativos e financeiros como parte do processo de integração;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- o modelo de negócios das empresas que adquirimos pode ser diferente do nosso, e podemos ser incapazes de adaptá-los ao nosso modelo de negócios ou fazê-lo de forma eficiente;
- podemos não ser capazes de integrar com eficiência e sucesso as operações das empresas que adquirimos, incluindo seu pessoal, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais;
- certas aquisições podem ter impacto em nossas obrigações de relatórios financeiros e na preparação de nossas demonstrações financeiras consolidadas, resultando em atrasos em tal preparação;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja deterioração resultará na redução de nosso lucro líquido e dividendos, e nossas demonstrações financeiras podem ser afetadas como resultado da aplicação de nossas políticas contábeis aos resultados de nossas aquisições; e
- podemos não ser capazes de fornecer à empresa adquirida os recursos necessários para apoiar suas operações.

Podemos precisar de recursos adicionais para continuar nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado em condições favoráveis para concluir qualquer aquisição ou investimento potencial e implementar nossos planos de expansão, nossa estratégia de crescimento pode ser materialmente e adversamente afetada.

Além disso, podemos enfrentar desafios significativos no processo de integração das operações de qualquer empresa adquirida com nossos negócios existentes, tais como a incapacidade de gerenciar um maior número de funcionários geograficamente dispersos e criar e implementar controles, procedimentos e políticas uniformes eficientes, além da ocorrência de custos de integração elevados ou inesperados.

Os benefícios previstos de quaisquer aquisições que possamos buscar não serão alcançados caso não integremos com sucesso e eficiência as empresas adquiridas em nossas operações e gerenciemos, comercializemos e apliquemos nossa estratégia de negócios a elas de forma eficaz.

Também podemos ser incapazes de integrar pessoal com diferentes experiências profissionais e culturas corporativas, e nosso relacionamento com os atuais e novos funcionários pode ser prejudicado. Além disso, podemos enfrentar desafios para entrar em acordos de negociação coletiva com os sindicatos devido às diferenças nos procedimentos de negociação seguidos nas diferentes regiões geográficas das empresas adquiridas.

Se não formos capazes de administrar nossas operações expandidas e quaisquer integrações de forma eficaz, nossos negócios poderão ser adversamente afetados materialmente.

Nossas vendas nas lojas físicas e e-commerce dependem em grande parte da eficácia das campanhas de propaganda e marketing, o que pode afetar nossas vendas e lucratividade.

É parte inerente do nosso negócio o empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing, com o intuito de promover a atratividade e movimento em vendas por meio das lojas físicas e e-commerce. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca.

Consequentemente, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte das nossas campanhas são

veiculadas com propagandas em televisão, podemos ter nossa rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade. Além disso, as nossas vendas poderão ser adversamente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.

De acordo com nosso Estatuto Social, estamos obrigados a pagar aos nossos acionistas um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício a título de dividendos, apurados e ajustados de acordo com o método da legislação societária brasileira. Esse lucro ajustado pode ser utilizado para absorver prejuízos ou ser apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e disposto pelo nosso Estatuto Social, podendo não estar disponível para distribuição a título de dividendos. Caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições são desaconselháveis, em vista de nossa situação financeira, podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em um exercício fiscal específico.

Por fim, o Governo Federal tomou iniciativas recentes, tais como a apresentação ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.887/2020 e o Projeto de Lei nº 2.773/2021, visando promover uma reforma abrangente da tributação corporativa no Brasil, a qual envolve a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a eliminação da possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio atualmente previstas na legislação, além de incluir outras matérias, como ajustes na base de tributação das empresas e alíquotas de entidades brasileiras, mudanças na tributação de rendimentos e ganhos relacionados com investimentos nos mercados de capitais brasileiros, tais como ativos financeiros e fundos de investimento. Caso sejam implementadas tais medidas e nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção, permitindo ao beneficiário, a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia. Qualquer mudança na tributação de dividendos pode ter um efeito adverso em nossos resultados e operações.

O desenvolvimento de nosso e-commerce poderá gerar dependência em empresas de cartão de crédito para as vendas e financiamento de consumidores.

Com o desenvolvimento de nosso e-commerce, podemos vir a ser dependentes de cartões de crédito, pois é um dos métodos de pagamento mais utilizados por nossos consumidores. Para viabilizar as vendas com cartão de crédito, devemos aderir às políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que tais empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Uma parte das nossas vendas é realizada através de pagamentos parcelados, utilizando os planos oferecidos pelas emissoras de cartão de crédito. Podemos nos tornar dependentes das emissoras de cartão de crédito para continuar oferecendo aos nossos consumidores a possibilidade de pagarem suas compras em prestações. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aplicação da assinatura do titular, e realizamos operações na modalidade "cartão não-presente" em nossas lojas. Não mantemos um seguro contra este tipo de risco. À medida que as nossas vendas cresçam e/ou ocorra falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho pode afetar as nossas operações.

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei, bem como por dissídios coletivos. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos nossos fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

Desastres e eventos imprevisíveis podem prejudicar as nossas operações.

Eventos imprevisíveis, incluindo acidentes em nossas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) e/ou centro de distribuição, guerras, pandemias, tal como, a pandemia do COVID-19, atividades de terrorismo e desastres naturais como inundações, incêndios e condições de seca severa afetam os preços dos produtos que vendemos e, entre outros, podem prejudicar as nossas operações e dos nossos fornecedores e prestadores de serviços, além de ter um efeito negativo sobre o consumo e confiança de nossos clientes ou resultar em instabilidade política ou econômica. Esses eventos podem causar o fechamento temporário ou definitivo de algumas de nossas lojas, Hubs Logísticos (Transbordo) e/ou centro de distribuição, atrasar ou afetar a nossa capacidade de distribuir produtos para as nossas lojas e nossos consumidores finais, reduzir a demanda dos produtos que vendemos, aumentar o seu preço e diminuir as nossas vendas, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos que tratam das sanções administrativas, que entraram em vigor 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD altera a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, alterando determinadas disposições do Marco Civil da Internet, além de prever, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferências de dados pessoais, inclusive internacional, bem como as sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos dados pessoais no curso normal de nossos negócios. Tais dados pessoais podem ser tratados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

Eventualmente podemos realizar o tratamento de dados pessoais na forma de controladores ou operadores de dados e, quando atuando como controladores, podemos contratar terceiros para atuar como operadores em nosso nome. Sempre que atuarmos como operadores de dados pessoais, podemos responder solidariamente por danos causados em caso de descumprimento da legislação ou das instruções que recebermos do controlador de dados.

Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós podemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

(ii) obrigação de divulgação de incidente; (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais a que a infração se refere; (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos eventualmente causados e sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos eventualmente causados por nós, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Qualquer interrupção em nossos sistemas poderá causar efeito material adverso sobre os nossos negócios ou gerar perdas financeiras, entre os quais prejudicar a nossa reputação e fazer com que percamos clientes existentes e clientes em potencial; sujeitar-nos a penalidades previstas em lei; e afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo a nossa reputação e em nossos resultados e, consequentemente, afetar o valor de nossas ações.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de TI, podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

Nós ainda não implementamos, de forma efetiva, boas práticas de gestão de *firewall*, controles de integridade de informações gravadas nos bancos de dados e phishing, além de não possuirmos estrutura de segurança da informação, o que pode resultar em incidentes de segurança cibernética.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de nossas informações e/ou das informações de nossos clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode nos afetar material e adversamente.

Nesse sentido, a eventual perda de nossa propriedade intelectual, segredos comerciais, dados pessoais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção de nossas operações pode afetar negativamente nossa reputação e nossos resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, interrupções ou falhas em nossos nos sistemas de tecnologia da informação, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos em nosso funcionamento corporativo, comercial e operacional, o que pode afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente nossa imagem e confiabilidade junto ao mercado.

Por fim, referidas interrupções ou falhas não estão cobertas, uma vez que não possuímos seguros desta natureza para nossos ativos. Perdas não cobertas podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.

Qualquer investigação de má conduta por nossa parte, de nossas controladas, coligadas, administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que operam no nosso interesse e benefício e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil pode causar danos à nossa reputação e submeter-nos a multas, bem como outras penalidades aplicáveis.

Qualquer investigação de má conduta por nossa parte, de nossas controladas, coligadas, administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que operam no nosso interesse e benefício (no Brasil e no exterior) e/ou o descumprimento das leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil por tais partes, tais como, mas sem se limitar, o Decreto-Lei n° 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei nº 8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), a Lei n° 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Leis n° 8.666/1993, nº 14.133/2021 e nº 10.520/2002 ("Leis de Licitações"), no âmbito de eventual contratação com a administração pública, a Lei nº 13.303/2016 ("Lei das Estatais"), a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 8.420/2015 ("Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção"), além de outras normas relacionadas a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, incluindo as diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União, pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a nossa responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) proibição ou suspensão das nossas atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre nós.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às pessoas jurídicas por atos lesivos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou inspeções pelas autoridades governamentais, praticados por administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros, atuando em nome, interesse ou benefício da pessoa jurídica. Podemos ainda vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de atos contrários à Lei Anticorrupção praticados por sociedades controladoras, controladas, coligadas, ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciadas, o que poderia afetar material e adversamente nossa imagem, nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira. Desse modo, conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção estarão sujeitas, em tese, as seguintes sanções: (i) multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público; e (vi) suspensão ou interdição parcial ou total de suas atividades; e (vii) dissolução compulsória da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A nossa reputação também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou nossos clientes. Os danos à nossa reputação, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Ainda, a existência de processos, investigações, condenações, publicações ou comentários negativos em qualquer veículo de mídia ou rede social envolvendo nosso nome, nossos acionistas, diretos ou indiretos, nossas controladas, coligadas, nossos negócios, nossas operações, Diretores, membros do Conselho de Administração, ou qualquer terceiro, agindo em nosso nome, interesse ou benefício, podem prejudicar gravemente a nossa reputação. Tais situações poderão ter um efeito negativo sobre nós, o que poderá impactar adversamente nossos resultados.

Podemos ser vinculados a procedimentos irregulares praticados por fornecedores e terceiros com os quais temos relação comercial de compra e venda de produtos.

Podemos vir a ser vinculados a procedimentos irregulares praticados por fornecedores e terceiros contratados. A identificação de irregularidade trabalhista, previdenciária e/ou ambiental junto a fornecedores, terceiros e seus contratados pode gerar interrupção do fornecimento de produtos e a interpretação e possível condenação de que somos responsáveis pelo ocorrido.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa (imperícia, negligência ou imprudência). Além disso, a responsabilidade civil ambiental é solidária, ou seja, a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo nossos fornecedores), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente nossos resultados, atividades e reputação. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas atividades não nos exime de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Caso sejamos responsabilizados por quaisquer dos eventos listados acima, esses eventuais danos, nossa marca/imagem e resultados poderão ser adversamente afetados, além da possibilidade de incorrermos em sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou nos impossibilitar de usufruir de benefícios fiscais, ou vir a encontrar dificuldade na obtenção de financiamentos em condições favoráveis.

(b) Com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Quaisquer disputas entre acionistas controladores concernentes aos seus respectivos direitos podem nos afetar adversamente e o valor de nossas ações.

Eventual conflito entre nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive o nosso resultado operacional. Caso nossos acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os acionistas controladores poderá prejudicar nossa condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, podemos ser adversamente afetados.

Somos controlados pelos nossos acionistas controladores, cujos interesses poderão divergir dos nossos demais acionistas.

Imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital, continuaremos sendo controlados por nossos atuais acionistas controladores que continuarão a deter a maioria do nosso capital social conjuntamente por meio de um acordo de acionistas.

Nossos acionistas controladores poderão exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar a nossa administração

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

Realizamos diversas operações com sociedades controladas por nossos acionistas controladores, cujos interesses poderão divergir dos nossos demais acionistas podendo impactar diretamente em nossos resultados operacionais e financeiros.

No curso regular de nossos negócios, contratamos e poderemos continuar contratando uma variedade de operações com outras companhias detidas pelos nossos acionistas controladores. Tais transações incluem a locação de imóveis, vide fator de risco "*Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação dos imóveis em que mantemos nosso centro de distribuição e lojas, cujos imóveis são de propriedade de sociedade controlada por nossos acionistas controladores, cujos interesses poderão divergir dos nossos e dos demais acionistas, podendo impactar diretamente em nossos resultados operacionais e financeiros*" neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesses, ou tomar decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que não sejam alinhados aos nossos interesses, consequentemente, afetar adversamente a cotação de nossas ações, bem como nossas operações. Para mais informações acerca das nossas transações com partes relacionadas, vide item 16 deste Formulário de Referência.

(c) Com relação aos nossos acionistas

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes com relação aos nossos acionistas.

(d) Com relação as nossas controladas e coligadas

Nossas sociedades operacionais são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais podemos vir a ser solidária ou subsidiariamente responsáveis.

Pertencemos a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são partes em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá nos afetar de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, por exemplo, questões previdenciárias, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico sofra condenação judicial e nós formos chamados a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

(e) Com relação aos nossos fornecedores

Os nossos fornecedores poderão se envolver com práticas irregulares.

Dada a descentralização e terceirização das cadeias produtivas dos nossos fornecedores, os fornecedores poderão ter problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão essas práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos. Se um número significativo dos nossos fornecedores se envolverem com essas práticas, a nossa reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos consumidores, em relação a nós, poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na receita operacional líquida e nos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos ser responsabilizados por obrigações trabalhistas e previdenciárias de fornecedores terceirizados.

Em conformidade com as leis trabalhistas, se as empresas prestadoras de serviços terceirizados que prestam serviços para nós não cumprirem com as obrigações trabalhistas de seus empregados que nos prestam ou prestaram serviços e leis relacionadas à previdência social, podemos ser considerados responsáveis subsidiários e/ou solidários nas esferas judicial e/ou administrativa, por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos das verbas trabalhistas dos trabalhadores terceirizados durante o período que nos prestaram serviços e outras sanções que podem nos afetar substancialmente e negativamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte de terceirizados, representantes comerciais e/ou trabalhadores autônomos que estejam prestando serviços para nós dentro das nossas instalações, o que pode afetar adversamente nossa imagem, nosso resultado financeiro e nossos negócios.

Ademais, podemos ser questionados em juízo ou por órgãos administrativos sobre o reconhecimento de vínculo empregatício de terceirizados, representantes comerciais, indivíduos contratados através de pessoas jurídicas e/ou trabalhadores autônomos contratados por nós. Nessa hipótese, se estiverem presentes os requisitos configuradores do vínculo de emprego, nós seremos obrigados a registrar os indivíduos como nossos empregados e pagar todas as verbas trabalhistas aplicáveis (férias acrescidas de 1/3, 13º salário, FGTS, INSS, dentre outros), o que poderá resultar em um aumento substancial do nosso passivo e, consequentemente, ter um efeito adverso relevante sobre nossa capacidade econômica e resultado financeiro.

Nosso negócio depende de uma cadeia de suprimentos e, consequentemente, enfrenta riscos relacionados à logística.

Os produtos destinados aos nossos clientes e nossas lojas são entregues diretamente pelos nossos fornecedores, em nosso centro de distribuição. Se a operação em nosso centro de distribuição for afetada negativamente por incêndios, desastres naturais, falta de eletricidade, falhas nos sistemas, acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora de nosso controle, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia da COVID-19, entre outros, a distribuição de produtos aos nossos clientes e às nossas lojas atendidas, o que poderá nos afetar negativamente. A nossa estratégia de crescimento inclui a expansão do nosso centro de distribuição existente, para abastecer e atender à demanda das lojas. As nossas operações poderão ser afetadas negativamente se não conseguirmos expandir o nosso centro de distribuição existente para atender às necessidades de abastecimento de nossas lojas.

Além disso, quaisquer alterações ou interrupções significativas na infraestrutura de logística, que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centro de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições na entrega de produtos em determinadas horas do dia e/ou em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas em tempo hábil.

Ademais, o nosso negócio de e-commerce está sujeito a riscos semelhantes e, conforme expandimos a nossa plataforma de e-commerce, esses riscos podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que nós vendemos prontamente e com sucesso aos nossos consumidores por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(f) Com relação aos nossos clientes

Podemos ser responsabilizados na esfera civil por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos serviços que intermediamos, diretamente ou por meio de nossos fornecedores, inclusive por fatos alheios ao nosso controle, o que poderá afetar adversamente a nossa reputação e os nossos resultados operacionais.

Podemos ser responsabilizados por qualquer vício ou defeito nos serviços prestados ou em caso de acidente, de maneira objetiva, ou seja, independentemente de existência de culpa. Deve-se destacar que, em processos dessa natureza, geralmente ocorre a inversão do ônus da prova, o que significa que somos responsáveis por provar a improcedência da demanda de nossos clientes. Assim, temos em geral a responsabilidade de provar que tais reclamações ou processos judiciais são improcedentes, colocando-nos em posição de desvantagem em qualquer demanda envolvendo relações de consumo.

Em decorrência disso, podemos ser responsabilizados em casos nos quais os atos de fornecedores resultem em prejuízo a terceiros e aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nossa reputação. Além disso, estamos expostos a outras demandas ou reclamações no curso normal de nossos negócios.

(g) Com relação aos setores da economia nos quais atuamos

O nosso mercado é altamente competitivo e ações estratégicas dos nossos concorrentes podem enfraquecer a nossa competitividade e afetar negativamente a nossa rentabilidade.

Nós, juntamente a outros atacadistas, competimos por capital, consumidores, colaboradores, produtos, serviços e outros aspectos importantes do nosso negócio. Na maioria dos segmentos de negócios em que atuamos, geralmente competimos com uma série de grandes redes de atacado de entrega e atacado de autosserviço, multinacionais, bem como com pequenas empresas nacionais. Esses concorrentes, alguns dos quais têm uma participação de mercado maior em determinadas regiões geográficas, formatos de loja e/ou categorias de produtos, incluem varejistas tradicionais e *off price* (outlet), empresas de vendas por catálogo e e-commerce, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio de varejo.

Alterações de preços e outros termos negociados, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem nos afetar de forma substancial e adversa. Além disso, o aumento da concorrência pode resultar na redução de margens brutas, num declínio do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode nos afetar de forma substancial e adversa. Adicionalmente, os nossos concorrentes podem conseguir captar mais recursos do que nós para investir no desenvolvimento de seus negócios. Os nossos concorrentes podem ser adquiridos por receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira.

Ademais, a abertura de novas lojas próximas às nossas, pelos nossos concorrentes atuais ou por novos concorrentes, pode afetar a rentabilidade de cada uma de nossas lojas, o que pode reduzir o nosso fluxo de caixa e o nosso lucro operacional. Podemos ser afetados, também, substancialmente e negativamente na medida em que não conseguirmos competir com êxito com os nossos concorrentes. As decisões de compra dos consumidores são afetadas por fatores que incluem o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas dos consumidores. Alguns dos nossos concorrentes podem ter investimentos em marketing substancialmente maiores que os nossos. Se as nossas estratégias de marketing, propaganda e promoções não forem bem-sucedidas e se não conseguirmos oferecer novos produtos para atender às demandas do mercado, poderemos ser afetados de forma adversa.

Se não conseguirmos introduzir novos produtos em tempo hábil, ou se os nossos consumidores finais acreditarem que os produtos dos nossos concorrentes são melhores, as nossas vendas, rentabilidade e resultados operacionais poderão ser afetados de forma negativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, os consumidores estão cada vez mais aderindo a compras on-line e através de aplicativos de smartphones. Como resultado, uma parcela maior dos gastos totais do consumidor com varejistas e atacadistas pode ocorrer on-line e por meio de aplicativos de smartphones. Se não conseguirmos manter ou aumentarmos a nossa posição no mercado por meio da integração da nossa plataforma de e-commerce, que recentemente entrou em operação e presença física de atacado, as nossas vendas líquidas e o desempenho financeiro poderão ser afetados negativamente. Além disso, uma maior concentração de vendas no comércio on-line e móvel pode resultar na redução do movimento nas nossas lojas físicas. As condições no mercado de vendas on-line também podem mudar rapidamente e significativamente como resultado de avanços tecnológicos. Novas startups e grandes concorrentes que estão fazendo investimentos significativos em e-commerce podem criar tecnologias e plataformas de e-commerce semelhantes ou superiores à nossa, que serão problemáticas tanto para as nossas operações de e-commerce quanto para as nossas operações em nossas lojas físicas.

Podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, a falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do nosso e-commerce, o qual começou suas operações recentemente, pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso e-commerce e a nossa tecnologia própria ultrapassada e afetar adversamente nossos resultados. Ainda, no âmbito das compras por meios digitais, nos termos do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, o consumidor tem o direito de se arrepender de uma compra feita fora do estabelecimento comercial no prazo de até sete dias a contar do momento em que recebe o produto, ainda que este não apresente qualquer defeito, cabendo a nós aceitar a devolução do produto, ressarcindo ao consumidor o valor pago. Pode, ainda, haver a necessidade de revenda dos produtos devolvidos com desconto, consequentemente, afetando as margens de lucro da empresa, o que tende a se tornar mais comum com o crescimento de vendas por meio de plataformas digitais.

(h) Com relação à regulação dos setores em que atuamos

Alterações na legislação tributária brasileira ou em suas interpretações, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária.

Os entes governamentais brasileiros regularmente implementam mudanças nas leis tributárias as quais, eventualmente, podem aumentar a nossa carga tributária. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo ente competente. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar direta ou indiretamente, a carga tributária, o que, por sua vez, pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros. A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, a Companhia poderá ser adversamente afetada, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, ou em eventual questionamento quanto à utilização de créditos já utilizados, acrescidos de encargos e penalidades.

Atualmente há no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança integral no

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS bem como o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pela Câmara dos Deputados, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros. Atualmente o Projeto de Lei nº 2.337/2021 está em tramitação e aguarda votação no Senado Federal.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

A Companhia atualmente possui benefícios fiscais e regimes especiais vigentes nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Goiás, Ceará e Paraíba. Para mais detalhes, vide item 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais - Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia - *Benefícios fiscais ou Subsídios*.

Nós também não podemos assegurar que novos incentivos fiscais serão criados depois de encerrado o prazo de vigência dos incentivos fiscais dos quais usufruímos atualmente e que, caso sejam criados, seremos contemplados por eles, ou que seus termos e condições sejam equivalentes, ou mais favoráveis, aos termos e condições dos benefícios fiscais que se encontram atualmente em vigor. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e nós não sejamos capazes de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não nos sejam tão benéficos em comparação aos que se encontram em vigor, nós seremos igualmente afetados de maneira relevante e adversa.

Além disso, para serem válidos, incentivos fiscais estaduais exigem a deliberação e aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ").

No que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017 ("Convênio ICMS 190/2017"), que objetivam a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, eliminando eventuais riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, porém

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reduzindo a possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação.

Destacamos que os benefícios fiscais concedidos após a edição da LC 160/17 e Convênio ICMS 190/17 devem observar os seus requisitos para regular fruição, incluindo registro e depósito e reinstituição dos referidos benefícios. O descumprimento de quaisquer dos requisitos pode levar ao questionamento dos benefícios, motivo pelo qual deve ser monitorado o atendimento das regras de convalidação. Nós não podemos assegurar o cumprimento de tais requisitos pelos estados concedentes dos benefícios, o que pode expor a Companhia a eventuais riscos de questionamento dos benefícios.

No que diz respeito a benefícios fiscais concedidos após a edição da LC 160/17 e a serem concedidos futuramente, sem a devida deliberação e aprovação pelo CONFAZ, destacamos que a sua constitucionalidade pode vir a ser questionada a qualquer momento pelos Estados da Federação e, podem vir a ser revogados pelo Supremo Tribunal Federal. Se qualquer um desses incentivos fiscais for cancelado, revogado, suspenso ou não renovado, as nossas operações poderão a ser impactadas, podendo causar um aumento significativo dos nossos custos e nos afetar adversamente.

Portanto, considerando que atualmente nós usufruímos de benefícios fiscais, especialmente relacionados ao recolhimento do ICMS, eventuais revogações, alterações nos termos e/ou não renovação desses benefícios fiscais, podem vir a impactar nossas operações de forma adversa.

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de atacado. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

Podemos ser considerados responsáveis por danos causados por nossos produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-as em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais poderão afetar adversamente nosso resultado, reputação e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(i) Com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Não aplicável, pois não atuamos em países estrangeiros.

(j) Com relação a questões socioambientais

Estamos sujeitos às leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas pode afetar adversamente a nossa reputação e posição financeira.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Além disso, essa legislação e regulamentação poderão se tornar ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

Nós e nossas controladas podemos sofrer sanções legais por não administrarmos corretamente os resíduos gerados por suas operações, o que pode afetar adversamente o nosso negócio.

Nós estamos e nossas controladas estarão sujeitas ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, águas subterrâneas e superficiais, e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, nós ficamos responsáveis pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também sermos obrigados a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos. Ainda, nós devemos implementar logística reversa de nossos produtos e observar as normas relativas em nível federal e estadual.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não nos isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos. No que tange às obrigações previstas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, o descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 6.514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

Preocupações com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Não podemos prever todos os efeitos das mudanças climáticas e não provisionamos quaisquer fundos para eventuais mudanças climáticas e nem conseguimos determinar exatamente quais investimentos podem ser necessários em consequência de mudanças climáticas. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) Com relação a riscos macroeconômicos

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis em todo mundo, como o coronavírus (COVID- 19), podem impactar a economia mundial e atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações.

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis podem impactar de forma adversa, diversos setores da economia mundial, causando volatilidade e perdas nos mercados de ações globais, e de forma amplificada nos mercados emergentes, que compreendem o mercado de capitais brasileiro em que nossas ações são negociadas. Dessa forma, não conseguimos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não sofrerá quedas decorrentes inclusive da possibilidade de mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira que cause a diminuição do interesse de investidores em ativos brasileiros.

A declaração da pandemia da COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando limitar a circulação de pessoas para contenção do surto. Dentre tais medidas, foram adotadas quarentenas e *lockdown* com fechamento de atividades de setores da economia não considerado essenciais, e rigorosas medidas de restrição a circulação e isolamento social. Adicionalmente, o cenário atribui incertezas quanto à possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes. Dessa forma, nossos negócios podem ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de desemprego e consequente redução da renda e do poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, o agravamento da situação do déficit das contas públicas em relação ao PIB com a expansão da política fiscal promovida pelo governo; o rebaixamento de ratings de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco; a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio; bem como instabilidades sociais e políticas e outras consequências de ordem econômico- financeiras. Adicionalmente, não temos previsibilidade quanto à extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos mencionados.

Por fim, estudos macroeconômicos vinculam a celeridade da recuperação da economia brasileira ao sucesso na realização de companhas de vacinação contra a COVID-19. Apesar de referidas companhas já terem sido iniciadas no território nacional, a velocidade na aquisição de vacinas e insumos pelo Governo Federal, bem como a condução das companhas de vacinação pelas autoridades competentes, têm sido fortemente criticadas no Brasil e internacionalmente. Nesse sentido, não é possível prever em que momento os índices de recuperação econômica e de aumento da confiança de investidores no mercado brasileiro voltarão a alcançar ou se restabelecer em patamares superiores aos atuais como resultado das políticas de saúde pública implementadas.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de nossa emissão ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Desse modo, nós não podemos assegurar a liquidez de nossas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos nossos atuais e/ou futuros acionistas de vender as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento acima mencionado, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável (mantendo a nota rebaixada em 31 de dezembro de 2020), citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas.

Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável, e mantido em maio de 2020.

Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa e apontou que a revisão reflete a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país, e os riscos negativos tanto por conta da incerteza política quanto sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, podem a causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e nos nossos resultados operacionais e mesmo no preço das nossas ações.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- políticas sanitárias (incluindo práticas adotadas em relação a atual pandemia da COVID-19);
- disponibilidade de crédito;
- controle de importação
- taxas de juros;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- instabilidade social e política;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, operações e condição financeira.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência, dentre outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O dinheiro recebido por políticos a título de propina teria sido usado para financiar campanhas políticas de partidos políticos atuais e de governos anteriores e para enriquecer os beneficiários do regime de troca de favores. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, representantes federais e executivos das principais empresas estatais, foram demitidos ou presos e outros políticos e funcionários públicos eleitos estão sendo investigados por supostas condutas antiéticas e ilegais identificadas durante a Operação Lava Jato.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais ocorrerão provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. O desenrolar desses eventos poderá ter o condão de provocar impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, outros eventos políticos poderão provocar ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de nossas ações.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em seus negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como os nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar negativamente nossa situação financeira, resultado operacional e o valor de mercado de nossas ações.

A moeda brasileira sofreu frequentes e substanciais variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras durante as últimas décadas. A desvalorização do real frente ao dólar norte- americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e o aumento da taxa de juros, o que afeta negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e relevantes para a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode levar à redução do consumo e a um menor crescimento da economia de modo geral. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras pode resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como arrefecer o crescimento baseado nas exportações. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do real poderá ter um efeito adverso relevante e negativo no crescimento da economia brasileira, bem como nos nossos negócios.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi de 3,75%, 4,31%, 4,52% e 6,90% respectivamente. Da mesma forma, entre 31 de dezembro de 2018 e 30 de setembro de 2021, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 7,75% e 2,00% ao ano.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que pode afetar a nossa capacidade de acesso ao financiamento, incluindo o acesso aos mercados de capitais internacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Medidas futuras do Governo Federal, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real podem desencadear aumentos na inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo nossas margens de lucro e lucro líquido. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, de acordo com o Certificado de Depósito Interbancário - CDI, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores.

Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de nossa emissão, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o nosso negócio, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit poderia levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, poderão ter um efeito adverso sobre os nossos negócios, bem como nos resultados de nossas operações ou situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente estamos sujeitos a impactos decorrentes da tensão política entre os Estados Unidos, Irã e Iraque, bem como demais conflitos correlatos no Oriente Médio. Caso haja uma escalada nas tensões e sanções entre os Estados Unidos, Irã, Iraque, e possivelmente, países europeus, o preço do petróleo poderá aumentar, afetando assim o mercado de commodities e de energia no Brasil e no mundo, o que poderá elevar os nossos custos operacionais e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, a pandemia da COVID-19 tem provocado impactos econômicos negativos globais, que ainda não conseguimos quantificar. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução no consumo e impactar o volume das nossas vendas. O impacto no volume das nossas vendas poderá afetar negativamente os nossos resultados e a nossa situação econômica.

Qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento dos nossos estabelecimentos devido à necessidade de gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ou qualquer outra razão, como desastres naturais, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas, pode nos impedir de continuar prestando os nossos serviços a determinados grupos de clientes, o que poderá, por sua vez, e a depender do volume de clientes afetados, impactar os nossos resultados de forma significativa. Nessas hipóteses, os resultados financeiros e operacionais, bem como a nossa imagem poderão ser adversamente afetados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Em linha com suas demonstrações financeiras, a Companhia está sujeita aos riscos de mercado abaixo descritos quantitativa e qualitativamente, por ordem de relevância e sem mitigação ou omissão de informações relevantes.

Os riscos de mercado mais significativos a que a Companhia está exposta são (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; e (iii) risco de taxa de juros, conforme a seguir detalhados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente dos saldos em instituições financeiras (conta corrente e aplicações financeiras), das contas a receber de clientes e de adiantamentos.

Há risco relacionado à possibilidade de nossos clientes se tornarem inadimplentes, o que poderá afetar adversamente a situação financeira da Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O excesso de caixa é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, que poderão não ter liquidez para fornecer margem suficiente para o fluxo de caixa da Companhia.

O prazo médio de pagamento da Companhia aos fornecedores é de 33 dias. A tabela a seguir demonstra o saldo desses passivos (circulante):

Descrição	Em	Em		
	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	194.320	220.370	206.312	188.614
Empréstimos e financiamento	-	-	16	576
Passivos de arrendamentos	31.466	29.980	28.902	-
Partes relacionadas	11.409	13.960	14.460	17.784
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.376.007	73.307	50.880	116.427

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros é medido pela flutuação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em razão das oscilações nos preços de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 30 de setembro de 2021. Os cenários I e II foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 30 de setembro de 2021.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Descrição	**Indexador**	**Taxa ao final do período**	**Cenário Base**	**Cenário I (25%)**	**Cenário II (50%)**
Aplicações financeiras	CDI	6,2%	17.043	12.782	8.522

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia figura como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, ambiental, trabalhista, tributária e administrativa, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 30 de setembro de 2021, figurávamos no polo passivo em 467 (quatrocentos e sessenta e sete) processos que representam um valor envolvido aproximado de R$27,5 milhões.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia tinha provisões constituídas no montante de R$29,13 milhões (R$4,32 milhões, líquida dos depósitos judiciais) para fazer face as contingências cuja chance de perda é classificada por nossos assessores legais como “provável”, conforme discriminado abaixo, tendo em vista que a Companhia constitui provisão apenas para os processos com o referido prognóstico de perda. O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais, apurada pelos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos.

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo em nossa imagem ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

(i) Contingências Ambientais

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 2 (dois) processos judiciais afetos a questões ambientais, os quais totalizam o valor envolvido líquido de R$ 5.014.000,00 milhões, até a presente data. Considerando que os processos encontram-se em curso e que para além do valor de condenação, há obrigação de fazer não liquidada até o momento, esse valor poderá aumentar.

Destacamos abaixo tais contingências ambientais que nós e nossas controladas, em conjunto, éramos partes em tal data:

Processo nº 0105681-25.2013.8.13.0079	
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Contagem 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
b. Instância	2ª Instância (pendente a digitalização dos autos para remessa aos Tribunais Superiores)
c. Data de instauração	20.2.2013
d. Partes no processo	Autor/Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Réu/Apelante: Tambasa Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.000.000,00 (valor líquido e histórico de acordo com a sentença)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0105681-25.2013.8.13.0079	
f. Principais fatos	A Ação Civil Pública n° 0105681-25.2013.8.13.0079 foi ajuizada em razão de suposto lançamento irregular de esgoto sanitário que teria gerado o deslizamento de terro e assoreamento de represa. Em primeira instância, a Companhia foi condenada a diversas obrigações de fazer visando à reparação dos danos causados, bem como ao pagamento de indenização pelos danos causados ao meio ambiente como compensação no valor de R$ 5.000.000,00. As obrigações de fazer se referem à (i) revisão e otimização das obras realizadas em virtude do Programa de Recuperação de Área Degradada – PRSD; (ii) implantação de cobertura vegetal no entorno do dispositivo hidráulico, bem como restauração das estruturas danificadas; (iii) remoção do material carreado pelas áreas pluviais e que assorearam a represa situada no Sítio Vô Lico e recuperação da mata ciliar; e (iv) realização de melhorias no sistema de drenagem pluvial, com implantação de sarjetas que guiem as águas até a boca de lobo mais próxima, bem como contenção do talude sobre a manilha, com plantação de gramínea ou outras medidas técnicas que evitem processos erosivos no entorno da rede, com carreamento de solo a jusante. A Companhia interpôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados. No acórdão dos embargos, o Tribunal também condenou a Companhia ao pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa. Contra o acórdão, foram interpostos recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de digitalização para remessa aos Tribunais Superiores para julgamento.
g. Chance de perda	Possível.
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização no valor de R$ 5.000.000,00 (além de correção monetária e juros, conforme aplicável) e execução de obrigações de fazer consistentes na (i) revisão e otimização das obras realizadas em virtude do Programa de Recuperação de Área Degradada – PRSD; (ii) implantação de cobertura vegetal no entorno do dispositivo hidráulico, bem como restauração das estruturas danificadas; (iii) remoção do material carreado pelas áreas pluviais e que assorearam a represa situada no Sítio Vô Lico e recuperação da mata ciliar; e (iv) realização de melhorias no sistema de drenagem pluvial, com implantação de sarjetas que guiem as águas até a boca de lobo mais próxima, bem como contenção do talude sobre a manilha, com plantação de gramínea ou outras medidas técnicas que evitem processos erosivos no entorno da rede, com carreamento de solo a jusante. Valores adicionais poderão ter de ser desembolsados para a execução destas obrigações e eventual pagamento de honorários sucumbenciais.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5023139-54.2016.8.13.0079	
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Contagem
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	30.11.2016
d. Partes no processo	Exequente: Anacleto Horta da Silva e Luzia Aparecida Silveira Silva Executada: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 14.000,00 (valor líquido e histórico de acordo com a sentença)
f. Principais fatos	A ação indenizatória encontra-se em fase de cumprimento de sentença e foi ajuizada em razão de danos ambientais (assoreamento de açude, impacto à plantação e erosão) causados pelo escoamento pontual de efluentes (dejetos de cozinha, lanchonete e oficina) do terreno da Companhia para o terreno dos Exequentes. A Companhia foi condenada a (i) promover a recuperação de área impactada; (ii) perfurar um poço artesiano com capacidade para irrigação das hortaliças cultivadas pelos Autores; (iii) promover a recuperação do sistema de irrigação; (iv) pagamento de lucros cessantes, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença, por arbitramento; e (v) pagar o total de R$ 14.480,00 a título de danos morais. Iniciado o cumprimento de sentença, os autores apresentaram de forma unilateral, laudo contábil datado de 2016, que apresenta como valor total para pagamento R$ 4.890.044,14 (obrigações, honorários periciais e sucumbência), valores esses questionados pela Companhia. Em 2017 o Juiz decidiu que a Executada deve realizar as obrigações de fazer (parte ilíquida), determinou a realização de perícia para apuração de lucros cessantes e o pagamento da parte líquida da sentença. Atualmente, aguarda-se a realização de perícia para apuração do valor de lucros cessantes.
g. Chance de perda	Há possibilidade de perda para Tambasa.
h. Impacto em caso de perda do processo	Não é possível estimar os custos das obrigações de fazer e o valor de lucros cessantes até o momento pois a perícia encontra-se em curso.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1– Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

O valor total provisionado em 30 de setembro de 2021 para os processos descritos no item 4.3 é de R$ 29,13 milhões (R$4,32 milhões, líquido dos depósitos judiciais).

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a nós ou nossas controladas figuramos como parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, nós e nossas controladas não figuramos como partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que não foram descritos processos no item 4.6 deste Formulário de Referência.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia é parte em dois (2) Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados com o Ministério Público do Trabalho:

(i) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 06/2019 ("TAC nº 06/2019") – Inquérito Civil nº 004382.2017.03.000/4

Data de Assinatura: 22/01/2019

A Companhia firmou o TAC nº 06/2019 com o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, se comprometendo a não realizar descontos financeiros dos seus empregados em razão de faltas consideradas justificadas pela legislação trabalhista (por exemplo, quando o empregado apresentar atestado médico, nos termos do art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)).

Em caso de descumprimento dessa obrigação, será aplicada multa no valor de R$ 5.000,00 por empregado prejudicado e a cada nova constatação. Nos termos acordados, o TAC nº 06/2019 permanecerá inalterado em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor(es) responsável(eis) pela obrigação pactuada, inclusive pelo pagamento de multa na hipótese de inadimplemento. O TAC nº 06/2019 tem vigência por prazo indeterminado.

Na data desde Formulário de Referência a Companhia cumpre suas obrigações no âmbito do TAC nº 47/2019.

(ii) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 47/2019 ("TAC nº 47/2019") – Inquérito Civil nº 003414.2018.03.000/1

Data de Assinatura: 13/03/2019

A Companhia firmou o TAC nº 47/2019 com o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, assumindo as seguintes obrigações, em observância às regras de saúde e segurança ocupacional previstas no ordenamento jurídico brasileiro: (a) promover, no prazo de até 180 dias, a adequação dos sanitários localizados em determinadas localidades, nos termos descritos no TAC nº 47/2019; e (b) concluir obras de construção dos sanitários para pessoas com deficiência até o final do mês de julho/2019.

Em caso de descumprimento das obrigações previstas no item "a", será aplicada multa no valor de R$ 5.000,00 por sanitário encontrado em situação contrária às obrigações assumidas, a cada constatação de descumprimento. Em caso de descumprimento das obrigações previstas no item "b", será aplicada multa no valor de R$ 10.000,00. Nos termos acordados, o TAC nº 47/2019 permanecerá inalterado em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor(es) responsável(eis) pela obrigação pactuada, inclusive pelo pagamento da multa na hipótese de inadimplemento. O TAC nº 47/2019 tem vigência por prazo indeterminado.

Na data desde Formulário de Referência a Companhia havia cumprido suas obrigações no âmbito do TAC nº 47/2019.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website de relações com investidores (www.tambasa.com/ri).

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades de negócio, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados a nós ou nosso setor de atuação.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- Estratégico: são os riscos associados com as nossas decisões estratégicas para atingir os nossos objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;

- Operacional: riscos relacionados à nossa operação (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das nossas atividades. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, falhas nos sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade armazenar e expedir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

- Financeiro: está associado à exposição das nossas operações financeiras/contábeis e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, nos expondo à multas e penalidades;

- Regulatório e/ou Compliance: riscos relacionados ao descumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, Código de Conduta e/ou demais políticas;

- Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade; e

- Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou da nossa imagem, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos que adotamos foi elaborado à luz do disposto na "ISO 3100:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":

Processo de Avaliação

A avaliação de riscos é realizada de acordo:

- identificação dos fatores de riscos e implicações nos objetivos projetados;
- análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos;
- priorização e definição do limite de cada risco que nós e nossos acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a seguinte classificação:

  (a) Risco inaceitável: riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência;

  (b) Risco inesperado: riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer;

  (c) Risco provável: riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. O foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos; e

  (d) Risco aceitável: riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Tratamento

Após a avaliação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos, de forma a adequar a nossa exposição aos limites do risco aprovado.

A Área de Compliance e de Gerenciamento de Risco da Companhia auxiliará a administração na resposta a ser dada aos riscos detectados, ou seja, sua (i) aceitação; eliminação; (ii) mitigação; ou (iii) transferência à terceiros, sendo que as ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos Riscos devem objetivar o atendimento de tal resposta observados os limites aceitáveis.

Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, esses são monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita abaixo.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Seguindo o modelo de "Três Linhas de Defesa", conforme indicado no organograma abaixo, o gerenciamento dos riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito abaixo.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

(a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria;

(b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e

(d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Diretoria

Compete à Diretoria da Companhia:

(a) desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;

(b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;

(c) definir, em conjunto com a Área de Compliance e de Gerenciamento de Risco, os planos de ação para mitigação dos Riscos;

(d) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e

(e) disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, o qual tem o dever de reporte ao Conselho de Administração:

(a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Gestores das Áreas de Negócios

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

(a) identificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos;

(b) comunicar, tempestivamente, à Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os eventos de Risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos Limites de Risco; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos

Compete à Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria:

(a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;

(b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco, se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

(f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre o planilhamento e os indicadores de Riscos;

(g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;

(i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;

(l) propor treinamentos internos sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de Riscos;

(m) assessorar continuamente toda a operação acerca da ética da Companhia, dirimir quaisquer dúvidas quanto a possíveis divergências de interpretação em relação ao conteúdo divulgado no Código de Ética e sugerir as devidas adequações, quando necessário;

(n) supervisionar as diretrizes da operação da ferramenta “Disque Denúncia”, visando a captar, responder, esclarecer ou encaminhar aos responsáveis competentes as dúvidas e/ou denúncias de infração relacionadas à conduta ética, até que seja possível informar a solução do questionamento de forma confiável e sigilosa e, acima de tudo, livre de qualquer tipo de retaliação ou discriminação. Tem a responsabilidade de cobrar de todos o sigilo, a qualidade e a brevidade no tratamento dos casos relatados no Disque Denúncia, disponível pelo telefone (31) 3359-0180 e pelo WhatsApp 99536-9756; e

(o) exercer as demais atividades descritas no Código de Conduta da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos é autônoma, embora suas atividades sejam reportadas e acompanhadas pelo jurídico. Os membros da Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos não podem acumular funções com atividades operacionais.

Área de Auditoria Interna

Compete à Área de Auditoria Interna da Companhia, como terceira linha de defesa:

(a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;

(b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

(c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e

(d) propor limites para exposição aos Riscos à Diretoria.

A Área de Auditoria Interna deverá se reportar ao Conselho de Administração, diretamente ou através do Comitê de Auditoria.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi recentemente implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2021, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral. Entendemos que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, ainda que tenha uma abordagem conservadora e baixa complexidade em nossas atividades, e que a nossa Política de Gerenciamento de Riscos é suficiente para a devida avaliação e monitoramento da totalidade dos riscos a que está sujeita, incluindo os de mercado.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website de relações com investidores (www.tambasa.com/ri).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas uma maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de compliance encontram-se detalhados no item 5.4 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria elabora, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que é divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional da Companhia envolvida com o processo de controles internos é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Não Estatutário, Diretor-Presidente e Diretor Financeiro, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressa mediante deliberação e voto da maioria dos conselheiros.

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;
- fiscalizar a gestão dos Diretores;
- examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia;
- escolher e destituir auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; e
- apreciar as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da estrutura de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

- dirigir e orientar as atividades de planejamento geral da Companhia, incluindo a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios e do plano plurianual da Companhia;
- coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social da Companhia;
- aprovar a estrutura organizacional da Companhia;
- dirigir, no mais alto nível, as relações institucionais da Companhia;
- convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Diretor Financeiro:

Compete ao Diretor Financeiro:

- coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas financeira, contábil, de controles internos e gerenciamento de riscos;
- coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; e
- coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos, incluindo o caixa e endividamento.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado no item 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável.

O Comitê de Auditoria elabora, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que é divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado dessa avaliação, foram apresentadas sugestões de aprimoramento dos controles internos da Companhia, que não se configuram como deficiências significativas ou materiais. A Companhia está atuando na implementação dos planos de ação recomendados pelo auditor independente.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme indicado acima, não foram detectadas deficiências significativas aos controles internos da Companhia pelos seus auditores independentes.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Código de Conduta ("Código de Conduta"), que foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 06 de dezembro de 2021.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Temos como princípios e valores éticos que norteiam nossa atuação, bem como a de todos os nossos colaboradores, a honestidade, integridade, ética, transparência, equidade, responsabilidade corporativa, respeito e excelência. Nesse sentido, adotamos nosso Código de Conduta, que tem como objetivo estabelecer as diretrizes de conduta para fomentar a transparência, disciplinar as nossas relações internas e externas, administrar conflitos de interesses, proteger o patrimônio físico e intelectual da Companhia e consolidar as boas práticas de governança corporativa.

O Código de Conduta dispõe que prometer, oferecer, receber ou autorizar, direta ou indiretamente, qualquer forma de suborno, com o objetivo de obter ou prover vantagem indevida em qualquer situação, são condutas inaceitáveis e expõem a Companhia e seus colaboradores a possíveis sanções e ações legais e administrativas. Assim, é expressamente proibida a realização de pagamentos indevidos em toda e qualquer transação de negócios, em qualquer país, a agentes de governo e ao setor privado, incluindo taxas de facilitação.

Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, mantemos registros comerciais, contas, livros e contratos para nos certificarmos que refletem corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

No ato da assinatura do contrato de trabalho, todos os nossos colaboradores firmam um Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão comprometendo-se a zelar pela aplicação de todos os dispositivos descritos no Código de Conduta.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Auditoria, com a nossa Área de Auditoria Interna, a nossa Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos, bem como o nosso Canal de Denúncias.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, o qual tem o dever de reporte ao Conselho de Administração:

(a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete à Área de Auditoria Interna da Companhia, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria:

(a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;

(b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

(c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e

(d) propor limites para exposição aos Riscos à Diretoria.

Compete à Área de Compliance e de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a qual se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria:

(a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;

(b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

5.4 - Programa de Integridade

(f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;

(g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;

(i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;

(l) propor treinamentos internos sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de Riscos;

(m) assessorar continuamente toda a operação acerca da ética da Companhia, dirimir quaisquer dúvidas quanto a possíveis divergências de interpretação em relação ao conteúdo divulgado no Código de Ética da Companhia e sugerir as devidas adequações, quando necessário;

(n) definir diretrizes para a operação da ferramenta de denúncias da Companhia, visando a captar, responder, esclarecer ou encaminhar aos responsáveis competentes as dúvidas e/ou denúncias de infração relacionadas à conduta ética, até que seja possível informar a solução do questionamento de forma confiável e sigilosa e, acima de tudo, livre de qualquer tipo de retaliação ou discriminação. Tem a responsabilidade de cobrar de todos o sigilo, a qualidade e a brevidade no tratamento dos casos relatados no canal de denúncias disponível no telefone (31) 3359-0180 e no WhatsApp 99536-9756; e

(o) exercer as demais atividades descritas no Código de Conduta da Companhia.

Adicionalmente, nosso Canal de Denúncias está disponível a todos colaboradores e terceiros, para o envio de denúncias em caso de situações ou comportamentos que representem conflito ou potencial conflito com o nosso Código de Conduta, com as nossas políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável.

Por fim, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi recentemente implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Na data deste Formulário de Referência, possuímos um Código de Conduta, formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021.

5.4 - Programa de Integridade

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Os princípios e diretrizes do Código de Conduta são aplicáveis a todos os conselheiros, diretores e outros colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários independente do seu cargo ou posição).

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia propicia treinamentos periódicos a todos seus colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Quaisquer violações ao nosso Código de Conduta, às nossas políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ensejar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após, garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii) aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv) demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

Adicionalmente, as recomendações feitas com base na investigação interna poderão incluir, ainda, a (i) cessação completa das atividades objeto da investigação, (ii) comunicação espontânea dos fatos às autoridades, e (iii) coleta de dados e informações para subsidiar uma eventual colaboração com a administração pública

Caso as violações praticadas configurarem crime, as autoridades competentes serão comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021, e pode ser consultado no nosso website (www.tambasa.com/ri).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Possuímos um canal para acolher denúncias internas ou externas em caso de situações ou comportamentos que representem conflito ou potencial conflito com o Código de Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável.

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é interno, sendo tratadas as denúncias maneira célere, confiável e sigilosa, e o anonimato da denúncia garantida (na extensão do permitido pela lei aplicável).

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

5.4 - Programa de Integridade

O canal de denúncias é acessível aos colaboradores, fornecedores, parceiros, prestadores de serviço e representantes comerciais da Companhia através do telefone (31) 3359-0180 e do WhatsApp 99536-9756

• *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O Código de Conduta estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato buscando garantir que não haverá retaliação ao colaborador que realizar a denúncia

• *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta são realizadas por equipe independente e habilitada, sob a liderança do jurídico e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

O jurídico avaliará a gravidade da suposta violação ou irregularidade e, conforme o caso, poderá formar uma comissão específica de investigação para apurar potenciais desvios a este Código de Conduta.

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as políticas da Companhia e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos colaboradores da Companhia, poderão ensejar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii) aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv) demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

Sem prejuízo das medidas disciplinares estabelecidas no iacima, as recomendações feitas com base na investigação interna poderão incluir, ainda, a (i) cessação completa das atividades objeto da investigação, (ii) comunicação espontânea dos fatos às autoridades, e (iii) coleta de dados e informações para subsidiar uma eventual colaboração com a administração pública.

Caso as violações praticadas configurarem crime, as autoridades competentes serão comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme o Código de Conduta da Companhia, a realização de operações de aquisição e/ou reestruturações societárias, constituição de consórcios ou qualquer negócio equivalente por parte da Companhia deverá ser precedido de auditoria legal específica para verificar a eventual existência de irregularidades ou riscos envolvendo as demais pessoas jurídicas envolvidas.

O departamento responsável pela condução da operação deverá reunir-se com a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Risco e com o jurídico da Companhia para definição dos parâmetros a serem observados nestes casos, contando também com eventual assessoria legal externa, se necessário.

5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado na presente Seção 5, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

A natureza dos principais riscos que a Companhia está exposta não sofreu alterações significativas ao término de 30 de setembro de 2021 em relação ao último exercício social.

A Companhia informa, ainda, que reformulou seu Código de Conduta e adotou nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos em 18 de outubro de 2021, conforme descrito nos demais itens deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	14/10/1968
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

Em 1949 foi fundada em Ponte Nova, Minas Gerais, a chamada Casas Miguel Bartolomeu Ltda., que era uma empresa de estrutura familiar direcionada a atividades do varejo de tecidos e atacado de armarinho e que, posteriormente, passou a atuar no atacado em razão da grande demanda de produtos em outros estados. Em 1969, a Casas Miguel Bartolomeu abriu uma filial em Belo Horizonte, transformando-se, em seguida, na Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A –TAMBASA.

O crescimento de Belo Horizonte e de seus arredores na década de 60 atraiu novos investimentos e empresas, e em 1968, a Sociedade Comercial Miguel Bartolomeu veio a formar a Tambasa, com sua operação de atacado sediada em Belo Horizonte. Quase 10 anos depois, em 1976, com apenas 8 anos de vida, a Companhia passou a focar em inovação, utilizando a tecnologia para emissão de nota fiscal. Ainda, nove anos se passaram e seguimos com a tendência inovativa ao inserir os computadores na rotina e investir em tecnologia como meio de gerar eficiência.

Foi em 1988 que celebramos a abertura da primeira loja física da Tambasa, filial localizada na Ceasa de Minas Gerais (Centro Estadual de Abastecimento). Buscando melhorias, em 1990 transferimos a sede de Belo Horizonte para um depósito na BR-040, em Contagem, com 10 mil m^2 de área – marco de capacidade de armazenagem. Em 2001, realizamos uma nova mudança para Via Municipal, atingindo 20 mil m^2, ou seja, duas vezes a capacidade de armazenagem disponível anteriormente. Além da expansão e aplicação de tecnologia nas nossas operações, procuramos nos desenvolver em logística externa e criamos o primeiro Hub Logístico (Transbordo) no estado do Rio de Janeiro, ganhando tração e velocidade nas entregas. No ano de 2005, já foi necessário a ampliação da sede distribuidora para 63 mil m^2 de área construída.

A partir de 2009 entramos em uma nova fase, atingindo o patamar de R$1 bilhão de faturamento e já em 2014 passamos a investir na automação do processo de armazenagem e expedição, ambos viabilizados pela SSI SCHAEFER, empresa alemã de soluções intralogísticas de alta performance, além da implantação do SAP (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados), de forma que evoluímos significativamente em tecnologia e inovação ao mesmo tempo que aumentamos nossa capacidade de armazenamento para 100 (cem) mil m^2. Mais tarde, em 2011, a fim de otimizar os processos operacionais da Companhia, adquirimos um novo *software* de roteirização chamado de Roadnet, com o objetivo de montar planos de rota para garantir entrega de mercadorias de maneira mais eficiente, criadas e transferidas para dispositivos móveis, facilitando a visualização e direcionamento dos motoristas.

Dando continuidade a esse processo de inovação tecnológica para buscar cada vez mais a eficiência operacional, em 2018 implementamos o sistema Cuby, que é premiado na categoria de produto inovador pela empresa Huber Verlag für Neue Medien GmbH e funciona como solução para armazenamento automatizado dos containers e caixas. Em 2021 voltamos a investir no Cuby e toda essa história nos levou a um patamar de mais de R$ 4 bilhões de faturamento em 2020, com suporte de uma auditoria BIG 4 há 4 anos, promovendo transparência e acuracidade.

Atualmente, contamos com uma área de 330.000 metros: um depósito com 70.000 metros e outro com 30.000 metros de capacidade de armazenamento.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Somos a terceira maior empresa no segmento Atacado Distribuidor do Brasil[1] em termos de receita bruta consolidada, de acordo com o ranking da ABAD de 2021. Com mais de 70 anos de história, atendemos nossos clientes por meio de operações de atacado e atacarejo com um portfólio diversificado e complementar de produtos que abrange cerca de 29 mil SKUs (*stock keeping unit*), emlinhas de produtos como Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, Produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, Pet e Vet,, Higiene e Limpeza, dentre outras. Em nossa visão, esta solução integrada de produtos e serviços, aderente às demandas específicas dos mercados em que nós atuamos, exige uma grande expertise operacional que serve de barreira de entrada para novos competidores, e nos possibilita criar e manterum relacionamento contínuo com os nossos clientes. Este modelo operacional promoveu, ao longo dosúltimos 3 exercícios sociais, um crescimento contínuo de receitas e resultado, mesmo durante o períodode recessão econômica no Brasil e durante a pandemia da COVID-19. Possuímos como pilares estratégicos tecnologia e inovação, capilaridade nacional e gente e gestão.

A maioria dos nossos clientes na operação atacadista incluem desde operações de pequenos varejistas que compram produtos fracionados da Tambasa, englobando também varejistas de médio e grande porte, e até mesmo distribuidores regionais.

Apresentamos uma operação logística com alcance nacional, com centralização do controle de armazenamento e grande diferencial advindo da venda fracionada de produtos. Para atendermos todosos nossos 237 mil clientes ativos[2], contamos com uma operação logística centralizada e suportada por tecnologia e automação. Na data deste Formulário de Referência, contávamos com um centro de distribuição centralizado localizado em Contagem-MG e 22 Hubs Logísticos (Transbordo). Os hubs logísticos são centros integrados de transbordo, armazenagem, coleta e distribuição de mercadoriase bens, terceirizados, distribuídos em todas as regiões do país, o que nos possibilita acessar 5.308 cidades brasileiras das 5.570 cidades do país, um alcance de mais de 95% das cidades brasileiras.

[1] Fonte**:** Ranking ABAD (2020).
[2]Nota**:** clientes ativos nos últimos 12 meses, com data base de Out/2021. Desses, 71% realizaram alguma compra no último trimestre.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Operação Logística com Alcance Nacional [1][2]:

[1] Fonte**:** Ranking ABAD (2020).

[2] Fonte: Companhia (Out/21)

Tudo isso proporciona **eficiência e logística** de qualidade, atestado ano após ano pelos mais importantes prêmios do setor atacadista brasileiro. A Tambasa tem sido reconhecida por vários setorese entidades em nível nacional como uma empresa moderna, ágil e tecnológica. Abaixo, listamos alguns prêmios e reconhecimentos recentes:

- Prêmio Anamaco Master – Maior Atacadista Distribuidor de Material de Construção em 2019
- Top of Mind Revenda Construção – 1º Lugar de 2013 a 2021
- Revista Anamaco – 1º Lugar de 2007 a 2021
- Melhor empresa do país no ramo de comércio atacadista – Valor 1.000 em 2021
- Maior empresa na modalidade atacadista distribuidor em 2020 – ABAD
- Prêmio Excelência Atacadista Distribuidor – Revista Revenda – 1º lugar de 2006 a 2021

[1] Fonte: Companhia (Out/21)

[2] Fonte: Companhia (Out/21)

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Crescemos de forma contínua ao longo dos anos, tendo em vista uma receita bruta total de R$313 milhões em 2002, chegando ao patamar de R$3 bilhões em 2018 e R$4,4 bilhões no ano de 2020. Issosignifica que apresentamos um CAGR – *Compound Annual Growth* Rate (crescimento composto médioanual) de 16% entre os anos de 2002 e 2020 e 21% de 2018 para 2020, apesar das desafiadoras condições macroeconômicas no Brasil, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Principais Marcos

Em 1949 foi fundada em Ponte Nova, Minas Gerais, a chamada Sociedade Comercial Miguel Bartolomeu, que era uma empresa de estrutura familiar direcionada a atividades do varejo e que, posteriormente, passou a atuar no atacado em razão da grande demanda de produtos em outros estados.

O crescimento de Belo Horizonte e de seus arredores na década de 60 atraiu novos investimentos e empresas, e em 1968, a Sociedade Comercial Miguel Bartolomeu veio a formar a Tambasa, com sua operação de atacado sediada em Belo Horizonte. Quase 10 anos depois, em 1976, com apenas 8 anosde vida, a Companhia passou a focar em inovação, utilizando a tecnologia para emissão de nota fiscal.Ainda, nove anos se passaram e seguimos com a tendência inovativa ao inserir os computadores na rotina e investir em tecnologia como meio de gerar eficiência.

Foi em 1988 que celebramos a abertura da primeira loja física da Tambasa, filial localizada na Ceasa de Minas Gerais (Centro Estadual de Abastecimento). Buscando melhorias, em 1990 transferimos a sede de Belo Horizonte para um depósito na BR-040, em Contagem, com 10 mil m^2 de área – marco de capacidade de armazenagem. Em 2001, realizamos uma nova mudança para Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr, atingindo 20 mil m^2, ou seja, duas vezes a capacidade de armazenagem disponível anteriormente. Além da expansão e aplicação de tecnologia nas nossas operações, procuramos nos desenvolver emlogística externa e criamos o primeiro Hub Logístico (Transbordo) no estado do Rio de Janeiro, ganhando eficiëncia e velocidade nas entregas. Em 2005, foi necessário a ampliação da centro de distribuição para 63 mil m2 de área construída.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A partir de 2009 entramos em uma nova fase, atingindo o patamar de R$1 bilhão de faturamento e já em 2014 passamos a investir na automação do processo de armazenagem e expedição, ambos viabilizados pela SCHAEFER, empresa alemã de soluções intralogísticas de alta performance, além daimplantação do SAP (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados), de forma que evoluímos significativamente em tecnologia e inovação ao mesmo tempo que aumentamos nossa capacidade de armazenamento para 100 (cem) mil m^2.

Miniload

Picking By Light

Transelevador

Em 2011, a fim de otimizar os processos operacionais da Companhia, adquirimos um novo software de roteirização chamado de Roadnet, com o objetivo de montar planos de rota para garantir entrega de mercadorias de maneira mais eficiente, criadas e transferidas para dispositivos móveis, facilitando a visualização e direcionamento dos motoristas.

Dando continuidade a esse processo de inovação tecnológica para buscar cada vez mais a eficiência operacional, em 2018 implementamos o sistema *Cuby*, que é premiado na categoria de produto inovador pela empresa Huber Verlag für Neue Medien GmbH e funciona como solução para armazenamento automatizado de caixas. Em 2021 voltamos a investir no *Cuby* e toda essa história nos levou a um patamar de mais de R$ 4 bilhões de faturamento em 2020, com suporte de uma auditoria BIG 4 há 4 anos, promovendo transparência e acuracidade.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Tecnologia Cuby: equipamento inovador com movimentação e armazenagem de estoque com capacidade para 40 mil caixas

Principais Informações Financeiras

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras, derivadas das nossas demonstrações financeiras para os períodos indicados, que confirmam a força da Tambasa e a capacidade de desenvolvimento do negócio:

Tabela Dados Financeiros

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em e
(valores expressos em milhares de R$, exceto percentuais)	**2018**	**2019**	**2020**	**30/09/2021**
Receita líquida de vendas e serviços	2.478.011	2.770.099	3.638.435	3.083.168
Receita líquida em atacado distribuidor	2.354.646	2.608.556	3.441.221	2.914.772
Lucro bruto em atacado distribuidor	585.139	615.256	948.367	849.460
Lucro bruto em atacarejo	32.032	40.367	56.242	49.326

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Exercício encerrado entre 01 de janeiro de 2021 e
(valores expressos em milhares de R$, exceto percentuais)	**2018**	**2019**	**2020**	**30/09/2021**
EBITDA(1)	241.758	343.895	546.407	686.169
Margem EBITDA(2)	9,76%	12,41%	15,02%	22,26%
Lucro líquido	617.171	655.624	1.004.609	898.786
Margem Líquida(3)	7,56%	8,74%	10,02%	17,86%
	Em 31 de dezembro de			**Em**
(valores expressos em milhares de R$, exceto percentuais)	**2018**	**2019**	**2020**	**30/09/2021**
Patrimônio Líquido(4)	604.452	738.651	943.430	147.267
Endividamento Curto Prazo(5)	364.651	359.097	425.760	1.700.236 (4)
Endividamento Longo Prazo(6)	27.116	222.107	225.861	223.046

(1) Corresponde ao EBITDA na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) Corresponde à Margem EBITDA na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(3) Corresponde à Margem Líquida na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.
(4) Desse total, R$1.376.007.000 corresponde aos dividendos e juros s/ capital próprio.
(5) Compreende o total do passivo circulante
(6) Compreende o total do passivo não circulante

Segmentos de Mercado de Atuação

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Atacado

Sob a bandeira Tambasa Atacadistas, por meio de representantes comerciais, vendemos produtos não alimentares, como produtos para o campo, materiais de construção, do lar, proteção e segurança, produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, pet e vet, higiene e limpeza, dentre outros, para varejistas de pequeno, médio e grande porte, bem como para distribuidores regionais. Nossa operação atacadista representou 95% da receita bruta de 2020,e conta com um centro de distribuição em Contagem-MG, que permite a centralização, controle e qualidade na separação dos produtos sendo responsável pelo armazenamento dos mesmos, e 22 Hubs Logísticos (Transbordo) que funcionam como uma operação de *cross-docking*, operação logística em que não há armazenamento de cargas, somente direcionamento de mercadoriasem diferentes caminhões para atender o trajeto final das entregas, proporcionando **maior capilaridade e agilidade** de entrega em todas as regiões do país.

Atacarejo

Atuamos no modelo de atacarejo sob a bandeira Tambasa Atacadistas através de duas lojas físicas, uma delas localizada no Ceasa (Centro Estadual de Abastecimento) de Minas Gerais, na cidade de Contagem-MG, e outra em Montes Claros-MG. No modelo atacarejo vendemos produtos não alimentares, como produtos para o campo, materiais de construção, do lar, proteção e segurança, produtos automotivos para 2 e 4 rodas, Bazar, pet e vet, higiene e limpeza. Em 2020, a operação representou 5% da receita bruta do grupo.

Capacidade de Distribuição

Nós apresentamos uma operação logística com alcance nacional, com centralização do controle de armazenamento em um único centro de distribuição localizado em Contagem, Minas Gerais, e grande diferencial advindo da venda fracionada de produtos. Mesmo assim, entendemos que ainda há potencial de aumento de penetração nos estados brasileiros, que pode ser facilitado pela proximidadeque temos com nossos clientes, conforme ilustra a imagem abaixo, de acordo com a receita de Junho2021 acumulada do ano.

Estado	% da Receita
Minas Gerais	32.3%
Bahia	17.5%
São Paulo	7.5%
Pará	6.2%
Espírito Santo	5.9%
Maranhão	4.2%
Rio de Janeiro	3.8%
Goiânia	3.0%
Piauí	2.9%
Mato Grosso do Sul	2.1%
Paraná	1.8%
Rio Grande do Sul	1.7%
Paraíba	1.3%
Ceará	1.3%
Mato Grosso	1.2%
Santa Catarina	1.2%
Pernambuco	1.1%
Tocantins	0.8%
Sergipe	0.7%
Alagoas	0.6%
Rondônia	0.6%
Acre	0.5%
Rio Grande no Norte	0.4%
Amapá	0.4%
Distrito Federal	0.3%
Amazonas	0.3%
Roraima	0.2%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Para atingir todas essas localidades, nossa estrutura conta com aproximadamente 100 mil m² de capacidade de armazenamento total e 782 caminhões para suportar a estratégia logística, a qual é totalmente terceirizada, permitindo o alcance de ampla cobertura nacional de nossos serviços e uma maior agilidade na entrega. Isso ocorre pois ao invés de seguirmos com centenas de caminhões até o ponto de entrega passamos a seguir com dezenas de carretas. Ao chegar nos Hubs logísticos as mercadorias são carregadas em veículos menores (por exemplo HRs) permitindo maior facilidade de locomoção até o cliente, tal ação permitiu a transformação do nosso modal de transporte trazendo agilidade e eficiência.

Nota(1): média de out/20 a dez/20.

Nosso centro de distribuição é constituído, atualmente, por dois depósitos que trabalham interligados por 3.500 metros de esteiras, o depósito “G1” (com os produtos inteiros e 63 mil m²) e o depósito “G2”(composto por produtos fracionados e com 30 mil m²), conforme detalhado no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Governança, Pessoas e Iniciativas ESG

Contamos com uma força de vendas de mais de 3.600 representantes comerciais (2020) espalhados no país, que contam com o uso de tablets e CRM (*Customer Relationship Management*) durante o processo de venda, o que permite um processo ágil e acesso aos produtos disponíveis no estoque, além de visualizar limites dos clientes, últimas compras, duplicatas, últimos produtos comprados e informações sobre os produtos, tais como características, vantagens, diferenciais, etc. O representante comercial tem acesso ao catálogo físico e virtual no ponto de venda que é totalmente integrado com o tablet, o que permite melhor visualização e agilidade no ato de venda e acessar um espectro amplo de produtos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além disso, nossa base de 2.725 colaboradores nos permite formar talentos internamente, através de uma cultura meritocrática para que possam se desenvolver e se tornar gerentes regionais por exemplo e porteriormente gerentes nacionais. Tal cultura estabelecida é baseada no modelo “Portas Abertas”, que se trata de um gerenciamento que preza saber ouvir a todos, agindo para cada um em benefício do coletivo e disponível aos diversos níveis, de forma que problemas, ideias e soluções fluam rapidamente pela empresa.

Na prática, isso se traduz em incentivo a auto-gestão de gerentes e autonomia para guiarem as suas equipes (80% dos gerentes vem da própria empresa), treinamentos contínuos para reciclagem e atualização dos funcionários antigos e preparação dos novos dão os insumos necessários para adquirem conhecimento. Nós também nos preocupamos com a segurança de dados e no trabalho, com LGPD e um Setor de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho que procura reduzir acidentes e doenças ocupacionais. Além das iniciativas mencionadas, oferecemos suporte educacional e profissional com o Plano de Auxílio a Educação, o qual consiste em convênios com faculdades para desenvolvimento dos colaboradores, e com Programa Jovem Aprendiz para capacitação e descoberta de novos dos colaboradores.

Procuramos, ainda, proporcionar incentivos sociais que impactem além do ecossistema Tambasa, e por isso estamos engajados em mais de 20 projetos de auxílio a sociedade nas mais diversas áreas deatuação, quais sejam saúde, educação, esporte e cultura.

Para o meio ambiente, realizamos a reciclagem de caixas de papel e plástico não utilizados. A mudança de nosso modal de transporte, hubs logístico, fez com que centenas de quilos de CO^2 deixem de ser lançados no meio ambiente. A Tambasa também mantém áreas de preservação permanente, de aproximadamente 43 mil m², além de tratar e purificar todo o resíduo orgânico gerado pela empresa em sua ETEs (Estação de Tratamento de Esgoto), fazendo isso desde 2008.

Por fim, nosso modelo de governança corporativa conta não apenas com um corpo de diretores e conselheiros de administração experientes, como também com um Comitê Executivo, composto pelo Sr. Antônio Miguel, Presidente do Conselho de Administração, nossos dois Covice-Presidentes do Conselho de Administração e nosso Diretor-Presidente. Todos com sólida experiência no setor atacadista.

O Comitê Executivo, que se reúne semanalmente, acompanha de perto a evolução dos negócios e, com seu *know-how* no setor atacadista, nos confere agilidade nos processos de tomada de decisão, contribuindo com para a formulação e implementação de nossa estratégia, visando o crescimento e à rentabilidade dos negócios, bem como para a melhoria de nossos controles internos, procedimentos e práticas de governança corporativa.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossos Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Nossos pontos fortes sustentam as vantagens competitivas que conquistamos desde nossa fundação. Podemos resumir em cinco pontos as vantagens que construímos e que vislumbramos parao futuro:

Posicionamento entre os líderes no segmento atacadista distribuidor, estando entre os três maiores do setor.

Conforme com dados da ABAD/Nielsen de 2019, 2020 e 2021, somos líderes em termos de receita bruta com ampla capilaridade nacional e rapidez de distribuição. Isso ocorre, pois possuímos canais complementares de atacado e atacarejo, uma vez que utilizam da mesma capilaridade de distribuiçãopara atender uma ampla gama de consumidores, que são altamente diversificados, com 5 maiores clientes representando apenas cerca de 0,13% da receita total do primeiro semestre de 2021. Além disso, conquistamos diversos prêmios ao longo dos anos, como Top of Mind Revenda Construção, Prêmio Excelência Atacadista Distribuidor (Revista Revenda), Maior empresa na modalidade atacadista distribuidor (ABAD) e outros.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nota(1): Considera o ano de 2021 até o 2T.

Portfólio diversificado e em constante expansão.

Atendemos nossos clientes por meio de operações de atacado e atacarejo com um portfólio diversificado e complementar de produtos que abrange cerca de 29 mil SKUs (*stock keeping unit*), em linhas de produtoscomo Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, produtos automotivos de 2 e 4 rodas, Bazar,Pet e Vet, Higiene e Limpeza, dentreoutras. Renovamos constantemente o portfólio de produtos a partir do monitoramento do giro de estoque, oque implica no desenvolvimento de uma capacidade adaptativa frente aos concorrentes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Dessa forma, alcançamos alto nível de diversificação de SKUs, com os 5 mais relevantes representando aproximadamente 1,8% da receita total do primeiro semestre de 2021. Adicionalmente, o alto nível de diversificação também se aplica aos fornecedores, tendo em vista que os 5 mais relevantes são responsáveis por cerca de 9,4% da receita total do primeiro semestre de 2021.

Nota(1): Considera o ano de 2021 até o 2T.

Capacidade de distribuição com alcance nacional.

Nossa operação logística conta com um centro de distribuição centralizado localizado em Contagem- MG e 22 hubs logísticos espalhados pelo Brasil. Tal operação é pautada em três pilares: **centralizaçãodo controle de armazenamento através de um centro de distribuição único que atende todo o país, capilaridade de distribuição e venda fracionada, que é diferencial perante os *players* do setor**. Isso tudoé suportado por tecnologia de ponta, como cuby, transelevador e mini load, estrutura de 100 mil m^2 de armazenamento, 782 caminhões terceirizados, de forma que conseguimos alcançar 95% das cidades brasileiras.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Tecnologia de Transelevador: armazena e movimenta produtos de alto giro facilitando e agilizando a separação dos pedidos.

Picking By Light

Miniload

- **Mini Load:** instrumento de estocagem automática composto por 135 mil caixas com produtos que são levados ao colaborador para alimentar o processo de separação;

- **Cuby:** equipamento inovador e premiado pela empresa Huber Verlag für Neue Medien GmbH em 2016 com movimentação e armazenagem de estoque com capacidade para 40 mil caixas;

- **Picking by light**: facilitam a preparação de pedidos, já que os dispositivos iluminarão a posição do artigo e mostrarão a quantidade necessária a recolher, estando instalados diretamente sobre eles; e

- **Picking to tote**: método de preparação de encomendas no qual as mercadorias são classificadas em caixas de plástico e cada uma delas contém os artigos que constituem uma única encomenda, de forma a realizar o *picking* de itens de baixo giro com rapidez.

Setor atrativo com crescimento e resiliência;

De acordo com dados da ABAD/Nielsen, o segmento atacadista distribuidor têm apresentado crescimento constante e resiliente, com faturamento de R$262 bilhões em 2018, R$274 bilhões em 2019, e atingindo R$288 bilhões em 2020, mesmo em meio ao contexto da pandemia da Covid-19. Dessa forma, nós conseguimos nos beneficiar desse contexto para crescer ainda mais ao longo dos anos, procurando absorver a demanda dos consumidores.

Nossas Estratégias

Nossas principais estratégias são:

- expansão da distribuição, com aumento da capacidade de armazenagem e constante investimento em tecnologia e automação;
- expansão dos Hubs Logísticos, para aproximar ainda mais dos clientes;
- expansão da operação no formato de atacarejo; e
- crescimento com serviços financeiros, aceleração da omnicanalidade e aproveitamento de oportunidades de M&A.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Expansão da Capacidade do Centro de Distribuição

Acreditamos que conseguiremos continuar a fortalecer nossa capacidade de distribuição por meio de um potencial incremento de 130 mil m² de área de armazenagem, num projeto já em andamento de expansão da área de galpões em Contagem-MG, que atualmente conta com os galpões G1 e G2. Ainda, pretendemos dar um novo passo em nossa operação que atualmente conta com a automatização implantada na operação de produtos fracionados. Para os novos galpões que serão construídos no Centro de Distribuição (G0, G4 e G5), detalhados abaixo, pretendemos investir na aquisição de novas tecnologias e robos de tecnologia de ponta, o que inaugurará a automatização dos produtos inteiros, que possuem maior valor por SKU, implicando em uma oportunidade de aumento derentabilidade da operação.

- Galpão G4 (Projeto em Andamento): Tecnologia tradicional de automação com 90.000m²/ 145 mil paletes;
- Galpão G5 (Projeto em Andamento): Tecnologia de robotização com 20.000m²/ 100 mil paletes;
- Galpão G0 (Construção Futura): Tecnologia de robotização com 15.000m²/ 7 transelevadores.

Visão Geral do Centro de Distribuição em Contagem-MG: Galpões Atuais (G1 e G2) e Galpões Futuros (G4, G5 e G0)

Expansão da Operação no Formato Atacarejo

Atualmente a operação de atacarejo conta com 2 lojas representando aproximadamente 5% do faturamento da Companhia, o que demostra o alto potencial de crescimento através deste canal de vendas. Nossas lojas de atacarejo possuem 5.000m² e 8.000m² e estão situadas em terrenos de, em média, 11.250m², contando com um portfólio diversificado de produtos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Enxergamos potencial de expandir a operação no formato atacarejo nos próximos anos, como parte deuma estratégia para evitar a sobreposição com a operação de atacado. A nossa estratégia possui, como base análises de mercado que visam mapear cidades em que a operação de atacado ainda não possui relevância. Fazemos isso observando o PIB das cidades em relação às nossas receitas atuais da operação atacadista nessas cidades. O resultado disso é a identificação de cidades com PIB relevante e baixa receita proveniente da operação de atacado para crescer a operação de atacarejo, evitando assim conflitos com nossos representantes comerciais. A nossa estratégia de expansão serásuportada por um time experiente, contando com o nosso diretor de expansão e um time dedicado paraeste processo.

Crescimento em Serviços Financeiros,* Aceleração da Omnicanalidade *e Aproveitamento de Oportunidades de M&As

Em virtude da tendência de digitalização, entendemos a importância de iniciativas para acelerar a implantação do e-commerce, proporcionando aos consumidores uma experiência de compra mais ágil e completa. Enxergamos muitas, oportunidades para essa plataforma, que pode apresentar ainda maiorescala quando combinada com a inserção de serviços financeiros no ecossistema Tambasa.

Auferimos que escala e dados são a alavanca para oportunidades em serviços financeiros. Para demonstrar esta filosofia, já operamos com flexibilidade em prazos de pagamentos cobrança de juros e já oferecemos, ainda em fase piloto, o fornecimento de crédito com base em recebíveis de cartão para clientes e a antecipação de recebíveis para fornecedores. Para isso, temos um time altamente capacitado focado no fortalecimento de nosso serviço financeiro.

No que se refere à frente digital, a Companhia conta com time especializado na consolidação do meio digital, no objetivo de otimizar a exploração e penetração plena no ecossistema digital, visto que estasvias figuram como uma grande avenida de crescimento para a Companhia.

No que tange ao e-commerce, a Companhia planeja ter um software exclusivo para o canal B2B. Adicionalmente, todos os clientes poderão entrar no site para consultar preços e fazer pedidos a partirdo início de 2021 via Oracle – soluções de software para BPM (*Business Process Management*). Já referente ao B2C, a Companhia implementou no ano de 2021 a estratégia de uso de *market places* para impulsionar o canal, obtendo parceria direta com a Amazon.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ainda, vale ressaltar que acreditamos haver significativas oportunidades de expandir ainda mais nossos negócios e participação de mercado em nosso setor. Tal crescimento poderá ser alcançado tanto por meios orgânicos como inorgânicos. Além do nosso planejamento atual de inauguração de novos galpões para serem incorporados no centro de distribuição, monitoramos continuamente o mercado para eventuais oportunidades de M&A, visando: (i) expandir as categorias de produtos oferecidas; (ii) a expansão de serviços financeiros; e (iii) aceleração da omnicalidade.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações vide itens "*4.1 Descrição dos Fatores de Risco*" e "*4.2 Descrição dos Principais Riscos de Mercado*" deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

• os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

• quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

• estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Este item não é aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional, que atua em dois segmentos de mercado: (i) atacado distribuidor; e (ii) atacarejo. O segmento de atacadista distribuidor representa substancialmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias comercializados, conforme divulgado em suas demonstrações financeiras. Dentro do nosso portfólio de produtos, temos produtos de limpeza, bens duráveis, equipamentos para a casa, eletrodomésticos, produtos de cuidado pessoal, eletrônicos, produtos para veículos de duas e quatro rodas, pet e vet, equipamentos de proteção individual e coletiva, produto para o agronegócio, produtos para construção e reforma.

Atualmente, possui duas lojas no segmento de mercado de atacarejo, ofertando os mesmos produtos do segmento atacado distribuidor.

Nossa oferta de produtos até 30 de setembro de 2021, chegou a cerca de 29.000 Stock Keeping Unit ("SKUs"), ou produtos presentes em seu mix.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A Companhia possui um único segmento operacional e o seu desempenho está apresentado na demonstração de resultados.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia possui um único segmento operacional e o seu desempenho está apresentado na demonstração de resultados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos de terceiros, para posterior revenda ao varejista e ao pequeno e médio atacadista, não existindo processo de produção na Companhia.

(b) Características do processo de distribuição Nossos canais de vendas

A Companhia revende cerca de 29 mil itens, fornecidos por 1.450 diferentes empresas, divididos em linhas de produtos como, Reforma e Construção, Lar, Campo, Duas e Quatro Rodas, Pet e Veterinário, Equipamento de Proteção Individual e Coletiva, Eletro e Eletrônico.

A Companhia conta com uma força de vendas composta por mais de 3.600 representantes comerciais autônomos espalhados pelo país, com atuação em 5.308 municípios dos 5.570 existentes no Brasil. Os representantes são divididos em três divisões principais: (i) Tambasa Atacadistas; (ii) Armarinho Bartolomeu; e (iii) GB Atacadista Distribuidor. A Companhia também conta com marcas complementares, a Oi Brasil e a Evoluir. Os representantes contam com o uso de tablets e CRM (*Customer Relationship Management*) durante o processo de venda, o que permite um acesso ágil aos produtos disponíveis no estoque; e todas as informações acerca dos mesmos. Além disto, todas as informações sobre o cliente, tais como limite de crédito, últimas compras realizadas e produtos recentemente adquiridos.

Além dos representantes comerciais autônomos, a Companhia possui uma equipe interna de Call Center com 40 colaboradores que atendem diretamente os clientes.

Ecossistema Tambasa

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Distribuição e Logística

A operação logística da Companhia tem um alcance nacional, com centralização do controle de armazenamento, descentralização da distribuição por meio dos Hubs Logísticos (Transbordo) e diferencial advindo da venda fracionada de produtos. A estrutura da Companhia conta com aproximadamente 100 mil m² de capacidade de armazenamento e 782 caminhões terceirizados para suportar a estratégia logística. A logística da Companhia conta ainda com 22 Hubs Logísticos (Transbordo) terceirizados, em um modelo *cross-docking*, sendo que esta operação de transbordo permite que a Companhia siga em veículos maiores (carretas) até os Hubs Logísticos (Transbordo), onde as mercadorias são separadas e carregadas em veículos menores para distribuição local, fazendo desta forma com que a entrega seja rápida.

A Companhia possui, atualmente, um Centro de Distribuição com dois galpões que trabalham interligados por 3.500 metros de esteiras: o G1 (com os produtos inteiros e 63 mil m²); e o G2 (composto por fracionados e com 30 mil m²). Neles, é possível armazenar mais de 145 mil paletes e 29 mil itens com a ajuda de tecnologia da empresa Alemã Schaefer, a qual inclui:

- **Transelevador**: responsável pela movimentação de paletes, de produtos de alto giro, separação através de *picking by ligth* e reposição robotizada. São 2 transelevadores;

- **Mini *Load***: instrumento de estocagem automática composto por 135 mil caixas com produtos que são levados ao colaborador para alimentar o processo de separação, são 4 mini loads. Separa produto de alto giro, separação através de *picking by light* e reposição robotizada; e

- **Cuby**: um dos equipamentos mais modernos no mundo na categoria de movimentação e armazenagem de estoque, com capacidade para 40 mil caixas, que cuida de produtos de baixo e médio giro.

- ***Picking by light***: facilitam a preparação de pedidos, já que os dispositivos iluminarão a posição do produto trazido do depósito para o colaborador realizar o fracionamento e mostrarão a quantidade necessária a recolher dos artigos, de forma que o aparelho de iluminação fica instalado diretamente em cima dos produtos; e

- ***Picking to tote***: método de preparação de encomendas no qual as mercadorias são classificadas em caixas de plástico e cada uma delas contém os artigos que constituem uma única encomenda, de forma a realizar o *picking* de itens de baixo giro com rapidez.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A ilustração abaixo descreve nosso processo operacional:

A compra dos produtos que disponibilizamos é feita de maneira automatizada, sempre no 1º e 15º dia do mês, com base nos pedidos que recebemos dos nossos representantes comerciais. A automação do processo continua na entrada dos produtos no estoque, onde é feita a pesagem dos produtos, uma conferência por coletor e por peso de cada produto.

Em seguida, é feita a escolha e fabricação de qual tipo de caixa será atribuído para cada pedido, com o intuito de otimizar o armazenamento durante o transporte até o cliente final. Ao final, um sistema de mão eletrônica mede a utilização da caixa e faz a redução dela evitando excesso de espaço ocioso. Com isto, a cubagem e utilização do volume de armazenamento ocorrem de forma otimizada.

Durante o processo de coleta dos produtos de cada pedido, as caixas circulam por meio de rotas otimizadas nos mais de 3.500 metros de esteira ao longo dos dois depósitos. Nesse processo, o Transelevador armazena e movimenta produtos de alto giro de estoque para serem separados pelos funcionários em cada estação de trabalho através da esteira, além de contar também com o Mini Load, responsável pela reposição automática das caixas de alto giro disponíveis para os funcionários durante esse processo de separação. Ainda, possuímos uma operação suportada pela tecnologia do Cuby, que conta com 2 elevadores de alta velocidade com acesso automatizado a produtos fracionados de giro mediano de estoque. Isso garante maior agilidade e otimização de armazenamento e distribuição para nosso Centro de Distribuição, que além de armazenar uma grande quantidade de produtos, também consegue que essa armazenagem seja de produtos diversos tanto inteiros como fracionados.

A Companhia possui, atualmente, um Centro de Distribuição com dois galpões que trabalham interligados por 3.500 metros de esteiras

Além disso, a separação dos produtos pelos funcionários é apoiada pelo *picking by light*, pelo qual um display digital indica o item e a quantidade que precisa ser inserida dentro de determinada caixa, garantindo que os produtos serão colocados em quantidade e no local correto.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O processo de conferência por peso na chegada dos produtos ao nosso Centro de Distribuição, assim como a conferência eletrônica dos volumes no carregamento dos produtos que serão distribuídos, em conjunto com as câmeras aplicadas em todo o processo, mitigam o risco de erros e garantem o nível de qualidade do serviço de distribuição ao cliente.

Essa eficácia e capacidade adaptativa em termos de SKUs inseridos no ecossistema Tambasa se traduz no aumento da disponibilidade de produtos, com monitoramento contínuo do giro de estoque em um contexto de aproximadamente 3 mil SKUs renovados por ano e 1,5 mil SKUs adicionados por ano, tendo em vista um total de 29 mil SKUs. Vale ressaltar o segmento de reforma e construção é o mais representativo em nossas vendas, atingindo 49,36% em 2020 e seguido por lar no segundo lugar (23,9%).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além da constante expansão e renovação de SKUs ao longo dos últimos anos, conforme gráfico acima, é importante mencionar o alto nível de diversificação de produtos da Companhia. Quando observamos a representatividade em relação a receita, os 5 principais itens são responsáveis por apenas aproximadamente 1,8% da receita total do primeiro semestre de 2021:

#1 – Produto 1 (0,44%)

#2 – Produto 2 (0,39%)

#3 – Produto 3 (0,33%)

#4 – Produto 4 (0,33%)

#5 – Produto 5 (0,28%)

Quanto aos ~1.600 fornecedores, também há elevado nível de diversificação, com os 5 principais representando cerca de 9,4% da receita total do primeiro semestre de 2021:

#1 – Fornecedor 1 (3,49%)

#2 – Fornecedor 2 (1,64%)

#3 – Fornecedor 3 (1,46%)

#4 – Fornecedor 4 (1,46%)

#5 – Fornecedor 5 (1,35%)

Por fim, a capacidade de distribuição que construímos nos permite acessar uma base de clientes diversificada, que abrange desde o pequeno e médio varejista, atendendo até o grande varejista e distribuidores regionais e com baixa concentração de clientes, possuímos, na data deste Formulário de Referência, mais de 237 mil clientes ativos, sendo que 71% compraram no último trimestre. Os 5 maiores representam cerca de 0,13% da receita total do primeiro semestre de 2021:

#1 – Cliente 1 (0,034%)

#2 – Cliente 2 (0,031%)

#3 – Cliente 3 (0,027%)

#4 – Cliente 4 (0,022%)

#5 – Cliente 5 (0,021%)

Por fim, vale destacar que, no processo de carregamento, todos volumes passam por uma conferência eletrônica dos volumes, além de câmeras que registram todos os volumes embarcados, mitigando o risco de erros e garantindo o alto nível de serviço ao cliente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ATACADO

A Companhia é a terceira maior empresa no segmento Atacado Distribuidor do Brasil em termos de receita bruta consolidada, de acordo com o ranking da ABAD de 2020, sendo a primeira no segmento de reforma e construção.

Sua operação de atacado representou 95% da receita bruta de 2020 e conta com um centro de distribuição em Contagem - MG e 22 Hubs Logísticos (Transbordo) que funcionam como uma operação de *cross-docking* para maior capilaridade e agilidade de entrega em todas as regiões do país.

A Companhia possui como estratégia para evitar a concorrência, o mapeamento das cidades com alto PIB, identificação da receita da Tambasa em tais cidades e expansão para cidades de PIB alto e baixa venda, evitando-se o conflito entre seus representantes comerciais.

ATACAREJO

A Companhia atua no modelo de atacarejo através de duas lojas, uma delas localizada no Ceasa, na cidade de Contagem – MG com uma infraestrutura de 5.000 m², e outra em Montes Claros – MG, com uma infraestrutura 8.000 m². Em 2020, a operação representou 5% da receita bruta da Companhia.

Estas lojas atuam com um modelo de vendas para o consumidor final e para o varejo, possibilitando agilidade e um praticidade para o cliente. Como este modelo pode apresentar resultados relevantes para o negócio da Companhia, há intenção de abrir novas lojas em pontos estratégicos espalhados pelo Brasil. Todo o sistema de gestão das lojas é suportado pelo software SAP.

E-COMMERCE

O e-commerce da Companhia encontra-se em processo de implantação, tendo foco inicialmente somente no B2B, utilizando a plataforma robusta “Oracle”. A previsão para o início do funcionamento da plataforma é até o final do ano de 2021.

(c) Características dos mercados de atuação

Perspectivas da economia brasileira

No ano de 2020, a economia brasileira foi severamente impactada pela pandemia da Covid-19, apresentando uma queda de 4,1% no PIB, quando comparado ao ano anterior. Apesar disso, o Brasil apresenta perspectivas de crescimento para o ano de 2021, com um crescimento do PIB projetado de 5,1%, segundo dados do Bacen. No longo prazo a expectativa de crescimento estabiliza em 2.4% como indicado no gráfico abaixo em 2024 e 2025.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e Projeções Ano Contra Ano

Fonte: Bacen Expectativas, Setembro de 2021

Aliado a isso, a queda na taxa Selic, no período entre março de 2017 a março de 2021, permitiu o aumento do financiamento imobiliário a taxas menores e a redução nos juros hipotecários. De acordo com o Banco Central do Brasil, mesmo com um aumento em 2021 e 2022, a taxa Selic ainda estaria em um patamar abaixo do observado em anos anteriores. No final do ciclo de alta na taxa de juros é esperado que a Selic estabilize em 7% no começo de 2023.

Selic histórica e projetada (%)

Fonte: Bacen Expectativas, Setembro de 2021

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As elevadas taxas de juros proporcionaram uma redução da inflação no país, principalmente entre 2015 e 2017. Desde então o IPCA ficou dentro das faixas definidas pelo Banco Central do Brasil como meta para o país e fechou o ano de 2020 em 4,52%.

Inflação histórica – IPCA (%)

Fonte: IBGE

Mercado de Atacado

As condições macroeconômicas recentes da economia brasileira mostram-se favoráveis ao consumo e ao varejo, especialmente em razão do crescimento do PIB e das taxas de juros e inflação baixas desde o final de 2017, conforme gráficos acima. Combinados, os fatores permitem uma maior previsibilidade e segurança sobre e economia e como consequência tendem a estimular o consumo e um mercado de varejo mais aquecido. Por conseguinte, notou-se também a continuidade do desempenho positivo do mercado de atacado nos últimos quatro anos, fornecedor de grande parte da cadeia do varejo, conforme dados da ABAD/Nielsen.

Em linha com os dados do BACEN, na última década, na qual o Brasil vivenciou oscilação entre momentos econômicos positivos, como de 2011 a 2013, e momentos de grande retração no PIB, como observado em 2015, 2016 e 2020, nesse contexto o setor de atacado teve um crescimento com poucas oscilações, apresentando um CAGR composto de 6,4% entre 2011 e 2020, conforme os dados da ABAD/Nielsen abaixo apresentados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução do Faturamento do Mercado de Atacado

Fonte: ABAD/Nielsen

Os R$ 288 bilhões de faturamento indicados no gráfico acima representam 51% dos R$ 562 bilhões de faturamento que totalizam o mercado de consumo no Brasil em 2020. A fração de participação do setor atacadista no mercado mercearil foi constante ao longo dos últimos 10 anos, segundo ABAD/Nielsen, assim considerando o crescimento significativo do segmento de varejo em tal período, com base também na ABAD/Nielsen notamos que o segmento atacadista também apresentou um crescimento expressivo no período, o que reforça a relação direta entre o desempenho positivo de ambos os mercados.

Inserida no mercado de atacado, a Companhia apresentou crescimento acima de seu principal concorrente, por ranking de faturamento divulgado pela ABAD/Nielsen, com um crescimento anual composto de 21,2% entre 2018 e 2020.

[1.] Considera o faturamento reportado pela companhia para realização do cálculo do CAGR;
[2.] Comparação relativa ao seu principal concorrente

Fonte: ABAD/Nielsen e Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Atualmente, o mercado de atacado no Brasil é fragmentado. Em 2020, as 626 menores empresas atacadistas brasileiras foram responsáveis por 50% do faturamento total do setor, e as 8 maiores, dentre as quais a Companhia, responsáveis por aproximadamente 25% do faturamento total do setor, segundo dados da ABAD/Nielsen. As maiores companhias atacadistas do mercado brasileiro estão em uma posição de destaque e são favorecidas por atuarem como agentes consolidadores. De fato, em razão dos ganhos de escala, as 8 maiores companhias atacadistas apresentam um crescimento de destaque em relação ao restante dos concorrentes, conforme dados divulgados pela ABAD/Nielsen.

Crescimento do Faturamento por Quartil de Tamanho do Faturamento de Distribuidores e Atacadistas (%, 2020 vs 2019)

Fontes: ABAD/Nielsen

O atual perfil de crescimento das 8 maiores empresas do setor atacadista brasileiro é mais elevado quando comparado aos concorrentes menores, de acordo com dados da ABAD/Nielsen de 2020. As 8 principais empresas, que possuem atuação em todos os estados do Brasil, cresceram, em média, 24,2% em 2020 (em relação a 2019), enquanto as 347 menores empresas do atacado brasileiro, que possuem atuação em apenas um estado brasileiro, cresceram, em média, 18,7% no mesmo período, também segundo dados da ABAD/Nielsen de 2020. O crescimento superior apresentado pelas companhias de maior porte pode indicar que o setor está caminhando para potenciais consolidações.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fontes: ABAD/Nielsen

Além de ser uma das maiores companhias do mercado de atacado brasileiro por faturamento, com base nos resultados de 2020 disponibilizados pela ABAD Nielsen, a Companhia também está entre as maiores em número de representantes comerciais autônomos, ocupando a segunda posição, de acordo com dados da ABAD/Nielsen de 2020, com um total de 3.600 representantes.

Fontes: ABAD/Nielsen, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado de Varejo e Consumo

O IBGE divide o comércio varejista brasileiro em oito atividades (i) Combustíveis e lubrificantes; (ii) Tecidos, vestuários e calçados; (iii) Móveis e eletrodomésticos; (iv) Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; (v) outros artigos de uso pessoal e doméstico; (vi) hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; (vii) equipamentos para o escritório, informática e comunicação e (viii) livros, jornais, revistas e papelaria. Essas oito atividades compõe o comércio varejista restrito. O ampliado ainda inclui as seguintes atividades: (i) Veículos e motos, partes e peças e (ii) material de construção.

São fatores essenciais ao desempenho do setor de varejo:

- Nível de renda do consumidor;
- Nível de emprego;
- Juros;
- Condições e prazos de financiamento ao consumidor; e
- Inadimplência do consumidor.

Exclusivamente ao comércio eletrônico, os seguintes fatores são essenciais ao crescimento:

- Expansão do número de usuários de internet;
- Aumento do número de pessoas buscando comprar produtos e serviços pela internet;
- Aumento das vendas de computadores, smartphones e dispositivos com acesso a internet;
- Número de usuários com acesso à banda larga; e
- Sortimento de produtos, habilidades do usuário e facilidades para pesquisar preços.

De acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no 2º trimestre de 2021 as vendas no varejo subiram 3% em relação ao trimestre anterior. Observou-se um movimento de recuperação e flexibilização das restrições impostas em razão da pandemia da COVID-19 no primeiro trimestre de 2021.

O gráfico abaixo mostra a evolução do índice das vendas totais do varejo brasileiro calculado pelo IBGE, este que está no maior patamar da série histórica para o mês de julho desde 2011. O movimento, em parte, pode ser explicado pela demanda reprimida nos períodos de *lockdown*, mas também pela política macroeconômica expansionista. Tanto com os juros reduzidos quanto com os programas de auxílio e reposição de renda. Conforme a pandemia se ameniza, o setor do varejo deve mudar seus vetores de crescimento, passando a ser impulsionado pela redução do desemprego que hoje, segundo o IBGE, afeta mais de 14 milhões de cidadãos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Volume de vendas no comércio varejista ampliado (Índice base fixa (2014=100))

Fonte: IBGE

A Companhia distribui produtos para uma serie de segmentos do varejo, sendo as receitas especialmente concentradas no setor de casa e construção, 70% da receita da Companhia no período de 12 meses finalizado no segundo trimestre de 2021. Tal setor apresentou o maior crescimento dentre os produtos distribuídos pela Companhia nos últimos anos. Os outros 30% do faturamento da Companhia no período de 12 meses finalizado no segundo trimestre de 2021 esteve divido entre campo, carro, produtos para animais de estimação, proteção e eletrônicos.

Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado de Casa e Construção

O aumento da oferta de crédito imobiliário, atrelado à queda na taxa de juros e a um maior prazo dos financiamentos, promoveram o crescimento do mercado imobiliário de baixa renda, segundo reportagem do Estadão[1], uma vez que os juros de parcelas mais baixas de financiamento se tornaram compatíveis com o orçamento familiar e o valor do aluguel. No entanto, as medidas adotadas pelo CMN também permitiram que imóveis mais caros passassem a ser beneficiados por taxas de financiamento mais atrativas, além de permitir, a utilização do FGTS como entrada na compra de imóveis. O volume de crédito gerado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo ("SBPE") somado ao FGTS atingiu a marca dos R$ 58 bilhões no quarto trimestre de 2020, com base em dados do Banco central.

Financiamento Para Construção no Brasil (R$ bilhões)

Fonte: Banco Central do Brasil

Apesar do aumento de financiamentos para compra de imóveis ainda existem mais de 5 milhões de pessoas sem moradia no Brasil, conforme dado da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) de 2019, sendo quase 40% apenas na região sudeste. Levando em conta a necessidade de atender à demanda adicional por habitações no Brasil com a formação de novas famílias e a redução do déficit habitacional, estima-se que seria necessária a construção de 30 milhões de moradias até 2030, com base em dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias ("ABRAINC") de setembro de 2020. Para suprir o atual déficit habitacional o governo tem desenvolvido programas de auxílio, como o programa Casa Verde e Amarela que tem como meta alcançar mais de 1,6 milhões de famílias.

A venda de novas unidades residenciais também vem se colocando como um potencial fator positivo ao desempenho da indústria de casa e construção. No quarto trimestre de 2020, a venda de unidades residenciais novas no Brasil atingiu 190.000 considerando os últimos 12 meses, segundo dados da ABRAINC.

[1] https://einvestidor.estadao.com.br/investimentos/juros-baixos-financiamento-barato

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Milhares de novas unidades residenciais vendidas nos últimos 12 meses

Fonte: ABRAINC/FIPE

O mercado de varejo de materiais de construção no Brasil tem estreita relação com o crescimento do mercado imobiliário e com a renda disponível dos consumidores. O gráfico abaixo mostra a evolução no mercado de financiamento de imóveis, com crescimento de 52% de Julho de 2019 a Julho de 2021, que apresenta relação direta com o varejo de materiais de construção. Nos últimos anos o comércio varejista de materiais de construção vem apresentando um desempenho positivo, pelos dados do IBGE. Atualmente, o índice de volume de vendas no comércio varejista de construção está em 181 pontos, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Mesmo com a retomada gradual da economia e liberação do comércio, nota-se que o setor continua resiliente, indicando que seu ciclo de alta está aquém do efeito sazonal observado durante a pandemia.

Volume de vendas no comércio varejista materiais de construção
(Índice base fixa (2014=100)

Fonte: IBGE

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Atacado-Varejista

O canal atacado-varejista ("*Cash & Carry*"), no qual a Companhia também possui atuação, vem apresentando um crescimento de destaque, com uma variação positiva de 22% de 2019 a 2020, a maior quando comparado aos demais canais de varejo, conforme dados da ABAD/Nielsen.

Fontes: ABAD/Nielsen

(f) Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia atualmente usufrui de benefícios fiscais e regimes especiais vigentes nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Goiás, Ceará e Paraíba, descritos abaixo.

Minas Gerais

A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S/A, matriz no Estado de Minas Gerais, é beneficiária do benefício previsto no E-PTA-RE nº 45.000010273-87, o qual atribui ao estabelecimento atacadista
(i) condição de substituto tributário; (ii) diferimento do ICMS. O Regime Especial foi concedido com fundamento no artigo 9º da Lei nº 6.763/1975, no artigo 8º da Parte Geral e no artigo 2º da Parte 1 do Anexo XV, ambos do Regulamento do ICMS do Estado de Minas Gerais (Decreto nº 43.080/2002 – "RICMS/MG").

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A primeira concessão do Regime Especial é a responsabilidade, na condição de substituto tributário, pela retenção e recolhimento de ICMS devido pelas saídas subsequentes, destinadas a contribuintes estabelecidos no RICMS/MG. Referido benefício é aplicável, inclusive, às mercadorias importadas diretamente pelo estabelecimento atacadista.

Quanto ao ICMS próprio, a base de cálculo é calculada mediante a utilização do preço médio ponderado, considerado como o custo de aquisição do produto acrescido dos impostos, contribuições, frete e outros encargos, relativo às entradas ocorridas no segundo mês imediatamente anterior ao da saída da mercadoria. O valor do ICMS será obtido por meio da aplicação da alíquota prevista na legislação relativa à operação interna, não podendo ultrapassar o percentual de: (i) 12% para produtos nacionais ou constantes da Lista CAMEX; e (ii) 4% para produtos importados ou com conteúdo de importação superior a 40%.

Por sua vez, a base de cálculo do ICMS-ST será o valor do preço médio ponderado descrito acima, adicionado da parcela resultante da aplicação sobre o referido montante do percentual de MVA estabelecido para as mercadorias previstas na Parte 2 do Anexo XV do RICMS/MG.

A segunda concessão do Regime Especial é o diferimento parcial do pagamento do ICMS, em duas hipóteses: (i) sobre a entrada de mercadorias em decorrência de importação direta do exterior, para as operações subsequentes praticadas pelo estabelecimento atacadista, de forma que resulte em destaque de 4%, sob as condições de que as mercadorias sejam importadas com o fim específico de comercialização e o desembaraço das mercadorias ocorram no Estado de Minas Gerais (não se aplicando às mercadorias relacionadas nos itens 7.0, 8.1 e 17 do capítulo 06 e nos itens 1.0 a 4.2 do capítulo 13, ambos, da Parte 2 do Anexo XV do RICMS/MG); e (ii) nas saídas internas de mercadorias com destino ao estabelecimento atacadista, para a operação subsequente por este praticada, resultando em 12% para produtos nacionais ou constantes da Lista CAMEX e 4% para os produtos importados ou com conteúdo de importação superior a 40%.

O diferimento previsto para as saídas internas aplica-se somente às remessas promovidas por estabelecimento (i) industrial; (ii) centro de distribuição; (iii) distribuidor de indústrias do mesmo grupo econômico ou detentor de direitos de exclusividade de distribuição da mercadoria; (iv) importador que efetue operações de importações amparadas com o diferimento do imposto; (v) detentor de regime especial de tributação de atribuição de responsabilidade, na condição de substituto tributário, pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes.

Para ambas as hipóteses de diferimento acima elencadas, deverá haver o recolhimento do imposto diferido em documento de arrecadação distinto, sem direito ao aproveitamento do valor como crédito do imposto, nas hipóteses de: (i) a mercadoria adquirida para comercialização vier a ser objeto de operação posterior isenta ou não tributada pelo imposto, no mesmo estado ou após industrialização;
(ii) perecimento, deterioração, inutilização, extravio, furto, roubo ou perda, por qualquer motivo, da mercadoria adquirida ou de outra dela resultante; (iii) a mercadoria adquirida não seja comercializada ou venha a ser utilizada como material de uso e consumo ou empregada em atividade considerada como alheia à do estabelecimento; (iv) o produto importado ser destinado ao ativo imobilizado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Apesar de possuir prazo de vigência indeterminado, este Regime Especial deve observar os prazos para fruição conforme referidas regras dispostas no Convênio ICMS 190/2017. Sua reinstituição ocorreu pela Lei nº 23.090/2018, editada nos termos da LC 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

Bahia

Por meio do Processo nº 03040720219, foi deferido Termo de Acordo à filial da Companhia no Estado da Bahia, que lhe possibilita a fruição do benefício previsto no Decreto Estadual nº 7.799/2000. Trata- se de redução da base de cálculo em 41,176% com relação às operações de saída internas com materiais de construção, materiais elétricos, ferragens, ferramentas e etc., relacionadas aos itens 1 a 16 do Anexo Único do referido Decreto, aplicável nas operações de saídas internas de estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do aludido anexo, destinadas a contribuintes inscritos no CAD-ICMS do Estado da Bahia,

Esse regime especial produzirá efeitos até 31/12/2022, tendo sido reinstituído pela Lei nº 14.003/2018, editada nos termos da LC 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

Por meio do Processo nº 04590520212, foi deferida Autorização à filial da Companhia no Estado da Bahia, que lhe possibilita a dispensa do requisito previsto no artigo 332, § 2º, I, do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia (Decreto nº 3.780/2012 – “RIMCS/BA”), obrigatório para que haja permissão do recolhimento de ICMS/Antecipação Parcial em prazo especial concedido (até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal). Esse benefício é concedido mediante condição e no caso de eventual descumprimento pode ser objeto de questionamento das autoridades fiscais.

Essa autorização produzirá efeitos de 08/09/2021 a 08/09/2023.

Maranhão

O estabelecimento filial da Companhia no Estado do Maranhão foi credenciado a utilizar o benefício fiscal previsto no artigo 8º do Anexo 1.5 do Regulamento do ICMS do Estado do Maranhão (Decreto nº 19.714/2003), relativo à concessão de crédito presumido em operações promovidas por estabelecimento atacadista, de modo que a carga tributária resultante seja de: (i) 2% sobre as operações de saídas internas destinadas a contribuintes do ICMS e (ii) 7% sobre as saídas destinadas a não contribuintes do imposto.

O referido benefício fiscal é aplicável à empresa pelo período de 01/05/2021 a 30/04/2023, devendo o credenciamento ser requerido anualmente. Sua reinstituição ocorreu por meio da Lei nº 11.003/2019, de forma a atender os termos da LC 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

Goiás

A Companhia também é beneficiária de benefício fiscal concedido pelo Estado de Goiás, conforme dispõe o artigo 8º, inciso VIII, Anexo IX, do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (Decreto nº 4.852/1997), relativo ao crédito presumido nas operações internas que destinem mercadoria para comercialização, produção ou industrialização, de forma que a carga tributária efetiva do ICMS seja de 11% para o comerciante atacadista. Os benefícios fiscais previstos do referido dispositivo foram reinstituídos pela Lei nº 20.367/2018, editada nos termos da LC 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A fruição deste regime especial deverá observar os prazos dispostos na LC 160/2017 e no Convênio ICMS 190/2017.

Ceará

No Estado do Ceará, a filial da Companhia é detentora do Regime Especial de Tributação nº 00276/2018. Com fulcro no Decreto 31.270/2013, o referido regime atribui ao estabelecimento atacadista a responsabilidade, na condição de substituto tributário, pela retenção e recolhimento de ICMS devido nas operações subsequentes, até o consumidor final, quando da entrada da mercadoria no Ceará ou no seu estabelecimento.

A base de cálculo do ICMS-ST a ser retido e recolhido será calculada mediante a aplicação de MVA equivalente a 35%, sendo acrescido de 50% quando se tratar de recebimento de mercadorias sujeitas à presente sistemática em operações interestaduais.

Vale frisar que o recolhimento na forma descrita acima não dispensa a exigência do ICMS relativo à operação de importação de mercadoria do exterior do país, o qual será devidamente ajustado proporcionalmente ao limite da carga tributária efetiva prevista no artigo 1º da Lei nº 13.025/2000, correspondente à redução de 41,18%.

A vigência total desse regime especial expira em 31/12/2022. Observamos que a renovação é feita anualmente, de modo que o regime atualmente em vigor será válido de 01/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser renovado por mais um ano. Sua reinstituição ocorreu através do Decreto nº 32.875/2018, editado nos termos da LC 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

Paraíba

Por meio do eProcesso nº e202100793-6, a filial da Companhia do Estado da Paraíba celebrou Termo de Acordo de Regime Especial, em 22 de março de 2021, com fundamento no Decreto nº 40.211/2020, o qual concede crédito presumido nas saídas de mercadorias destinadas a contribuintes regularmente inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS, de forma que o imposto a recolher corresponda a: (i) 4% nas operações internas com mercadorias sujeitas à alíquota de 18%, exceto açúcar adquirido e/ou produzido em outro Estado; (ii) 6,5% nas operações internas com açúcar adquirido e/ou produzido em outro Estado; (iii) 7% nas operações internas com mercadorias sujeitas à alíquota de 25%; (iv) 1% nas operações internas com mercadorias adquiridas de estabelecimento industrial localizado neste Estado, quando por ele produzidas; e (v) 1% nas operações interestaduais.

Nos casos em que ocorre a transferência para estabelecimento atacadista ou venda para empresa pertencente do mesmo grupo empresarial e, verificando a saída subsequente da mercadoria com destino a outra unidade da Federação, instituiu-se a obrigação de recolhimento adicional de ICMS em quantia ao débito gerado pela aplicação, sob as respectivas saídas, da diferença percentual apurada entre a alíquota interna e interestadual. Apenas caso haja comprovação que o estabelecimento destinatário estornou, ao final de cada mês de apuração, na conta gráfica do ICMS, valor correspondente ao recolhimento adicional, ficará a Companhia dispensada do respectivo pagamento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Na saída dessas mercadorias, através de operações de transferências internas para estabelecimentos da mesma empresa não detentoras de Termo de Acordo, ou destinadas a adquirentes que não estejam regularmente inscritos no cadastro de contribuintes, foi instituído à Companhia o complemento a carga tributária do ICMS-ST, que corresponderá ao recolhimento adicional de 4% da respectiva saída.

Ademais, o Termo de Acordo de Regime Especial elege a Companhia como sujeito passivo de substituição tributária, na qualidade de substituto, para fins de retenção e recolhimento de ICMS por ocasião das entradas em seu estabelecimento comercial, de mercadorias constantes no Anexo 05 do Regulamento do ICMS do Estado da Paraíba (Decreto nº 18.930/1997 – "RICMS/PB") e demais mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária com previsão em Convênios ou Protocolos, adquiridas no mercado nacional.

Nesse contexto, para apuração do ICMS-ST citado, foi concedido crédito presumido de ICMS ao valor do ICMS Normal e ICMS-ST, de forma que a carga tributária da operação corresponda a: (i) 4% para leite em pó e creme dental; (ii) 5% para os demais produtos com alíquota interna de 18%; (iii) 13% para os produtos com alíquota interna de 25%.

O Termo de Acordo também exige que haja recolhimento pela Companhia do ICMS FRONTEIRA, em percentual correspondente a (i) 3%, em mercadorias oriundas das regiões Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo); (ii) 2%, sobre as mercadorias procedentes das regiões Norte, Nordeste, Centro- Oeste e Espírito Santo, sendo que o valor recolhido deve ser considerado para abatimento do saldo devedor e/ou do recolhimento obrigatório do Termo de Acordo.

Vale ressaltar que o tratamento tributário do Termo de Acordo não pode resultar, considerando ICMS, ICMS Fronteira e ICMS-ST, em recolhimento mensal menor que R$ 40.000,00 e a soma do ICMS e do ICMS Fronteira não pode ser inferior a 4% em saídas internas e 1% em saídas interestaduais de mercadorias sujeitas à tributação normal.

Por fim, nas aquisições interestaduais de bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia, haverá o diferimento do ICMS-DIFAL para o momento da operação subsequente.

O referido regime produzirá efeitos a partir de 01/05/2021 até 31/12/2022, devendo observar os prazos para fruição conforme referidas regras dispostas no Convênio ICMS 190/2017.

Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição de benefício fiscal, das regras de convalidação, reforma das legislações ou alteração do quadro societário, podem impactar na fruição do benefício fiscal e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou

oligopólio. Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais, não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia é dependente de tecnologia. A Companhia utiliza tecnologia Schaefer em todo o seu processo operacional de armazenamento e distribuição.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Ao analisar os resultados financeiros e operacionais da Companhia para o segmento em que atua não se percebe uma variação significativa em períodos específicos.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não possui dependência de poucos fornecedores. As compras dos variados produtos comercializados provêm de um grande número de fornecedores não afiliados. Como resultado, não há dependência de poucos fornecedores.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços praticados pela Companhia não estão sujeitos a relevante variação de volatilidade.

Considerando os itens (i) e (ii) devido a sua base diversificada de produtos, a Companhia não possui um principal insumo e/ou matéria prima que corresponde a uma parcela significativa dos itens comercializados.

A Companhia mantém um grande número de fornecedores em seu portfólio para fins de suprimento e melhores negociações na aquisição das mercadorias, não estando sujeita ao item (ii) de eventual dependência dos poucos fornecedores.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida de vendas e serviços total da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida de vendas e serviços total da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação Sanitária

Em âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) é responsável pela promoção da proteção da saúde da população, bem como pelo controle sanitário, regulamentação, controle e fiscalização da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados. A ANVISA é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, conforme alterada ("Lei nº 9.782/1999"), que regula e controla as ações de vigilância sanitária no Brasil em âmbito federal, e tem poderes para, entre outros, (i) coordenar as ações das diversas autoridades responsáveis pela vigilância sanitária em todos os três níveis de governo; (ii) estabelecer normas e propor, acompanhar e executar as políticas, diretrizes e ações de vigilância sanitária; (iii) emitir registros de produtos; (iv) aplicar penalidades em caso de violação das leis e regulamentos de vigilância sanitária e/ou de ameaça à saúde pública, tais como suspensão de operações e cancelamento de licenças, conforme previsto na regulamentação; (v) supervisionar as autoridades estaduais e municipais de vigilância sanitária; (vi) fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos relacionados à vigilância sanitária.

Além disso, a Companhia está sujeita à legislação estadual e municipal em vigor nos Estados e respectivos Municípios em que opera seus estabelecimentos. No âmbito estadual ou municipal, as

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

secretarias de vigilância sanitária locais e regionais são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal realizado pela ANVISA, de forma descentralizada. Assim, com o objetivo de eliminar, diminuir ou prevenir possíveis riscos à saúde humana, é exigido pelas secretarias de vigilância sanitária competentes que cada estabelecimento que pratique atividades sujeitas ao controle sanitário obtenha junto a elas seu licenciamento sanitário consistente na emissão de alvará sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

O funcionamento regular estabelecimentos de comércio atacadista / distribuição de produtos sujeitos à vigilância sanitária depende da obtenção e manutenção de licenças e alvarás emitidos pelas autoridades sanitárias competentes, bem como devem observar as regras e exigência das autoridades sanitárias aplicáveis para cada tipo de produto. Dentre os produtos sujeitos à vigilância sanitária destacam-se os cosméticos, produto de higiene pessoal, produtos para saúde e saneantes, que são comercializados pela Companhia.

De acordo com a regulamentação brasileira, empresas que realizam as atividades de distribuição de saneantes, perfumes, cosméticos, e produtos de higiene deverão possuir as seguintes licenças e autorizações:

(i) Autorização de Funcionamento de Empresa, expedida pela ANVISA ("AFE")[1];

(ii) Licença de Funcionamento Sanitária, expedida pela autoridade local de vigilância sanitária ("LF"); e

(iii) Anotação de Responsabilidade Técnica ("ART") e/ou Certificado de Responsabilidade Técnica ("CRT"), expedidos pelo Conselho Profissional Responsável, indicando os responsáveis técnicos pelas atividades.

Ressalta-se que, para a emissão da LF são realizadas inspeções no local para análise do cumprimento de requisitos técnico e operacionais aplicáveis, incluindo condições de acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde. A LF e o CRT deverão ser renovados anualmente mediante pagamento de taxa, enquanto que a AFE não requer renovação.

Ademais, veículos próprios que realizam transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir licenças e autorizações, conforme aplicável. Recomenda-se também a obtenção do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem (CBPDA), uma vez que determinadas autoridades podem requerer cópia deste documento em processos licitatórios, apesar de não ser documento exigido pela legislação sanitária.

---

[1] A AFE deverá ser emitida para: (a) a matriz de cada Sociedade que realiza a atividades relacionadas a cosméticos, perfumes ou produtos de higiene; (b) cada estabelecimento de cada Sociedade que realiza atividades relacionadas a correlatos e produtos para saúde.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O descumprimento da legislação sanitária sujeita o infrator, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis, às seguintes penalidades previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, conforme alterada: (i) advertência; (ii) multa (que pode variar de R$2.000,00 a R$1.500.000,00, a depender da gravidade da infração e podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência); (iii) interdição parcial ou total do estabelecimento; (iv) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; (v) cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento; (vi) intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera; (vii) suspensão de propaganda e publicidade, entre outros. As regulamentações estaduais e municipais aplicáveis à Companhia, a depender da localização de seus estabelecimentos, podem impor penalidades distintas.

Regulamentação Agropecuária

Em âmbito federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA") é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, incluindo temas de defesa agropecuária e segurança do alimento, incluindo: (i) a saúde animal e a sanidade vegetal; (ii) os insumos agropecuários, incluído agroquímicos, fertilizantes, registro de sementes e a proteção de cultivares; (iii) os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal e vegetal; (iv) a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; (v) o controle de resíduos e contaminantes em alimentos; e (vi) produtos veterinários e de alimentação animal. Dessa forma, o MAPA regula e controla as ações de vigilância agropecuária no Brasil em âmbito federal, e tem poderes para, entre outros, (i) coordenar as ações das diversas autoridades responsáveis pela vigilância agropecuária em todos os três níveis de governo; (ii) estabelecer normas e propor, acompanhar e executar as políticas, diretrizes e ações de vigilância agropecuária; (iii) emitir registros de produtos; (iv) aplicar penalidades em caso de violação das leis e regulamentos de vigilância agropecuária, conforme previsto na regulamentação; (v) supervisionar as autoridades estaduais e municipais de vigilância agropecuária; e (vi) fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos relacionados à vigilância agropecuária.

Em âmbito estadual ou municipal, as secretarias de vigilância agropecuárias locais e regionais são responsáveis pela (i) preservação da qualidade sanitária dos rebanhos e das culturas vegetais, de interesse econômico, (ii) controle e monitoramento da qualidade e utilização dos insumos agropecuários, (iii) controle e fiscalização da produção tecnológica e ad qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, (iv) certificação do padrão de qualidade sanitária das espécies animais e vegetais, utilizadas nas cadeias produtivas, e (v) controle e monitoramento da preservação, do uso e da conservação do solo agrícola.

O funcionamento regular estabelecimentos de comércio atacadista / distribuição de produtos sujeitos à vigilância agropecuária depende da obtenção e manutenção de registros emitidos pelas autoridades agropecuárias competentes, bem como da observação das regras e exigências das autoridades aplicáveis para cada tipo de produto. Dentre os produtos sujeitos à vigilância agropecuária destacam-se os produtos veterinários, sementes, agrotóxicos e fertilizantes, que são comercializados pela Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

De acordo com a regulamentação brasileira, empresas que realizam as atividades de distribuição de produtos veterinários, sementes, agrotóxicos e fertilizantes deverão possuir as seguintes licenças e autorizações:

(i) Registro de estabelecimento perante o MAPA e/ou autoridade agropecuária local para atividades de distribuição de produtos veterinários[2], agrotóxicos e fertilizantes;

(ii) Registro Nacional de Sementes e Mudas ("RENASEM") perante o MAPA para atividades de distribuição de sementes; e

(iii) ART e/ou CRT, expedidos pelo Conselho Profissional Responsável, indicando os responsáveis técnicos pelas atividades.

Ainda, algumas localidades podem exigir a emissão de LF expedida pela autoridade local de vigilância sanitária para atividades com agrotóxicos.

O descumprimento da legislação agropecuária sujeita o infrator, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis, às seguintes penalidades previstas nas Leis n.º 10.711/2003, n.º 7.802/1989, n.º 6.894/1980 e no Decreto-Lei n.º 467/1969, que incluem: (i) advertência; (ii) multa; (iii) interdição parcial ou total do estabelecimento; e (iv) cancelamento do registro do estabelecimento. As regulamentações estaduais e municipais aplicáveis à Companhia, a depender da localização de seus estabelecimentos, podem impor penalidades distintas.

Licenças e Autorizações Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente, delineada na Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental. Atividades sujeitas ou não a licenciamento, a depender de produtos que utilizem e de peculiaridades associadas ao processo produtivo/atividades, também podem estar sujeitas a registros adicionais perante autoridades de controle e fiscalização ambiental de mesmo ou distinto nível hierárquico da autoridade responsável pelo licenciamento ambiental.

As lojas da Companhia e seu centro de distribuição estão sujeitos a regulamentos e exigências de licenciamento e controle e registro ambiental federais, estaduais e municipais.

O procedimento de obtenção de licenciamento ambiental faz-se necessário tanto para as fases de localização, operação e implantação do empreendimento como nas ampliações nele procedidas, sendo que as licenças concedidas precisam ser periodicamente renovadas. No caso das licenças de operação, a Lei Complementar nº 140/2011 e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237/1997 determinam que sua renovação deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da data da expiração de seu prazo de validade, para que a vigência do documento e consequentemente a autorização para operação do empreendimento licenciado fiquem automaticamente prorrogadas até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente acerca do pedido de revalidação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas em caso de inobservância da legislação aplicável. As sanções administrativas englobam, entre outras, simples advertência até multas, embargos ou paralisação das atividades.

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional e demais possibilidades previstas na Lei Complementar nº 140/2011, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Nos demais casos, com exceção daqueles com impacto local, cuja competência é municipal, a competência é dos órgãos ambientais estaduais, para a análise das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como a imposição de condicionantes, restrições e medidas de controle de poluição pertinentes.

O processo de licenciamento ambiental compreende um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente: (i) Licença Prévia – (LP), concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a efetiva operação do empreendimento. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, sujeita o infrator a penalidades administrativas, tais como multas e interdição de suas atividades, bem como ao dever de reparar e/ou indenizar eventuais danos causados. A Companhia também estará exposta, em tais circunstâncias, a riscos de imagem.

Portanto, quando obrigatória, a ausência de licença ambiental ou o descumprimento de suas condicionantes, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, sujeita o empreendedor a sanções administrativas que podem culminar em multas de R$ 500,00 a R$ 10.000.000,00 , de acordo com a legislação federal, além de responsabilização nas esferas criminal e cível. Independentemente das multas, devem ser consideradas, ainda, penalidades de embargo, suspensão total ou parcial das atividades, demolição, além do dever de reparar e/ou indenizar quaisquer danos ao meio ambiente e a terceiros afetados pela atividade, dentre outras. Note-se que essas penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas nas respectivas licenças ambientais.

Eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão dessas licenças, assim como na apreciação de pedido intempestivo de sua renovação e a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e operação regular desses empreendimentos.

Para o desempenho das atividades da Companhia, depende-se também de diferentes cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e também de licenças, tais como, exemplificativamente, licenças emitidas pelo MAPA, licenças emitidas pelo Exército, Polícia Federal e Polícia Civil no que se refere a produtos químicos controlados, entre outros.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia acredita ter obtido todas as principais licenças, permissões e autorizações ambientais e de outra natureza exigidas para suas operações. Contudo, a Companhia pode não conseguir, atualmente ou no futuro, obter todas as licenças necessárias ao exercício de todas as suas atividades, obter as suas renovações de forma tempestiva e/ou cumprir as condicionantes de todas essas licenças, permissões e autorizações.

A Companhia não pode garantir que todos os seus prestadores de serviço, incluindo os responsáveis pela destinação ou disposição final adequada dos resíduos e rejeitos gerados detenham e mantenham vigentes as devidas licenças e autorizações ambientais necessárias ao exercício de suas atividades ou sempre exerçam suas atividades em estrita consonância com tais licenças e autorizações.

Licenças ambientais podem vir a estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento de atividades. Caso a Companhia venha a não atender as referidas condicionantes, ficará sujeita a multas e/ou outras penalidades, incluindo até mesmo a revogação e/ou suspensão da licença ambiental obtida, fato este que pode impactar o regular exercício de nossas atividades, inclusive com risco de paralisação, gerando um efeito adverso relevante sobre nossos resultados econômicos e financeiros.

Caso haja fiscalização ambiental e os órgãos e agências governamentais constatem irregularidades em relação a legislação ambiental, podem ser impostas sanções criminais e administrativas, além de medidas de reparação de eventual dano ambiental causado (vide item que trata da Responsabilidade).

Uso de Recursos Hídricos

De acordo com a Lei Federal n.º 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos"), em termos gerais, é obrigatória a obtenção de outorga e de autorização para os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros. No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública. A intervenção em recursos hídricos superficiais ou subterrâneos sem a respectiva outorga de direito de uso, ou em desacordo com as condições nela estabelecidas, pode caracterizar infração administrativa e acarretar a aplicação de advertência, multa ou ainda o embargo da atividade (artigos 49, incisos I e V, e 50 da Lei Federal nº 9.433, de 8.1.1997). Em tese, o ilícito poderia também dar origem a riscos criminais e ao dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Política de Logística Reversa

A Lei Federal nº 12.305/2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos" - PNRS) estabelece que os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos ou resíduos sólidos que, por sua natureza, composição ou volume, não possam ser equiparados aos resíduos domiciliares coletados pelo poder público municipal, devem, obrigatoriamente, elaborar planos de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

gerenciamento de resíduos sólidos ("PGRS") para os resíduos gerados, com o conteúdo mínimo previsto na norma, visando determinar as etapas para o seu gerenciamento e destinação final ambientalmente adequada. O descumprimento das normas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos sólidos pode ensejar a aplicação de penalidades administrativas e criminais, independente da obrigação de reparar os danos ambientais causados.

A legislação brasileira também exige outras autorizações, licenças e permissões emitidas por autoridades governamentais para que a Companhia realize suas operações. Tais licenças e outorgas estão relacionadas ao uso de recursos hídricos, descarte de efluentes e gerenciamento de resíduos sólidos, que envolve a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos implementado. Tal documento deve estar em conformidade com as previsões da Lei n° 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais.

A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementares sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

A Companhia deve observar normas de logística reversa em nível federal e também em nível estadual, nos estados em que atua. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita, sobretudo, a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais). A Companhia não possui, atualmente, uma política de logística reversa implementada.

Áreas Contaminadas

As contaminações de solo ou águas podem representar passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, ou seja, a responsabilidade por dano ambiental não se extingue por decurso de prazo e tampouco pela sucessão inter partes.

São consideradas áreas contaminadas aquelas que contenham quantidades ou concentrações de quaisquer substâncias ou resíduos em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger. A detecção de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Nesse sentido, deverão ser aplicadas medidas corretivas visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro.

Em âmbito federal, a Resolução n.º 420/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas.

Os processos de gerenciamento de áreas contaminadas, envolvendo a sua investigação, remediação e monitoramento, costumam ser complexos e envolver custos significativos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade caracteriza infração administrativa passível de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na esfera administrativa, além de crime ambiental e da obrigação de reparar o meio ambiente e/ou indenizar pelos danos causados.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, a Companhia poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental e/ou, em certos casos, quem da área se beneficiar, poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podem se tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, pode ser considerada objetivamente responsável pela sua integral recuperação, ficando obrigada a promover a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os negócios, os resultados operacionais e imagem da Companhia.

A contaminação também expõe a Companhia a sanções administrativas e criminais.

Produtos controlados

Divisões e Departamentos da Polícia Federal, do Ministério da Defesa e de Secretarias de Segurança Pública Estaduais controlam o uso, comercialização, armazenamento e outras atividades exercidas com produtos, que podem ser utilizados para fabricação de narcóticos ou explosivos, nos termos da Lei nº 10.357, de 27.12.2001, Portaria nº 240, de 12.3.2019, Decreto nº 4.262, de 10.6.2002, Decreto nº 9.607, de 12.12.2018, Decreto nº 10.030, de 30.9.2019 e demais legislação aplicável. Atividades não eventuais com tais produtos estão sujeita à obtenção de cadastros, licenças e autorizações específicas, bem como à submissão periódica de documentos a tais autoridades.

A Companhia pode não deter as devidas autorizações e registros válidos para tanto, bem como não submeter periodicamente, a tais autoridades, no prazo legal, documentos de controle exigidos pela legislação, o que pode sujeitá-la a sanções administrativas, como multas de até R$2.000.000,00 (valor aproximado) por atos irregulares, apreensão do produto químico encontrado em situação irregular, e suspensão ou cancelamento de registros e licenças, bem como a sanções penais, podendo impactar as atividades desenvolvidas.

Responsabilidade Ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na esfera civil, aquele que causar danos ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais que possa dar causa ou que sejam causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e a destinação de resíduos sólidos, inclusive diante da possibilidade de contaminação do solo e águas subterrâneas e superficiais. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais) permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente. O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados e/ou indenizar. Na esfera criminal, a responsabilidade por canos danos causados ao meio ambiente tem como preceito fundamental a Lei Crimes Ambientais. A referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

representa. Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

Proteção de dados e vigência da Lei Geral de Proteção de Dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira e pelo Código Civil, mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Poder Judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 1990 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe mudanças significativas nas regras e regulamentações aplicáveis ao tratamento de dados pessoais. Os dispositivos da LGPD sobre sanções administrativas entraram em vigor em 1º de agosto de 2021.

A LGPD estabelece um conjunto de regras a serem cumpridas em atividades como coleta, processamento, armazenamento, uso, transferência, compartilhamento e eliminação de informações sobre pessoas identificadas ou identificáveis. A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) a atividade de tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratamento dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A título exemplificativo, a LGPD prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados.

Além disso, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei da Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares dos 29 registros e pedidos de registros de marca relevantes constantes no item 9.1.b deste Formulário de Referência como por exemplo as marcas derivadas de “TAMBASA”, “ARMARINHO, “GB”, “OI” e “EVOLUIR”.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br. Para mais informações sobre os nomes de domínio detidos por nós, vide itens 9.1.b deste Formulário de Referência.

Programas de computador

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 (“Lei de Software”).

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 (“Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza, por meio de contratos de licença celebrados com seus titulares, e depende de diversos softwares de terceiros relevantes para o desenvolvimento de suas atividades , tais como: (i) LogisticMobile; (ii) SonicWall; (iii) SAP; (iv) TOTVS; (v) IBM; (vi) ndd; (vii) Oracle; (viii) Comnect; (ix) Consinco; (x) Proativa; (xi) Stoque; e (xii) TSO.

Para mais informações sobre os nossos ativos de propriedade intelectual relevantes, vide o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Sede: Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Jr, S/N, 32.150-245	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Depósito Fechado: Rua do Soldado, 900, BR040, KM 526, Trevo, 32.040-027	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Depósito Fechado: Rua Dr. Ant. de Carvalho Lage, 172, Cid. Industrial, 32.210-07	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja: Rod. BR 040 Km 688, Pav. 12, Ceasa, Kennedy, 32.145 -900	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja: Av. Dulce Sarmento, 1.593, Bairro Vera Cruz, 39.400-802	Brasil	MG	Montes Claros	Alugada
Escritório Filial: Av. Emílio Paludetto, 6120, sala 02, Res. Dourado, 14.400-00	Brasil	SP	Franca	Alugada
Escritório Filial: Rod. BR116, KM 839, Posto Novo Paraíso, Jatobá, 45.066-700	Brasil	BA	Vitória da Conquista	Alugada
Escritório Filial: R. D, 2.289, Qd. 75, lote 6-12, Planalto B. Esper., 65.632-42	Brasil	MA	Timon	Alugada
Escritório Filial: Av. Maria de Melo, Qd. 2, lote 11, galp. 2, 74.583-245	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Escritório Filial: Av. Assis Chateaubriand, 2.309, Sala 1, Zé Velho, 58.475-000	Brasil	PB	Queimadas	Alugada
Escritório Filial: Rua Autran Moreno, 412, Centro, 63.900-105	Brasil	CE	Quixada	Alugada
Escritório Filial: Av. Cor. Ant. Hon. Viana, 79, Posto Delta G. C., 56.308-000	Brasil	PE	Petrolina	Alugada
Escritório Filial: Rua Manoel Chico, 94, Galpão 01, Santa Rita, 59.374-000	Brasil	RN	Carnaúba dos Dantas	Alugada
Escritório Filial: Rod. Governador Henrique Sette, 7.392, pavilhão 1, 29.156-700	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
Escritório Filial: Rua Dr. Bolivar De Freitas, 445, Sala C, Centro, 34.400-000	Brasil	MG	Raposos	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818611650, para a marca nominativa "TAMBASA", na classe NCL 40:15	Registro válido até 28/10/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 823266605, para a marca mista "ARMARINHO BARTOLOMEU", na classe NCL(7)35	Registro válido até 03/07/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 827162227, para a marca mista “OI BRASIL”, na classe NCL(8)39	Registro válido até 08/08/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828500487, para a marca nominativa “EI BRASIL”, na classe NCL(8)39	Registro válido até 08/08/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828500495, para a marca nominativa “EI BRASIL”, na classe NCL(8)35	Registro válido até 08/08/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828500517, para a marca nominativa “ARMARINHOS BARTOLOMEU”, na classe NCL(8)39	Registro válido até 05/05/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828500509, para a marca nominativa “GB ATACADISTAS”, na classe NCL(8)39	Registro válido até 05/05/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828500525, para a marca nominativa “TAMBASA”, na classe NCL(8)39	Registro válido até 04/05/2030	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904857964, para a marca nominativa “ENFORT”, na classe NCL(10)01	Registro válido até 12/05/2025	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904858014, para a marca nominativa “ENFORT”, na classe NCL(10)07	Registro válido até 10/01/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904858030, para a marca nominativa “ENFORT”, na classe NCL(10)21	Registro válido até 12/05/2025	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904858057, para a marca nominativa “ENFORT”, na classe NCL(10)31	Registro válido até 12/05/2025	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 908643640, para a marca mista "EVOLUIR ATACADISTAS", na classe NCL(10)35	Registro válido até 08/05/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 908643705, para a marca mista "EVOLUIR ATACADISTAS", na classe NCL(10)39	Registro válido até 08/05/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 911911430, para a marca mista "ARMARINHO BARTOLOMEU", na classe NCL(10)39	Registro válido até 28/08/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 911911510, para a marca mista "TAMBASA ATACADISTAS", na classe NCL(10)39	Registro válido até 21/08/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 911911537, para a marca mista "TAMBASA ATACADISTAS", na classe NCL(10)35	Registro válido até 04/09/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 911911545, para a marca nominativa "ARMARINHO BARTOLOMEU", na classe NCL(10)39	Registro válido até 28/08/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 911911561, para a marca mista "ASA ARMARINHO SANTO ANTONIO", na classe NCL(10)35	Registro válido até 26/01/2031	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 911911588, para a marca mista "GB GRUPO BARTOLOMEU ATACADISTA DISTRIBUIDOR", na classe N	Registro válido até 28/08/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913756148, para a marca mista “ENFORT”, na classe NCL(11)35	Registro válido até 30/03/2031	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914847465, para a marca mista “TAMBASA ATACAREJO”, na classe NCL(11)39	Registro válido até 11/06/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914847511, para a marca mista “TAMBASA ATACAREJO”, na classe NCL(11)35	Registro válido até 04/06/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914847546, para a marca nominativa “TAMBASA ATACAREJO”, na classe NCL(11)39	Registro válido até 04/06/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914847554, para a marca nominativa “TAMBASA ATACAREJO”, na classe NCL(11)35	Registro válido até 11/06/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros, o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de registro nº 919688942, para a marca mista “ASA ARMARINHO SANTO ANTÔNIO”, na classe NCL(11)	Aguardando análise do INPI de	Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro e a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de registro nº 911911464, para a marca mista “ARMARINHO BARTOLOMEU”, na classe NCL(10)35	Deferida, aguardando concessão	Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro e a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 911911391, para a marca mista “GB GRUPO BARTOLOMEU ATACADISTA DISTRIBUIDOR”, n	Aguardando fim sobrestamento	Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro e a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de registro nº 828506760, para a marca mista “OI BRASIL”, na classe NCL(8)35	Aguardando análise do INPI de	Não aplicável, pois a Companhia ainda não detém o registro da marca. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a Companhia tem direito sobre a precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, pois trata-se período no qual a Companhia detém mera expectativa de direito e deve aguardar decisão do INPI sobre a concessão do pedido de registro e a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possuía participações em sociedades no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras intermediárias referentes aos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 e com as demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras relativas: (i) ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020; (ii) aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (iii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iv) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios, suas necessidades de caixa e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Tais necessidades são suportadas principalmente pela capacidade de geração de caixa operacional da Companhia. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O passivo total (passivo circulante e passivo não circulante) da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era de R$651,62 milhões, R$581,20 milhões e R$391,77 milhões, respectivamente. A variação excepcionalmente alta de 31 de dezembro de 2020 para 30 de setembro de 2021 ocorreu principalmente em virtude da distribuição de R$1.307,83 milhões a título de dividendos a pagar, cujo valor em aberto será liquidado mediante pagamento a ser feito com a utilização dos recursos da oferta pública inicial de ações da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nesse mesmo sentido, em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou um índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) de 13,06. O alto índice de endividamento total, quando comparado aos índices 0,69 em 31 de dezembro de 2020, 0,79 em 31 de dezembro de 2019 e 0,65 em 31 de dezembro de 2018, pode ser explicado principalmente em virtude de dividendos a pagar no valor de R$1.307,83 milhões, em função de declaração extraordinária e não recorrente de dividendos em preparação para o IPO da Companhia.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2020, apurou um saldo de reservas de lucros que excedeu o valor de seu capital social. Em 30 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram sobre o excesso de reservas de lucros.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o lucro líquido foi de R$550,52 milhões, em comparação a um lucro líquido de R$232,32 milhões no mesmo período de 2020. Na opinião dos Administradores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão do cumprimento, pela Companhia, da decisão do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Tema 69 da Repercussão Geral, que definiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e COFINS, ensejando, assim, o direito dos contribuintes compensarem os valores recolhidos indevidamente daquelas contribuições. Além disso, o crescimento do faturamento da Companhia em sintonia com retomada das atividades após a redução considerável dos casos de COVID-19 no país também contribuiu para a essa variação.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido foi de R$364,57 milhões, em comparação a R$241,98 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente em razão do aumento do faturamento ocasionado em parte pela pandemia do COVID-19, que ensejou ações governamentais como o incremento do auxílio emergencial que beneficiou setores econômicos considerados essenciais, como o da construção civil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido foi de R$241,98 milhões, em comparação a um lucro líquido de R$187,23 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente em razão ao aumento das vendas no período.

Adicionalmente às métricas contábeis descritas acima, os Administradores da Companhia acreditam que o EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores úteis para medir o desempenho financeiro operacional da Companhia, pois são medidas não contábeis de resultado, que eliminam efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurgam efeitos que não fazem parte da rotina de negócios da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou EBITDA e Margem EBITDA de R$686,17 milhões e 22,26%, respectivamente, comparado com R$356,82 milhões e 13,74% para o mesmo período em 2020. Na opinião dos Administradores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão dos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA e a Margem EBITDA foram R$546,41 milhões e 15,02%, respectivamente, em comparação a R$343,90 milhões e 12,41%, respectivamente, em 2019, e R$241,76 milhões e 9,76%, respectivamente, em 2018. Na opinião dos Administradores tanto a variação de 2020 contra 2019 como a variação de 2019 contra 2018 são explicadas pelo aumento da receita líquida e pelos ganhos de produtividade descritos acima.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores financeiros levados em consideração pelos Administradores da Companhia na condução dos seus negócios:

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
(Em milhões de reais, exceto percentuais)	**2021**	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida de vendas e serviços	3.083.168	2.596.944	3.638.435	2.770.099	2.478.011
Lucro líquido	550.516	232,318	364.572	241.978	187.232
EBITDA	686.169	356.821	546.407	343.895	241.758
Margem EBITDA	22,26%	13,74%	15,02%	12,41%	9,76%
Margem Líquida	17,86%	8,95%	10,02%	8,74%	7,56%

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$147,27 milhões, representando uma redução de 84,39% em relação ao patrimônio líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido à distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$943,43 milhões, representando um aumento de 27,72% em relação ao patrimônio líquido do período encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido ao aumento da reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$738,65 milhões, representando um aumento de 22,20% em relação ao patrimônio líquido do período encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento da reserva de lucros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Administração da Companhia acredita que a sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhões, exceto %)	Em	Em 31 de dezembro de		
	30/09/2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.923,28	651,62	581,20	391,77
Capital próprio (patrimônio líquido)	147,27	943,43	738,65	604,45
Capital total (terceiros + próprio)	2.070,55	1.595,05	1.319,85	996,22
Parcela de capital de terceiros	92,89%	40,85%	44,04%	39,33%
Parcela de capital próprio	7,11%	59,15%	55,96%	60,67%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 30 de setembro de 2021 eram de 0,91 e 0,99, respectivamente. Nesta data, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui empréstimos e financiamentos e, portanto, apresentava um saldo positivo de dívida líquida de R$273,14 milhões e R$203,25 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia apresentava dívida líquida de R$ 87,79 milhões e R$114,20 milhões, respectivamente.

Composição da Dívida Líquida	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
(=) Dívida líquida	273,14	203,25	87,79	114,20
(+) Caixa e equivalentes de caixa	273,14	203,25	87,81	114,79
(-) Empréstimos e financiamentos	-	-	(0,02)	(0,59)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nesse sentido, segue abaixo tabela indicando os índices de liquidez geral (representados pela divisão do ativo circulante somados ao ativo realizável a longo prazo pelo passivo total) e índices de liquidez corrente (representados pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

R$	Em 30 de setembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
Índice de Liquidez Geral	0,91	1,96	1,76	2,36
Índice de Liquidez Corrente	0,99	2,95	2,80	2,51

Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a operação de negócios.

A Administração da Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Atualmente, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em aberto.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de empréstimos e financiamentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A dívida líquida da Companhia é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um saldo positivo de dívida líquida de R$273,14 milhões e R$203,25 milhões, respectivamente.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possuía contratos de empréstimos e financiamentos.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com outras instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de empréstimo e financiamento. Portanto, não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia não possui obrigações financeiras decorrentes, de contratos de empréstimos e financiamentos que possuem cláusulas restritivas, conforme detalhado no item 10.1 (f) (i) acima

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, comparadas conforme especificado a seguir:

Receita Liquida de vendas

Nossa receita bruta é composta principalmente por receitas de vendas, que consistem na revenda de mercadorias diretamente ao mercado varejista por intermédio de nossos representantes comerciais e através de nossa equipe interna de vendas em nosso centro de distribuição, bem como a venda ao consumidor final em nossas lojas físicas, em menor proporção e pelo e-commerce (através de plataformas parceiras de marketplace). A receita operacional líquida é calculada a partir da dedução dos seguintes itens da receita bruta: (i) tributos federais (PIS e COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente), estaduais (ICMS à alíquota média de 18%), (ii) cancelamento de vendas por devoluções , e (iii) descontos e abatimentos incondicionais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custos das vendas

O custo das vendas é referente, principalmente, ao custo de compra dos produtos a serem revendidos, que compreende o preço de aquisição excluído dos tributos recuperáveis, PIS e COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6%e o ICMS à alíquota média de 18%, incluído os gastos com fretes e carretos, também líquidos dos tributos já mencionados, referentes ao transporte logístico das mercadorias de nossos fornecedores até os nosso centro de distribuição localizado no município de Contagem/MG, posteriormente, dos centros de distribuição para os 22 hubs e, conforme aplicável, para os nossos clientes. Os custos das mercadorias vendidas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, os registros de lançamentos contábeis são realizados na data em que o evento acontece, respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. O custo das mercadorias vendidas é o valor líquido relativo aos acordos comerciais celebrados com fornecedores (a exemplo de preço diferenciado de produtos).

Despesas com vendas

As despesas com vendas são decorrentes das despesas com comercialização dos produtos da Companhia. As principais despesas são de: (i) pessoal de venda, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios; e (ii) comissões de vendas pagas aos nossos representantes autônomos. Despesas com vendas também compreendem despesas com: (i) ocupação, tais como arrendamentos, condomínios e IPTU; (ii) propaganda, publicidade e anúncios; (iii) gastos com armazenagem; (iv) depreciação e amortização e (vi) provisões para perdas com recebíveis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas decorrem do gerenciamento e suporte das atividades operacionais e gastos gerais. Destacam-se as despesas de: (i) pessoal do administrativo, incluindo salários, encargos sociais e benefícios; (ii) pagamento de serviços de terceiros; (iii) manutenção e conservação; (iv) água, energia , telefone, aluguéis e arrendamentos; (v) despesas com alimentação; (vi) material de uso e consumo; (vii) pro-labore; e (viii) depreciação e amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas compreendem ganhos incorridos com assuntos pontuais não recorrentes, como, por exemplo, (i) venda de imobilizado, a exemplo de veículos; (ii) outros créditos tributários, a exemplo do crédito gerado em 2019 e 2021 pelo reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS conforme decisão de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, que causou um ganho não recorrente para a Companhia nos exercícios fiscais de 2019 e 2021; e (iii) outras receitas, como bonificações e verbas para campanhas promocionais de fornecedores.

Lucro operacional

O lucro operacional consiste no resultado obtido entre o lucro bruto deduzido das despesas operacionais liquidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras, líquidas consistem no resultado da diferença entre receitas e despesas financeiras. As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) os rendimentos sobre aplicações financeiras; (ii) descontos auferidos e concedidos; (iii) ajuste a valor presente de arrendamento; (iv) variação (correção) monetária ativa e; (vi) receitas e despesas de juros por atraso de pagamentos; (v) ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros decorrente da importação de maquinário e peças de reposição; e (vi) despesas bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo regime de competência utilizando o método dos juros efetivos (juros pactuados nas negociações com clientes).

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social consiste no resultado obtido entre o lucro operacional deduzido das despesas (receitas) operacionais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, comparadas conforme especificado a seguir:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R$ mil, exceto %)	30/09/21	AV	30/09/20	AV	30/09/2021 x 30/09/2020
Receita líquida de vendas e serviços	3.083.168	100,00%	2.596.944	100,00%	18,72%
Custos das vendas e serviços	(2.184.382)	-70,85%	(1.915.132)	-73,75%	14,06%
Lucro bruto	898.786	29,15%	681.812	26,25%	31,82%
Despesas com vendas	(267.946)	-8,69%	(223.698)	-8,61%	19,78%
Despesas gerais e administrativas	(135.460)	-4,39%	(140.399)	-5,41%	-3,52%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	176.486	5,72%	27.298	1,05%	546,52%
Lucro operacional	671. 866	21,79%	345.013	13,29%	94,74%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	78.445	2,54%	(7.389)	-0,28%	n.a.
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	750.311	24,34%	337.624	13,00%	122,23%
Imposto de renda e contribuição social	(199.795)	-6,48%	(105.306)	-4,05%	89,73%
Lucro líquido do período	550.516	17,86%	232.318	8,95%	136,97%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$3.083,17 milhões comparativamente a R$2.596,94 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$486,22 milhões ou 18,72%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas em decorrência do investimento em ações comerciais com campanhas de vendas que ofereceram condições diferenciadas de pagamento aos clientes, como por exemplo, o aumento nos prazos do vencimento do pagamento. A retomada da economia, com a reabertura gradativa das atividades empresariais e com a redução dos casos de COVID-19 também contribui para estes números.

Custos das vendas

Os custos das vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$2.184,38 milhões comparativamente a R$1.915,13 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$269,25 milhões ou 14,06%. Esta variação é atribuída substancialmente a aumento das vendas, conforme explicado acima.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$898,79 milhões comparativamente a R$681,81 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$216,97 milhões ou 31,82%. Lucro bruto representou 29,15% e 26,25% da receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$267,95 milhões comparativamente a R$223,70 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$44,25 milhões ou 19,78%. Despesas com vendas representou 8,69% e 8,61% da receita líquida de vendas e serviços nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas conforme acima explicado.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizaram R$135,46 milhões comparativamente a R$140,40 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$4,94 milhões ou 3,52%, mantendo-se relativamente estável. Despesas gerais e administrativas representaram 4,39% e 5,41% da receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$176,49 milhões comparativamente a R$27,30 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$149,19 milhões ou 546,52%. Outras receitas (despesas) operacionais representaram 5,72% e 1,05% da receita líquida de vendas e serviços nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, que compreende recuperação das despesas de PIS e COFINS que haviam sido reconhecidas no resultado da Companhia no período da ação – janeiro de 2003 a julho de 2019.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

Receitas (despesas) financeiras, líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de uma receita financeira de R$78,45 milhões comparativamente a uma despesa financeira de R$7,39milhões no mesmo período de 2020. Receitas (despesas) financeiras, líquidas representou 2,54% e 0,28% da receita líquida de vendas e serviços nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente aos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, que compreende as atualizações monetárias pela Taxa Selic dos valores de PIS e COFINS recolhidos a maior no período compreendido pela ação – janeiro de 2003 a julho de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$750,31 milhões comparativamente a R$337,62 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$412,69 milhões ou 122,23%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 24,34% e 13,00% da receita líquida de vendas e serviços nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, que gerou um crédito com a recuperação das despesas de PIS e COFINS recolhidos a maior no período da ação – janeiro de 2003 a julho de 2019 – e com as receitas financeiras oriundas das atualizações monetárias dos referidos créditos pela Taxa Selic.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$199,80 milhões comparativamente a R$105,31 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R$94,49 milhões ou 89,73%. Imposto de renda e contribuição social representou 6,48% e 4,05% da receita líquida de vendas e serviços nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, bem como aos créditos de IRPJ e CSLL pagos a maior sobre a atualização de indébitos tributários da ação judicial relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS reconhecidos como receitas financeiras e também do aumento em função da receita líquida.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$550,52 milhões comparativamente a R$232,32 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$318,20 milhões ou 136,97%. Lucro líquido do período representou 17,86% e 8,95% da receita líquida de vendas e serviços nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/20	AV	31/12/19	AV	31/12/18	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
Receita líquida de vendas e serviços	3.638.435	100,00%	2.770.099	100,00%	2.478.011	100,00%	31,35%	11,79%
Custos das vendas e serviços	(2.633.826)	-72,39%	(2.114.475)	-76,33%	(1.860.840)	-75,09%	24,56%	13,63%
Lucro bruto	1.004.609	27,61%	655.624	23,67%	617.171	24,91%	53,23%	6,23%
Despesas com vendas	(306.448)	-8,42%	(211.817)	-7,65%	(208.479)	-8,41%	44,68%	1,60%
Despesas gerais e administrativas	(193.004)	-5,30%	(169.622)	-6,12%	(189.652)	-7,65%	13,78%	-10,56%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23.001	0,63%	51.409	1,86%	16.188	0,65%	-55,26%	217,51%
Lucro operacional	528.158	14,52%	325.594	11,75%	235.228	9,49%	62,21%	38,42%
Receitas (despesas)	(9.988)	-0,27%	10.561	0,38%	25.161	1,02%	n.a	-58,03%
Financeiras líquidas								
Lucro antes do imposto de renda e Contribuição social	518.170	14,24%	336.155	12,14%	260.389	10,51%	54,15%	29,10%
Imposto de renda e contribuição social	(153.598)	-4,22%	(94.177)	-3,40%	(73.157)	-2,95%	63,10%	28,73%
Lucro líquido do exercício	364.572	10,02%	241.978	8,74%	187.232	7,56%	50,66%	29,24%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$3.638,44 milhões comparativamente a R$2.770,10 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$868,34 milhões ou 31,35%. Este aumento é atribuído principalmente (i) à manutenção do custo de mercadoria vendida, haja vista o histórico de investimentos relevantes em estoques, com uma ótima negociação junto aos fornecedores; (ii) capacidade na distribuição dos produtos durante a pandemia, através de sua frota terceirizada; e (iii) ao aumento das vendas ocasionado em parte pela pandemia do COVID-19 após ações governamentais como o incremento do auxílio emergencial que beneficiou setores econômicos considerados essenciais como o da construção civil.

Custos das vendas

Os custos das vendas e serviços no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$2.633,8 milhões comparativamente a R$2.114,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 519,3 milhões ou 24,56%. Esta variação é atribuída substancialmente ao crescimento das vendas.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.004,61 milhões comparativamente a R$655,62 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$348,99 milhões ou 53,23%. O lucro bruto representou 27,61% e 23,67% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$306,45 milhões comparativamente a R$211,82 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$94,63 milhões ou 44,68%. As despesas com vendas representaram 8,42% e 7,65% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do volume de vendas no período, conforme explicado acima.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$193,00 milhões comparativamente a R$169,62 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$23,38 milhões ou 13,78%. As despesas gerais e administrativas representaram 5,30% e 6,12% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Apesar do aumento em termos reais houve uma redução de 0.82 pontos percentuais em relação a receita líquida de vendas e serviços. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das despesas com pessoal, pela contratação de novos colaboradores e por aumentos nas remunerações salariais, parcialmente compensado com resultado positivo da Companhia e também com despesas tributárias não recorrentes em virtude de interpretações divergentes das autoridades fiscais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$23,00 milhões comparativamente a R$51,41 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$28,41 milhões ou 55,26%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,63% e 1,86% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS e o seu reconhecimento em sintonia com as orientações da Receita Federal do Brasil nos termos da Instrução Normativa 1911 de 11 de outubro de 2019 ("IN 1911 da SRFB"), que consolidou toda a legislação relativa à apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração das Contribuições para o PIS/Pasep e a COFINS. Nesta Instrução foi mantido o entendimento da Solução de Consulta Interna COSIT 13 de outubro de 2018 da própria RFB determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, ou seja, a Companhia registrou agora uma receita com recuperação de despesas que impactaram os resultados de períodos anteriores.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

Receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de uma despesa de R$9,99 milhões comparativamente a uma receita de R$10,56 milhões no mesmo período de 2019. Receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram 0,27% e 0,38% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente pelo êxito na ação transitada em julgado em julho de 2019 relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS e o seu reconhecimento nos termos da IN 1911 da SRFB, conforme explicado acima, porém tratam-se das receitas financeiras com a atualização pela taxa Selic dos valores pagos a maior de PIS e COFINS.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$518,17 milhões comparativamente a R$336,15 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$182,02 milhões ou 54,15%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 14,24% e 12,14% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas combinado decorrentes de ações proativas da administração, como a preparação das instalações da Companhia para se evitar surtos de casos do Covid-19, instalando túnel de higienização na portaria da empresa, exigência do uso de máscara e álcool em gel, colocação do pessoal da área administrativa e os colaboradores com comorbidades em trabalho remoto e campanhas de conscientização, atendendo os interesses da Companhia, evitando a paralisação de suas atividades durante a pandemia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$153,60 milhões comparativamente a R$94,18 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$59,42 milhões ou 63,10%. Imposto de renda e contribuição social representaram, conjuntamente, 4,22% e 3,40% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro operacional.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$364,57 milhões comparativamente a R$241,98 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$122,59 milhões ou 50,66%. O lucro líquido do exercício representou 10,02% e 8,74% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida de vendas e serviços no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.770,10 milhões comparativamente a R$2.478,01 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$292,09 milhões ou 11,79%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do volume de vendas no período, principalmente em decorrência de promoções comerciais em comemoração aos 70 anos da Companhia.

Custos das Vendas

Os custos das vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.114.5 milhões comparativamente a R$1.860,8 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$253,7 milhões ou 13,63%. Esta variação é atribuída substancialmente a ao aumento do volume das vendas e custos da divulgação das promoções comerciais.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$655,62 milhões comparativamente a R$617,17 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$38,45 milhões ou 6,23%. O lucro bruto representou 23,67% e 24,91% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 somaram R$211,82 milhões comparativamente a R$208,48 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$3,34 milhões ou 1,60%, mantendo-se relativamente estável. As despesas com vendas representaram 7,65% e 8,41% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 somaram R$169,62 milhões comparativamente a R$189,65 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$20,03 milhões ou 10,56%. As despesas gerais e administrativas representaram 6,12% e 7,65% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a mudança de critério contábil no reconhecimento das despesas de aluguel com entrada em vigor da IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos quando estas passaram a ser reconhecidas pelas despesas de depreciação/amortização dos direitos de uso dos bens arrendados cuja realização se dará para um prazo de aproximadamente 20 anos.

Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$51,41 milhões comparativamente a R$16,19 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$35,22 milhões ou 217,57%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 1,86% e 0,65% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS após decisão transitada em julgado em julho de 2019.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de uma receita de R$10,56 milhões comparativamente a uma receita de R$25,16 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$14,60 milhões ou 58,03%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram 0,38% e 1,02% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos no ano de 2019 aumentando assim as despesas financeiras decorrentes da apropriação do ajuste a valor presente dos passivos de arrendamentos parcialmente compensada pelo reconhecimento das receitas financeiras das atualizações monetárias dos créditos relativos aos pagamentos indevidos das contribuições para o PIS e a COFINS após decisão transitada em julgado em julho de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$336,15 milhões comparativamente a R$260,39 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$75,76 milhões ou 29,09%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 12,14% e 10,51% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do volume das vendas da Companhia, conforme explicado acima, bem como pelo transito em julgado em julho de 2019 da ação relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS e o seu reconhecimento nos termos da IN 1911 da SRFB.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$94,18 milhões comparativamente a R$73,16 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma aumento de R$21,02 milhões ou 28,73%. Imposto de renda e contribuição social representaram 3,40% e 2,95% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro operacional no período, conforme explicado acima.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$241,98 milhões comparativamente a R$187,23 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$54,75 milhões ou 29,24%. O lucro líquido do exercício representou 8,74% e 7,56% da receita líquida de vendas e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$ mil, exceto %)	30/09/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	09/2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO											
Circulante	1.680.811	81,18%	1.256.832	78,80%	1.004.836	76,13%	914.517	91,80%	33,73%	25,08%	9,88%
Caixa e equivalentes de caixa	273.142	13,19%	203.254	12,74%	87.811	6,65%	114.793	11,52%	34,38%	131,47%	- 23,50%
Títulos e valores mobiliários	7.911	0,38%	10.011	0,63%	11.819	0,90%	13.462	1,35%	- 20,98%	- 15,30%	- 12,20%
Contas a receber de clientes	697.237	33,67%	557.517	34,95%	476.172	36,08%	415.893	41,75%	25,06%	17,08%	14,49%
Estoques	509.647	24,61%	435.624	27,31%	337.538	25,57%	326.464	32,77%	16,99%	29,06%	3,39%
Adiantamentos	4.769	0,23%	4.700	0,29%	6.172	0,47%	4.299	0,43%	1,47%	- 23,85%	43,57%
Tributos a recuperar	104.896	5,07%	37.261	2,34%	81.364	6,16%	30.368	3,04%	181,52%	- 54,20%	167,93%
Partes relacionadas	71.337	3,45%	-	-	1.737	0,13%	3.296	0,33%	n.a.	n.a	- 47,30%
Outros ativos circulantes	11.872	0,57%	8.465	0,53%	2.223	0,17%	5.942	0,60%	40,25%	280,79%	- 62,59%
Não Circulante	389.738	18,82%	338.219	21,20%	315.019	23,87%	81.702	8,20%	15,23%	7,36%	285,57%
Depósitos judiciais	9.274	0,45%	2.371	0,15%	7.984	0,60%	2.760	0,28%	291,14%	- 70,30%	189,28%
Tributos a recuperar	43.381	2,10%	6.210	0,39%	3.193	0,24%	2.536	0,25%	598,57%	94,49%	25,91%
Impostos diferidos	13.440	0,65%	10.020	0,63%	6.892	0,52%	4.788	0,48%	34,13%	45,39%	43,94%
Outros ativos não circulantes	-	-	-	-	1.400	0,11%	-	-	-	n.a.	n.a.
Proprieda des para investimentos	2	0,00%	160	0,01%	160	0,01%	160	0,02%	-8,75%	0,00%	0,00%
Imobilizado	99.018	4,78%	96.207	6,03%	68.403	5,18%	65.325	6,56%	2,92%	40,65%	4,71%
Ativos de direito de uso	220.688	10,66%	218.432	13,69%	221.734	16,80%	-	-	1,03%	-1,49%	n.a.
Intangível	3.935	0,19%	4.819	0,30%	5.253	0,40%	6.133	0,62%	-18,34%	-8,26%	-14,35%
Total do Ativo	2.070.549	100,00%	1.595.051	100,00%	1.319.855	100,00%	996.219	100,00%	29,81%	20,85%	32,49%
PASSIVO											
Circulante	1.700.236	82,12%	425.760	26,69%	359.097	27,21%	364.651	36,60%	299,34%	18,56%	-1,52%
Fornecedores	194.320	9,38%	220.370	13,82%	206.312	15,63%	188.614	18,93%	-11,82%	6,81%	9,38%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	16	0,00%	576	0,06%	-	n.a.	-97,22%
Obrigações trabalhistas	26.471	1,28%	18.016	1,13%	17.767	1,35%	16.651	1,67%	46,93%	1,40%	6,70%
Tributos a recolher	56.250	2,72%	64.807	4,06%	39.456	2,99%	23.179	2,33%	-13,20%	64,25%	70,22%
Passivo de arrendamento	31.466	1,52%	29.980	1,88%	28.902	2,19%	-	-	4,96%	3,73%	n.a.
Tributos parcelados	2.212	0,11%	2.165	0,14%	-	-	-	-	2,17%	n.a.	-
Partes relacionadas	11.409	0,55%	13.960	0,88%	14.460	1,10%	17.784	1,79%	-18,27%	-3,46%	-18,69%
Dividendos e JCP próprio	1.376.007	66,46%	73.307	4,60%	50.880	3,85%	116.427	11,69%	1777,05%	44,08%	-56,30%
Outros passivos circulantes	2.101	0,10%	3.155	0,20%	1.304	0,10%	1.420	0,14%	-33,41%	141,95%	- 8,17%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante	**223.046**	**10,77%**	**225.861**	**14,16%**	**222.107**	**16,83%**	**27.116**	**2,72%**	**-1,25%**	**1,69%**	**719,10%**
Empréstimos e financiamentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**16**	**0,00%**	**-**	**-**	**n.a.**
Provisão para contingências	**4.316**	**0,21%**	**12.723**	**0,80%**	**20.670**	**1,57%**	**26.916**	**2,70%**	**-66,08%**	**-38,45%**	**-23,21%**
Passivo de arrendamento	**212.462**	**10,26%**	**205.340**	**12,87%**	**201.324**	**15,25%**	**-**	**-**	**3,47%**	**1,99%**	**n.a.**
Tributos parcelados	**6.268**	**0,30%**	**7.757**	**0,49%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-19,20%**	**n.a.**	**-**
Outros passivos não circulantes	**-**	**-**	**41**	**0,00%**	**113**	**0,01%**	**184**	**0,02%**	**n.a.**	**-63,72%**	**-38,59%**
Total patrimônio líquido	**147.267**	**7,11%**	**943.430**	**59,15%**	**738.651**	**55,92%**	**604.452**	**60,67%**	**-84,39%**	**27,72%**	**22,20%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.070.549**	**100,00%**	**1.595.051**	**100,00%**	**1.319.855**	**100,00%**	**996.219**	**100,00%**	**29,81%**	**20,85%**	**32,49%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2021, o ativo circulante era de R$1.680,81 milhões, em comparação com R$1.256,83 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 81,18% em 30 de setembro de 2021 e 78,80% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$423,98 milhões ou 33,73%, decorreu substancialmente das seguintes contas: (i) Caixa e Equivalentes: R$ 69,89 milhões pela não ocorrência de desembolsos para pagamentos de tributos federais que foram realizados com créditos de PIS e COFINS em virtude de decisão do STF pela não inclusão do ICMS em suas bases de cálculo; (ii) Contas a Receber de Clientes: R$139,72 milhões pelo crescimento das vendas com a campanha comercial ofertando vencimento direto em 90 dias de prazo; (iii) Estoques: R$74,02 milhões por um volume maior de compras no período acompanhado de repasses de reajustes de preços por parte dos fornecedores; (iv) Tributos a Recuperar: R$67,64 milhões referentes aos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Tema 69 da Repercussão Geral onde o ICMS não compõe a base de cálculo de incidência da COFINS e do PIS; e (v) Partes Relacionadas: R$ 71,34 milhões pela antecipação das negociações de contratos futuros de arrendamentos de imóveis.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2021, o ativo não circulante era de R$389,74 milhões, em comparação com R$338,22 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 18,82% em 30 de setembro de 2021 e 21,20% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$51,52 milhões ou 15,23%, decorreu, em sua maior parte, de R$ 37,17 milhões aos créditos de IRPJ e CSLL pagos indevidamente sobre atualização de indébitos tributários pela taxa SELIC conforme decisão do STF no julgamento do Tema 962.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2021, o passivo circulante era de R$1.700,24 milhões, em comparação com R$425,76 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 82,12% em 30 de setembro de 2021 e 26,69% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$1.274,48 milhões ou 299,34%, decorreu principalmente da decisão da Companhia pela distribuição de R$936,66 milhões de dividendos relativos aos saldos dos lucros acumulados até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, como também de R$371,16 milhões de dividendos extraordinários no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Destaca-se também a redução de R$26,05 milhões na conta de fornecedores substancialmente por compras realizadas com uma melhor negociação para pagamento a vista.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2021, o passivo não circulante era de R$223,05 milhões, em comparação com R$225,86 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 10,77% em 30 de setembro de 2021 e 14,16% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R$2,81 milhões ou 1,25%, decorreu principalmente por: (i) Passivos de Arrendamento: aumento de R$7,12 milhões pelo registro de novos contratos e novas mensurações; e (ii) Provisão para Contingências: redução de R$8,41 milhões pela reversão de provisões tributárias.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2021, o patrimônio líquido era de R$147,27 milhões, em comparação com R$943,43 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R$796,16 milhões ou 84,39%, decorreu principalmente da distribuição de dividendos de R$936,66 milhões de saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020 em contrapartida pelo lucro líquido apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 de R$ 140,50 milhões.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$1.256,83 milhões, em comparação com R$1.004,84 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 78,80% em 31 de dezembro de 2020 e 76,13% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$251,99 milhões ou 25,08%, decorreu substancialmente das seguintes contas: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa: R$ 115,44 milhões pela compensação de pagamentos de IRPJ e também mudança na política de distribuição de dividendos; (ii) Contas a Receber de Clientes: R$81,35 milhões pelo aumento dos prazos médios de recebimento em sintonia com as ações do governo no combate a pandemia do COVID-19, como o auxílio emergencial; e (iii) Estoques: R$98,09 milhões por um volume maior de compras com a expectativa de números crescentes da inflação no país de forma a se evitar impactos negativos nos resultados futuros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$338,22 milhões, em comparação com R$315,02 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 21,20% em 31 de dezembro de 2020 e 23,87% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$23,20 milhões ou 7,36%, decorreu de investimentos em aquisições do Ativo Imobilizado especificamente na importação de equipamentos para aumento da capacidade de separação e armazenagem da estrutura robotizada.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$425,76 milhões, em comparação com R$359,10 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,69% em 31 de dezembro de 2020 e 27,21% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$66,66 milhões ou 18,56%, decorreu principalmente das seguintes contas: (i) Tributos a Recolher: R$25,35 milhões como reflexo das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre o resultado do período.

- Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio: R$22,43 milhões em virtude da distribuição dos dividendos obrigatórios sobre o lucro do exercício.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$225,86 milhões, em comparação com R$222,11 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,16% em 31 de dezembro de 2020 e 16,83% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$3,75 milhões ou 1,69%, decorreu do aumento de R$7,76 milhões com o parcelamento de Tributos Federais e da redução em R$7,95 milhões com a reversão de Provisões para Contingências.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido era de R$943,43 milhões, em comparação com R$738,65 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R$204,78 milhões ou 27,72%, deu-se pelo Lucro Líquido do Período de R$364,57 milhões deduzidos dos dividendos obrigatórios de R$64,01 milhões e dos Juros sobre o Capital de R$38,41 milhões. Acrescenta-se ainda mais uma redução relativa ao pagamento de dividendos de R$57,28 milhões do saldo de Conta de Reservas de Lucros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$1.004,84 milhões, em comparação com R$914,52 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 76,13% em 31 de dezembro de 2019 e 91,80% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$90,32 milhões ou 9,88%, decorreu substancialmente das seguintes contas: (i) Contas a Receber de Clientes: R$60,28 milhões como reflexo das campanhas de vendas e prazos mais dilatados nos vencimentos; e (ii) Tributos a Recuperar: R$51,00 milhões referentes aos créditos de PIS e COFINS com a decisão transitada em julgado favorável à Companhia em sintonia com as orientações da Receita Federal do Brasil nos termos da IN 1911 da SRFB.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$315,02 milhões, em comparação com R$81,70 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 23,87% em 31 de dezembro de 2019 e 8,20% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$233,32 milhões ou 285,57%, ocorreu primordialmente com a adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos com o registro de R$221,73 milhões em Ativos de Direito de Uso.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$359,10 milhões, em comparação com R$364,65 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 27,21% em 31 de dezembro de 2019 e 36,60% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$5,55 milhões ou 1,52%, está associada basicamente na movimentação das seguintes contas:(i) Fornecedores: aumento de R$17,70 milhões por compras concentradas no final do período; (ii) Tributos a Recolher: aumento de R$16,28 milhões sendo R$15,64 milhões de IRPJ e CSLL devidos no encerramento do exercício; (iii) Passivos de arrendamento: aumento de R$28,9 milhões com a adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos; e (iv) Dividendos e Juros s/Capital Próprio: Redução de R$65,55 milhões pelo com os pagamentos efetuados no período.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$222,11 milhões, em comparação com R$27,12 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 16,83% em 31 de dezembro de 2019 e 2,72% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$194,99 milhões ou 719,10%, decorreu principalmente da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$738,65 milhões, em comparação com R$604,45 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$134,20 milhões ou 22,20%, é refletido pelo Lucro Líquido do Exercício de R$ 241,97 milhões com as deduções de R$ 35,85 milhões de créditos de Juros sobre o Capital e de R$21,29 milhões de dividendos obrigatórios, além da distribuição de R$50,00 milhões de lucros, também na forma de dividendos.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	162.369	142.355	282.571	150.719	145.676
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(51.353)	(24.316)	(32.103)	(6.082)	(5.088)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(41.128)	(42.615)	(135.025)	(171.619)	(155.672)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	69.888	75.424	115.443	(26.982)	(15.084)

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais gerou um fluxo positivo de R$162,37 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a um fluxo de R$142,36 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Essa variação positiva de R$20,14 milhões, ou 14,06%, decorreu substancialmente da economia tributária com a compensação dos pagamentos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referente à decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades operacionais gerou um fluxo consumido de R$51,35 milhões para o período de noves meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a um fluxo de R$24,32 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Este aumento de R$27,04 milhões, ou 111,19%, decorreu substancialmente da concessão de empréstimo a partes relacionadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou um fluxo consumido de R$41,13 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado ao fluxo de R$42,62 milhões, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Essa variação positiva de R$1,49 milhões, ou 3,49%, é justificada principalmente pela redução nos pagamentos em dividendos no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou um fluxo positivo de R$282,57 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao fluxo gerado de R$150,72 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação positiva de R$131,85 milhões ou 87,48%, é justificada principalmente pelo aumento do capital de giro em decorrência do aumento de vendas e da economia tributária com a compensação do pagamento de IRPJ em razão dos efeitos da decisão do STF relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou um fluxo positivo de R$150,72 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$145,68 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R$5,04 milhões ou 3,46% é decorrente principalmente ao pagamento de juros referentes ao arrendamento mercantil dos imóveis da companhia em decorrência da aplicação do IFRS 16.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou um fluxo consumido de R$32,10 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao fluxo de R$6,08 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação negativa de R$26,02 milhões ou 427,84%, decorreu, principalmente, em virtude em virtude da importação de equipamentos para a operação da Companhia em moeda estrangeira (euros).

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou um fluxo consumido de R$6,08 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao fluxo de R$5,09 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação negativa de R$0,99 milhões ou 19,54%, decorreu principalmente da alienação de bens do Ativo Imobilizado (veículos) em 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou um fluxo consumido de R$135,02 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$171,62 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação positiva, de R$36,60 milhões ou 21,33%, decorreu da redução nos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou um fluxo consumido de R$171,62 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao fluxo de R$155,67 milhões aplicados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação negativa, de R$15,95 milhões ou 10,24%, decorreu, principalmente do aumento nos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Os Administradores entendem que a operação de Atacado da Companhia é o principal componente de sua receita. A Companhia revende cerca de 29 mil itens, fornecidos por 1.450 diferentes empresas, divididos em linhas de negócio como, Reforma e Construção, Lar, Campo, Duas e Quatro Rodas, Pet e Veterinário, Equipamento de Proteção Individual e Coletiva, Eletro e Eletrônico. A operação atacadista da Companhia representou 95% da sua receita bruta de 2020.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: desemprego e mercado consumidor, demandas de clientes e os padrões de compra em evolução.

Poder de compra do consumidor. A redução do poder de compra do consumidor final leva à diminuição de compras do varejista, consumidor direto da Companhia, o que afeta materialmente os resultados operacionais da Companhia. Embora o setor atacadista no Brasil tenha demonstrado, recentemente, resiliência através de ciclos econômicos adversos, a indústria de atacado é sensível a reduções no poder de compra do consumidor, especialmente em mercados de produtos não-alimentares. A taxa de desemprego é um indicador com um impacto direto sobre o poder de compra dos nossos clientes. A taxa média anual de desemprego no Brasil em 30 de setembro de 2021 foi de 12,6% (em comparação com 14,6% em setembro de 2020 e 11,8% em setembro de 2019). Um prolongamento da recessão atual poderia resultar em uma queda ainda maior do consumo do agregado familiar como resultado da elevada taxa de desemprego. Por outro lado, o aumento do consumo no Brasil é, muitas vezes, associado a uma diminuição na taxa de desemprego em combinação com um aumento na renda e no nível de distribuição da renda.

O mercado consumidor, demandas de clientes e os padrões de compra em evolução. A Companhia é multiformato e disponibiliza aos clientes plataformas distintas de consumo, o que facilita a capacidade de antecipar e responder em tempo hábil as variações constantes nos padrões de compras, bem como às tendências ou preferências de consumo em constante mudança, continuará a ser fundamental para o sucesso dos nossos negócios. Acreditamos que um dos principais fatores para atender as variações de padrões de consumo é respeitar as diferenças culturais de cada região e buscar atender as diferentes demandas de consumo, buscando sempre a maior variedade de produtos possível.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, cotação de commodities, taxa de inflação ou na taxa de juros e oscilações nos produtos alimentares e não-alimentares. Para obter informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Atuamos no setor de atacado brasileiro e nossas operações consistem principalmente na comercialização, importação e exportação de artigos agroveterinários, ferragens, artigos do vestuário, produtos alimentícios, plásticos e brinquedos, produtos de limpeza, papelaria, perfumaria, utensílios domésticos e armarinhos em geral. Como tal, estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro;
- a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e
- as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021, ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a norma CPC 06 (R2)/IFRS a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia reconheça em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma referem-se àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 mil ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, representados, substancialmente, por equipamentos de informática. A Companhia adotou a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos da adoção da norma de Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2)/IFRS resultaram no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no montante de R$226.052 mil em 01 de janeiro de 2019. O impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento dos imóveis de sua sede administrativa e respectivos galpões e da loja de atacarejo localizada na cidade de Montes Claros/MG.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

a) Depreciação do ativo imobilizado: A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudo de vida útil o qual é revisado anualmente.
b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É prática da Companhia constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.
c) Prazos de arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).
Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões constituídas para riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 30 de setembro de 2021, os investimentos em andamento da Companhia referiam-se, principalmente, à ampliação da capacidade de separação e armazenamento de suas instalações robotizadas e das esteiras eletrônicas condutoras dos produtos da linha de miudezas. O valor total investido em imobilizado e intangível em 30 de setembro de 2021 era de R$ 102.953 mil e em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 101.026 mil.

Nos próximos anos a Companhia planeja investir, com a utilização dos recursos obtidos por meio de sua oferta pública inicial de ações, em sua estratágia de crescimento.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, quando que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

A Companhia pretende realizar em breve oferta pública primária de ações, cujos recursos líquidos terão a seguinte destinação: (i) pagamento de dividendos extraordinários aos acionistas atuais; (ii) expansão da capacidade instalada no atacado por meio da compra de equipamentos e estoque; e (iii) expansão da base de lojas no atacarejo e investimento em plataforma digital e serviços financeiros.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia**.**

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Impactos da pandemia provocada pela COVID-19 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em março de 2020 que o surto do coronavírus Covid-19 configurou uma epidemia em escala global. A pandemia demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. Por conta do cenário desafiador e ainda incerto que se sucedeu com a confirmação da pandemia, a Companhia estabeleceu algumas ações com o objetivo de preservar os funcionários e garantir a liquidez de caixa e a continuidade da atividade operacional.

Foram tomadas as seguintes medidas nesse sentido:

- Estabelecimento do trabalho remoto para os colaboradores da área administrativa;
- Estabelecimento de rigorosos protocolos para trabalho;

Durante esse período, não houve alteração ou incremento anormal na taxa de inadimplência ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material o fluxo de caixa e a posição de caixa da Companhia.

Do ponto de vista dos custos e despesas, com 100% de seus colaboradores trabalhando remotamente, foi possível a redução de gastos como aluguel, transporte e viagens, que deixaram de ser realizadas.

Impactos da pandemia provocada pela COVID-19 nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2021

A propagação da Covid-19 continua trazendo desafios relevantes para a economia em escala global. No entanto, a Companhia reavaliou diversos cenários nesse período findo em 30 de setembro de 2021 e não identificou dificuldades financeiras impostas pela pandemia impactada, no referido período, pela propagação da variante Delta. Não houve alteração ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material a posição de caixa da Companhia.

Dessa forma, na preparação do planejamento financeiro para o exercício de 2021, a Companhia não viu indicativos que pudessem afetar seus resultados e continua acompanhando com atenção possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria; (iii) Comitê Executivo; e (iv) Comitê de Auditoria Não Estatutário, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. O Conselho de Administração poderá instituir outros comitês ou grupos de trabalho para assessorá-lo no desempenho de suas atividades, definindo, ainda, o escopo, a composição e o funcionamento de cada comitê. Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Estatuto Social, a Companhia possui um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitidas a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

Adicionalmente, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam na perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é cônjuge, companheiro ou afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e (v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;

(iii) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;

(iv) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(v) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

(vi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(vii) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(viii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(ix) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

(x) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

(xi) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

(xii) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

(xiii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, no caso da administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social;

(xiv) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xv) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º do Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(xvi) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

(xvii) estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

(xviii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(xix) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(xx) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(xxi) estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(xxii) estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

(xxiii) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

(xxiv) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(xxv) elaborar e divulgar parecer fundamentado favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxvi) instituir comitês de assessoria ao Conselho de Administração e aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os comitês;

(xxvii) designar os membros dos comitês que vierem a serem instituídos pelo Conselho de Administração;

(xxviii) estruturar e conduzir um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria;

(xxix) avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como analisar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

(xxx) aprovar transações com partes relacionadas que envolvam valores relevantes, seguindo os critérios de relevância e as regras de exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes previstos na política de transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses, salvo nos casos em que a lei exigir aprovação pela Assembleia Geral;

(xxxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário;

(xxxii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(xxxiii) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais e/ou para oferta pública de distribuição; e

(xxxiv) aprovar as atribuições da Auditoria Interna e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

O Presidente e os Covice-Presidentes terão as seguintes atribuições, além das previstas em lei:

(i) ser membros do Comitê Executivo;

(ii) coordenar as atividades do Conselho de Administração, buscando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, servindo de elo entre o Conselho de Administração e o Diretor-Presidente;

(iii) atuar para o fomento da visão da Companhia de acordo com seus valores, identidade e origem;

(iv) manter e desenvolver relações institucionais da Companhia com entidades e autoridades com o objetivo de promover e resguardar os interesses da Companhia;

(v) manter e promover relacionamento com acionistas da Companhia;

(vi) estabelecer e supervisionar o processo de avaliação do Diretor-Presidente, dos demais membros do Conselho de Administração da Companhia, individualmente, e do próprio Conselho de Administração, bem como de seus comitês, como órgãos colegiados; e

(vii) coordenar a elaboração e atualização do plano de sucessão do Diretor-Presidente.

Além disto, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) convocar a Assembleia Geral, nos termos do o artigo 9º, §1º, do Estatuto Social;
(ii) presidir a Assembleia Geral, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social;
(iii) organizar a agenda das reuniões do Conselho de Administração;
(iv) convocar, organizar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social;
(v) assegurar que os membros do Conselho de Administração recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da agenda das reuniões;
(vi) coordenar as interações entre o Conselho de Administração e a administração e os comitês da Companhia; e
(vii) nomear e um Secretário de Governança, para apoiar o Conselho de Administração no exercício se suas atividades, conforme facultado no Artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo é um órgão estatutário, permanente, de assessoramento, vinculado e subordinado ao Conselho de Administração.

O Comitê Executivo será composto por 4 (quatro) membros, para mandatos de até 2 (dois) anos, renováveis por iguais períodos, devendo ser composto pelos seguintes membros:

(i) o Presidente do Conselho de Administração;

(ii) os Covice-Presidente do Conselho de Administração; e

(iii) o Diretor-Presidente.

As responsabilidades do Comitê Executivo incluem:

(i) assessorar o Conselho de Administração na definição da estratégia e orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) acompanhar a execução do orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;

(iii) supervisionar o desenvolvimento das atividades da Companhia;

(iv) identificar e analisar oportunidades de negócio, ganhos de eficiência, aproveitamento sinergias, investimento e expansão, incluindo fusões e aquisições de empresas, outros temas de interesse da Companhia e submeter recomendações ao Conselho de Administração;

(v) monitorar a implementação pela Diretoria de decisões tomadas pelo Conselho de Administração; e

(vi) outras atribuições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, o Comitê Executivo contará com um Presidente, responsável por representar o Comitê Executivo e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, será responsável por:

(i) convocar, de acordo com o artigo 8 do Regimento Interno, instalar e presidir as reuniões do Comitê Executivo;
(ii) representar o Comitê Executivo em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Também será encarregado de representar o Comitê Executivo assinando correspondências e relatórios;

(iii) convidar os participantes a participar das reuniões do Comitê Executivo; e

(iv) cumprir e impor o cumprimento do Regimento Interno aos membros do Comitê Executivo.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração, o Comitê Executivo e o Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021, e que podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website (www.tambasa.com/ri), bem como fisicamente em nossa sede.

Além do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, sendo certo que, quando instituídos, o Conselho de Administração aprovará seus respectivos regimentos internos, os quais estipularão as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Não possuímos um Comitê de Auditoria estatutário. Todavia, possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário de caráter permanente, que atende plenamente aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

Nosso Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente (conforme definição constante no Regulamento do Novo Mercado); (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; (iii) 1 (um) dos membros poderá acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima; e (iv) nenhum dos membros poderá ser controlador da Companhia, nem diretor da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

De acordo com o Estatuto Social e o seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria:

(i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria deve elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável por representar o Comitê de Auditoria e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria, será responsável por:

(i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;

(ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;

(iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e cumprir e impor o cumprimento do regimento interno do Comitê de Auditoria aos membros do Comitê de Auditoria.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora nós não possuamos uma política formalizada de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, não contratamos serviços extra auditoria com nossos auditores independentes.

Vale citar que, nos termos de nosso Estatuto Social, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir nossos auditores independentes.

Além disto, o Comitê de Auditoria, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como por supervisionar suas atividades.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria, deve assegurar-se de que os auditores independentes cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, informando quaisquer discussões havidas com os colaboradores da Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudança no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamento contábeis alternativos, avaliação dos riscos e análise de possibilidade de fraudes. O Conselho de Administração pode convocar nossos auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Ademais, o Comitê de Auditoria, que se reporta ao Conselho de Administração, supervisiona todas suas atividades dos auditores independentes e pode recomendar ao Conselho de Administração a substituição destes, caso entenda que a prestação dos serviços não está satisfatória.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria possui regimento interno próprio, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021, e que podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website (www.tambasa.com/ri), bem como fisicamente em nossa sede.

Nos termos do nosso Estatuto Social, a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, dentre os quais serão Diretor-Presidente, Diretor de Compras, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Expansão, Diretor de Vendas e Diretores Executivo, sendo que os cargos de Diretor-Presidente e de Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos.

A Diretoria possui todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração, o regimento interno da Diretoria e as competências dos demais órgãos societários.

Em conformidade com o Estatuto Social e o Regimento Interno da Diretoria, é de sua responsabilidade:

(i) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual;

(iii) deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

(iv) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor-Presidente: (i) dirigir e orientar as atividades de planejamento geral da Companhia, incluindo a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios e do plano plurianual da Companhia; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios da Companhia; (iii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iv) aprovar a estrutura organizacional da Companhia; (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (vi) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações governamentais; e (vii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Compras: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de compras; (ii) definir e implementar a estratégia comercial de compras e suprimentos da Companhia; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas financeira, contábil, de controles internos e gerenciamento de riscos; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; e (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos, incluindo o caixa e endividamento.

Compete ao Diretor de Relação com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Expansão: (i) executar projetos de expansão dos negócios e das atividades da Companhia; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Vendas: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de vendas; (ii) definir e implementar a estratégia comercial e de vendas da Companhia; (iii) gerir força de vendas da Companhia; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Executivo: as atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nosso Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Nos termos de nosso Estatuto Social, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2021, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Neste sentido, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021, a Política de Indicação de Administradores, que contém os Mecanismos de Avaliação da Administração da Companhia.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros e membros de comitês a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Conselheiros uma auto avaliação de cada um de seus membros, individualmente, uma avaliação do desempenho do próprio Conselho, como órgão colegiado, bem como dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Diretoria:

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por mais de 90 dias.

Adicionalmente, os Diretores também são avaliados anual e individualmente, por processo de avaliação de desempenho "360 graus" ("Avaliação de Desempenho"), que inclui tanto a avaliação por seus subordinados, quanto por seus pares e pelo Diretor-Presidente. O Diretor-Presidente, por sua vez, também participa do processo de Avaliação de Desempenho, sendo também avaliado pelo Presidente e os Covice-Presidentes do Conselho de Administração e pelos Diretores (seus subordinados). A Diretoria, como grupo, é avaliada pelo Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação dos Diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor-Presidente. A avaliação da diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente e dos Covice-Presidentes do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

O processo de avaliação do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Diretoria:

O processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho e dos Conselheiros, bem como dos Comitês e de seus respectivos membros, serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração.

Diretoria:

Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de feedback individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, bem como de seus respectivos membros, são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser aprimorados. Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos. Os planos de ação podem ser utilizados, por exemplo, para a definição de metas para o ano subsequente, para reajustes eventuais de remuneração ou, até mesmo, para indicação para outros cargos na administração da Companhia.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário, a Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna. Não obstante, nos termos da nossa Política de Indicação de Administradores, é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo as convocações serem feitas nos prazos previstos na Lei das S.A., observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais de companhias abertas.

b. Competências

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, ou extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Sem prejuízo às competências previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e pelo Estatuto Social, compete à Assembleia Geral a deliberação e aprovação das seguintes matérias:

(i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
(ii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
(iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
(iv) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
(v) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas;
(vi) alterar o Estatuto Social;
(vii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
(viii) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;
(ix) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;
(x) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A., não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(xi) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/Nº, Bairro Tapera, cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, CEP 32150-245.

Endereço Eletrônico: website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website (www.tambasa.com/ri).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das S.A. prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das S.A. e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela assembleia.

Adicionalmente, possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse, detalhada no item 16.3 deste Formulário de Referência

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., nossos acionistas pessoas físicas podem ser representados por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., e em conformidade com o Ofício Circular CVM/SEP n° 01/2021, os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com nosso Estatuto Social ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nossos acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja nosso acionista, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Admitimos procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas orientamos nossos acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

Além disto, não adotamos procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para exercício dos direitos de voto a distância com envio direto para a Companhia, os acionistas devem enviar os seguintes documentos para a Companhia: Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/Nº, Bairro Tapera, Contagem, MG, CEP 32150-245:

(a) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e

(b) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) para as pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

(ii) para pessoas jurídicas: (ii.1) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii.2) documento de identidade com foto do representante legal; e

(iii) para fundos de investimento: (iii.1) último regulamento consolidado do fundo; (iii.2) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii.3) documento de identificação com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens (i) e (ii), acima, solicitamos, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos por nós em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/09, comunicaremos aos acionistas se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Não disponibilizamos sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância, no entanto, utilizamos as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Assim, os acionistas titulares de ações de nossa emissão que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instituições de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instituições e preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo agente escriturador da Companhia.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/Nº, Bairro Tapera, Contagem, MG, CEP 32150-245, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico para ri@tambasa.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não aplicável.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada na forma do Estatuto Social. O Conselho de Administração pode deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por um dos Covice-Presidentes, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente ou a qualquer Covice-Presidente, se ausente o primeiro, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Caso não estejam fisicamente presentes, os membros dos órgãos da administração terão a faculdade de manifestar seu voto por meio de: (i) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (ii) voto escrito enviado antecipadamente e (iii) voto escrito transmitido por correio eletrônico.

No último exercício social a Companhia não possuía Conselho de Administração.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência não possuímos nenhum Acordo de Acionistas em vigor, do qual nossos acionistas sejam parte.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao nosso Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disto, nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os membros do nosso Conselho de Administração e de nossas controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Adotamos uma política de indicação de administradores ("Política de Indicação de Administradores"), a qual foi formalmente aprovada em 06 de dezembro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website (www.tambasa.com/ri), bem como fisicamente em nossa sede.

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

Nossa Política de Indicação de Administradores, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 06 de dezembro de 2021. Referida política pode ser consultada no site: www.tambasa.com/ri, bem como fisicamente em nossa na sede.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) assembleias gerais ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo a nossa diretriz geral, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC); e (ii) em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, 1/3 (um terço) de membros independentes (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC).

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

(i) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;
(ii) reputação ilibada;
(iii) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
(iv) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(v) experiência profissional compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração;

(vi) experiência profissional em temas diversificados;

(vii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e

(viii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada situação que poderia implicar na perda da independência do conselheiro independente, conforme rol de situações previstas no § 3º do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do conselho de administração:

(i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e

(ii) para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC). São consideradas situações que podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras:

(i) ter atuado como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo de controle, de auditoria independente que audite ou

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

tenha auditado a Companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas;

(ii) ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia;

(iii) possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da Companhia; ou

(iv) ter cumprido um número excessivo de mandatos consecutivos como conselheiro na Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Gustavo Bittencourt Bartolomeu	29/05/1982	Pertence apenas à Diretoria	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	1
055.013.446-88	Empresário	19 - Outros Diretores	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Gustavo Bittencourt atua como Diretor Financeiro.					
Bruno Mares Trivellato	12/08/1984	Pertence apenas à Diretoria	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	1
063.531.926-81	Comerciante	19 - Outros Diretores	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Bruno Trivellato atua como Diretor de Expansão.					
Gustavo Bartolomeu Recchioni	25/09/1978	Pertence apenas à Diretoria	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	0
030.976.156-52	Comerciante	19 - Outros Diretores	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Gustavo Bartolomeu atua como Diretor de Vendas.					
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	05/07/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	0
228.226.406-10	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Antonio Miguel também é membro do Comitê Executivo, eleito em 06/12/2021.					
Ivan Trivellato	30/06/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	0
199.977.606-20	Comerciante	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Ivan Trivellato atua no cargo de Covice-Presidente do Conselho de Administração. Também é membro do Comitê Executivo, eleito em 06/12/2021.					
Randolpho Abreu Pereira da Silva	23/07/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	0
508.673.696-04	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/12/2021	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não Aplicável					
Alberto Portugal Milward De Azevedo	26/05/1958	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	0
324.980.046-53	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Alberto Portugal também é membro da Diretoria, atuando nos cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, eleito em 06/12/2021, e do Comitê Executivo, eleito em 06/12/2021.					
Gerson Bartolomeo Filho	28/09/1959	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	06/12/2021	2 (dois) anos, estendido até a AGO de 2023	0
414.467.636-68	Comerciante	39 - Outros Conselheiros / Diretores	06/12/2021	Sim	0.00%
O Sr. Gerson Bartolomeu atua no cargo de Covice-Presidente do Conselho de Administração. Também é membro da Diretoria, atuando no cargo de Diretor de Compras, eleito em 06/12/2021, Presidente do Comitê Executivo, eleito em 06/12/2021.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Gustavo Bittencourt Bartolomeu - 055.013.446-88

O Sr. Gustavo Bittencourt Bartolomeu é graduado em Administração pela Universidade UNA e Pós-Graduado em Logística pela Fundação Dom Cabral. Trabalha na Companhia desde outubro de 2006.
O Sr. Gustavo Bittencourt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Bruno Mares Trivellato - 063.531.926-81

O Sr. Bruno Mares Trivellato é graduado em Administração pelo Centro Universitário Newton Paiva e cursa MBA em Administração de Empresas na Fundação Dom Cabral. É fundador da Start Up 1000 Obras, plataforma online que une o consumidor e profissionais da construção civil, onde atuou no período de junho de 2016 e julho de 2020. Entrou na Companhia em junho de 2008, onde atuou como Administrador de Compras, cargo que ocupou desde a sua entrada até abril de 2021, e como Diretor de Expansão, desde agosto de 2020.
O Sr. Bruno Mares não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Gustavo Bartolomeu Recchioni - 030.976.156-52

O Sr. Gustavo Bartolomeu Recchione é graduado em Fisioterapia pela Universidade Gama Filho (RJ). Trabalha na Companhia desde junho de 2008.
O Sr. Gustavo Bartolomeu não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Antonio Miguel Girundi Bartolomeu - 228.226.406-10

O Sr. Antônio Miguel Girundi Bartolomeu trabalha na Companhia desde os anos 70. Já percorreu todos os setores e, em 1981, tornou-se Diretor Financeiro da Companhia, cargo que ocupou até ser eleito para o Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Antônio Miguel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Ivan Trivellato - 199.977.606-20

O Sr. Ivan Trivellato trabalha na Companhia desde os anos 70. Já percorreu todos os setores e, em 1981, tornou-se Diretor de Compras, cargo que ocupou até ser eleito para o Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Ivan Trivellato não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Randolpho Abreu Pereira da Silva - 508.673.696-04

O Sr. Randolpho Abreu Pereira da Silva é Diretor Presidente da Techsop desde 2011, empresa especializada em e-commerce, com foco em marketplaces. Além disso, atua na Companhia desde o ano de 2009.
O Sr. Randolpho Abreu não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Alberto Portugal Milward De Azevedo - 324.980.046-53

O Sr. Alberto Portugal Milward de Azevedo é graduado em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trabalha na Companhia desde maio de 1986 e percorreu todo o setor comercial. Foi eleito como Diretor de Vendas da Companhia em 1990, cargo que ocupou até ser eleito para seu cargo atual.
O Sr. Alberto Portugal não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Gerson Bartolomeo Filho - 414.467.636-68

O Sr. Gerson Bartolomeo Filho possui diploma do Ensino Médico Técnico em Siderurgia pela Escola técnica Vital Brasil. Trabalha na Companhia desde os anos 70, onde percorreu todos os setores. Em 1981, tornou-se Diretor de Compras, cargo que ocupou até ser eleito para o Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Gerson Bartolomeo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gustavo Bittencourt Bartolomeu - 055.013.446-88	
N/A	
Bruno Mares Trivellato - 063.531.926-81	
N/A	
Gustavo Bartolomeu Recchioni - 030.976.156-52	
N/A	
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu - 228.226.406-10	
N/A	

Ivan Trivellato - 199.977.606-20

N/A

Randolpho Abreu Pereira da Silva - 508.673.696-04

N/A

Alberto Portugal Milward De Azevedo - 324.980.046-53

N/A

Gerson Bartolomeo Filho - 414.467.636-68

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antônio de Pádua Soares Pelicarpo	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	17/10/1954	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
293.142.676-87		Contador		06/12/2021	0	0.00%
Não Aplicável						
Ives Alexandre Nunes	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	21/10/1963	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
520.577.126-72		Contador		06/12/2021	0	0.00%
Não Aplicável						
Alessandro Bruno Antunes Carvalho Tamietti	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	15/10/1979	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
035.065.786-69		Contador		06/12/2021	0	0.00%
Não Aplicável						
Gerson Bartolomeo Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/09/1959	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
414.467.636-68	Comitê Executivo	Comerciante		06/12/2021	0	0.00%
O Sr. Gerson Bartolomeu é Presidente do Comité Exeutivo e também Diretor de Compras e Covice-Presidente do Conselho de Administração.						
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/07/1956	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
228.226.406-10	Comitê Executivo	Empresário		06/12/2021	0	0.00%
O Sr. Antonio Miguel também é Presidente do Conselho de Administração.						
Alberto Portugal Milward De Azevedo	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/1958	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
324.980.046-53	Comitê Executivo	Empresário		06/12/2021	0	0.00%
O Sr. Alberto Portugal também é Diretor-Presidente e membro do Conselho de Administração.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Ivan Trivellato	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/1954	06/12/2021	2 anos, estendido até a primeira RCA após a AGO de 2023
199.977.606-20	Comitê Executivo	Comerciante		06/12/2021	0	0.00%
O Sr. Ivan Trivellato também é Covi-Presidente do Conselho de Administração.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo - 293.142.676-87

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo - 293.142.676-87
O Sr. Antônio de Pádua é graduado em Ciências Contábeis pelo Unicentro Newton Paiva, Pós-Graduado em Consultoria Contábil pelo Unicentro Newton Paiva e Mestrando em Contabilidade pela FUCAPE – Business School. Além disso, foi certificado como Membro de Comitê de Auditoria Experiente pelo IBGC em 12/04/2021 e certificado como Conselheiro Fiscal pelo IBGC em 24/06/2020. É, desde 2016, membro do Conselho Fiscal do Grupo União e do Comitê de Auditoria da Rio Branco Alimentos S.A.. Além disso, atua, desde 2019, como Coordenador do Comitê de Auditoria da Fundação Sistel de Seguridade e, desde 2021, como Presidente do Conselho Fiscal da Localiza.
O Sr. Antônio de Pádua não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Ives Alexandre Nunes - 520.577.126-72

Ives Alexandre Nunes – 520.577.126-72
O Sr. Ives Alexandre Nunes é graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-Graduado em Finanças e Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pós-Graduado em Controladoria pela Universidade Gama Filho, além de ter cursado um Mestrado Profissionalizante em Ciências Contábeis pela Fundação Inst. Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças. Era Membro da Diretoria Executiva responsável pelo gerenciamento das operações financeiras, contábeis e fiscais do Banco Mercantil de Investimento S/A no período de agosto de 2016 a março de 2019. Atualmente é integrante da Quadro Consultoria, que realiza consultoria contábil e financeira em empresas de segmentos diversos, além de ser professor do IBMEC e PUC MINAS, ministrando disciplinas ligadas a finanças e contabilidade nos cursos de graduação e pós-graduação.
O Sr. Ives Alexandre não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Alessandro Bruno Antunes Carvalho Tamietti - 035.065.786-69

Alessandro Bruno Antunes Carvalho Tamietti – 035.065.786-69
O Sr. Alessandro Bruno Antunes Carvalho Tamietti é graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva, possui MBA em Gestão Contábil e Tributária pela Universidade Gama Filho, possui Pós-MBA pela Universidade Federal de Minas Gerais, além de ser graduando em Direito no Centro Universitário Newton Paiva. Fundou o Grupo Alcatti há 13 ano, grupo de empresas de Consultoria e Auditoria, no qual é sócio até hoje. Adicionalmente, é Sócio fundador e diretor presidente da Nanonib Nanotecnologia e Inovação em Nióbio Ltda., startup que produz nanopartículas de nióbio para diversos usos, e sócio e diretor presidente da Yeva Cosmétiques Ltda., desenvolvedora de produtos nanotecnológicos e que atua na indústria de cosméticos.
O Sr. Alessandro Bruno não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Gerson Bartolomeo Filho - 414.467.636-68

O Sr. Gerson Bartolomeo Filho possui diploma do Ensino Médico Técnico em Siderurgia pela Escola técnica Vital Brasil. Trabalha na Companhia desde os anos 70, onde percorreu todos os setores. Em 1981, tornou-se Diretor de Compras, cargo que ocupou até ser eleito para o Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Gerson Bartolomeo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Antonio Miguel Girundi Bartolomeu - 228.226.406-10

O Sr. Antônio Miguel Girundi Bartolomeu trabalha na Companhia desde os anos 70. Já percorreu todos os setores e, em 1981, tornou-se Diretor Financeiro da Companhia, cargo que ocupou até ser eleito para o Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Antônio Miguel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Alberto Portugal Milward De Azevedo - 324.980.046-53

O Sr. Alberto Portugal Milward de Azevedo é graduado em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trabalha na Companhia desde maio de 1986 e percorreu todo o setor comercial. Foi eleito como Diretor de Vendas da Companhia em 1990, cargo que ocupou até ser eleito para seu cargo atual.
O Sr. Alberto Portugal não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Ivan Trivellato - 199.977.606-20

O Sr. Ivan Trivellato trabalha na Companhia desde os anos 70. Já percorreu todos os setores e, em 1981, tornou-se Diretor de Compras, cargo que ocupou até ser eleito para o Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Ivan Trivellato não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antônio de Pádua Soares Pelicarpo - 293.142.676-87	
N/A	
Ives Alexandre Nunes - 520.577.126-72	
N/A	
Alessandro Bruno Antunes Carvalho Tamietti - 035.065.786-69	
N/A	
Gerson Bartolomeo Filho - 414.467.636-68	
N/A	
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu - 228.226.406-10	
N/A	
Alberto Portugal Milward De Azevedo - 324.980.046-53	
N/A	
Ivan Trivellato - 199.977.606-20	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu	228.226.406-10	Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.	17.359.233/0001-88	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Gustavo Bartolomeu Recchioni	030.976.156-52	Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.	17.359.233/0001-88	
Membro da Diretoria				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Ivan Trivellato	199.977.606-20	Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.	17.359.233/0001-88	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Bruno Mares Trivellato	063.531.926-81	Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.	17.359.233/0001-88	
Membro da Diretoria				
Observação				
N/A				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não haviam relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 3 (três) anos e no exercício social corrente, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	13/05/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	21/07/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	07/05/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	11/11/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	06/12/2021	100%	NÃO

Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado, ao qual estamos em processo de adesão, é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Destacamos abaixo algumas das principais regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas, dentre outros:

(i) o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;

(ii) no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;

(iii) instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);

12.12 - Outras informações relevantes

(iv) em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;

(v) o conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;

(vi) a empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% ou 15% das ações em circulação (*free float*), neste último caso, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses;

(vii) estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;

(viii) elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com Partes Relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);

(ix) divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos *e press releases* de resultados; e

(x) divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos acionistas controladores.

Além disto, aderimos voluntariamente várias práticas de governança corporativa recomendadas pelo CBGC. Dentre essas práticas, descritas ao longo deste Formulário de Referência, sendo algumas delas exigência do Regulamento do Novo Mercado, destacam-se as seguintes:

(i) as funções de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor não devem ser acumuladas pela mesma pessoa;

(ii) possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário, composto por pelo menos 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dos quais pelo menos um deve ser um membro do Conselho de Administração. Este comitê, entre suas funções, aconselha o nosso Conselho Administrativo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e conformidade;

(iii) nosso Conselho de Administração aprovou os seguintes documentos corporativos formais: (i) Código de Conduta; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Divulgação de Informações; (iv) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (v) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (vi) Política de Indicação de Administradores; (vii) Política de Remuneração de Administradores; (viii) Regimento Interno do Conselho de Administração; (ix) Regimento Interno de Comitê de Auditoria não estatutário; (x) Regimento Interno da Diretoria; e (xi) Regimento Interno do Comitê Executivo;

(iv) aderimos à Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de litígios envolvendo a Companhia e nossos administradores e acionistas;

(v) possuímos apenas ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto nas Assembleias Gerais;

12.12 - Outras informações relevantes

(vi) nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag-along*);

(vii) nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem de nossas ações ordinárias no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; e

(viii) definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias.

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Este item 13 descreve as práticas da Companhia com relação à remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores estatutários, diretores não-estatutários, do Comitê Executivo e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, de acordo com a Política de Remuneração da Administração aprovada em 06 de dezembro de 2021 por nosso Conselho de Administração e que entrará em vigor em 01 de janeiro de 2022 ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (www.tambasa.com/ri) e fisicamente no endereço de nossa sede.

Adicionalmente, este item também descreve as práticas que pretendemos adotar com relação à remuneração de membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, contudo, tais membros terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a lei aplicável.

A Companhia busca remunerar adequadamente as competências e responsabilidades de seus profissionais, por meio de práticas de remuneração destinadas a desenvolver valores individuais e coletivos. As práticas de remuneração previstas na Política de Remuneração, revisadas em preparação para a abertura de capital da Companhia, visam a alinhar os objetivos da Companhia com a produtividade e eficiência de seus administradores e equipe de colaboradores, mantendo competitividade no mercado em que atua, e sendo uma ferramenta de efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para sua administração, estando alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, os membros do Comitê Executivo membros e membros dos demais Comitês, quando e se criados, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De maneira geral, a Companhia busca remunerar adequadamente as competências e responsabilidades de seus profissionais, por meio de práticas de remuneração destinadas a desenvolver valores individuais e coletivos. Tais práticas de remuneração visam a alinhar os objetivos da Companhia com a produtividade e eficiência de seus administradores e equipe de colaboradores, mantendo a competitividade no mercado que atua, além de atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Em linhas gerais, a remuneração fixa tem como objetivo principal remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado. Os pacotes de benefícios visam a oferecer

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

condições atrativas, adequadas às condições gerais do mercado. A remuneração variável, quando aplicável, busca alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas, considerando uma combinação de metas corporativas, empresariais e individuais com base em desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia. Por fim, os incentivos de longo prazo, conforme aplicáveis, por meio de remuneração baseada em ações, buscam reforçar o compromisso com as estratégias corporativas da Companhia.

Conselho de Administração, do Comitê Executivo e dos demais Comitês

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e demais Comitês, sendo composta por:

- Pró-labore: os membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e dos demais Comitês receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada por, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao da Companhia. O pró-labore visa a remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado.

- Benefícios (diretos e indiretos): A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e dos demais Comitês com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membro do comitê. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração, os membros do Comitê Executivo e de eventuais Comitês estatutários poderão estar cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O). O objetivo é oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado.

Os membros do Comitê Executivo farão jus a um bônus anual até 3,76% (três inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do EBITDA da Companhia. O montante do bônus poderá ser acrescido em até 20% (vinte por cento) quando: (i) houver o crescimento do volume de vendas da Companhia, descontada a inflação, em mais de 10% (dez por cento) em relação ao exercício social anterior; e (ii) a Margem Líquida for maior que 7% (sete por cento).

Os membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e dos demais Comitês podem ser elegíveis a eventuais planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações que vierem a ser estabelecidos para os Diretores da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e dos demais Comitês do Conselho de Administração não farão jus aos benefícios pós-emprego. Os membros do Conselho de Administração e dos demais Comitês do Conselho de Administração não farão jus a remuneração variável.

A metodologia de determinação da remuneração variável deve ser revista anualmente para assegurar o alinhamento com o objetivo e as diretrizes desta Política.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a qualquer acréscimo de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês, salvo no caso dos membros do Comitê Executivo.

Diretoria

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas na Companhia, bem como na experiência individual, sendo composta por:

- Pró-labore ou Salário: os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia. O salário ou pró-labore visa a remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado.

- Benefícios (diretos e indiretos): os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Vale Refeição; (iii) Seguro de Vida.; (iv) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O); e (v) Plano de Previdência. O objetivo é oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado.

A remuneração variável é um elemento discricionário e adicional de remuneração, que permite à Companhia oferecer retribuição adicional aos Diretores pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia.

Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus ou participação nos lucros ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração. A metodologia de determinação da remuneração variável deve ser revista anualmente para assegurar o alinhamento com o objetivo e as diretrizes da Política de Remuneração.

Com relação a benefícios pós-emprego, a Companhia poderá conceder um plano de previdência aos diretores estatutários e não estatutários, em que as modalidades, entre outros benefícios, serão determinados pelo Conselho de Administração. Da mesma maneira, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, conceder benefícios motivados pela cessação do cargo específicos aos diretores estatutários e não estatutários.

Por fim, com relação à remuneração baseada em ações, os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções, ações restritas ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

O desenho dos eventuais planos de incentivos de longo prazo, com remuneração baseada em ações, se e quando instituídos, será desenvolvido com o apoio de consultores externos e visará gerar incentivos concretos para a atração, motivação e retenção dos diretores, além de alinhar seus interesses aos interesses dos acionistas e aos objetivos estratégicos da Companhia, de modo a maximizar a criação de valor no longo prazo. A diluição societária não será superior a 1% (um por cento) do capital social.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações que vierem a ser estabelecidos pela Companhia, terão seus regramentos definidos em documentos específicos, a serem submetidos à aprovação dos acionistas em assembleia geral.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas de instalação.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3 (três) exercícios sociais:

2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100,00%

2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100,00%

2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100,00%

O Conselho de Administração foi instituído somente em dezembro de 2021 e até o exercício social de 2021 os Diretores receberam da Companhia apenas remuneração fixa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fim de estabelecer a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, Diretores e membros de Comitês, a Companhia pretende realizar pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração que oferece são satisfatórios e se eles permitem reter os profissionais. Essas pesquisas poderão ser realizadas internamente, pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultores, especializados e reconhecidos, contratados pela Companhia, analisando os grandes grupos econômicos que operam no mesmo setor. Eventualmente e conforme

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

necessidade, poderão ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave de membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado das empresas de atuação do mesmo segmento. Como critérios para o reajuste anual da remuneração fixa dos órgãos da administração da Companhia, serão considerados: (i) quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados por empresas do mesmo setor e porte no mercado, considerando, ainda, posições de complexidade similar; e (ii) meritocracia.

O incentivo de curto prazo para os Diretores Estatutários e Diretores não Estatuários da Companhia está vinculado a um conjunto de metas, conforme estabelecidas pelo Conselho de Administração e Diretores Estatutários, respectivamente. O cálculo do montante a ser pago se baseará em indicadores que consideram um conjunto de objetivos corporativos, comerciais e individuais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As práticas de remuneração previstas na Política de Remuneração destinam-se a manter o equilíbrio entre os componentes de remuneração de curto, médio e longo prazos, além de garantir o alinhamento com os objetivos corporativos, enquanto mantendo competitividade no mercado e a capacidade de atrair e reter seus executivos e principais colaboradores, bem como remunerá-los de acordo com as responsabilidades atribuídas a seus cargos e em linha com seu desempenho individual e visão de longo prazo.

A Companhia analisa a performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de seus executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração prevista na Política de Remuneração são o incentivo à melhoria de gestão e a permanência de executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que não há administradores não remunerados na Companhia na data deste Formulário de Referência. Conforme acima exposto, os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual dos colaboradores da Companhia, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados são estabelecidos de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia, no caso dos diretores e por, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro do Conselho de Administração, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao da Companhia.

Com relação à remuneração variável, os membros do Comitê Executivo farão jus a um bônus anual até 5,5% (cinco inteiros e cinco centésimos por cento) do lucro líquido da Companhia. O montante do bônus

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

poderá ser acrescido em até 20% (vinte por cento) quando: (i) houver o crescimento do volume de vendas da Companhia, descontada a inflação, em mais de 10% (dez por cento) em relação ao exercício social anterior; e (ii) a lucratividade (margem líquida) for maior que 7% (sete por cento)..Os membros do Conselho de Administração e dos demais Comitês do Conselho de Administração não farão jus a remuneração variável.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: analisamos a performance da Companhia e o desempenho de sua diretoria regularmente, de forma a acompanhar o atingimento das metas, da Companhia e individuais, calculando eventuais aumentos de acordo com o merecimento de cada administrador e considerando, ainda, os nossos resultados históricos e planejamento estratégico. Ainda, a Companhia busca incentivar os administradores a buscar melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de maneira a alinhar seus interesses com os da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia oferece uma remuneração competitiva no mercado, com o objetivo de atrair e reter talentos que a ajudem a atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazos. Considerando o modelo de negócios, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para o crescimento e, portanto, a estratégia de remuneração deve conter mecanismos que incentivem o comprometimento contínuo por um longo tempo, equilibrando desenvolvimento e crescimento com os resultados da Companhia e valor agregado para os acionistas.

A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade nas atividades da Companhia. Adicionalmente, a parcela variável da remuneração dos administradores da Companhia, a ser implementada a partir de 2022, de acordo com a Política de Remuneração, buscará garantir alinhamento entre os interesses dos administradores aos dos acionistas, considerando uma combinação de metas corporativas, empresariais e individuais com base em desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participam do processo decisório sobre a remuneração da administração a Assembleia Geral da Companhia e seu Conselho de Administração. A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração individual de seus membros, bem como remuneração individual do Diretor-Presidente e dos demais diretores. O Conselho de Administração poderá delegar ao Diretor-Presidente a fixação da remuneração individual dos demais diretores, observada a aderência à Política de Remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, a Companhia pretende realizar pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange uma remuneração fixa mensal, recebida a título de pró labore. Estas pesquisas devem levar em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que o da Companhia, além de companhias de porte semelhante, e busca identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração pretende avaliar anualmente a adequação da Política de Remuneração, avaliandose a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro,levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	7,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.908.000,00	112.200,00	2.020.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	5.593,65	0,00	5.593,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	26.427,60	0,00	26.427,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.940.021,25	112.200,00	2.052.221,25

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	5,25	3,00	8,25
Nº de membros remunerados	0,00	5,25	3,00	8,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.635.000,00	131.325,00	1.766.325,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.923,49	0,00	1.923,49
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	10.080,00	0,00	10.080,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.647.003,49	131.325,00	1.778.328,49

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,50	3,00	7,50
Nº de membros remunerados	0,00	4,50	3,00	7,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.542.000,00	107.100,00	1.649.100,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.542.000,00	107.100,00	1.649.100,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	5,08	3,00	8,08
Nº de membros remunerados	0,00	5,08	3,00	8,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.659.000,00	91.800,00	1.750.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.659.000,00	91.800,00	1.750.800,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração variável para a Diretoria, o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, bem como para o exercício social corrente.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia em vigor ao final do último exercício social e não há previsão para o exercício social corrente.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31 de dezembro de 2020, os membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Companhia

Órgão	Ações[1] [2]		Opções	
	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	606.153.397	93,5096%	0	0
Diretoria	33.073.671	5,1022%	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

[1] As ações de titularidade de membros que integram a Diretoria e o Conselho de Administração estão sendo consideradas como de titularidade de membros do Conselho do Administração, apenas.
[2] São consideradas as participações diretas e indiretas. Para mais informações, ver o item 15 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, os membros da administração detinham as seguintes participações societárias na GB Atacadistas Ltda.:

Órgão	Cotas[1]		Opções	
	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	3.517	18%	0	0
Diretoria	309	1,545%	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria**	**Total**
Número de membros	0	7	7
Número de membros remunerados	0	3	3
Nome do plano	N/A	Contrato de Previdência Complementar – Plano Coletivo Instituída	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A		N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	.Ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade e, no mínimo, 20 (vinte) anos de vínculo com a Companhia	N/A
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	N/A	R$34.044,48	R$34.044,48

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R$)	N/A	R$ 2.463,12	R$ 2.463,12
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O Participante poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia contado de sua inscrição do PGBL, resgatar ou portar, total ou parcialmente, o saldo da Provisão do Participante – Parte Participante Mensal e da Provisão do Participante – Parte Participante Voluntária (conforme definidos do Contrato). O intervalo mínimo entre pedidos de resgate ou portabilidade de um mesmo Participante será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do registro do último pedido.	N/A

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	5,25	4,50	5,08	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,25	4,50	5,08	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	3.825,00	3.825,00	2.550,00
Valor da menor remuneração(Reais)	13.000,00	17.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	2.550,00	2.550,00
Valor médio da remuneração(Reais)	26.142,91	28.555,56	27.214,57	0,00	0,00	0,00	3.647,92	2.975,00	2.550,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Diretoria Estatutária - valor apurado com exclusão de membro do órgão com permanência por menos de 12 meses, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A política atual da Companhia é de que não há qualquer mecanismo de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da seção 13 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

Em linha com a nova Política de Remuneração, aprovada em 06 de dezembro de 2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o salário ou pró-labore previsto para os administradores para o exercício social de 2022 é de R$ 7,920.000,00, sendo R$ 3.960.000,00 para os 5 membros remunerados do Conselho de Administração e R$ 3.960.000,00 para os 5 membros remunerados da Diretoria.

No que tange à remuneração variável, os membros do Comitê Executivo da Companhia farão jus a um bônus anual, a ser determinado com base nos critérios estabelecidos pela Política de Remuneração (para uma descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles, ver item “13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”). Os demais componentes da remuneração global dos administradores não devem ter alteração relevante.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo, demonstra o número de empregados da Companhia e de suas subsidiárias em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, divididos por atividade desempenhada:

Atividade	Empregados por Atividade Desempenhada			
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	30/09/2021
Analista	60	55	51	49
Administrativo	401	409	404	438
Coordenador	31	34	32	32
Diretoria/executivo	5	4	7	7
Médico	2	2	2	2
Estagiário	12	9	4	10
Encarregado	9	5	5	4
Gerente	139	131	128	126
Operacional	1600	1552	1684	1586
Motorista	116	98	93	87
Líder	69	71	67	62
Técnico	53	51	56	52
Vendedor	103	100	98	89
Supervisor	11	16	14	13
Comprador	6	5	5	5
Contador	1	1	1	1
Consultor	5	6	7	7
Conselheiro	3	3	3	3
Aprendiz	111	118	106	121
Total	**2.737**	**2.670**	**2.767**	**2.694**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

A tabela abaixo, demonstra o número de empregados da Companhia e de suas subsidiárias em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, divididos por localização geográfica.

Atividade	Empregados por Localização			
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	30/09/2021
Contagem/MG	2.529	2.462	2.580	2.487
Montes Claros/MG	138	143	128	133
Timon/MA	70	65	59	64
Total	**2.737**	**2.670**	**2.767**	**2.684**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não contratou prestadores de serviços terceirizados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos anos de 2020, 2019 e 2018.

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade no total da Companhia e de suas subsidiárias (incluído as operações em todos países), que considera o total de saídas de funcionários durante o período, em relação ao total de funcionários da Companhia no fim do período, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e para os anos de 2020, 2019 e 2018 foi:

30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1,47%	1,37%	1,40%	1,18%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Não possuímos uma política de remuneração formalmente aprovada. A prática de remuneração da Companhia é compatível com sua política de gerenciamento de riscos e formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotados por nós.

Assim, oferecemos uma remuneração competitiva com o mercado para atrair e reter talentos para nos ajudar a alcançar nossos objetivos de curto, médio e longo prazo. Considerando o modelo de nossos negócios, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para o nosso crescimento, de modo que a estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que incentivem os colaboradores a permanecer por longo prazo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os seus resultados e o valor agregado para os acionistas.

(b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não aplicável.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Temos um bom relacionamento com nossos empregados e com os sindicatos que os representam, a saber:

- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Contagem (SINTRACC);
- Sindicato Patronal do Comércio de Contagem e Ibirité; e
- Sindicato dos Comerciários de Montes Claros (SINDCOMERCIÁRIO)

Nos últimos três exercícios sociais, nossos profissionais não estiveram envolvidos em movimento de greve, paralisação ou manifestações.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Louise Bartolomeu Coutinho Villela					
075.321.836-45	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
17.709.500	4,624%	0	0,000%	17.709.500	4,624%
Priscila Bartolomeu Neves					
013.046.726-03	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
3.500.000	0,914%	0	0,000%	3.500.000	0,914%
Virgínia Bartolomeo					
315.729.286-20	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
5.903.500	1,541%	0	0,000%	5.903.500	1,541%
Marcela Bartolomeo Martins					
066.919.386-07	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
5.903.500	1,541%	0	0,000%	5.903.500	1,541%
Frederico Bartolomeo Martins					
088.486.186-42	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
5.903.500	1,541%	0	0,000%	5.903.500	1,541%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Walter Bartolomeu					
426.130.946-72	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
8.854.800	2,312%	0	0,000%	8.854.800	2,312%
João Bosco Fonseca Bartolomeo					
420.298.726-87	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
10.257.200	2,678%	0	0,000%	10.257.200	2,678%
Thiago Cordeiro Bartolomeu					
054.278.136-08	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
8.854.800	2,312%	0	0,000%	8.854.800	2,312%
Leonardo Bartolomeu Neves					
054.203.986-99	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
3.500.000	0,914%	0	0,000%	3.500.000	0,914%
Regina Coeli Bartolomeu Neves					
317.249.306-72	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
10.709.500	2,796%	0	0,000%	10.709.500	2,796%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Maria Auxiliadora Bartolomeo					
509.323.576-87	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
5.903.500	1,541%	0	0,000%	5.903.500	1,541%
Sofia Bartolomeo Abreu e Silva					
124.740.596-60	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
5.903.100	1,541%	0	0,000%	5.903.100	1,541%
Lucca Bartolomeo Abreu Silva					
122.306.116-74	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
5.903.100	1,541%	0	0,000%	5.903.100	1,541%
Gustavo Bittencourt Bartolomeu					
055.013.446-88	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
3.830.000	1,000%	0	0,000%	3.830.000	1,000%
Cristiano Rodrigues da Cunha					
794.217.336-49	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
2.515.000	0,657%	0	0,000%	2.515.000	0,657%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Grazielli Bittencourt Bartolomeu					
013.069.596-32	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
7.660.000	2,000%	0	0,000%	7.660.000	2,000%
Bernardo Bartolomeo Moreira					
052.441.626-59	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
3.830.000	1,000%	0	0,000%	3.830.000	1,000%
Rosângela Bartolomeo Moreira					
989.839.036-00	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
10.049.500	2,624%	0	0,000%	10.049.500	2,624%
Felipe Bartolomeo Moreira					
036.745.616-89	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
3.830.000	1,000%	0	0,000%	3.830.000	1,000%
Breno Bartolomeu Recchioni					
037.343.676-97	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
8.854.800	2,312%	0	0,000%	8.854.800	2,312%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Gustavo Bartolomeu Recchioni					
030.976.156-52	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
8.854.700	2,311%	0	0,000%	8.854.700	2,311%
Gerson Henrique Milward de Azevedo					
501.050.606-82	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.658.200	1,216%	0	0,000%	4.658.200	1,216%
Alberto Portugal Milward De Azevedo					
324.980.046-53	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.658.200	1,216%	0	0,000%	4.658.200	1,216%
Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo					
222.195.016-04	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.658.200	1,216%	0	0,000%	4.658.200	1,216%
Myrian Stancioli Bartolomeu					
029.475.726-02	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
15.096.500	3,942%	0	0,000%	15.096.500	3,942%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo					
874.932.846-87	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.658.200	1,216%	0	0,000%	4.658.200	1,216%
Eliane Girundi Bartolomeu Silva					
564.242.726-15	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
33.833.200	8,834%	0	0,000%	33.833.200	8,834%
Antonio Miguel Girundi Bartolomeu					
228.226.406-10	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
22.343.300	5,834%	0	0,000%	22.343.300	5,834%
Gilton Girundi Bartolomeu					
401.901.296-20	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
33.833.200	8,834%	0	0,000%	33.833.200	8,834%
Gerson Bartolomeo Filho					
414.467.636-68	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
25.162.000	6,570%	0	0,000%	25.162.000	6,570%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizzarro					
521.644.466-15	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
33.833.200	8,834%	0	0,000%	33.833.200	8,834%
Thiago Bartolomeu Fonseca					
090.260.316-70	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
6.533.300	1,706%	0	0,000%	6.533.300	1,706%
Silvia Emília Trivellato Arruda					
526.684.526-00	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.687.000	1,224%	0	0,000%	4.687.000	1,224%
Leda Soares Neves da Cunha					
186.691.156-20	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
2.374.600	0,620%	0	0,000%	2.374.600	0,620%
Ivan Trivellato					
199.977.606-20	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.648.700	1,214%	0	0,000%	4.648.700	1,214%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Marília Trivellato Rolla					
096.394.908-06	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.648.700	1,214%	0	0,000%	4.648.700	1,214%
Maura Trivellato					
475.074.706-87	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
4.648.700	1,214%	0	0,000%	4.648.700	1,214%
Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu					
096.493.806-55	Brasileiro-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
6.533.400	1,706%	0	0,000%	6.533.400	1,706%
Tatiana Bartolomeu Fonseca					
054.544.716-07	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
6.533.400	1,706%	0	0,000%	6.533.400	1,706%
Ana Luiza Carneiro Bartolomeu					
097.711.456-22	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021	
Não					
6.533.300	1,706%	0	0,000%	6.533.300	1,706%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**		
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**				
Sônia Maria Rodrigues Lessa						
042.254.006-46	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021		
Não						
2.374.600	0,620%	0	0,000%	2.374.600	0,620%	
Maria José Rodrigues Da Cunha						
377.469.606-34	Brasileira-MG	Não	Sim	06/12/2021		
Não						
2.521.300	0,658%	0	0,000%	2.521.300	0,658%	
OUTROS						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
TOTAL						
383.001.200	100,000%	0	0,000%	383.001.200	100,000%	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	06/12/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	43
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	383.000.000	100,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	383.000.000	100,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Na data deste Formulário de Referência não possuímos nenhum Acordo de Acionistas em vigor, do qual nossos acionistas sejam parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

a) evento	Compra da totalidade de quotas da GB Atacadistas Ltda. ("GB") detidas por seus quotistas para a Companhia.
b) principais condições do negócio	Em 30 de novembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos quotistas da GB, por meio do qual a Companhia adquiriu 12.260.000 quotas, representativas da totalidade das quotas da GB, pelo valor de R$ 12.260.000,00 (doze milhões duzentos e sessenta mil reais).
c) sociedades envolvidas	Companhia e GB Atacadistas Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Em razão da venda da totalidade das quotas da GB para a Companhia, esta passou a consolidar os resultados da GB, até então uma sociedade sob controle comum, eliminando assim potenciais conflitos de interesses.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A venda foi feita a valor patrimonial contábil, tendo em vista que as sociedades estavam sob controle comum, não havendo necessidade de adoção de mecanismos para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.
e) quadro societário antes e depois da operação	Antes: Depois:

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 Fornecer outras informações relevantes

Acordo de Acionistas

Na data deste Formulário de Referência, os acionistas controladores da Companhia estão discutindo a possível celebração de um acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas"), que contará, ao menos, com as principais características e dispositivos indicados neste item 15.8.

Serão partes, no Acordo de Acionistas, os acionistas controladores da Companhia, quais sejam: (i) Antônio Miguel Girundi Bartolomeu; (ii) Gustavo Bittencourt Bartolomeu; (iii) Grazielli Bittencourt Bartolomeu; (iv) Maria Aparecida Girundi Bartolomeu Pizarro; (v) Gilton Girundi Bartolomeu; (vi) Eliane Girundi Bartolomeu Silva; (vii) Alberto Portugal Milward de Azevedo; (viii) Gerson Henrique Milward de Azevedo; (ix) Gisélia Bartolomeu Milward de Azevedo; (x) Gesmair Bartolomeu Milward de Azevedo; (xi) Gerson Bartolomeo Filho; (xii) João Bosco Fonseca Bartolomeo; (xiii) Walter Bartolomeu; (xiv) Thiago Cordeiro Bartolomeu; (xv) Regina Coeli Bartolomeu Neves; (xvi) Leonardo Bartolomeu Neves; (xvii) Priscila Bartolomeu Neves; (xviii) Louise Bartolomeu Coutinho Villela; (xix) Virgínia Bartolomeo; (xx) Maria Auxiliadora Bartolomeo; (xxi) Rosângela Bartolomeo Moreira; (xxii) Gustavo Bartolomeu Recchioni; (xxiii) Breno Bartolomeu Recchioni; (xxiv) Lucca Bartolomeo Abreu Silva; (xxv) Sofia Bartolomeo Abreu e Silva; (xxvi) Frederico Bartolomeo Martins; (xxvii) Marcela Bartolomeo Martins; (xxviii) Bernardo Bartolomeo Moreira; (xxix) Felipe Bartolomeo Moreira; (xxx) Myrian Stancioli Bartolomeu; (xxxi) Thiago Bartolomeu Fonseca; (xxxii) Tatiana Bartolomeu Fonseca; (xxxiii) Luiz Felipe Carneiro Bartolomeu; (xxxiv) Ana Luiza Carneiro Bartolomeu; (xxxv) Maria José Rodrigues da Cunha; (xxxvi) Cristiano Rodrigues da Cunha; (xxxvii) Sônia Maria Rodrigues Lessa; (xxxviii) Leda Soares Neves da Cunha; (xxxix) Silvia Emília Trivellato Arruda; (xl) Ivan Trivellato; (xli) Maura Trivellato; e (xlii) Marília Trivellato Rolla; que serão divididos em núcleos familiares ("Núcleos Familiares" ou "Acionistas"), e a Companhia participará na qualidade de interveniente anuente (a Companhia, em conjunto com os Acionistas, "Partes").

O Acordo de Acionistas a ser celebrado entrará em vigor na data de sua assinatura e terá prazo de vigência inicialmente até 2036, podendo ser automaticamente terminado em relação a todas as Partes integrantes, caso as ações ordinárias detidas pelos Acionistas que estejam expressamente vinculadas ao Acordo de Acionistas ("Ações Vinculadas") a um determinado Núcleo Familiar passem a representar uma participação inferior a 5% (cinco por cento) de todas as ações do capital social da Companhia.

Sujeitar-se-ão ao Acordo de Acionistas as Ações Vinculadas, de modo que as Partes se comprometem a exercer o direito de voto de acordo com as obrigações assumidas no Acordo de Acionistas.

Previamente a cada Assembleia Geral da Companhia deverá ser convocada e realizada reunião para discutir cada uma das matérias da ordem do dia da Assembleia Geral, em que somente o representante de cada núcleo familiar participará ("Reunião Prévia"). Os representantes dos Núcleos Familiares deverão envidar seus esforços para que haja um consenso com relação às deliberações a serem tomadas nas Reuniões Prévias.

Na Reunião Prévia, para cada Ação com direito a voto de titularidade das Partes integrantes dos Núcleos Familiares presentes à Reunião Prévia será atribuído um voto. Exceto no que se refere à eleição de membros do conselho de administração da Companhia, a aprovação das decisões da

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Reunião Prévia dependerá do voto afirmativo de representantes dos Núcleos Familiares representando no mínimo, a maioria das Ações Vinculadas presentes à Reunião Prévia. As decisões aprovadas na Reunião Prévia vincularão o voto de todas as Partes na respectiva assembleia geral, devendo as Partes votar em bloco na assembleia geral de acordo com tais decisões, inclusive com as ações de sua titularidade que não sejam vinculadas ao Acordo de Acionistas. A ausência do representante do Núcleo Familiar de qualquer Parte à Reunião Prévia, desde que regularmente convocada e instalada, não isentará ou desvinculará tal Parte da obrigação de votar em bloco de acordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia.

As partes do Acordo de Acionistas deverão sempre envidar seus melhores esforços para eleger o maior número possível de conselheiros, observados os termos da regulamentação aplicável à Companhia e o seu estatuto social. Cada Núcleos Familiar (representado por seu respectivo representante nas Reuniões Prévias), terá o direito de indicar um número de candidatos do Conselho de Administração igual à parte inteira do que couber na proporção de sua respectiva participação, desprezando-se as frações.

O Acordo de Acionistas também preverá que no caso de qualquer Acionista ("Acionista Ofertante") desejar alienar suas ações e receber uma proposta ("Proposta") por escrito de um terceiro, incluindo qualquer outro Acionista do Acordo de Acionistas ("Proponente"), o Acionista Ofertante notificará por escrito ("Aviso") cada um dos outros Acionistas ("Acionistas Ofertados"), com cópia para a Companhia, devendo o Aviso conter todos os termos e condições da Proposta, incluindo, sem limites, o nome do Proponente, a quantidade e espécie de ações envolvidas ("Ações Ofertadas") e a intenção do Acionista Ofertante em aceitar a Proposta.

Os Acionistas Ofertados terão direito de preferência ("Direito de Preferência") na aquisição das Ações Ofertadas, sendo certo, todavia, que o Direito de Preferência se exercido por qualquer um dos Acionistas Ofertados será na proporção do número de Ações Vinculadas que possuírem, nos termos e condições da Proposta. O exercício do Direito de Preferência estará sujeito aos procedimentos abaixo expostos.

Na hipótese em que um ou mais Acionistas Ofertados renuncie ou não exerça seu respectivo Direito de Preferência à aquisição das Ações Ofertadas a que fizer jus, as Ações Ofertadas sobre as quais aquele(s) Acionista(s) Ofertado(s) não exerça(m) seu Direito de Preferência ("Sobras") deverão ser adquiridas pelos demais Acionistas Ofertados que tenham notificado o Acionista Ofertante, os quais, para tal, deverão ser notificados pelo Acionista Ofertante sobre a existência e a necessidade de aquisição das Sobras.

Caso qualquer integrante de um Núcleo Familiar desejar alienar, direta ou indiretamente, de parte ou de todas as suas Ações Vinculadas e receber uma Proposta por um Proponente, o Acionista (ou Parte) Ofertante enviará um Aviso (i) a todos os integrantes de seu Núcleo Familiar; e (ii) aos Acionistas Ofertados, com cópia para a Companhia, devendo o Aviso conter todos os termos e condições da Proposta, incluindo, sem limites, o nome do Proponente, a quantidade e espécie das Ações Ofertadas e a intenção do Acionista Ofertante em aceitar a Proposta. Os integrantes do Núcleo Familiar do Acionista Ofertante, em primeiro lugar, e os Acionistas Ofertados, em segundo lugar (caso o direito de preferência não tenha sido exercido integralmente pelos integrantes do Grupo Familiar do Acionista Ofertante), terão o Direito de Preferência.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em complemento às disposições acima, na hipótese de Acionistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Ações Vinculadas, pretenderem alienar, direta ou indiretamente, isoladamente ou em conjunto, Ações Vinculadas representando o controle da Companhia, tais Acionistas terão o direito de exigir que quaisquer dos demais Acionistas alienem, em conjunto com os Acionistas Vendedores, a totalidade das Ações de que são titulares, pelo mesmo preço por ação, termos e condições ("*Drag-Along*").

Por fim, na hipótese de um ou mais Acionistas, individual ou conjuntamente, pretenderem alienar, direta ou indiretamente, em uma única ou em uma série de operações, Ações Vinculadas que representem uma alienação de controle da Companhia, os demais Acionistas terão, alternativamente ao Direito de Preferência previsto acima, o direito de, a seu exclusivo critério, alienar, em conjunto, a totalidade e não menos do que a totalidade das Ações Vinculadas de sua titularidade ao mesmo terceiro interessado, nas mesmas condições e pelo mesmo preço por Ação Vinculada ("*Tag-Along*").

Desdobramento de ações

Em 06 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 para 100 (uma para cem), sem alteração no valor do capital social, conforme indicado na Seção 17.3 abaixo.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas em nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

A Política de Partes Relacionadas é aplicável a todos os nossos colaboradores, independentemente do nível hierárquico, da função, do cargo exercido e da localidade em que se encontram, e a todos os terceiros que se relacionem direta ou indiretamente conosco.

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das Partes Relacionadas e pela classificação de operações como uma Transação com Partes Relacionadas; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser pela Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos para determinar se ela de fato constitui um Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. A Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos deverá classificar as transações considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avalição e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Partes Relacionadas.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) operações realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) operações com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Além disso, a Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente no website da CVM (www.cvm.gov.br), no site da B3 (www.b3.com.br) e em nosso website (www.tambasa.com/ri), bem como fisicamente em nossa sede social.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Tambasa Empreendimentos S.A.	25/07/2012	156.000.000,00	13.000.000,00	N/A	Até 31/07/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujos sócios são acionistas controladores do Emissor						
Objeto contrato	Locação de natureza não residencial de imóvel da sede da Companhia, localizado na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/N, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 86.109 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem/MG, mediante pagamentos mensais fixos. Os valores indicados têm como data base 30 de setembro de 2021.						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	O contrato vigerá pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado via aditamento.1						
Natureza e razão para a operação	Locação de natureza não residencial de imóvel da sede da Companhia, localizado na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/N, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 86.109 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem/MG.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária.						
Tambasa Empreendimentos S.A.	16/04/2018	13.770.000,00	2.700.000,00	N/A	Até 31/07/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujos sócios são acionistas controladores do Emissor						
Objeto contrato	Locação de natureza não residencial de terreno e respectivas edificações, localizado na Avenida Dulce Sarmento, nº 1.593, Bairro Vera Cruz, na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, objeto das matrículas nº 55.297 e 39.788 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros/MG, mediante pagamentos mensais fixos. Os valores indicados têm como data base 30 de setembro de 2021.						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	O contrato vigerá pelo prazo de 04 (quatro) anos e 03 (três) meses, podendo ser prorrogado via aditamento.						
Natureza e razão para a operação	Locação de natureza não residencial de terreno e respectivas edificações, localizado na Avenida Dulce Sarmento, nº 1.593, Bairro Vera Cruz, na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, objeto das matrículas nº 55.297 e 39.788 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros/MG. O imóvel em tela é composto por um galpão de uso comercial e a área de estacionamento.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária.						
Tambasa Empreendimentos S.A.	05/11/2018	2.100.000,00	400.000,00	N/A	Até 31/07/2022	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa cujos sócios são acionistas controladores do Emissor						
Objeto contrato	Locação de natureza não residencial de terreno e respectivas edificações, localizado na Rua do Soldado, nº 900, Bairro Perobas, BR 040, Km 526, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, mediante pagamentos mensais fixos. Os valores indicados na coluna Saldo Existente têm como data base 30 de setembro de 2021.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O contrato vigerá pelo prazo de 03 (três) anos e 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado via aditamento.						
Natureza e razão para a operação	Locação de natureza não residencial de terreno e respectivas edificações, localizado na Rua do Soldado, nº 900, Bairro Perobas, BR 040, Km 526, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais. O imóvel em tela é composto por um galpão de uso comercial e a área de estacionamento.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária.						
Tamig Empreendimentos Imobiliários Ltda.	21/06/2021	715.000,00	550.000,00	N/A	Até 31/07/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujos sócios são acionistas do Emissor						
Objeto contrato	Locação de natureza não residencial de terreno e respectivas edificações, localizado na Rua Doutor Antônio de Carvalho Lage, nº 172, Bairro Cidade Industrial, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, mediante pagamentos mensais fixos. Os valores indicados na coluna Saldo Existente têm como data base 30 de setembro de 2021.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O contrato vigerá pelo prazo de 01 (um) ano e 01 (um) mês, podendo ser prorrogado via aditamento.						
Natureza e razão para a operação	Locação de natureza não residencial de terreno e respectivas edificações, localizado na Rua Doutor Antônio de Carvalho Lage, nº 172, Bairro Cidade Industrial, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais. O imóvel em tela é composto por um galpão de uso comercial e a área de estacionamento.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Nosso Estatuto Social e Política de Partes Relacionadas estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de transações com partes relacionados.

De acordo com tais documentos, em situações em que qualquer pessoa envolvida em um processo de aprovação estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Não Estatutário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os nossos administradores que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

Além disto, caso uma transação com partes relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada uma proposta submetida pelo nosso Conselho de Administração, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das S.A., são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nosso Conselho de Administração ou a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no nosso interesse e/ou de nossas controladas.

Nosso Conselho de Administração ou a Área de *Compliance* e de Gerenciamento de Riscos, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no nosso interesse e/ou de nossas controladas.

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Especificamente no que se refere às transações com partes relacionadas relativas a contratos de locação (indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência), entendemos que tais operações foram realizadas em nosso benefício e interesse, não prejudicando qualquer das partes envolvidas no negócio, especialmente a nós, uma vez que os valores pagos a título de aluguel para cada um dos referidos imóveis seguem os valores de mercado da região em que se encontram e à época em que foram celebrados, em linha com o valor por metro quadrado pago por nós à terceiros de quem locamos imóveis, conforme o caso, e com pesquisas de mercado realizadas por nós.

Os preços praticados nos Contratos com partes relacionadas, indicados no item 16.2 acima serão atualizados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor a cada 12 (doze) meses, conforme previsto nos referidos documentos.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Companhia informa que contratou a consultoria imobiliária CBRE para determinar o aluguel de mercado dos dois principais imóveis utilizados pela Companhia (sede localizada na Via Municipal Manoel Jacinto Coelho Júnior, S/N, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais e terreno e respectivas edificações, localizado na Avenida Dulce Sarmento, nº 1.593, Bairro Vera Cruz, na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais) descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência. Tão logo concluído o trabalho de avaliação, a Companhia planeja celebrar novos contratos de locação com base nos resultados indicados no relatório da CBRE, com vigência a partir de 2022, pelo prazo de 10 anos.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
06/12/2021	3.830.000,00	Totalmente integralizado	383.000.000	0	383.000.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
06/12/2021	3.830.000,00	Totalmente integralizado	383.000.000	0	383.000.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
06/12/2021	3.830.000,00	Totalmente integralizado	383.000.000	0	383.000.000
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
06/12/2021	0,00	0,00	700.000.000	0	700.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu aumento do capital social nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
06/12/2021	3.830.000	0	3.830.000	383.000.000	0	383.000.000

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Artigo 34 do Estatuto Social, em cada exercício social uma parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. deverá ser distribuída como dividendo obrigatório
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer acionista dissidente de determinadas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, conforme hipóteses e critérios previstos na Lei das S.A. Nos termos do artigo 8º do nosso Estatuto Social e nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Solicitamos a admissão de nossas ações para negociação no segmento Novo Mercado da B3. A partir da data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de nossa emissão, nossos acionistas terão todos os direitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Limitação ao Direito de Voto

Não possuímos regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Obrigação de Realização de Oferta Pública

Com relação à regra estatutária que nos obriguem a realizar oferta pública, o nosso Estatuto Social determina que a alienação direta ou indireta do controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de nossa emissão que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ademais, o artigo 39 de nosso Estatuto Social estabelece que o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de nossa emissão (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de nossa emissão), em quantidade igual ou superior a 15% do capital social, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos demais acionistas da Companhia ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) o valor justo de mercado, definido como o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinados pela instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, que deverá utilizar o fluxo de caixa descontado com um dos critérios de avaliação; e (ii) o maior preço pago pelo novo acionista relevante nos 24 meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante e deverá ser ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das S.A., caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável, considerando que não foram negociados valores mobiliários em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos últimos três exercícios sociais

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável, considerando que não foram emitidos valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável, considerando que não foram emitidos valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de nossa emissão está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de nossa emissão passarão a ser admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer título emitido no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios:

Não aplicável pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Fornecer outras informações que julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência a Companhia não apresenta valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 19 com relação aos últimos três exercícios sociais e ao exercício social corrente, que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**06/12/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	São as pessoas indicadas no art. 14 da Resolução CVM 44, incluindo a Companhia, os Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude do seu cargo, função ou posição na Companhia, suas Subsidiárias, controladora ou coligadas, tenha conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, bem como aqueles que tenham acesso permanente ou eventual da Informação Privilegiada e que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores, instituições integrantes do sistema de distribuição e outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, que tenham ou possam vir a ter conhecimento de Fato Relevante ou Informação Privilegiada.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação tem por objetivos: (i) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas; (ii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do Insider Trading; e (iii) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia.
As proibições previstas na Política de Divulgação se aplicam a (i) negócios feitos dentro ou fora de ambientes de mercado regulamentado de Valores Mobiliários; e (ii) operações de empréstimo de Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas.
As proibições disciplinadas previstas na Política de Divulgação também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por Pessoas Vinculadas ou Parentes Próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de:
(i) sociedade controlada pelas Pessoas Vinculadas, direta ou indiretamente;
(ii) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros;
(iii) procuradores ou agentes;
(iv) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na sua declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda de pessoa física; e
(v) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.
Para efeitos da Política de Negociação, a negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas no item acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por seus cotistas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Período de Restrição à Negociação é qualquer período em que a negociação de Valores Mobiliários é proibida por determinação regulamentar ou por deliberação do Diretor de Relações com Investidores. Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de Períodos de Restrição à Negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às Pessoas Vinculadas o início e o final da vigência desses Períodos de Restrição à Negociação adicionais A Política de Negociação pode ser consultada em nosso website (www.tambasa.com/ri), bem como fisicamente em nossa sede.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações da Companhia ("Política de Divulgação"), aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021, formulada de acordo com as normas da CVM, tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; e (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas. Além da Política de Divulgação, observamos a legislação e as normas específicas da CVM em vigor, em especial a Lei das S.A., a Resolução CVM 44 e a Instrução CVM 480, que disciplinam, entre outras matérias, as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes.

O texto completo da Política de Divulgação pode ser consultado no website da CVM (www.cvm.gov.br) e em nosso website (www.tambasa.com/ri), bem como fisicamente em nossa sede social

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; e (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas.

Procedimentos de Divulgação

A divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos aqui estabelecidos, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com os termos abaixo:

(i) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios em todos os países em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades de Mercado sejam negociados ou, caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser feita com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (b) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, e prevalecerá, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro;

(ii) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(iii) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço www.tambasa.com/ri.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Caso os Acionista Controladores, Administradores, membros do Conselho Fiscal e quaisquer terceiros que tenham conhecimento pessoal de um Fato Relevante, verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação, inclusive nas hipóteses de vazamento ou oscilação atípica, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o Fato Relevante imediatamente à CVM.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de um Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Os Administradores e outros colaboradores que poderão ser inquiridos conforme previsto acima, deverão responder prontamente à solicitação do Diretor de Relações com Investidores. Se não for possível entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores no mesmo dia em que os Administradores ou colaboradores tiverem tido conhecimento da exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os Administradores ou colaboradores em questão deverão enviar um e-mail com as informações e esclarecimentos para ri@tambasa.com.br.

Exceções de Divulgação

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos Acionistas Controladores ou os Administradores entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruí-lo a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Acionista Controlador ou Administradores são obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar o Fato Relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

(i) as informações tenham se tornado de conhecimento de terceiros não relacionados à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Fato Relevante, sem estar vinculado a uma obrigação de confidencialidade com a Companhia;

(ii) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do Fato Relevante; ou

(iii) haja uma oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação acima mencionada, caberá, conforme o caso, aos Acionistas Controladores ou aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, por meio do seu respectivo presidente, a adoção das medidas devidas.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para assegurar a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As Pessoas Vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento, devendo observar também os seguintes procedimentos:

(i) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

(ii) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

(iii) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

(iv) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

(v) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou a outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus Acionistas Controladores, Subsidiárias ou coligadas, exceto um Administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários da Companhia que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.